“Cultura no pós-Norte 2020”
Estudo da
Direção Regional de Cultura do Norte
realizado pelo POLObs

Relatório final

Observatório de Políticas de Ciência, Comunicação e Cultura
Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade
Instituto de Ciências Sociais
Universidade do Minho

Identificação do estudo e da equipa

Área científica

Ciências Sociais

Palavras-chave

Norte 2020, Cultura, Prioridades Estratégicas, Políticas Culturais

Unidade de investigação

Observatório de Políticas de Ciência, Comunicação e Cultura

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade – Universidade do Minho

Equipa do projeto

Manuel Gama (Investigador Responsável)

Rui Cruz

Daniel Noversa

Joana Almada

António Ferreira

Vanessa Barros

Jorge Silva

Carlos Pimenta

Cynthia Luderer

Vítor de Sousa

Duração do projeto

5 meses

Entidade financiadora

Direção Regional de Cultura do Norte

Num mundo cada vez mais globalizado, a cultura e a identidade dos povos são valores que importa cada vez mais preservar e transmitir de geração em geração. É nossa responsabilidade assegurar o legado dos valores culturais, identitários e patrimoniais que herdamos do passado.

É com esse propósito que a Direção Regional de Cultura do Norte desenvolve a sua atividade visando salvaguardar, preservar, restaurar e comunicar - aos diferentes tipos de público - os valores da cultura material e imaterial existentes na região. Um trabalho desenvolvido em articulação com os diferentes agentes do território, tais como as instituições da administração central existentes na região, as autarquias locais, as instituições eclesiásticas, as instituições de ensino, as associações, entre outros.

O POLObs, que se inscreve naquilo que tem sido desde sempre a marca de intervenção da investigação do CECS, tem o propósito de rastrear as políticas em esferas decisivas dos média, da comunicação e da cultura. Desenvolvendo-se em vários eixos específicos, o observatório tem uma linha de ação que retoma as preocupações do CECS na ligação da cultura à cidadania e à prática de uma investigação interventiva. Com efeito, para além do mapeamento da área, os investigadores associados a esta iniciativa procuram também apresentar propostas de atuação junto de entidades/organismos oficiais, assim promovendo a aproximação entre a ciência e a sociedade civil.

Sumário

Siglas **3**
Índice de Figuras **3**
Índice de Gráficos **5**
Índice de Tabelas **6**
Resumo Executivo **7**
Nota introdutória **15**
1. Considerações metodológicas **17**
1.1. Objetivos específicos do estudo 17
1.2. Análise documental 18
1.3. Inquérito por questionário aos municípios 19
1.4. Grupos de discussão 28
2. Inquérito por questionário aos municípios **33**
2.1. Sobre os municípios 33
2.2. Sobre as políticas culturais locais para o período 2017-2021 35
2.3. Sobre o Programa Norte 2020 65
2.4. Sobre as Políticas Culturais até 2030 74
2.5. Sobre o Programa Operacional da Região Norte para o período pós-2020 87
3. Grupos de discussão com as entidades intermunicipais **99**
3.1. Grupo de discussão EIM08 99
3.2. Grupo de discussão EIM09 105
3.3. Grupo de discussão EIM10 113
3.4. Grupo de discussão EIM11 119
3.5. Grupo de discussão EIM12 125
3.6. Grupo de discussão EIM13 131
3.7. Grupo de discussão EIM14 140
3.8. Grupo de discussão EIM15 145
3.9. Ideias-chave dos oito grupos de discussão com EIM's 153
4. Grupos de discussão com profissionais do setor cultural **157**
4.1. Grupo de discussão SC07 157
4.2. Grupo de discussão SC08 164
4.3. Grupo de discussão SC09 170
4.4. Grupo de discussão SC10 178
4.5. Grupo de discussão SC11 185
4.6. Grupo de discussão SC12 192
4.7. Grupo de discussão SC13 199
4.8. Ideias-chave dos sete grupos de discussão com profissionais do setor cultural 205
Tópicos em jeito de conclusão **209**
Referências bibliográficas **219**

Siglas

CECS	Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade
CIM	Comunidade Intermunicipal
CMC	Conselho Municipal de Cultura
CNE	Comissão Nacional de Eleições
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CSC	Conta Satélite da Cultura
DGARTES	Direção-Geral das Artes
DGPC	Direção-Geral do Património Cultural
DRCC	Direção Regional de Cultura do Centro
DRCN	Direção Regional de Cultura do Norte
EIM	Entidade Intermunicipal
IFAC	Inquérito ao Financiamento das Atividades Culturais, Criativas e Desportivas pelas Câmaras Municipais
INE	Instituto Nacional de Estatística
IRE	Inquérito aos Recintos de Espetáculos
Norte 2020	Programa Norte 2020
NUT	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OEI	Organização de Estados Ibero-americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
PAAC	Plano Anual de Atividades para a Cultura
PEC	Plano Estratégico de Cultura
POLOBS	Observatório de Políticas de Ciência, Comunicação e Cultura
UE	União Europeia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Índice de Figuras

Figura 1: Linha de tempo dos contactos com os municípios para preenchimento do inquérito por questionário 20
Figura 2: Exemplo de dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra 28
Figura 3: Exemplo de Esquema de Fruchterman-Rei 32
Figura 4: Síntese da Análise SWOT ao Norte 2020 efetuada pelos municípios 67
Figura 5: Nuvem das 30 palavras mais usadas nas respostas à questão “Objetivo Específico” 88
Figura 6: Dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra das respostas à questão “Objetivo Específico” 88
Figura 7: Consulta de pesquisa de texto das respostas à questão “Objetivo Específico” a partir da palavra cultural 89
Figura 8: Nuvem das 30 palavras mais usadas nas respostas à questão “Tipologia de Intervenção” 90
Figura 9: Nuvem das 30 palavras mais usadas nas respostas à questão “Tipologia de Ação” 90
Figura 10: Dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra das respostas à questão “Tipologia de Intervenção” 91
Figura 11: Dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra das respostas à questão “Tipologia de Ação” 91
Figura 12: Consulta de pesquisa de texto das respostas à questão “Tipologia de Intervenção” a partir da palavra cultura 92
Figura 13: Consulta de pesquisa de texto das respostas à questão “Tipologia de Ação” a partir da palavra cultura 92
Figura 14: Nuvem das 30 palavras mais usadas nas respostas à questão “Indicador de Realização” 93

Figura 15: Dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra das respostas à questão “Indicador de Realização” 93
Figura 16: Nuvem das 30 palavras mais usadas nas respostas à questão “Indicador de Resultado” 94
Figura 17: Dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra das respostas à questão “Indicador de Resultado” 94
Figura 18: Síntese das ideias-chave dos municípios a partir das respostas à questão “Objetivo Específico” 95
Figura 19: Síntese das ideias-chave dos municípios a partir das respostas às questões “Tipologia de Intervenção” e “Tipologia de Ação” 96
Figura 20: Síntese das ideias-chave dos municípios a partir das respostas às questões “Indicador de Realização” e “Indicador de Resultado” 97
Figura 21: Nuvem das 29 palavras mais usadas pelo GD-EIM08 99
Figura 22: Dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra do GD-EIM08 100
Figura 23: Esquema de Fruchterman-Reingold do GD-EIM08 101
Figura 24: Nuvem das 30 palavras mais usadas pelo GD-EIM09 105
Figura 25: Dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra do GD-EIM09 106
Figura 26: Esquema de Fruchterman-Reingold do GD-EIM09 107
Figura 27: Nuvem das 28 palavras mais usadas pelo GD-EIM10 113
Figura 28: Dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra do GD-EIM10 114
Figura 29: Esquema de Fruchterman-Reingold do GD-EIM10 115
Figura 30: Nuvem das 30 palavras mais usadas pelo GD-EIM11 120
Figura 31: Dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra do GD-EIM11 120
Figura 32: Esquema de Fruchterman-Reingold do GD-EIM11 121
Figura 33: Nuvem das 30 palavras mais usadas pelo GD-EIM12 125
Figura 34: Dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra do GD-EIM12 126
Figura 35: Esquema de Fruchterman-Reingold do GD-EIM12 127
Figura 36: Nuvem das 30 palavras mais usadas pelo GD-EIM13 132
Figura 37: Dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra do GD-EIM13 132
Figura 38: Esquema de Fruchterman-Reingold do GD-EIM13 133
Figura 39: Nuvem das 28 palavras mais usadas pelo GD-EIM14 140
Figura 40: Dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra do GD-EIM14 141
Figura 41: Esquema de Fruchterman-Reingold do GD-EIM14 142
Figura 42: Nuvem das 29 palavras mais usadas pelo GD-EIM15 145
Figura 43: Dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra do GD-EIM15 145
Figura 44: Esquema de Fruchterman-Reingold do GD-EIM15 147
Figura 45: Nuvem das 30 palavras mais usadas pelos oito GD-EIM 153
Figura 46: Dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra dos oito GD-EIM 154
Figura 47: Esquema de Fruchterman-Reingold dos oito GD-EIM 154
Figura 48: Síntese das ideias-chave dos oito GD-EIM 155
Figura 49: Nuvem das 30 palavras mais usadas pelo GD-SC07 157
Figura 50: Dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra do GD-SC07 158
Figura 51: Esquema de Fruchterman-Reingold do GD-SC07 159
Figura 52: Nuvem das 29 palavras mais usadas pelo GD-SC08 164
Figura 53: Dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra do GD-SC08 165
Figura 54: Esquema de Fruchterman-Reingold do GD-SC08 167
Figura 55: Nuvem das 30 palavras mais usadas pelo GD-SC09 171
Figura 56: Dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra do GD-SC09 171
Figura 57: Esquema de Fruchterman-Reingold do GD-SC09 172
Figura 58: Nuvem das 29 palavras mais usadas pelo GD-SC10 178
Figura 59: Dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra do GD-SC10 178
Figura 60: Esquema de Fruchterman-Reingold do GD-SC10 180

Figura 61: Nuvem das 29 palavras mais usadas pelo GD-SC11 185
Figura 62: Dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra do GD-SC11 186
Figura 63: Esquema de Fruchterman-Reingold do GD-SC11 187
Figura 64: Nuvem das 30 palavras mais usadas pelo GD-SC12 192
Figura 65: Dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra do GD-SC12 192
Figura 66: Esquema de Fruchterman-Reingold do GD-SC12 194
Figura 67: Nuvem das 30 palavras mais usadas pelo GD-SC13 199
Figura 68: Dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra do GD-SC13 199
Figura 69: Esquema de Fruchterman-Reingold do GD-SC13 200
Figura 70: Nuvem das 30 palavras mais usadas nos sete GD-SC 205
Figura 71: Dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra dos sete GD-SC 206
Figura 72: Esquema de Fruchterman-Reingold dos sete GD-SC 206
Figura 73: Síntese das ideias-chave dos sete GD-SC 207

Índice de Gráficos

Gráfico 1: Distribuição dos questionários na 1ª fase do processo de validação 21
Gráfico 2: Percentagem de questionários não preenchidos e respetiva representatividade da população residente 23
Gráfico 3: Evolução de questionários preenchidos e respetiva representatividade da população residente 24
Gráfico 4: Nº de municípios que participaram e não participaram no estudo em função da população residente 25
Gráfico 5: Distribuição dos respondentes por cargo ocupado no município 33
Gráfico 6: Correlação entre escalão etário e natureza do cargo que ocupa no município 34
Gráfico 7: Correlação entre grau de escolaridade dos respondentes e natureza do cargo que ocupa no município 34
Gráfico 8: Existência de órgãos autárquicos específicos da área da cultura 36
Gráfico 9: Existência de instrumentos de gestão autárquica específicos da área da cultura 37
Gráfico 10: Recursos humanos municipais afetos à cultura 38
Gráfico 11: Medidas de tendência central dos recursos humanos municipais afetos à cultura 39
Gráfico 12: Recursos humanos municipais afetos à cultura por mil residentes dos municípios 39
Gráfico 13: Recursos humanos municipais afetos à cultura por mil residentes nas EIM's 40
Gráfico 14: Frequências do número total de bens de Património Cultural Imóvel por município 43
Gráfico 15: Frequências do número total de bens de Património Cultural Imóvel Classificado por município 43
Gráfico 16: Percentagem total de associações culturais não públicas por EIM e por 1000 residentes 45
Gráfico 17: Distribuição relativa de associações culturais não públicas, em função do domínio cultural, por EIM 46
Gráfico 18: Palavras mais utilizadas para apresentação das políticas culturais municipais 49
Gráfico 19: Alinhamento das políticas culturais municipais com os documentos selecionados 50
Gráfico 20: Eixos de análise das políticas culturais municipais à luz do Norte 2020 53
Gráfico 21: Projetos/fundos com dimensão cultural aprovados, até agosto de 2019, por eixo do Norte 2020 54
Gráfico 22: Alinhamento das políticas culturais municipais à luz das categorias criadas a partir da CSC e do IFCA 55
Gráfico 23: Grandes temáticas criadas a partir de 32 eixos de análise definidos na segunda fase 56
Gráfico 24: Grau de articulação das políticas culturais municipais 57
Gráfico 25: Medidas de tendência central da articulação das políticas culturais municipais 58
Gráfico 26: Articulação das políticas culturais municipais 1 (dimensão nacional) 59
Gráfico 27: Articulação das políticas culturais municipais 2 (dimensão internacional) 59
Gráfico 28: Articulação das políticas culturais municipais 3 (Norte 2020) 59
Gráfico 29: Projetos culturais de iniciativa municipal por domínio cultural 61

Gráfico 30: Medidas de tendência central dos orçamentos municipais afetos à cultura per capita no ano de 2018 63
Gráfico 31: Médias dos orçamentos municipais afetos à cultura per capita em função da população residente 64
Gráfico 32: Distribuição das médias dos orçamentos municipais afetos à cultura por EIM 65
Gráfico 33: Avaliação do Norte 2020 por parte dos municípios 69
Gráfico 34: Perspetiva dos motivos da avaliação ao Norte 2020 69
Gráfico 35: Distribuição estatística dos quatro grupos de respostas 71
Gráfico 36: Projetos não aprovados por domínio cultural 72
Gráfico 37: Alinhamento das necessidades culturais com os documentos selecionados 75
Gráfico 38: Alinhamento das necessidades culturais com o Norte 2020 76
Gráfico 39: Alinhamento das necessidades à luz das categorias criadas a partir da CSC e do IFCA 77
Gráfico 40: Alinhamentos das necessidades por grandes temáticas criadas a partir de 32 eixos de análise definidos 81
Gráfico 41: Alinhamento dos objetivos estratégicos municipais com os documentos selecionados 83
Gráfico 42: Alinhamento dos objetivos estratégicos municipais à luz das categorias criadas a partir da CSC/IFCA 84
Gráfico 43: Alinhamento dos objetivos estratégicos municipais com o Norte 2020 84
Gráfico 44: Alinhamentos dos objetivos por grandes temáticas criadas a partir de 32 eixos de análise definidos 86
Gráfico 45: Domínios dos investimentos e projetos a realizar nos municípios na década 2020-2030 87

Índice de Tabelas

Tabela 1: Frequências do número total de recintos culturais municipais 42
Tabela 2: Frequências do número de associações culturais não públicas presentes nos municípios 44
Tabela 3: Síntese do Coeficiente de Pearson do GD-EIM08 100
Tabela 4: Síntese do Coeficiente de Pearson do GD-EIM09 106
Tabela 5: Síntese do Coeficiente de Pearson do GD-EIM10 115
Tabela 6: Síntese do Coeficiente de Pearson do GD-EIM11 121
Tabela 7: Síntese do Coeficiente de Pearson do GD-EIM12 126
Tabela 8: Síntese do Coeficiente de Pearson do GD-EIM13 133
Tabela 9: Síntese do Coeficiente de Pearson do GD-EIM14 141
Tabela 10: Síntese do Coeficiente de Pearson do GD-EIM15 146
Tabela 11: Síntese do Coeficiente de Pearson do GD-SC07 158
Tabela 12: Síntese do Coeficiente de Pearson do GD-SC08 166
Tabela 13: Síntese do Coeficiente de Pearson do GD-SC09 172
Tabela 14: Síntese do Coeficiente de Pearson do GD-SC10 179
Tabela 15: Síntese do Coeficiente de Pearson do GD-SC11 186
Tabela 16: Síntese do Coeficiente de Pearson do GD-SC12 193
Tabela 17: Síntese do Coeficiente de Pearson do GD-SC13 200

Resumo Executivo

No âmbito do processo de preparação do programa que sucederá ao Norte 2020, a DRCN encomendou ao POLObs do CECS-UM um estudo multidimensional da realidade cultural da região Norte, que concorresse para a definição de uma Estratégia e Política Cultural Regional, que refletisse estruturalmente os interesses comuns e partilhados da região e, deste modo, as grandes opções de investimento a definir para os próximos 10 anos.

O estudo "Cultura no pós-Norte 2020", que decorreu entre fevereiro e julho de 2020, integrou uma metodologia que conjugou uma abordagem qualitativa com uma abordagem quantitativa e para além da análise documental, os principais instrumentos de recolha de dados foram um inquérito por questionário *online*, aplicado nos meses de fevereiro e de abril aos municípios da área de influência da DRCN, e a dinamização de 15 grupos de discussão com representantes de EIM's, municípios e organizações e profissionais do setor cultural.

Dos contributos recolhidos no âmbito do estudo, salientam-se, para além nas análises específicas do inquérito por questionário e dos grupos de discussão, algumas ideias-chave transversais que devem ser tidas em conta na década 2020-2030:

a) A cultura deve ser encarada consistentemente como um pilar estratégico para o desenvolvimento dos territórios e da região;
b) A DRCN deve assumir um papel fundamental e estruturante na definição e implementação de políticas culturais regionais, que favoreçam a articulação consequente de e com as políticas culturais municipais;
c) As políticas culturais, municipais e regionais, têm de estar ancoradas em diagnósticos profundos e participativos, que concorram para a elaboração de Planos Estratégicos para a Cultura (à escala dos municípios, das NUTS 3, da NUT 2 e da NUT 1);
d) Urge implementar programas de capacitação para profissionais do setor cultural, público e privado, nomeadamente na área da gestão cultural;
e) Sendo inegável a importância das políticas para o património cultural imóvel (classificado e não classificado), no futuro deve ser reforçada a aposta no património cultural imaterial como fator distintivo dos territórios e da região;
f) As práticas de trabalho em rede, em geometria variável, seguem as tendências internacionais e surgem como contexto privilegiados para promover o desenvolvimento cultural sustentável;
g) Os processos de comunicação, entre os diferentes atores que operam no setor e dos atores com os seus destinatários, carecem de uma reformulação profunda.

INQUÉRITO AOS MUNICÍPIOS

Amostra

- 88,4% dos municípios e a 96,6% da população residente na área de influência da DRCN.

Políticas culturais locais (2017-2021)

- A existência de órgãos autárquicos específicos da área da cultura ainda não é uma prática ancorada nos municípios e 85,5% dos municípios não tem Plano Estratégico de Cultura.
- Os recursos humanos afetos à cultura (técnicos superiores, assistentes técnicos e técnicos operacionais) variam entre os 0,2 e os 4,8 por cada mil habitantes, sendo que o valor médio na amostra é de 0,6.
- As bibliotecas são os recintos culturais mais presentes nos municípios da amostra e 7,9% dos municípios afirmam que não têm um auditório, um cineteatro ou um teatro.
- A maioria dos municípios tem 7 ou menos monumentos, 1 conjunto, 1 sítio, 8 imóveis de interesse público e 2 imóveis de interesse municipal.

- Podem existir, no mínimo, 1.229 associações culturais na amostra do estudo. O associativismo mais frequente situa-se nos domínios *Artes do Espetáculo*, *Património Cultural* e *Atividades Interdisciplinares*.
- Na apresentação das linhas gerais das políticas culturais municipais, observa-se a presença significativa de um conjunto de palavras: *cultura*, *criação*, *promoção*, *património*, *arte*, *valor* e *programação*. Tendo como base 51 categorias de análise definidas a partir de 8 documentos nacionais e internacionais, destaca-se o alinhamento implícito com o Programa do XXI Governo Constitucional (22,3%), o Norte 2020 (20,6%), com a Agenda 21 da Cultura (14,9%) e com a Agenda 2030 (10,4%). E a tendência para 6 grandes temáticas das políticas culturais: Património Cultural (25,8%); Cultura, Política e Governança (25,8%); Economia, Desenvolvimento e Inclusão Social (18,2%); Criatividade (10,3%); Educação (10,1%); Cooperação, Redes e Mobilidade (9,9%).
- A resposta fechada referente ao grau de articulação das políticas culturais municipais, revela que, regra geral, há uma relação inversamente proporcional entre a distância do município e o grau de articulação. Sendo que há muito pouca articulação com documentos como a RIS3 Norte 2020 e a Agenda 2030.

- Os municípios identificaram 482 projetos culturais municipais distintos, sobretudo, nos domínios *Atividades Interdisciplinares*, *Património Cultural* e *Artes do Espetáculo*.
- A média *per capita* da despesa corrente em cultura da região Norte é de 119,18€, o que supera os valores de 2017 a nível nacional. É ainda de salientar que os municípios com 10.000 habitantes ou menos têm valores médios *per capita* muito superiores a municípios com população superior a 10.000 habitantes.

Cultura no Norte 2020

- Da análise SWOT efetuada pelos municípios ao Norte 2020, destaca-se, entre outras, o estímulo ao desenvolvimento sustentável e inclusivo como força, a ausência de estratégia diferenciadora dos territórios como debilidade, as sinergias e o trabalho em rede como oportunidade e os condicionalismos provocados pelo "Mapeamento dos Investimentos em Infraestruturas Culturais" como ameaça.
- O processo de preparação do Norte 2020 foi avaliado de forma negativa, com 56,6% dos respondentes a avaliarem positivamente o papel da CCDR-N e das EIM's, 44,7% o papel da DRCN e 15,8% a participação das organizações do setor cultural não público.
- De entre os impactos dos investimentos efetuados, os respondentes destacam aspetos relacionados com o aumento do número de visitantes e públicos, com as dinâmicas geradas no setor cultural pela promoção de intercâmbios, parcerias e redes culturais e com a dimensão económica.

Políticas culturais até 2030

- As necessidades municipais, bem como os investimentos e projetos prioritários são, maioritariamente, nos domínios do *Atividades Interdisciplinares* e *Património Cultural*.
- As necessidades regionais estão relacionadas com a *articulação*, a *concertação*, a *cooperação*, a *estruturação* e o *planeamento*, que o trabalho em *rede* pode potenciar.
- As necessidades a nível nacional estão, em parte, relacionadas com *financiamento*.
- Tendo como base as categorias de análise definidas a partir dos documentos nacionais e internacionais, destaca-se, por um lado, que, independentemente da sua escala, as necessidades estão, regra geral, sempre menos alinhadas, respetivamente, com a Carta Cultural Ibero-americana, com a Declaração da CPLP, com a Agenda 2030 e com a Nova Agenda Europeia para a Cultura; e, por outro lado, que o Programa do XXI Governo Constitucional e a Agenda 21 da Cultura foram os dois documentos com os quais foi possível identificar mais afinidades.

- No que diz respeito às grandes tendências de necessidades na área da cultura, pode afirmar-se que à medida que a escala aumenta, aumentam as necessidades no que concerne à *Economia, Desenvolvimento e Inclusão Social*, à *Educação* e à *Criatividade;* e diminuem as necessidades relacionadas com *Cultura, Política e Governança*.
- No que se refere aos objetivos estratégicos municipais, a análise por grandes temáticas, permite-nos perceber que na década 2020-2030 os municípios pretendem apostar, de forma muito equilibrada, em objetivos relacionados com *Cooperação, Redes e Mobilidade* e com *Património Cultural*, sendo que a dimensão da *Economia, Desenvolvimento e Inclusão Social* também não é descurada.

Cultura no Pós-Norte 2020

- **Dez contributos para a definição dos Objetivos Específicos:**
  - captar, formar e fidelizar públicos para a cultura;
  - afirmar a região com destino turístico de excelência;
  - democratizar a cultura;
  - valorizar e promover o património cultural;
  - estimular a criação artística contemporânea;
  - incrementar a qualidade e diversidade da programação cultural;
  - potenciar a inclusão social;
  - descentralizar a cultura;
  - capacitar os recursos humanos;
  - fomentar práticas de trabalho colaborativo e em rede.

- **Dez contributos para a definição das Tipologias de Intervenção:**
  - recuperação e requalificação de património cultural;
  - promoção do património cultural;
  - valorização e promoção das tradições culturais locais;
  - definição de estratégias culturais locais e regionais;
  - programação cultural;
  - integração ativa das comunidades locais nos processos de criação cultural;
  - capacitação de recursos humanos;
  - organização de eventos culturais para promoção turística;
  - formação de públicos e participação cultural;
  - dinamização do trabalho em rede.

- **Dez contributos para a definição das Tipologias de Ação:**
  - preservação do património cultural imaterial;
  - divulgação cultural;
  - programação cultural diversificada e continuada;
  - reabilitação de património cultural;
  - educação artística;

- descentralização cultural;
- criação artística;
- formação profissional de agentes do setor cultural;
- formação de públicos;
- articulação e cooperação cultural em rede.

- **Dez contributos para a definição dos Indicadores de Realização:**
  - aumento da frequência de utilização das infraestruturas culturais;
  - aumento do público da cultura por domínio cultural;
  - aumento da afluência turística à região;
  - aumento das práticas culturais dos munícipes;
  - aumento de recintos e de bens de património cultural requalificados;
  - aumento de eventos culturais realizados;
  - contributo para o desenvolvimento económico e social da região;
  - fortalecimento de parcerias e de redes entre os agentes culturais;
  - incremento da oferta de educação artística;
  - aumento das competências especializadas dos dirigentes associativos e dos profissionais do setor cultural.

- **Oito contributos para a definição dos Indicadores de Resultado quantitativos:**
  - nº de participantes e de público dos eventos e nº de visitantes dos recintos culturais;
  - nº de recintos e nº de bens requalificados;
  - nº de recintos e nº de bens requalificados com programação 12 meses após a intervenção;
  - nº de novos agentes culturais locais capazes de replicar os conhecimentos adquiridos;
  - nº de entidades e nº de profissionais que trabalham no setor cultural;
  - nº de eventos culturais realizados;
  - nº de noites e nº de refeições dos turistas na região;
  - nº de alunos a frequentar o ensino artístico.

- **Dois contributos para a definição dos Indicadores de Resultado qualitativos:**
  - grau de satisfação de participantes e de público;
  - grau de satisfação dos turistas.

GRUPOS DE DISCUSSÃO

Amostra dos grupos de discussão

- 96 participantes, divididos em 15 grupos (8 ao nível das EIM's e 7 com organizações/profissionais do setor cultural), da área de influência de DRCN.

Políticas culturais (desde 2015)

Segundo os participantes, nas políticas culturais desde 2015 destacaram-se os seguintes aspetos:

- Carência de pensamento estratégico;
- Financiamento escasso e centralizado;
- Lacunas setoriais importantes (e.g. arquivos, bibliotecas, cinema, livros);
- Práticas de trabalho em rede limitadas e pouco consistentes;
- Desarticulação entre as escalas municipal, regional e nacional;
- Prioridades de investimento relacionadas, maioritariamente, com o património;
- Ausência de estratégias para a promoção da sustentabilidade da cultura;
- Défice na qualificação e na capacitação dos recursos humanos;
- Desconhecimento das necessidades da região;
- Contributo residual para atenuar as assimetrias regionais;
- Desinvestimento público na política cultural territorial
- Fortíssima relação com o turismo;
- Serviços de mediação cultural pouco consequentes;
- Aposta no associativismo local para a dinamização cultural do território;
- Mediatização da cultura.

Cultura no Norte 2020

Sobre o Norte 2020, os participantes realçaram:

- Pouco sensível às caraterísticas e necessidades do setor cultural;
- Prioridades desadequadas às necessidades culturais dos municípios e da região;
- Excesso de burocracia e prazos desajustados;
- Presença residual da cultura;
- Financiamento disponível para a cultura foi manifestamente insuficiente;
- Não contribui para atenuar as assimetrias regionais;
- Revela desconhecimento da realidade cultural da região;
- Deficiências diversas na comunicação do programa e dos projetos desenvolvidos;
- Inconsequência a médio prazo dos investimentos em redes culturais;
- Programa complexo, burocrático e pouco flexível;

- Desadequação dos indicadores, por serem quantitativos e relacionados com turismo;
- Interações entre os diferentes atores na região foram pouco eficazes;
- Património imóvel favorecido em detrimento do património imaterial;
- Ausência de equidade na distribuição das verbas disponíveis;
- Privilegia projetos de grande escala e com impacto mediático.

Políticas culturais até 2030

Segundo os participantes, a estratégia e política cultural até 2030 deve:

- Fomentar a articulação, a concertação e a integração de e nas políticas;
- Desenvolver programas articulados de sensibilização e formação de públicos;
- Reforçar e capacitar redes culturais consistentes, complementares e duradouras;
- Partir de uma identificação objetiva das necessidades dos municípios e da região;
- Integrar a dimensão cultural nas políticas de desenvolvimento sustentável;
- Investir transversalmente nos recursos humanos;
- Afirmar a cultura como motor do desenvolvimento local e regional;
- Descentralizar a criação e a produção cultural;
- Capacitar os recursos humanos afetos à cultura;
- Promover a sustentabilidade da região;
- Apostar na comunicação, nomeadamente com recurso a meios digitais;
- Repensar o papel dos municípios e das entidades intermunicipais;
- Renunciar à lógica dos grandes eventos esporádicos e descontextualizados;
- Dialogar internacional sobre o papel estratégico da cultura para o desenvolvimento;
- Promover a internacionalização de profissionais e organizações culturais.

Cultura no pós-Norte 2020

Segundo os participantes, no próximo Programa Operacional é imperativo:

- Refletir uma visão estratégica para a cultura na região;
- Incluir critérios que concorram para a sustentabilidade dos projetos;
- Potenciar a colaboração, as sinergias e o trabalho em rede nas diferentes escalas;
- Incluir novos indicadores que sejam adequados à realidade cultural;

- Consolidar as redes culturais (existentes ou a criar);
- Integrar a dimensão qualitativa nos indicadores previstos para a cultura;
- Democratizar o acesso à cultura através de projetos com e para a comunidade;
- Monitorizar os impactos culturais dos investimentos;
- Fomentar a capacitação e a empregabilidade de profissionais do setor cultural;
- Reforçar os aspetos relacionados com a comunicação;
- Prever o financiamento de projetos consolidados e/ou com vertente internacional;
- Privilegiar as parcerias e sinergias entre entidades públicas e privadas;
- Aumentar a dotação orçamental destinada à dimensão cultural;
- Simplificar os procedimentos burocráticos;
- Apostar na digitalização dos diferentes domínios da cultura.

Nota introdutória

No âmbito do processo de preparação do programa que sucederá ao Programa Norte 2020 (Norte 2020), a Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN) encomendou um estudo ao Observatório de Políticas de Ciência, Comunicação e Cultura (POLObs) do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho (CECS-UM) com os seguintes objetivos:

1) diagnosticar algumas das dimensões das políticas culturais locais da região Norte (e.g. órgãos autárquicos, instrumentos formais de gestão, recursos financeiros, recursos humanos, recintos culturais, património cultural imóvel, associativismo cultural) no mandato autárquico que se iniciou em 2017;
2) aferir como atores da região (e.g. municípios, entidades intermunicipais, organizações do setor cultural, profissionais do setor cultural) avaliam a presença da cultura nas prioridades definidas para o Norte 2020;
3) identificar a visão estratégica dos municípios da região Norte para as políticas culturais municipais até 2030;
4) reunir contributos de atores da região (e.g. municípios, entidades intermunicipais, organizações do setor cultural, profissionais do setor cultural) sobre as prioridades, na área da cultura, no programa que sucederá ao Norte 2020;
5) identificar boas práticas nacionais e internacionais de políticas culturais à escala regional.

Para desenhar e implementar o projeto "Cultura no pós-Norte 2020" o POLObs constituiu uma equipa multidisciplinar composta por 10 investigadores e, não obstante a equipa ter completa autonomia científica, o apertado calendário de execução do projeto implicou que os serviços da DRN estivessem disponíveis para fazer todas as articulações consideradas relevantes com os atores da região.

No presente relatório técnico faz-se uma apresentação exaustiva da análise dos resultados, sendo que se optou por incluir em documento autónomo o levantamento de um conjunto substantivo de práticas nacionais e internacionais de projetos e políticas culturais à escala regional que poderão servir de inspiração para a definição de uma Estratégia e Política Cultural Regional.

No primeiro capítulo do presente documento de trabalho apresentam-se as linhas gerais da metodologia aplicada no estudo, cujo plano de trabalho integrou uma metodologia que conjugou uma abordagem qualitativa com uma abordagem quantitativa. Depois de convocarmos os objetivos específicos do estudo, vão ser tecidas algumas considerações sobre o processo de análise documental que acompanhou todo o estudo, seguidamente apresentar-se-ão com algum detalhe o método utilizado no inquérito por questionário e, por fim, os aspetos relacionados com os grupos de discussão que foram dinamizados.

Tecidas as considerações gerais sobre as questões metodológicas, segue-se, no segundo capítulo, a convocação da análise dos resultados do inquérito por questionário que foi aplicado aos 86 municípios da área de influência da DRCN. Na apresentação respeitamos a estrutura do questionário, que foi dividido em cinco secções:

1) Sobre o município;
2) Sobre as políticas culturais locais para o período 2017-2021;
3) Sobre o Programa Norte 2020;
4) Sobre as políticas culturais até 2030;
5) Sobre o novo Programa Operacional da Região Norte para o período pós-2020.

Sobre os dados provenientes dos questionários validados, salienta-se que se considera particularmente relevante o facto de, tendo em consideração o objetivo macro do estudo, se ter conseguido reunir um conjunto de contributos substantivos – em alguns casos, muito práticos e objetivos – sobre a visão dos municípios no que concerne a:

1) Políticas Culturais Municipais até 2030 (tendo sido compiladas 94 Necessidades à escala municipal, 180 Objetivos Estratégicos, 163 Prioridades de Investimento e 166 Projetos Prioritários);
2) Políticas Culturais até 2030 (tendo sido compiladas 77 Necessidades à escala regional e 73 Necessidades à escala nacional);
3) Dimensão Cultural do programa operacional pós-Norte 2020 (tendo sido compiladas 72 Objetivos, 141 Tipologias de Intervenção & Ação e 144 Indicadores de Realização & Resultado).

No terceiro capítulo fazemos a apresentação do primeiro conjunto de grupos de discussão que foi realizado a partir das EIM's da área de influência da DRCN. Na apresentação da análise dos grupos de discussão, começaremos com uma convocação de cada uma das sessões a partir do dendrograma de Jaccard e do coeficiente de Pearson, para concluirmos com as ideias-chave retiradas dos seis GD-CIM a partir das *nuvens de palavras* e dos Esquemas Fruchterman-Rei.

Convocado o primeiro conjunto de grupos de discussão que foi realizado a partir das EIM's, segue-se, no último capítulo deste documento de trabalho, os dados referentes ao segundo conjunto de grupos de discussão realizados a partir de organizações e profissionais do setor cultural da região Norte de Portugal Continental.

1. Considerações metodológicas

Neste primeiro capítulo, vão apresentar-se as linhas gerais da metodologia aplicada no estudo, cujo plano de trabalho integrou uma metodologia que conjugou uma abordagem qualitativa com uma abordagem quantitativa. Depois de convocarmos os objetivos específicos do estudo, vão ser tecidas algumas considerações sobre o processo de análise documental que acompanhou todo o estudo, seguidamente apresentar-se-ão com algum detalhe o método utilizado no inquérito por questionário que foi aplicado aos 86 municípios que constituíram o universo do estudo e, por fim, os aspetos relacionados com os 15 grupos de discussão que foram dinamizados.

Realça-se que o estudo foi, deliberadamente, inspirado no estudo "Cultura no pós-Centro 2020", realizado no segundo semestre de 2019 para a DRCC, uma vez que, posteriormente, as entidades envolvidas pretendem efetuar uma análise comparativa entre os estudos realizados pelo POLObs para as direções regionais de Cultura.

1.1. Objetivos específicos do estudo

Tendo em consideração o objetivo macro de realizar um estudo multidimensional da realidade cultural da região Norte, que concorresse para a definição de uma Estratégia e Política Cultural Regional que refletisse estruturalmente os interesses comuns e partilhados da região, e deste modo as grandes opções de investimento a definir para os próximos 10 anos, foram definidos os seguintes objetivos específicos para o estudo "Cultura no pós-Norte 2020":

1) diagnosticar algumas das dimensões das políticas culturais locais da região Norte (e.g. órgãos autárquicos, instrumentos formais de gestão, recursos financeiros, recursos humanos, recintos culturais, património cultural imóvel, associativismo cultural) no mandato autárquico que se iniciou em 2017;
2) aferir como alguns dos atores da região (municípios, entidades intermunicipais e organizações do setor cultural) avaliam a presença da cultura nas prioridades definidas para o Norte 2020;
3) identificar a visão estratégica dos municípios da região Norte para as políticas culturais municipais até 2030;
4) reunir contributos dos atores da região (municípios, comunidades intermunicipais e organizações do setor cultural) sobre as prioridades, na área da cultura, no programa que sucederá ao Norte 2020;
5) identificar boas práticas nacionais e internacionais de políticas culturais à escala regional.

1.2. Análise documental

A análise documental atravessou todo o estudo e privilegiou documentos oficiais de livre acesso, provenientes de um conjunto de páginas na internet (e.g. 86 municípios, oito EIM's, INE, CNE, DGARTES, DGPC, DRCC, DRCN, DRCAlentejo, DRCAlgarve, GEPAC, Centro 2020, Norte 2020, Portugal 2020, Programa Europa Criativa). Para a recolha de dados sobre os municípios e sobre as EIM's, a análise documental aconteceu em três fases e foi realizada por três investigadores distintos:

1) na 1ª fase, a análise centrou-se nos sites dos 86 municípios, procurando reunir um conjunto de documentos e informações diversificadas – dados gerais sobre os municípios (e.g. documentos oficiais, instrumentos de gestão 2017-2019, publicações 2017-2019) e dados sobre a cultura na legislatura 2017-2021 (e.g. instrumentos de gestão cultural, infraestruturas culturais, associativismo cultural, programas culturais, iniciativas culturais, redes culturais, Norte 2020);
2) na 2ª fase, procurou-se, por um lado, validar a informação recolhida na primeira fase (selecionado o tipo de informação mais relevante e complementando com alguns dados que, eventualmente, não foram incluídos) e, por outro lado, incluir dados provenientes da análise de outras fontes (e.g. EIM's, CNE, INE, Norte 2020, DRCN, DGPC, DGARTES);
3) na 3ª fase complementou-se a informação recolhida com dados provenientes de páginas nacionais e internacionais (e.g. GEPAC, Portugal 2020, UNESCO e Programa Europa Criativa).

Os dados recolhidos permitiram-nos uma caraterização mais profunda dos municípios e das EIM's, que sempre que se justificou foi utilizada para efetuar uma triangulação com os dados provenientes do inquérito por questionário aplicado aos 86 municípios e ainda para preparação dos grupos de discussão a dinamizar com as EIM´s e com organizações culturais. No processo de análise documental, salienta-se ainda o levantamento exaustivo efetuado sobre os dados referentes à presença da *cultura* no Norte 2020. Por um lado, foram analisados vários documentos que enquadram o programa (e.g. Portugal 2020, Norte 2020, RIS3 Norte 2020) e, por outro lado, foram analisados documentos que compilam os resultados dos projetos aprovados no âmbito do Norte 2020. A título meramente ilustrativo dos resultados obtidos, convocam-se os dados referentes à utilização da palavra *cultura* e suas derivadas nos diferentes documentos consultados (os resultados revelam 72 referências no Portugal 2020, 66 referências na Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente, 129 referências no Norte 2020 e 57 referências no RIS3 do Norte 2020) e os dados referentes aos projetos aprovados até agosto de 2019 em que a *cultura* figura no nome da operação, no nome do beneficiário, na prioridade de investimento, no resumo da operação ou no domínio de intervenção (os resultados revelam a presença da *cultura* em 1,6% dos 8.049 projetos aprovados, correspondendo a 5,0% do fundo total aprovado de 2.288.876.119,80€).

1.3. Inquérito por questionário aos municípios

De entre as diversas opções de auscultação dos municípios sobre questões relacionadas com as políticas culturais locais (atuais e futuras) e com os programas de desenvolvimento regional (atual e futuro), considerou-se que o mais adequado seria a aplicação de um inquérito por questionário.

Em agosto de 2019, para a preparação do inquérito por questionário para o estudo da DRCC (entidade onde se realizou o primeiro estudo deste ciclo), seguiram-se os procedimentos propostos por Sampieri, Collado e Lúcio (2006) e foram consultados vários estudos (e.g. André & Vale, 2014; Galmarino, 2008; Gama, 2011; Navarro & Clark, 2012; Neves, 2019; Santos, 2007; União Europeia, 2013) relacionados com o setor cultural, tendo-se optado por construir um instrumento de raiz. Durante o processo de desenho do instrumento de recolha de dados também se teve em consideração que os municípios são solicitados a preencher anualmente inquéritos por questionário para o INE e, por isso, tentou-se sempre que possível utilizar categorias e conceitos dos documentos do INE (e.g. CSC, IFAC, IRE). Depois de construída e testada uma primeira versão do questionário pela equipa do projeto, o mesmo foi analisado por parte da direção regional para aferir se ele respondia positivamente às suas necessidades. Fruto deste diálogo foram operados alguns ajustes ao questionário. Validado, científica e tecnicamente, deu-se por concluído o processo de construção do principal instrumento de recolha de dados do estudo.

Em fevereiro de 2020, quando se iniciou o estudo para a DRCN, procedeu-se à adaptação do inquérito aplicado na DRCC, tendo sido mantidas as 47 questões, divididas nas secções que a seguir se convocam sumariamente:

1) Sobre o município: seis questões para recolher dados básicos sobre o município e sobre a pessoa responsável pelo preenchimento do questionário;
2) Sobre as políticas culturais locais para o período 2017-2021: 14 questões (seis das quais abertas) para recolher dados sobre as políticas culturais do município no mandato em curso;
3) Sobre o Programa Norte 2020: 10 questões (nove das quais abertas) para recolher dados relativamente ao Programa Norte 2020;
4) Sobre as políticas culturais até 2030: seis questões abertas para recolher dados que concorressem para a definição de políticas culturais para a próxima década;
5) Sobre o novo Programa Operacional da Região Norte para o período pós-2020: cinco questões abertas para reunir contributos dos municípios sobre a presença da cultura no novo Programa Operacional da Região Norte para o período pós-2020.

Sobre o desenho do questionário, realça-se ainda que foram seguidos todos os princípios éticos previstos em estudos desta natureza, nomeadamente no que concerne à confidencialidade, ao consentimento informado e à possibilidade de recusa na participação.

1.3.1. Universo do inquérito

O universo do estudo da DRCN foi a região Norte de Portugal, que integra 86 municípios e, segundo dados do INE, a uma população residente de 3.572.583, correspondendo a 27,9% dos municípios portugueses e a 34,8% da população residente em Portugal no ano de 2018.

1.3.2. Aplicação do inquérito

O inquérito por questionário, autoadministrado por computador e alojado na plataforma *GoogleForms*, começou a ser aplicado a 18 de fevereiro de 2020. Foi previsto um período inicial de quatro semanas para submissão do questionário, ao qual acrescia um período de uma semana para validação das respostas por parte da equipa do projeto: entre a data de submissão inicial do questionário e o final do processo de validação, os municípios podiam editar as respostas dadas através de uma hiperligação específica que era gerada para o efeito. Assim, os processos de preenchimento e de validação, deveriam estar concluídos a 23 de março, contudo, em virtude dos constrangimentos provocados em Portugal pela COVID-19, os períodos de submissão e de validação foram sendo prorrogados, tendo sido dado por concluído o processo no dia 30 de abril de 2020.

O convite à participação dos municípios foi efetuado através de email, mas também através de contacto telefónico, pelos serviços da DRCN e pela equipa do POLObs. Como pode ser observado na Figura 1, foram múltiplos os contactos com os municípios para os sensibilizar para a importância da participação.

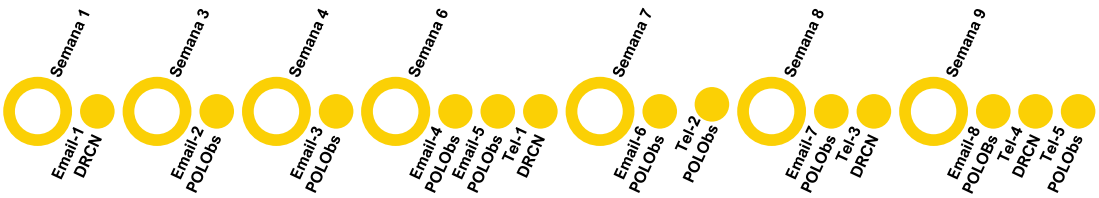

Figura 1: Linha de tempo dos contactos com os municípios para preenchimento do inquérito por questionário

1.3.3. Processo de validação dos inquéritos submetidos

O processo de validação dos inquéritos por questionário desenvolveu-se em duas fases.

Para a 1ª fase foram elaborados três cenários possíveis:

1) questionário validado de imediato: se não fossem identificadas inconformidades (todas as respostas fechadas e abertas preenchidas adequadamente);
2) questionário validado provisoriamente: se alguma das respostas pudesse suscitar alguma dúvida no processo de análise;
3) questionário incompleto: se fossem detetadas inconformidades graves nas perguntas abertas e fechadas.

E para a 2ª fase do processo de validação foram elaborados mais dois cenários:

1) questionário validado: questionários validados na 1ª fase e os questionários incompletos que tivessem sido, entretanto, objeto de edição das respostas por parte do município ou que, no caso das respostas abertas, os municípios tivessem informado explicitamente a equipa do projeto que as respostas incluídas no questionário correspondiam à versão final que o município pretendia submeter);
2) questionário não validado: questionários incluídos no terceiro cenário possível na 1ª fase e que não sofreram qualquer tipo de alteração.

Independentemente do estado do questionário na 1ª fase de validação, os responsáveis pelo preenchimento dos questionários receberam sempre uma notificação da receção do questionário com uma versão em PDF das respostas para aferirem se correspondia, efetivamente, ao contributo do município para o estudo.

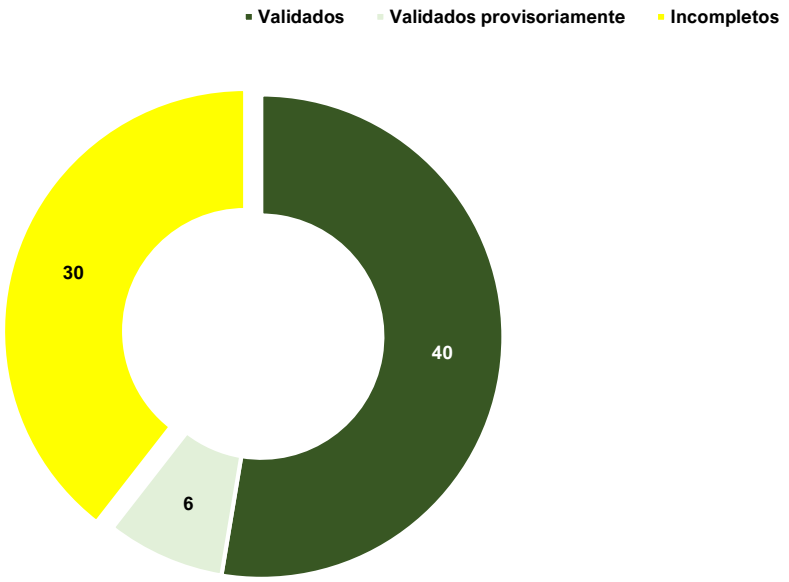

Gráfico 1: Distribuição dos questionários na 1ª fase do processo de validação

Os questionários submetidos na plataforma *GoogleForms* foram transpostos, inicialmente, para Excel para serem objeto do processo de validação.

Como o Gráfico 1 mostra, na 1ª fase do processo de validação houve 6 questionários que foram validados provisoriamente e 30 questionários considerados como incompletos.

O principal motivo que concorreu para que os questionários tenham sido validados provisoriamente esteve relacionado com a falta de desagregação do orçamento municipal afeto à cultura no ano de 2018. Depois de contactados pela equipa, alguns municípios invocaram que não tinham os dados disponíveis e, por isso, os questionários foram considerados como válidos na 2ª fase.

Os motivos que concorreram para que 30 questionários tenham sido considerados incompletos na 1ª fase foram vários: respostas fechadas todas com a mesma opção de resposta, o que poderia ser sinónimo de preenchimento provisório; respostas abertas unicamente com uma letra, um número ou um ponto, o que também poderia corresponder a uma resposta provisória para permitir a continuação do preenchimento do questionário. Depois de contactados pela equipa do projeto, os municípios que consideraram oportuno procederam à edição das primeiras respostas dadas, permitindo a validação automática dos respetivos questionários. Apenas uma percentagem muito reduzida de municípios que submeteram questionários incompletos, decidiu não operar nenhuma alteração ao questionário, informando a equipa do projeto que o questionário correspondia à versão final do contributo do município. Tendo em consideração que as inconformidades detetadas neste último lote de questionários não comprometia a análise de algumas dimensões do estudo decidiu-se validar as secções dos questionários que estavam em conformidade.

Assim, na sequência da 2ª fase do processo de validação, foram validados 76 questionários com todas as respostas fechadas preenchidas de forma adequada.

1.3.4. Ausência de respostas ao inquérito

Findo o processo de aplicação do inquérito por questionário, observou-se que 11,6% dos municípios, representando 3,4% da população residente dos municípios que constituíram o universo de estudo, optaram por não participar na auscultação coordenada pelo POLObs e promovida pela DRCN.

No que concerne à ausência de respostas, o Gráfico 2 é elucidativo e revela que as EIM09 e EIM12 foram únicas com o pleno de participação dos municípios. No que se refere às restantes EIM's, os municípios que não participaram foram os com menos população residente na respetiva EIM, uma vez que, em alguns casos, se observa uma diferença substantiva entre a percentagem de municípios não participantes e a percentagem população residente não representada no estudo. Certo é que, através dos contactos

telefónicos efetuados, foi possível perceber que a COVID-19 e o grau de profundidade do instrumento de recolha de dados foram alguns dos motivos apresentados por alguns dos municípios para o atraso na submissão.

Um olhar sobre os municípios que optaram por não participar no estudo, nomeadamente através da informação oficial disponível *online* (e.g. páginas dos municípios, Norte 2020, EIM's, DGARTES, DGPC, DRCN, INE), não nos permite retirar conclusões sobre os motivos que podem ter concorrido para a não submissão do questionário.

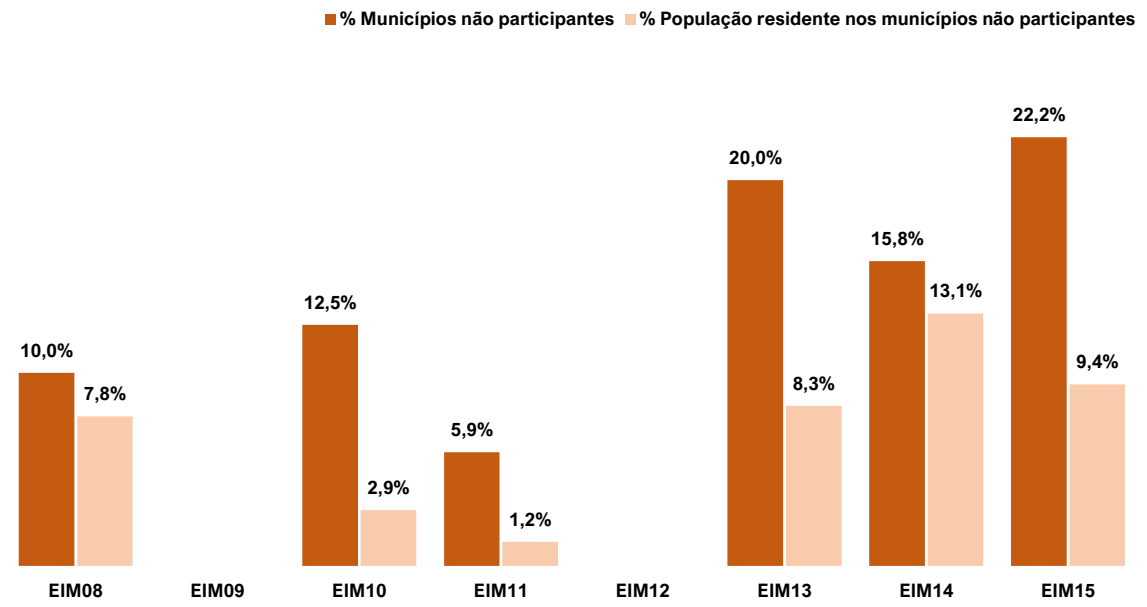

Gráfico 2: Percentagem de questionários não preenchidos e respetiva representatividade da população residente

Nos 10 municípios que não participaram voluntariamente no estudo é possível encontrar:

1) concelhos com menos de 5.000 habitantes e até 22.000 habitantes;
2) concelhos localizados no litoral e no interior;
3) autarquias com pelouro da cultura autónomo ou com plano estratégico para a cultura e autarquias em que os órgãos autárquicos específicos da área da cultura ou os instrumentos formais de gestão autárquica específicos da área da cultura são residuais;
4) autarquias de diversos quadrantes políticos;
5) operações, com dimensão cultural, financiadas no âmbito do Norte 2020 em que os municípios são beneficiários;
6) concelhos com património cultural imóvel classificado;
7) concelhos em que há entidades e associações culturais com apoio e sem apoio financeiro através dos concursos da DGARTES e/ou da DRCN.

1.3.5. Amostra do inquérito

Independentemente dos motivos que poderão ser encontrados para a participação, ou ausência dela, por parte dos municípios, considera-se que os esforços de divulgação efetuados pela DRCN e pelo POLObs, assim como os esclarecimentos de todas as dúvidas por parte do POLObs, foram os adequados, permitindo que no final do processo se tenha conseguido que 76 municípios tenham submetido, com sucesso, o seu questionário, correspondendo a 88,4% do universo dos municípios e a 96,6% da população residente na região objeto de estudo.

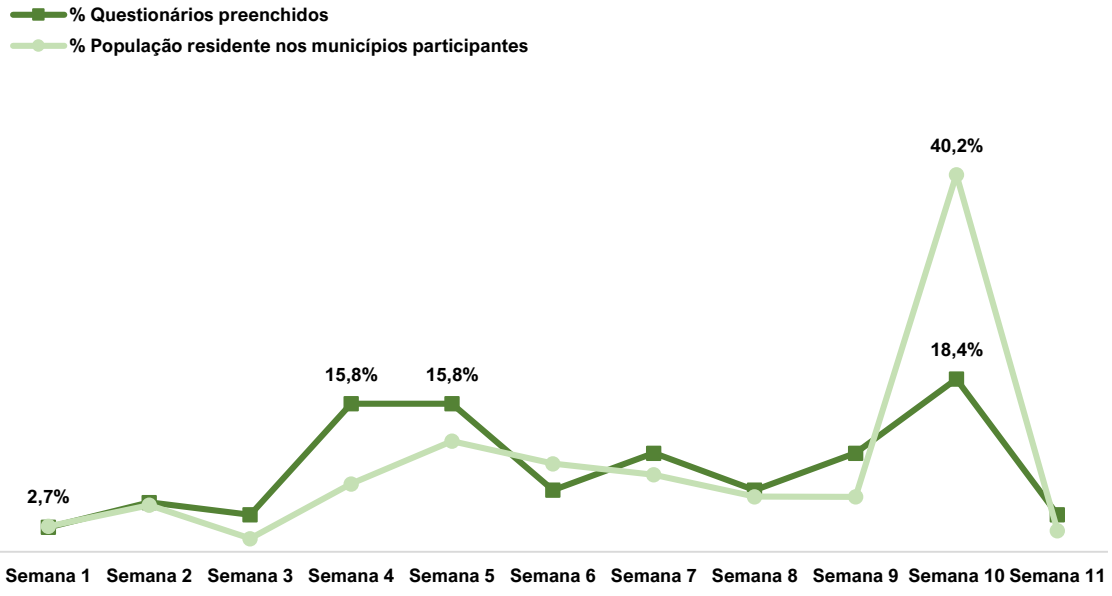

Gráfico 3: Evolução de questionários preenchidos e respetiva representatividade da população residente

O Gráfico 3 permite-nos perceber que se observou, no período inicialmente previsto para o preenchimento do questionário, um aumento gradual e natural no número de submissões semanais, e que as submissões foram maioritariamente de municípios com menos residentes. A prorrogação do prazo para a submissão em virtude da COVID-19 revelou-se decisiva para o sucesso do processo, sendo que na décima semana de foram submetidos 18,4% dos questionários, representando 40,2% da população residente na área de influência da DRCN.

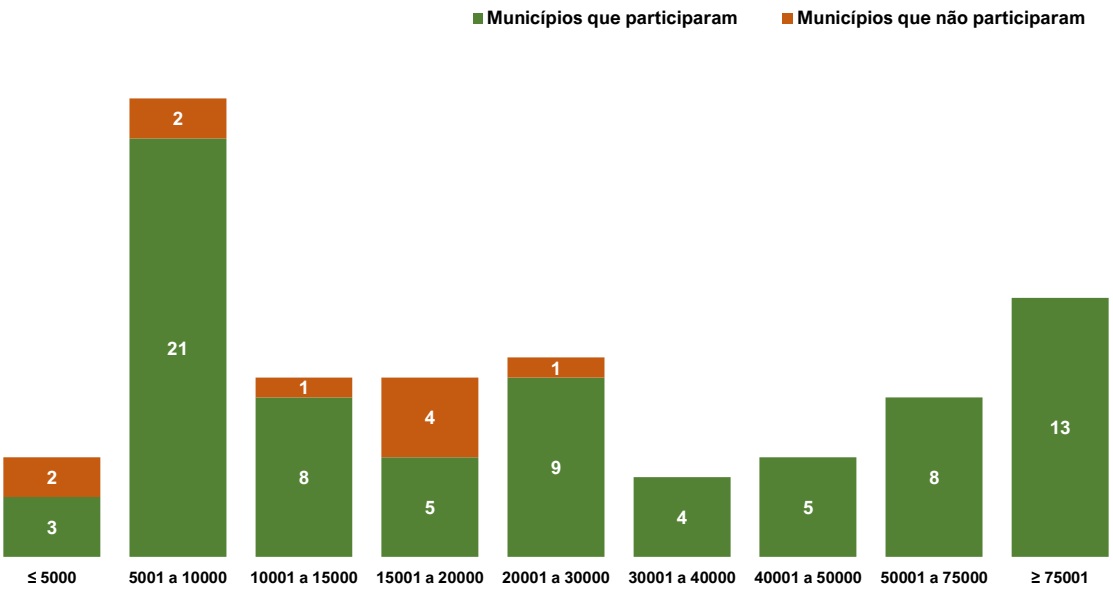

Gráfico 4: Nº de municípios que participaram e não participaram no estudo em função da população residente

No que concerne aos municípios que decidiram integrar a amostra do estudo, sublinha-se ainda que a análise do Gráfico 4 é particularmente interessante pois revela de forma inequívoca que, percentualmente, foram os concelhos com mais população residente que mais disponibilidade demonstraram em participar no estudo – 97,5% dos concelhos com mais de 20.000 habitantes participaram no estudo. Sobre a ausência de participação, sem minimizarmos a importância da participação dos concelhos com menos residentes, assinala-se como muito positiva a representatividade do estudo, tanto mais que foi realizado em plena pandemia. Sobre os 19,6% dos concelhos com até 20.000 habitantes que, por diversos motivos, não conseguiram contribuir para a reflexão que a DRCN se propôs realizar, sublinha-se que se espera que em ocasiões futuras sejam reunidas condições para a sua participação, tanto mais que um dos objetivos da DRCN visa mitigar uma das críticas que, não raras vezes, é apontada nos processos de preparação das estratégias para as políticas culturais: a falta de auscultação dos agentes no terreno.

1.3.6. Tratamento dos dados do inquérito

Tendo em consideração que as respostas obtidas no inquérito foram de dois tipos, quantitativas e qualitativas, os dados recolhidos foram transpostos do Excel para o programa SPSS e para o programa NVivo.

No SPSS, as respostas codificadas em função das questões incluídas no inquérito, gerando um total de 76 entradas (número de inquéritos válidos) distribuídas por 166 variáveis de análise. Estas 166 variáveis são o resultado final de codificações e recodificações necessárias para a análise. O método de análise passou inicialmente pela aferição das medidas de tendência central (moda, média, mediana e desvio padrão). Posteriormente,

procedeu-se em alguns casos à recodificação em função de *clusters* organizados por natureza ou sentido (e.g. lugar de nomeação ou lugar técnico). Finalmente, procedeu-se ao cruzamento entre variáveis, para daí se extrair o máximo de informação pertinente e considerável.

No que se refere às questões qualitativas, numa 1ª fase e em cada uma das dimensões de análise, as respostas organizaram-se por ordem alfabética. Daqui resultou um alinhamento em função do verbo de ação, com a devida correspondência com a origem da informação (municípios). Esta estratégia metodológica permitiu uma análise às várias respostas abertas por ordem de ação proposta. Neste sentido, verificou-se a presença ou ausência de elementos de significação; a frequência, com base no postulado que a importância do registo aumenta com a frequência da aparição; a intensidade, na medida em que a aparição de cada elemento aponta os valores presentes (ideológicos, tendências) e as atitudes; a ordem, na medida em que a ordem de aparição das unidades pode indicar relevância do tema em um quadro de inferência; e, finalmente, a coocorrência, isto é, a presença simultânea de duas ou mais unidades de registo numa unidade de contexto. A coocorrência dá conta da distribuição dos elementos e da sua associação (Bardin, 2010).

Numa 2ª fase do processo de análise das respostas às questões qualitativas, foi solicitada a participação de um conjunto de investigadores do CECS para analisarem dois grupos específicos de respostas incluídas nas secções "Políticas Culturais 2017-2021" e "Políticas Culturais até 2030". Cada investigador efetuou a análise à luz de um dos documentos, nacionais e internacionais, que foram selecionados para o efeito – Programa do XXI Governo Constitucional (2015); Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020 (2018); Agenda 21 da Cultura (Committee on culture – United Cities and Local Governments, 2008); Carta Cultural Ibero-americana (Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2006); Declaração sobre Cultura e Indústrias Criativas como sector estratégico na CPLP (Comunidades dos Países de Língua Portuguesa, 2018); Nova Agenda Europeia para a Cultura (Comissão Europeia, 2018); e Agenda 2030 (Organização das Nações Unidas, 2015) – através dos quais se procurou lançar um olhar transversal para o objeto de estudo.

Sobre a seleção dos documentos, destacam-se os seguintes aspetos:

1) a seleção do Programa do Governo e do Programa Norte 2020 dispensam grandes justificações, sendo que no caso do terceiro documento nacional, a CSC, serviu para enquadrar as respostas dos municípios nos 10 domínios da cultura;
2) a Agenda 21 da Cultura foi escolhida por ser considerado um "documento, com vocação mundial, que aposta por estabelecer as bases de um compromisso das

cidades e dos governos locais para o desenvolvimento cultural" (Committee on culture – United Cities and Local Governments, 2008, p. 3);

3) a Carta Cultural Ibero-americana, a Nova Agenda Europeia para a Cultura e a Declaração da CPLP foram escolhidos pelo facto de Portugal ser o único país do mundo que integra simultaneamente a UE, a CPLP e a OEI;
4) a seleção da Agenda 2030 é óbvia, pois, na contemporaneidade e independentemente do campo de ação, considera-se fundamental o alinhamento com o documento aprovado da ONU em 2015.

Nesta fase de análise, cada investigador começou por efetuar uma síntese do seu documento, identificando posteriormente três a seis linhas de força do documento (sempre que possível cada linha de força foi sintetizada através de uma frase curta e de uma palavra-chave) e, por fim, efetuou a análise das respostas à luz das palavras-chave que foram identificadas no documento. Ao todo os investigadores definiram 51 eixos de análise e outras tantas palavras-chave. Destaca-se que a palavra-chave cultura foi escolhida apenas em dois documentos, sendo que a relação explícita da cultura com outras dimensões (e.g. criatividade, desenvolvimento, economia, educação, inclusão social, sustentabilidade) foi identificado em sete dos oito documentos (apenas na análise à luz do Norte 2020 a referência, implícita ou explícita, à cultura não figura, uma vez que, neste caso específico, se considerou adequado fazer a análise à luz dos nove eixos prioritários inscritos no documento). Nos documentos internacionais que foram selecionados devido à sua importância em contextos específicos – europeu, ibero-americano e lusófono –, observou-se, como seria de esperar, a presença de eixos de análise relacionados com a cooperação, a língua, a mobilidade e os espaços territoriais a que cada documento se refere, sendo que neste último caso, tal não se observou no documento referente ao contexto europeu. Por último, destacam-se eixos relacionados com o trabalho em rede e as políticas culturais.

Na 3ª fase de análise das respostas qualitativas, optou-se por recorrer ao programa NVivo para analisar a última secção do questionário. As respostas a cada uma das cinco questões da secção "Sobre o novo Programa Operacional da Região Norte para o período pós-2020" foram agrupadas e criadas nuvens de palavras com base nas 30 palavras mais usadas, com 4 ou mais letras, e agrupando palavras similares. Seguidamente foram criados *clusters* por similaridade de palavras, permitindo perceber as relações entre as palavras mais frequentes. Realça-se que os *nós* de ligação entre palavras com cinco ou mais frequências sublinham a tendência dos discursos e a sua constância, sendo que a partir dos *nós* formados pelas palavras é possível perceber níveis de entendimento diferentes, uma vez que, se fizermos uma análise dos dendrogramas da direita para a esquerda, é possível contar os níveis e a relação de proximidade entre as diferentes palavras, permitindo, desta feita, retirar conclusões particularmente pertinentes e relevantes.

Figura 2: Exemplo de dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra

Assim, a título meramente ilustrativo, apresenta-se a Figura 2, que representa um dendrograma de Jaccard e permite exemplificar o tipo de análise que foi efetuada. A partir da Figura 2 é possível perceber, por um lado, a relação próxima entre *cultura* e *promover*, e, por outro lado, que, quando as respostas são analisadas pelo prisma do termo *cultural*, os respondentes fazem associações de nível 1 com o *património* (*património cultural*), de nível 2 com a *valorização* do *património cultural* e de nível 3 com a *sustentabilidade* do *património cultural*.

1.4. Grupos de discussão

No âmbito do presente estudo considerou-se ainda relevante e pertinente a dinamização de dois conjuntos de grupos de discussão: um primeiro conjunto organizado a partir das EIM's e um segundo conjunto organizado a partir de diferentes domínios da cultura.

Para a preparação dos grupos de discussão foram tidos em conta as considerações teóricas e metodológicas sintetizadas por Silva, Veloso e Keating (2014), que convocam um conjunto muito significativo de autores que se debruçam sobre estas temáticas (e.g. Bloor, Frankland, Thomas & Robson, 2001; McParland & Flowers, 2012; Morgan, 2010; Sagoe, 2012; Stewart, Shamdasani & Rook, 2007).

1.4.1. Objetivos dos grupos de discussão

Os grupos de discussão visaram cumprir os seguintes objetivos:

1) complementar os resultados obtidos com o inquérito por questionário aplicado aos 86 municípios da área de influência da DRCN;
2) refletir sobre a dimensão cultural do Programa Norte 2020;
3) estimular a geração de ideias para a estratégia e política cultural regional até 2030;

4) reunir contributos sobre a dimensão cultural do próximo Programa Operacional Regional do Norte.

1.4.2. Participantes nos grupos de discussão

No que concerne ao número de participantes, definiu-se que cada grupo de discussão deveria ser composto por seis a oito elementos.

Nas sessões dinamizadas com as EIM's procurou-se que fossem incluídos representantes dos diferentes órgãos e serviços das EIM's (e.g. Conselho Intermunicipal, Assembleia Intermunicipal, Secretariado Executivo, Serviços Técnicos relacionados com Fundos Comunitários, e/ou Cultura, Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal), dos diferentes municípios de cada EIM e parceiros da EIM (e.g. entidades envolvidas em algum projeto do Norte 2020 e/ou em algum projeto cultural). E nas sessões dinamizadas para organizações/profissionais do setor cultural ficou definido que cada sessão deveria integrar elementos de várias NUTS 3, agrupados por domínios culturais da CSC (e.g. Arquivos, Artes do Espetáculo, Artes Visuais, Audiovisual e Multimédia, Bibliotecas, Património Cultural).

1.4.3. Guião dos grupos de discussão

Com uma duração prevista entre os 90 e os 120 minutos, foi elaborado, com base na estrutura do inquérito por questionário aplicado aos municípios, um guião para ser aplicado em todos os grupos e que integrou quatro grandes temáticas:

1) Políticas Culturais desde 2015
    a. Importância estratégica da cultura no desenvolvimento regional
    b. Linhas gerais da política cultural regional mais relevantes para a região Norte
    c. Avaliação do grau de articulação das políticas culturais
2) Programa Norte 2020 (com especial enfoque na dimensão cultural)
    a. Análise SWOT do programa
    b. Avaliação do processo de elaboração do programa
    c. Avaliação da presença da cultura
    d. Avaliação dos indicadores definidos para as ações nos domínios da cultura
    e. Avaliação dos impactos do programa no território
3) Estratégia e Política Cultural Regional até 2030
    a. Quais são as principais necessidades na área da cultura?
    b. Quais são as principais necessidades de investimento futuros na região Norte na área da cultura?
    c. Quais são os principais contextos de investimento futuros na região Norte na área da cultura?

d. Quais devem ser objetivos estratégicos da política cultural regional para a década 2020-2030?

4) Próximo Programa Operacional Regional do Norte (com especial enfoque na dimensão cultural)
   a. Prioridades de investimento para a dimensão cultural
   b. Objetivos específicos para a dimensão cultural
   c. Tipologias de intervenção e de ações para a dimensão cultural
   d. Indicadores de Realização e de Resultado para a dimensão cultural

Destaca-se que, não obstante o guião elaborado, os participantes tinham a liberdade para, dentro de cada tema, selecionar os subtemas que consideravam mais pertinentes e relevantes aprofundar.

1.4.4. Implementação dos grupos de discussão

Estando prevista a dinamização de um total de 15 grupos de discussão (oito com EIM's e sete com organizações/profissionais do setor cultural), a colaboração da DRCN e das EIM´s na seleção dos participantes, respetivamente, nos que foram dinamizados com organizações/profissionais do setor e nos que foram realizados com as EIM´s, revelou-se de particular importância.

No que diz respeito aos locais de realização, considerou-se que o mais adequado seria que as sessões com as EIM's deveriam acontecer nas sedes das EIM's e que as sessões com as organizações/profissionais do setor cultural deveriam acontecer de forma descentralizada nas NUTS 3, mas em concelhos distintos dos das sedes das EIM's. Contudo, devido aos constrangimentos provocados pela COVID-19, os grupos de discussão decorreram de forma virtual através da plataforma ZOOM.

O convite para a participação nos grupos de discussão foi efetuado através de email, mas também através de contacto telefónico, pelos serviços da DRCN e pela equipa do POLObs.

Assim, com uma equipa de três elementos (investigador responsável e dois técnicos de investigação do projeto), os 15 grupos de discussão previstos foram dinamizados entre 25 de maio e 02 de julho de 2020, e contaram com um total de 96 participantes.

Sublinha-se que os participantes receberam previamente um documento de apoio à sessão contendo uma explicitação sumária dos objetivos do estudo, dos instrumentos de recolha de dados que estavam a ser aplicados, do modelo de funcionamento do grupo de discussão e do guião da sessão. Também foram salvaguardadas todas as questões referentes ao consentimento informado, nomeadamente a garantia de anonimato, bem como a autorização para a utilização, para fins meramente científicos, do registo áudio e vídeo.

1.4.5. Tratamento dos dados dos grupos de discussão

Tal como é prática habitual na implementação deste tipo de instrumento de recolha de dados, foi efetuado o registo vídeo e áudio de todas as sessões dinamizadas, sendo que para a recolha de informações complementares foi criada uma ficha de registo de notas de campo.

Para o processo de transcrição dos grupos de discussão utilizou-se, numa 1ª fase, um *software* específico para o efeito e, numa 2ª fase, foi efetuada a revisão e correção, pelo técnico de investigação que acompanhou a implementação dos grupos de discussão, da transcrição efetuada na 1ª fase. Fruto deste trabalho foram produzidas mais de 500 páginas (em formato A4, com tipo de letra Arial, tamanho 12 com espaçamento de 1,5 linhas) de transcrições onde se contabilizaram 212.077 palavras.

Salienta-se que as fichas de registo de notas de campo, que foram preenchidas provisoriamente durante cada sessão e completadas nas 24 horas seguintes à data de realização de cada grupo de discussão, serviram para, por um lado, esclarecer alguma dúvida que a transcrição pudesse suscitar e, por outro lado, fornecer dados complementares durante o processo de análise.

Depois de validadas as transcrições, o processo de análise iniciou-se com a transposição dos dados para o programa NVivo. A análise foi efetuada em dois momentos – primeiro cada grupo de discussão foi analisado individualmente e depois em bloco por tipologia de participantes dos grupos de discussão (EIM's e organizações/profissionais do setor cultural). Em qualquer dos momentos, a análise integrou as seguintes etapas:

1) criação de nuvens de palavras com as 30 palavras mais repetidas por grupo de discussão, com 4 ou mais letras, em que as buscas foram codificadas para agrupar palavras similares (e.g. rede, redes);
2) elaboração de dendrogramas de Jaccard, representando os *nós* em *cluster* por similaridade de palavras para compreender as relações entre as 20 palavras mais frequentes (desconsiderando na análise pronomes, advérbios e verbos) – os *nós* de ligação entre as palavras mais frequentes permitem perceber a tendência dos discursos e a sua constância através da relação entre as palavras e as suas associações mais repetidas;
3) cálculo do coeficiente de Pearson (Siegel, 1975) para medir a força das relações individuais entre palavras – relembra-se que o coeficiente de Pearson oscila entre -1 e 1, sendo que entre 0 e 1 a correlação é de significância positiva e que as forças relacionais se dividem em seis tipos de classificação (nula, fraca, moderada, forte, muito forte, perfeita);
4) elaboração do Esquema Fruchterman-Rei (a partir dos dados provenientes do coeficiente de Pearson e onde os pontos mais próximos são os que demonstram

um coeficiente mais elevado entre dois *nós* e os pontos mais centrais são os que têm mais correlações), expondo a morfologia das relações entre as 20 palavras mais frequentes (desconsiderando na análise pronomes, advérbios e verbos), perseguindo cada uma das palavras inseridas nos contextos discursivos e percebendo os caminhos explicativos – a título meramente ilustrativo convoca-se um dos esquemas de Fruchterman-Rei criado no âmbito deste estudo, que nos permite perceber que a palavra mais repetida foi *bibliotecas* (assinalada a vermelho), que os *nós* com maior coeficiente de Pearson foram *culturais* e *políticas* e que o ponto mais central e com mais correlações, foi *atividades*.

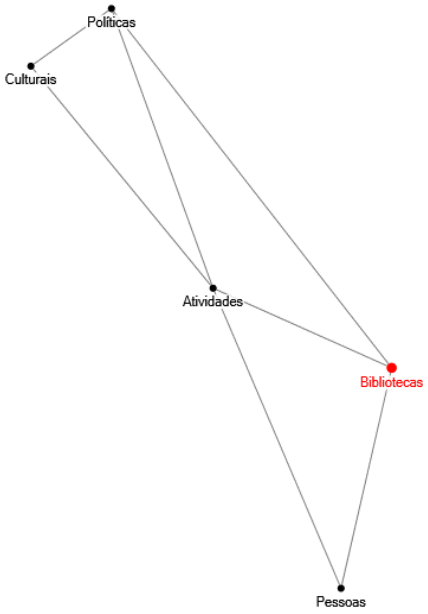

Figura 3: Exemplo de Esquema de Fruchterman-Rei

Para a síntese das ideias-chave por tipologia de participantes, depois de efetuada a análise individual de cada grupo de discussão, as transcrições foram agrupadas em dois blocos (EIM's e organizações/profissionais do setor cultural), para se proceder à mesma tipologia de análise, com a diferença de que as palavras não foram agrupadas por similaridade (e.g. rede, redes), aparecendo, por isso, nas figuras ilustrativas as palavras exatas que foram proferidas ao longo das sessões (e.g. cultura, cultural, culturais).

2. Inquérito por questionário aos municípios

Tecidas que estão as considerações gerais sobre as questões metodológicas, segue-se a convocação da análise dos resultados do inquérito por questionário que foi aplicado aos 86 municípios da área de influência da DRCN. Nesta apresentação respeitamos a estrutura do questionário, que, como já foi referido, foi dividido em cinco secções (Sobre o município; Sobre as políticas culturais locais para o período 2017-2021; Sobre o Programa Norte 2020; Sobre as políticas culturais até 2030; e Sobre o novo Programa Operacional da Região Norte para o período pós-2020).

2.1. Sobre os municípios

A primeira secção do questionário visou compilar um conjunto de informações básicas para a identificação dos municípios e das pessoas responsáveis pelo preenchimento dos questionários.

2.1.1. Sobre as pessoas responsáveis pelo preenchimento do questionário

Para a identificação dos respondentes, reuniram-se dados referentes ao cargo ocupado no município, à idade e ao grau de escolaridade completo.

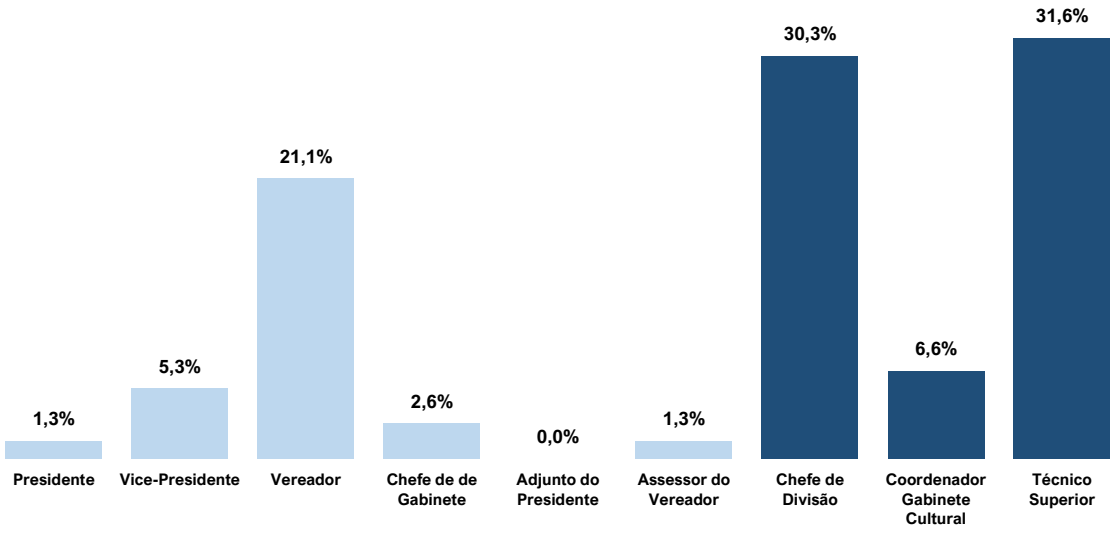

Gráfico 5: Distribuição dos respondentes por cargo ocupado no município

O Gráfico 5 compila os dados referentes ao cargo ocupado pelo respondente no município, sendo que, apesar de terem sido recebidas 43 respostas distintas nesta questão aberta, utilizaram-se as categorias para a análise dos dados criadas no âmbito do estudo da DRCC:

natureza política (com seis subcategorias); e natureza técnica (com três subcategorias). A análise dos cargos ocupados pelos respondentes com base nas categorias criadas, permite constatar que, não obstante o questionário integrar um conjunto muito significativo de questões de natureza política, o que poderia implicar que as respostas fossem dadas por respondentes com cargos de natureza política, se observou a delegação do preenchimento em respondentes que ocupam cargos de natureza técnica (68,5%), o que pode justificar a ausência e/ou a pouca profundidade de algumas das respostas em algumas das questões mais estratégicas.

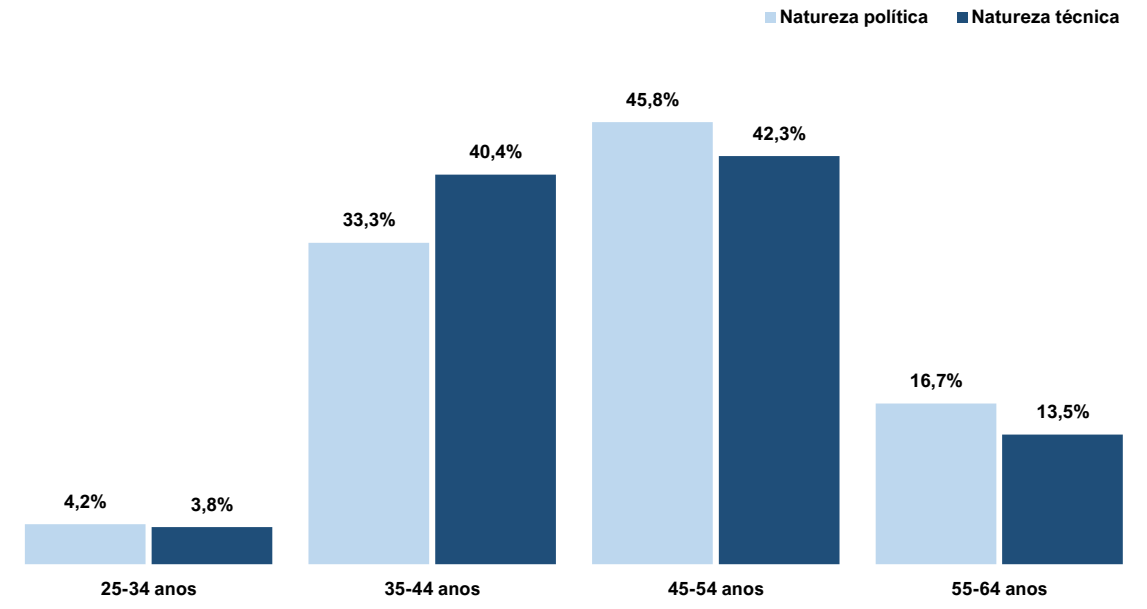

Gráfico 6: Correlação entre escalão etário e natureza do cargo que ocupa no município

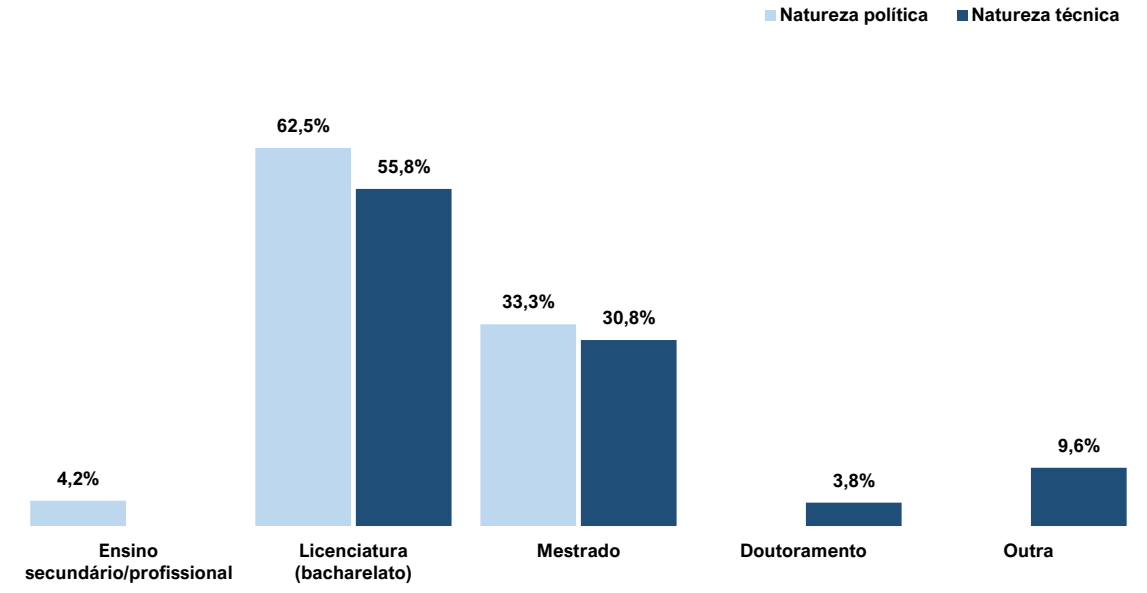

Gráfico 7: Correlação entre grau de escolaridade dos respondentes e natureza do cargo que ocupa no município

No que concerne à idade dos respondentes verificou-se que a maioria (81,6%) tem entre 35 e 54 anos, sendo que os que se enquadram no escalão etário dos 45 aos 54 anos atingem os 43,4%. O Gráfico 6 revela que, não obstante as diferenças de representatividade na amostra das duas categorias de respondentes, as distribuições pelos quatro escalões etários estão completamente alinhadas. Sendo que o Gráfico 7, que sintetiza os dados referentes ao grau de escolaridade dos respondentes, permite perceber que, apesar da maioria dos respondentes ter concluído o ensino superior, a formação académica dos que ocupam cargos de natureza técnica é mais elevada da que os que ocupam cargos de natureza política – este aspeto é particularmente relevante, uma vez que uma das necessidades que é apontada para o setor cultural está relacionada com a capacitação dos recursos humanos. Assim sendo, pode ser importante verificar, por exemplo, se a formação académica ao nível de pós-graduações, mestrados e doutoramento, que 40,8% dos respondentes afirmam possuir, é adequada ao exercício de funções no setor cultural.

Destaca-se ainda que na análise desta secção do questionário foi possível diagnosticar algumas tendências dignas de registo quando os dados são agrupados por EIM. A EIM08 é a única em que há um equilíbrio nos escalões etários dos respondentes com cargos de natureza política e com cargos de natureza técnica, sendo que a diferença mais significativa nesta dimensão de análise se observa nas EIM09 e EIM12, com os políticos a pertencerem, no primeiro caso, a um escalão etário mais baixo que os técnicos e, no segundo caso, a realidade ser diametralmente oposta. A análise do grau de escolaridade completo revela que, apesar de o nível de formação mais elevado só se encontrar nos técnicos da EIM11 e de na EIM13 a mediana da formação dos técnicos ser particularmente elevada, a EIM08 é a que, no cômputo geral, tem uma mediana de formação mais elevada, fruto do elevado grau de escolaridade dos respondentes políticos, que não é acompanhado pelos seus homólogos da EIM13.

2.2. Sobre as políticas culturais locais para o período 2017-2021

Esta secção do questionário visou recolher um conjunto diversificado de dados que permitam lançar um olhar transversal para as políticas culturais municipais no mandato em curso. Para além de aspetos muito práticos e objetivos (e.g. órgãos e instrumentos de gestão autárquica, recursos humanos, orçamento, recintos culturais, associativismo cultural, património cultural imóvel), tentamos ainda perceber quais as linhas gerais das políticas culturais municipais e o seu grau de articulação com as outras políticas municipais e com as políticas culturais regionais, nacionais e internacionais.

2.2.1. Órgãos autárquicos específicos da área da cultura

O Gráfico 8 revela de forma inequívoca que a existência de órgãos autárquicos específicos da área da cultura ainda não é uma prática ancorada nos municípios que fizeram parte do estudo.

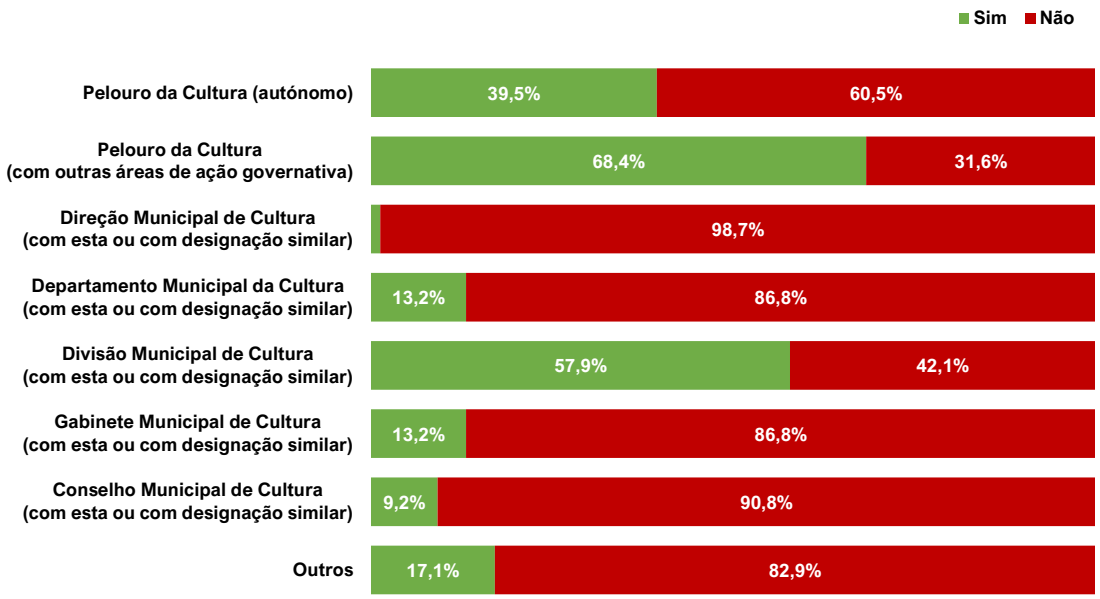

Gráfico 8: Existência de órgãos autárquicos específicos da área da cultura

Se começarmos por fazer uma análise descendente pela hierarquia dos órgãos, percebe-se que a cultura está, regra geral, integrada em pelouros com outras áreas de ação governativa (realça-se que na altura do preenchimento do questionário deve ter havido um lapso por parte dos M099, M108, M119, M135, M152, M161 e M163, uma vez que indicaram que tinham, ao mesmo tempo, pelouro autónomo e pelouro com outras áreas de ação governativa – uma triangulação dos dados do questionário com os dados provenientes de documentos oficiais das autarquias permite perceber que, nestes casos específicos, a cultura está efetivamente integrada com outras áreas de ação governativa) e que a presença de direções municipais de cultura é praticamente nula. No gráfico destaca-se ainda, por um lado, que a divisão municipal de cultura é o órgão mais frequente e, por outro lado, que se observa que há 9,2% dos municípios a afirmarem que têm CMC. Fazendo, mais uma vez, a triangulação dos dados do questionário com os dados provenientes de documentos oficiais das autarquias, é possível concluir que 71,4% dos municípios que afirmam ter CMC, não se conseguem encontrar evidências consistentes da sua existência ou do seu funcionamento. Assim sendo, na realidade, só em 2,6% da amostra é que se identificaram CMC, sendo que este número é reduzido para 1,3% se se entrar em linha de conta com as evidências encontradas do seu funcionamento efetivo no mandato autárquico em curso.

Agregando os dados por EIM, percebe-se, com base nos dados provenientes do questionário e tendo em consideração o número de municípios participantes em cada EIM, que a presença de órgãos autárquicos específicos da área da cultura não respeita uma tendência territorial, apesar de ser possível identificar algumas diferenças: 1) a EIM08 e a

EIM14 são as que possuem menos órgãos e os municípios da EIM13 os que mais órgãos identificaram; 2) os departamentos municipais de cultura, que só estão presentes em 13,2% dos municípios respondentes, não figuram na EIM08; 3) a totalidade dos municípios da EIM15 têm divisão municipal de cultura; 4) com exceção da EIM08, nas restantes EIM's há pelo menos 11,1% de municípios com gabinete municipal de cultura; e 5) só a EIM08 e a EIM13 é que, aparentemente, não possuem municípios com CMC.

2.2.2. Instrumentos formais de gestão autárquica específicos da área da cultura

Se o lugar que a cultura ocupa nos executivos municipais ou na Estrutura Nuclear e Flexível da Organização dos Serviços Municipais pode ser um sinal importante sobre o investimento político na cultura, a existência de instrumentos de gestão autárquica específicos da área da cultura permite-nos, de forma muito imediata, identificar algumas fragilidades da região: 6,6% dos municípios estudados não têm nenhum instrumento de gestão autárquica para a cultura e 85,5% não têm PEC. O PAAC é, como seria de esperar, o instrumento mais frequente (93,4%), mas 21,1% afirmam que não têm nenhum regulamento municipal (recintos culturais e iniciativas culturais específicas). Mais uma vez observa-se a existência de uma percentagem significativa (38,2%) que indicaram a existência de outros instrumentos de gestão.

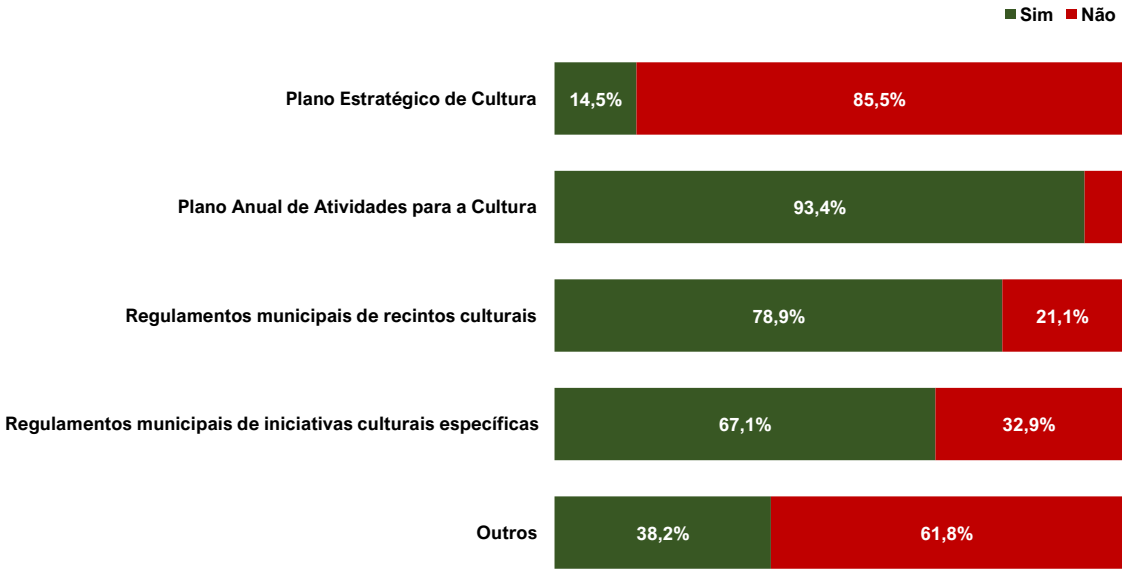

Gráfico 9: Existência de instrumentos de gestão autárquica específicos da área da cultura

Analisando os dados ao nível das NUTS 3, encontram-se alguns resultados dignos de registo: 1) a EIM10 e a EIM12 são as únicas em que nenhum município tem PEC; 2) a EIM14 é aquela em que há um maior número de municípios sem PAAC (18,7%); e 3) a EIM11 é a que tem municípios com mais instrumentos de gestão autárquica específicos da área da

cultura (25% com PEC; 93,8% com PAAC; 87,5% com Regulamentos Municipais de Recintos Culturais e Regulamentos Municipais de Iniciativas Culturais Específicas; e 56,3% com outros instrumentos de gestão).

2.2.3. Recursos humanos afetos à área da cultura

A análise dos recursos humanos afetos à cultura é sempre uma atividade complexa pois, mais do que a quantidade, revela-se da maior importância perceber, por um lado, a adequabilidade do percurso académico às funções exercidas e, por outro lado, as competências profissionais.

Não obstante o que acabou de se afirmar, optou-se por neste estudo, e tendo em consideração o tempo disponível para a sua execução, reduzir a dimensão de análise dos recursos humanos afetos à cultura, à vertente quantitativa na expectativa de que, apesar das limitações, forneça dados relevantes para o diagnóstico em curso.

O Gráfico 10 e o Gráfico 11 sintetizam os resultados das três questões relacionadas com os recursos humanos municipais e revelam um desequilíbrio no que se refere aos técnicos operacionais, que pode ser justificado, por exemplo, pelo facto de não serem contabilizados pelos municípios e serem, como no caso do M128, trabalhadores eventuais. Não obstante os valores médios oscilarem entre os 10,7 técnicos superiores, os 10,5 assistentes técnicos e os 7,7 técnicos operacionais, os valores das medianas e das modas são esclarecedores da escassez de recursos humanos afetos à cultura, pois 50% dos respondentes afirma ter, no máximo e independentemente da categoria, 18 técnicos afetos à cultura, sendo que a média é de 29,5 técnicos por município, com o M148 a registar o número mínimo de técnicos (dois) e o M087 o número máximo (273 técnicos).

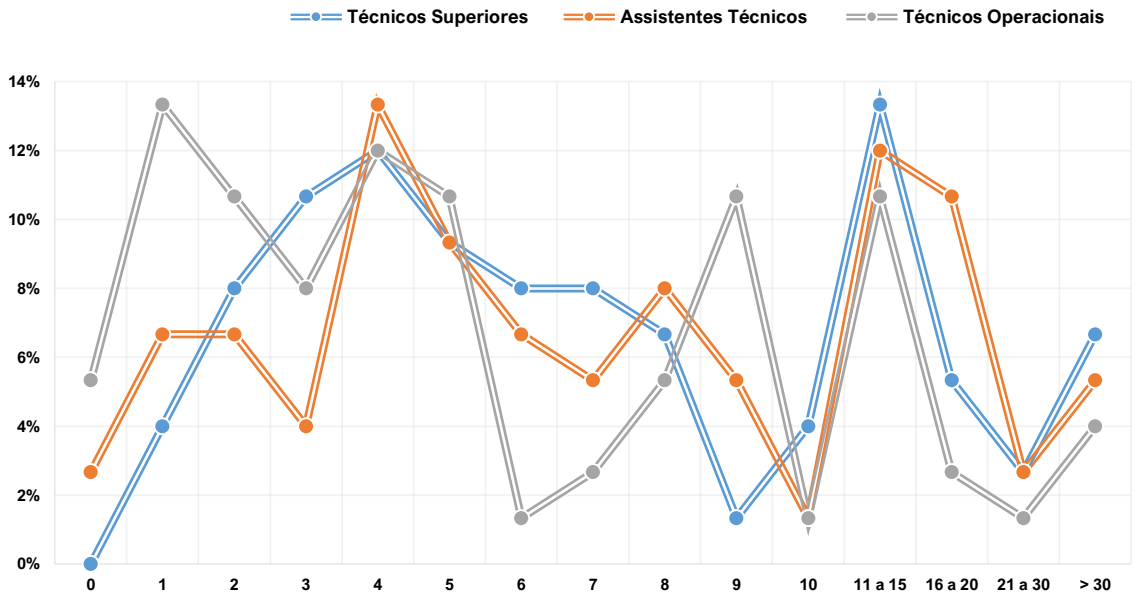

Gráfico 10: Recursos humanos municipais afetos à cultura

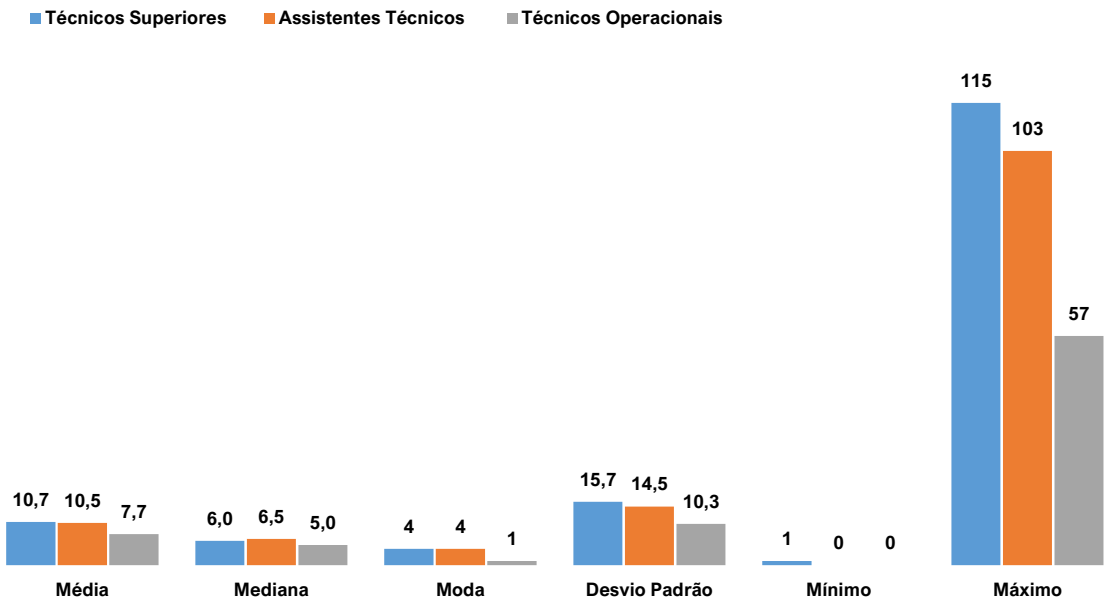

Gráfico 11: Medidas de tendência central dos recursos humanos municipais afetos à cultura

Para se ter uma perceção mais nítida do significado dos valores absolutos que se acabaram de convocar, torna-se fundamental analisá-los em função da população residente dos municípios. Os dados apresentados no Gráfico 12 correspondem à média do número total de recursos humanos afetos à cultura por 1.000 residentes, agregados por municípios em função da sua população residente.

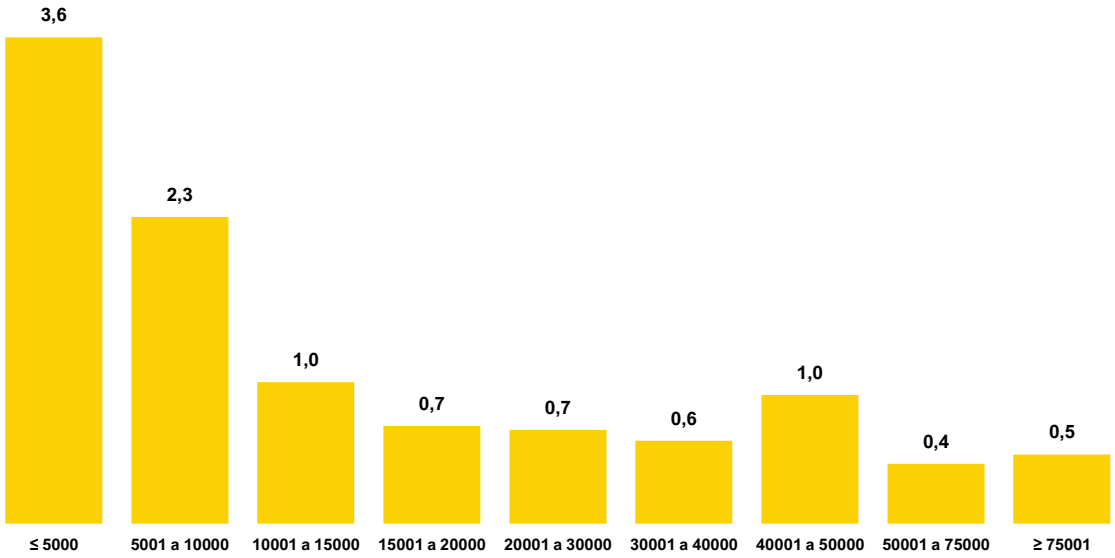

Gráfico 12: Recursos humanos municipais afetos à cultura por mil residentes dos municípios

O que se destaca de imediato da análise do gráfico, é que a média de recursos humanos é muito superior nos municípios até 10.000 residentes, tanto mais que a média na amostra é de 0,6 técnicos por 1.000 residentes. Contudo, há que explicar os resultados dos dois primeiros grupos de municípios: 1) nos municípios com até 5.000 residentes, a amostra é reduzida e o número mínimo de técnicos que foi registado foi oito; 2) nos municípios com uma população entre os 5.001 e os 10.000, 35% dos municípios apresentam uma relação entre o número de técnicos e a população residente muito elevada – oscilam entre os 2,4 e os 7,7 técnicos por mil residentes – o que concorreu para a subida abrupta da média no conjunto dos municípios desta categoria.

No Gráfico 13 apresenta-se a mesma tipologia de resultados, mas agregados por CIM e percebe-se que há diferenças muito significativas entre as oito EIM's objeto de estudo.

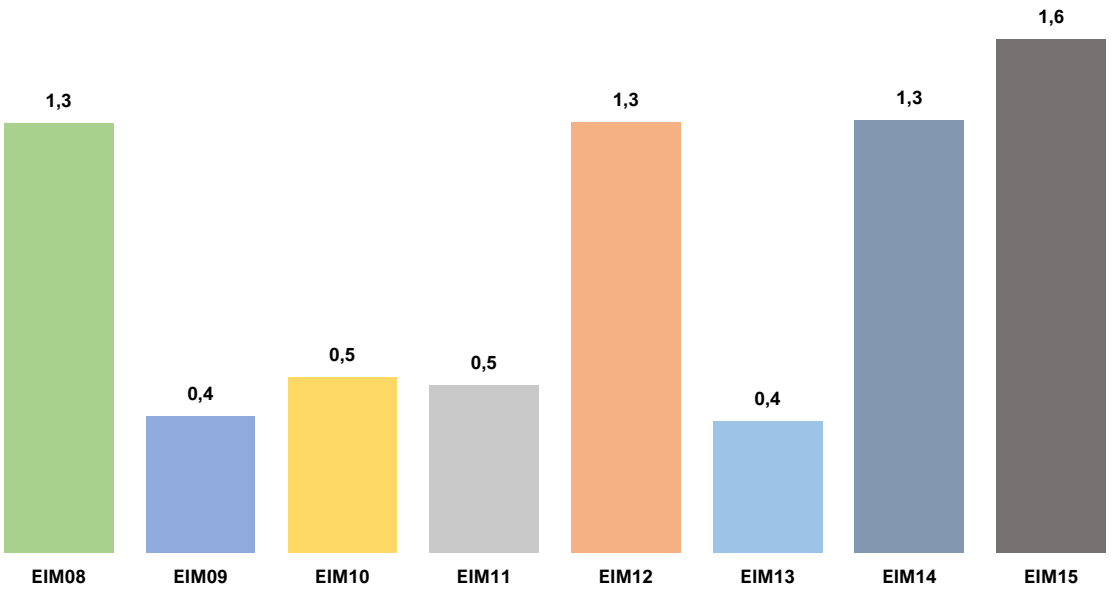

Gráfico 13: Recursos humanos municipais afetos à cultura por mil residentes nas EIM's

Depois de analisar detalhadamente os resultados, torna-se nítido, por exemplo, que no caso da EIM15 a média final se deve ao facto de haver três municípios com mais de 2,1 técnicos por 1.000 residentes, sendo que no caso do M124 o valor é o mais elevado dos 76 municípios do estudo, atingindo os 7,7 técnicos por 1.000 residentes. No que se refere às EIM08, EIM12 e EIM14, não obstante a média final de recursos humanos por 1.000 residentes ser igual, observam-se diferenças dignas de registo nos que se refere às categorias dos recursos humanos afetos à cultura: na EIM8 a grande maioria (47,7%) são técnicos operacionais, na EIM12 os técnicos superiores são os mais frequentes (42,6%) e na EIM14 a aposta dos municípios passa maioritariamente (39,2%) pelos assistentes técnicos. A este respeito sublinha-se ainda que nas quatro EIM's com valores de recursos

humanos por 1.000 residentes abaixo da média, se observa que a percentagem de técnicos superiores é sempre mais elevada do que nas restantes EIM's, sendo que o valor mínimo de técnicos superiores neste subgrupo de EIM's é de 42,8% da totalidade dos recursos humanos afetos à cultura.

Independentemente da quantidade de recursos humanos afetos à cultura em cada município e do número de técnicos por mil habitantes, reiteramos que para um aprofundamento desta dimensão de análise se tornava fundamental traçar um perfil dos profissionais dos municípios que operam no setor cultural. De qualquer forma, pensamos que 0,6 técnicos afetos à cultura por mil residentes poderão ser manifestamente insuficientes.

2.2.4. Recintos culturais municipais

Um dos indicadores que também nos permite perceber se, pelo menos no que concerne à quantidade, os recursos humanos afetos à cultura de um município são adequados ao tecido cultural municipal, consiste em estabelecer uma correlação com o número de recintos culturais municipais existentes. Relembramos que tão importante como um concelho ter recintos culturais diversificados, é que os recintos estejam dotados de recursos (e.g. humanos, técnicos, financeiros) para o cumprimento da sua missão.

Não sendo possível efetuar, no âmbito do presente estudo, uma caraterização dos recintos culturais municipais, que se considera fundamental para a definição de um plano estratégico para a cultura, segue-se a apresentação dos dados provenientes do levantamento quantitativo dos recintos culturais que, na altura de preenchimento do questionário, estavam sob a tutela do município. Realça-se que para o levantamento se usou a classificação dos recintos culturais aplicada nas EC do INE.

A Tabela 1 mostra-nos que há um conjunto muito significativo de municípios sem um conjunto considerável dos recintos culturais elencados na lista apresentada. Dos recintos culturais municipais, destacam-se três exemplo: 1) os coliseus são os recintos menos presentes no território; 2) apesar de haver 132 auditórios no território, 56 municípios registam a inexistência de cineteatros e teatros; e 3) não obstante haver oito municípios que indicam não terem nenhuma *galeria de arte e outros espaços de exposições temporárias*, a verdade é que esta é a tipologia de recinto cultural mais presente no território (144 ao todo).

Fazendo uma triangulação com os dados do Gráfico 11, podemos facilmente chegar à conclusão de que pode haver um conjunto significativo de municípios com um défice de recursos humanos afetos à cultura, pois a mediana de recursos humanos municipais afetos é cultura é de 18 técnicos e a mediana de recintos culturais é de 9 (o que corresponde a uma média de 2 técnicos por recinto cultural).

	Número de recintos culturais municipais										
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10 ou mais
Auditórios	10	34	12	11	5	3	1				
Arquivos	15	58	2	1							
Bibliotecas	5	55	12	3	1						
Cinemas	56	20									
Cineteatros	56	20									
Coliseus	75	1									
Museus	8	30	15	15	2	5	1				
Galerias de Arte e Outros Espaços de Exposições Temporárias	15	33	13	5	7	2	1				
Salas Multiuso	36	29	4	2	2	1	1		1		
Salas Polivalentes	43	24	6		2				1		
Teatros	56	20									
Outros recintos	36	19	11	3	5	1	1				

Tabela 1: Frequências do número total de recintos culturais municipais

Destaca-se que a análise dos dados agrupados ao nível das NUTS 3 permite perceber algumas diferenças territoriais em função do número de municípios que cada EIM agrega: não obstante a EIM11 ser a que, no cômputo geral, tem um conjunto de recintos culturais em maior quantidade e diversidade, a verdade é que ainda se observam lacunas importantes em algumas tipologias (e.g. cinema, cineteatro, teatro); a EIM14 é a que apresenta um défice quantitativo de recintos mais acentuado, contudo se analisarmos sob o ponto de vista da diversidade de tipologia de recintos, é a EIM15 que apresenta um défice mais significativo pois regista-se uma aposta muito forte em duas tipologias de recintos em particular (auditório e galeria de arte e outros espaços de exposições temporárias).

2.2.5. Património Cultural Imóvel

Tal como nos recintos culturais, no que concerne ao património cultural imóvel também se solicitou aos municípios que apresentassem dados quantitativos do total de bens existentes nos municípios, tendo por base a classificação dos bens utilizada nas EC do INE.

O Gráfico 14 e o Gráfico 15 revelam que a maioria dos municípios tem, no máximo, sete monumentos (três nacionais), um conjunto, um sítio, oito imóveis de interesse público e dois imóveis de interesse municipal – os dados recolhidos não incluem informações sobre o estado de conservação do património, nem o património em fase de classificação.

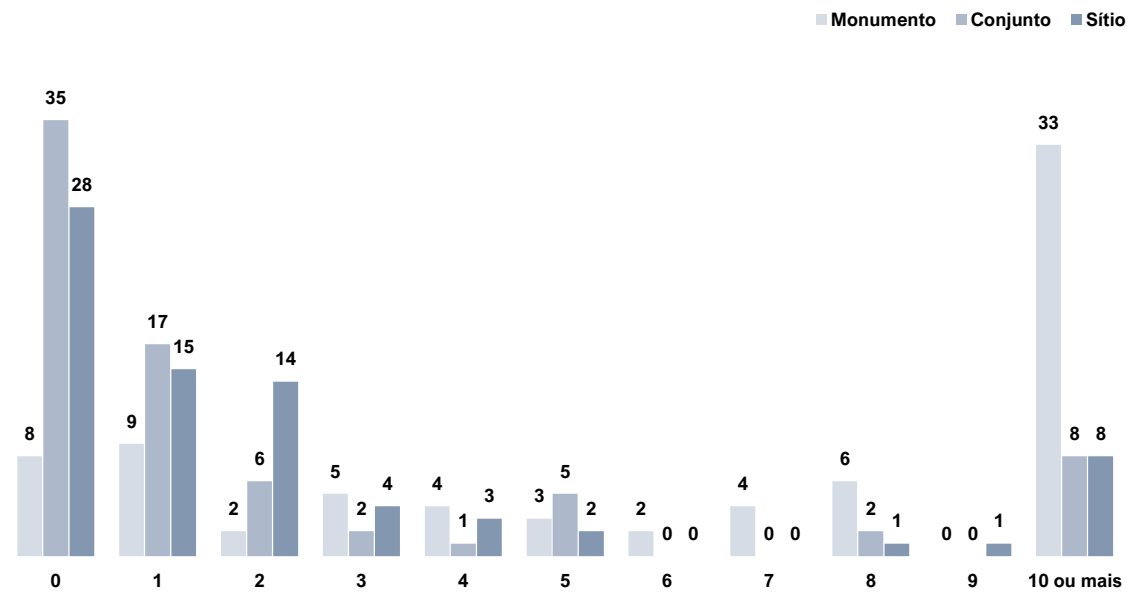

Gráfico 14: Frequências do número total de bens de Património Cultural Imóvel por município

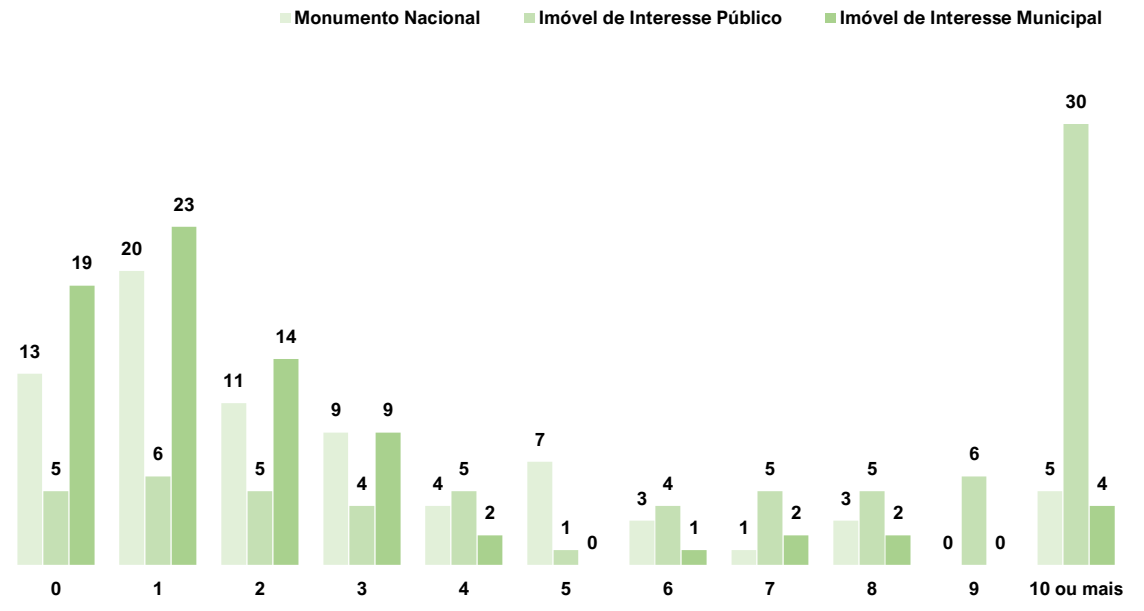

Gráfico 15: Frequências do número total de bens de Património Cultural Imóvel Classificado por município

A análise por EIM evidencia, como é do conhecimento público, que a distribuição do património cultural imóvel não é homogénea pelo território.

2.2.6. Associativismo Cultural

Para se fazer o levantamento quantitativo do tecido cultural associativo não público presente nos municípios, utilizou-se para a sua classificação a CSC, sendo que, para facilitar o preenchimento por parte dos municípios, se efetuaram apenas dois ajustes com

base no IFAC (por um lado foi criado um eixo agregando os *Arquivos* com as *Bibliotecas* e, por outro lado, foi criado um eixo dedicado ao *Artesanato*, que na CSC está inserido nas *Atividades Interdisciplinares*). Foi criada ainda uma opção extra para os municípios que desconhecessem o domínio de associação presentes no município.

Na Tabela 2, torna-se nítido que, segundo os respondentes, existem, no mínimo, 1.229 associações culturais na amostra do estudo, sendo que 16,0% são de domínio desconhecido. O associativismo mais frequente situa-se nos domínios *Artes do Espetáculo*, *Património Cultural* e *Atividades Interdisciplinares*, sendo que o facto de haver 19 municípios que indicam a existência de, pelo menos, 10 associações culturais no domínio das *Atividades Interdisciplinares*, concorre para que este domínio da CSC possa representar 19,9% do associativismo cultural do território estudado. Os domínios da *Arquitetura*, *Publicidade* e *Bibliotecas e Arquivos* são os menos presentes no associativismo à escala municipal.

	Número de associações culturais não públicas presentes no município										
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10 ou mais
Património Cultural	28	10	8	5	4	2		3	1	1	14
Bibliotecas e Arquivos	59	12		2	1			1			1
Livros e Publicações	57	9	4	2				2			2
Artes Visuais	55	9	5	3			1	2			1
Artes do Espetáculo	30	11	6	3	2	2	3	2	1		16
Audiovisual e Multimédia	60	7	2	3	1		2				1
Arquitetura	72	2	1	1							
Publicidade	71	3	1	1							
Artesanato	44	20	4	3	1			1			3
Atividades Interdisciplinares	42	4	2	3	2		1	2		1	19
Domínio desconhecido	49	3	1	1	1	1	2	4			14

Tabela 2: Frequências do número de associações culturais não públicas presentes nos municípios

Os resultados referentes ao associativismo cultural, sintetizados no Gráfico 16 e no Gráfico 17, revelam ainda que a aposta nos diferentes domínios culturais não é homogénea nos territórios.

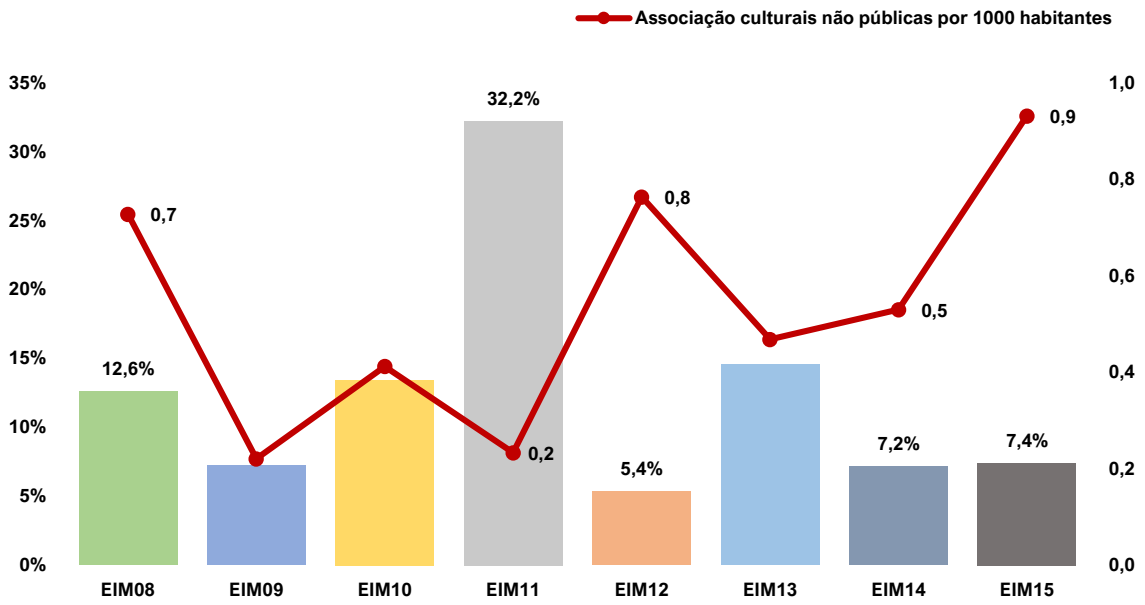

Gráfico 16: Percentagem total de associações culturais não públicas por EIM e por 1000 residentes

No Gráfico 16 e no Gráfico 17 ilustra-se de forma inequívoca que, tão importante como conhecer o número de associações culturais existentes numa EIM e o seu peso na totalidade das associações culturais da totalidade das EIM's, é perceber se as associações existentes são as adequadas, pelo menos no que concerne à quantidade e à diversidade.

Com os dados disponíveis não nos é possível fazer uma análise mais profunda sobre esta dimensão, contudo permite-nos afirmar que a quantidade de associações culturais em determinada EIM não é sinónimo de que essa EIM tenha o maior número de associações por 1.000 residentes. Se no caso da EIM09 os dados revelam que há um equilíbrio perfeito entre o peso relativo das associações culturais não públicas identificadas na EIM e o número de associações por 1.000 residentes, nos casos das EIM11 e da EIM12, os desequilíbrios são notórios e em sentidos opostos: o conjunto dos municípios da EIM11 foram os que mais associações identificaram (32,2%), contudo, comparativamente com as outras EIM's, pode observar-se um défice de associações, uma vez que o valor de 0,2 associações culturais por 1.000 residentes é o mais baixo de toda a amostra; já o conjunto de municípios da EIM12 foram os que menos contribuíram para a totalidade das associações culturais identificadas (5,4%), mas é um dos territórios onde se encontram mais associações por 1.000 residentes (0,8).

Sobre a diversidade dos domínios culturais das associações, no Gráfico 17 é também visível que, em alguns casos, se observam diferenças significativas entre o peso que determinado domínio tem em determinada EIM e o peso que esse domínio tem na totalidade das EIM's.

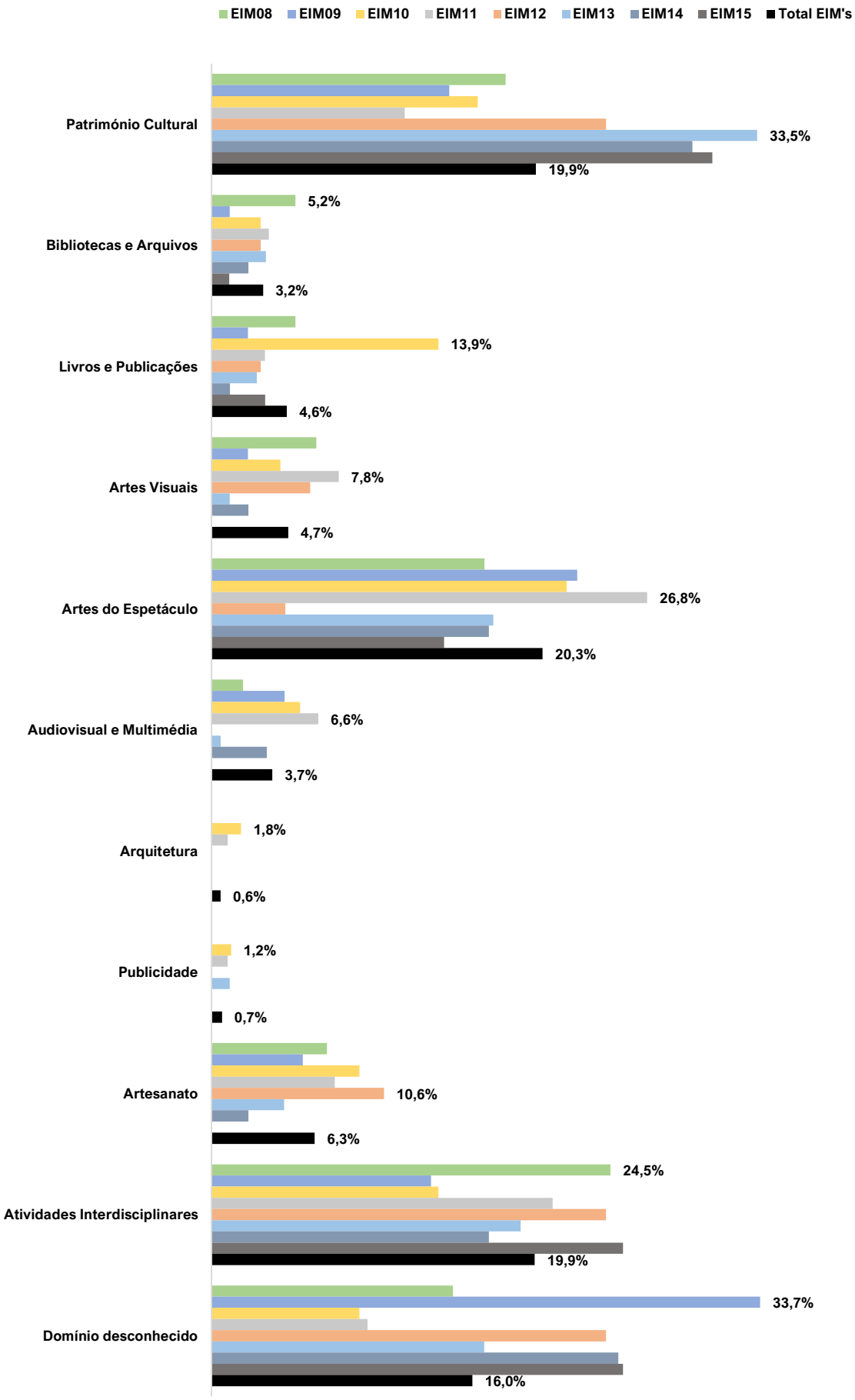

Gráfico 17: Distribuição relativa de associações culturais não públicas, em função do domínio cultural, por EIM

A análise do Gráfico 17 permite múltiplas interpretações, sendo que se destaca aqui a ausência de associativismos cultural em 50% dos domínios apresentados na totalidade dos municípios da EIM14 e a presença expressiva do domínio de Livros e Publicações na EIM10. No que diz respeito aos três domínios mais frequentes, não deixa de ser interessante assinalar que o Património Cultural representa 19,9% do total das associações das EIM's, mas no caso da EIM13 o valor atinge 33,5% das associações, sendo só ultrapassado pelo valor das associações de domínio desconhecido da EIM09.

2.2.7. Linhas gerais da política cultural municipal para o período de 2017-2021

Depois de convocar sucintamente dados referentes aos órgãos e instrumentos de gestão, aos recursos humanos e aos recintos, património imóvel e associativismo cultural, é chegado o momento de apresentar o que os respondentes consideram ser as linhas gerais da política cultural municipal para o período de 2017-2021.

Sendo uma resposta aberta e de natureza política, com uma extensão máxima de 500 caracteres, observaram-se tipologias de respostas muito diversificadas, havendo mesmo nove municípios que optaram por não responder – realça-se que nos casos da ausência de resposta não pode ser imputada à natureza política do respondente, pois registaram-se ausências de respostas por parte de um vice-presidente e de vários vereadores com o pelouro da cultura.

A leitura das 67 respostas validadas permite-nos perceber que o grau de profundidade da apresentação das linhas gerais da política cultural dos municípios para o período de 2017-2021 é muito diverso.

Do conjunto de respostas mais sucintas, destacamos algumas, a título meramente ilustrativo, para que se perceba a dificuldade de alguns dos respondentes em apresentar as linhas gerais de uma política cultural que está em fase de implementação: "eventos e exposições" (M151); "aposta em atividades de dinâmicas na biblioteca municipal, teatro, tradições" (M132); "continuação de uma política cultural diversificada e tendencialmente gratuita" (M093); "promoção do património cultural material e imaterial do concelho" (M156); "aposta em grandes eventos culturais e novos projetos culturais para o desenvolvimento do município" (M170); e "políticas de inclusão digital e social" (M113). Sublinha-se ainda sobre este conjunto de respostas, que a grande maioria destes municípios assinalou que não possuía grande parte dos órgãos autárquicos específicos da área da cultura e dos instrumentos formais de gestão da área da cultura, que foram elencados em sede de questionário – a este respeito realça-se, por exemplo, que apesar do M156 ter referido no questionário a existência do PEC, não foi possível, na análise efetuada aos documentos disponibilizados no *website* do município, encontrar um documento que fosse ou pudesse ser designado de PEC.

Não tendo sido decisiva a existência de órgãos e de instrumentos de gestão da área da cultura para o aprofundamento das linhas gerais das políticas culturais do mandato autárquico em curso, verdade é que, em alguns casos, a sua existência poderá ter facilitado a enunciação. Seguem-se quatro exemplos para ilustrar o que acaba de se afirmar.

O M114, que afirma ter pelouro da cultura autónomo e PEC, optou por não responder a esta pergunta. Situações como estas são relevantes pois, neste caso específico, nem o facto de o questionário ter sido respondido pelo chefe de divisão da cultura, que tem formação ao nível do doutoramento, foi suficiente para se conseguir perceber as linhas gerais das políticas culturais do município.

A técnica superior do M095, cujo município não tem nem pelouro da cultura autónomo nem PEC, apresentou da seguinte forma as linhas gerais da política cultural municipal:

> nos últimos anos tem apostado em várias iniciativas culturais que tem como prioridade (…) facilitar o acesso à cultura a todos os munícipes, estimulando o conhecimento e o aumento da frequência nas manifestações culturais. Com este conjunto de iniciativas pretende-se salvaguardar e preservar o património imaterial e as tradições culturais, salvaguardar, preservar e divulgar o património cultural concelhio, implementar projetos de promoção da leitura junto da população, fidelizar novos públicos, trabalhar com associações culturais dinâmicas e empreendedoras e realizar uma programação cultural contínua com as associações. O município pretende dar continuidade a uma política cultural centrada na valorização da identidade e cultura locais, na promoção da cidadania e coesão social através de uma educação pela arte e pela cultura.

O M110, que também não tem pelouro da cultura autónomo nem PEC e que, por coincidência, pertence à mesma EIM do M095, destaca um objetivo das políticas culturais particularmente relevante na análise que estamos a efetuar: “elaboração (em curso) do Plano Estratégico Municipal, onde ficarão definidos os eixos estruturais e orientações para a política cultural municipal”.

O M087, que não tendo pelouro da cultura autónomo, tem conselho municipal de cultura e PEC, afirma que a política cultural do município se concretiza:

> através da implementação da estratégia cultural para a cidade, através de uma intervenção integrada e transversal, com os diversos agentes culturais da cidade, nacionais e internacionais. Através da atuação dos diversos serviços municipais de Bibliotecas, Arquivo, Museus e Património Cultural, foi desenvolvida uma programação intensa, inclusiva e diversificada, cruzando a valorização do património e o estímulo à criação contemporânea, assumindo-se esta vertente como relevante fator de coesão social e de regeneração urbana, dinamizadora da economia, da qualidade de vida e do bem-estar das populações. A dinamização da cultura implica a gestão e regular funcionamento de uma considerável rede de equipamentos municipais de vocação cultural e abertos ao público.

Na análise das respostas a esta questão, procurou-se, numa 1ª fase, identificar as palavras mais frequentemente utilizadas e que, por conseguinte, podem ser importantes para compreender as linhas gerais das políticas culturais municipais. O Gráfico 18, que sintetiza os valores referentes às palavras utilizadas 30 ou mais vezes, permite-nos afirmar que, para além de *cultura* que surge obviamente destacada, há um conjunto de palavras que são particularmente convocadas pelos respondentes e que, em certa medida, estão em linha com os domínios culturais mais frequentes no associativismo cultural não público apresentados no Gráfico 17. Apesar de não poder ser efetuada uma associação direta, poderemos afirmar que há consistência nestes dados.

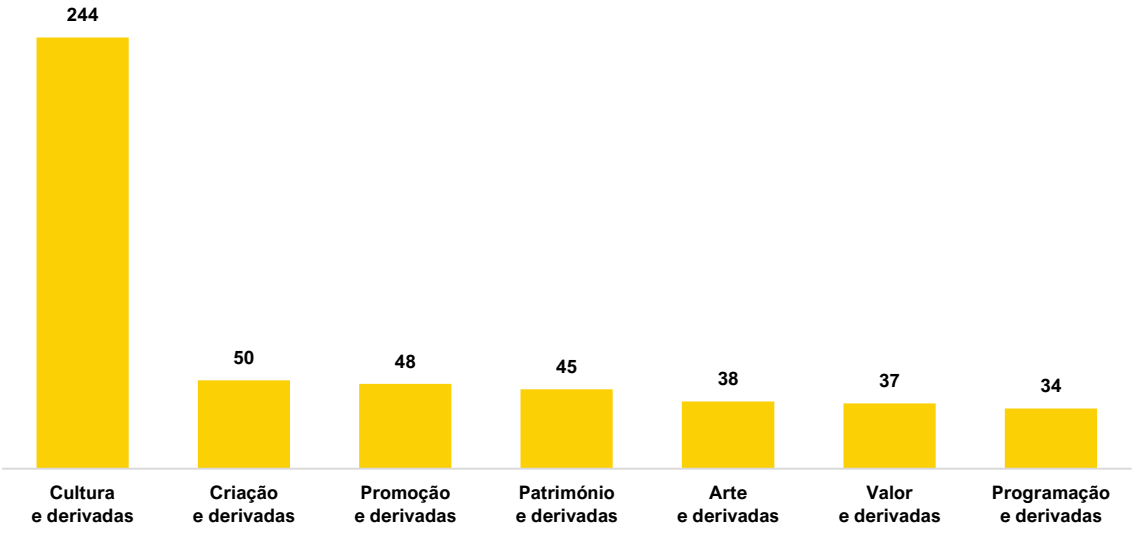

Gráfico 18: Palavras mais utilizadas para apresentação das políticas culturais municipais

A segunda fase de análise às respostas a esta questão foi efetuada por um conjunto de investigadores do CECS, que procuram verificar em que medida as respostas estavam alinhadas com um conjunto de documentos, nacionais e internacionais, selecionados pelos motivos já aludidos no capítulo anterior. Sublinha-se que o objetivo desta análise não visou encontrar afinidades com os documentos como um todo, mas com algumas dimensões dos documentos consideradas relevantes para se pensar políticas culturais municipais.

Nesta leitura geral da análise efetuada pelos investigadores, destaca-se que, não obstante a diversidade das respostas dadas pelos municípios e dos documentos à luz dos quais foram analisadas, nas 66 respostas dos municípios validadas, só em uma das respostas é que foi possível identificar alinhamentos simultâneos com os oito documentos. Os resultados permitem-nos observar, por um lado, que em 28,9% das respostas validadas foi possível identificar menos de 10 afinidades com os 51 eixos de análise possíveis – o M148,

cuja resposta assenta na ideia de que o concelho é o berço de uma região, pretendendo "afirmar-se como tal, recorrendo a duas figuras [… da região e] tentado articular ações, estratégias e projetar obras que nos ajudem neste caminho", ilustra na perfeição o que acaba de se afirmar, tendo sido, neste caso, considerado alinhado apenas com três eixos possíveis; e, por outro lado, que só foi possível encontrar 20 ou mais afinidades com as dimensões em análise em 1,5% dos municípios – da resposta do M130 destacam-se alguns dos aspetos que concorreram para as 21 afinidades identificadas:

> a reabilitação da Casa da Cultura (…) tornou-se no maior projeto do Município durante 2017-2021. O edifício será inaugurado em 2021 facilitando o acesso à cultura e a possibilidade de colocar mais projetos no terreno. A política cultural definiu estratégias culturais moldadas e alinhadas com as ações associativas demonstrado desde logo a vontade de uma estreita colaboração. (…) Foi objetivo facilitar o acesso da cultura a todos os munícipes quer com a criação de eventos em vários locais do concelho, descentralizando e desmonopolizando os eventos. Estimou-se e promoveu-se políticas adequadas para garantir o acesso e a fruição das iniciativas culturais. Assim incentivou-se o munícipe a participação e usufruir das atividades culturais não descurando as potencialidades das vivências sócio-culturais. Também a pensar no acesso à cultura o Município reforçou a aposta na Biblioteca Municipal com o objetivo de facilitar a promoção da leitura para todos. Foi política cultural do Município a salvaguarda do património material e imaterial e a preservação das tradições culturais.

Agregando os dados por EIM, percebe-se que os alinhamentos são muitos distintos nos diferentes territórios, sendo que as médias por município oscilam entre as nove afinidades por município da EIM14 e as 15,6 afinidades por município da EIM10.

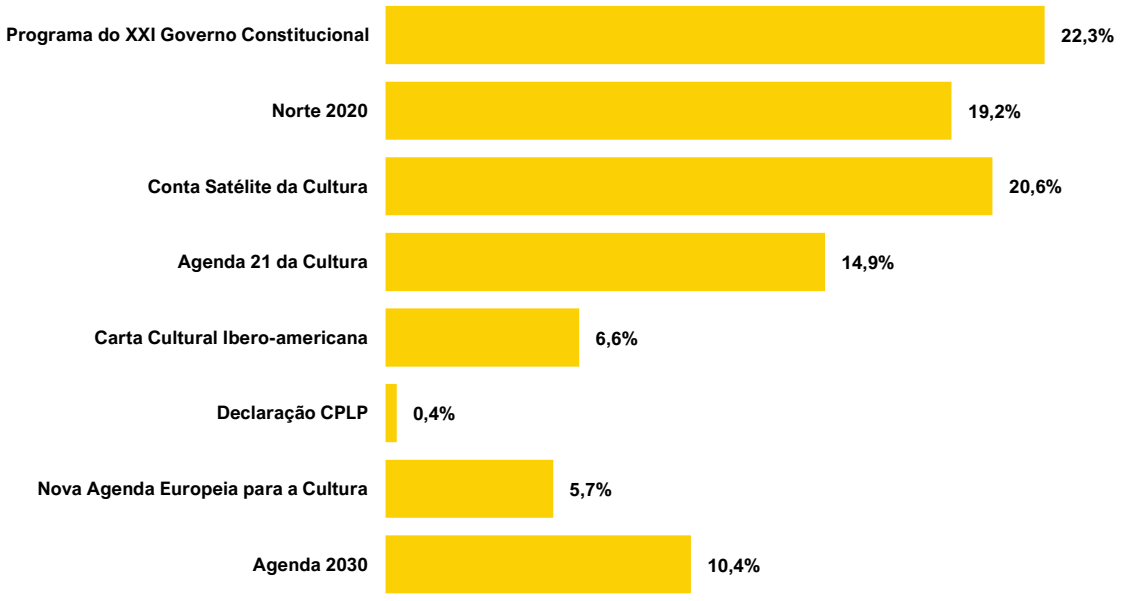

Gráfico 19: Alinhamento das políticas culturais municipais com os documentos selecionados

No Gráfico 19, que sintetiza os dados referentes às percentagens dos alinhamentos identificados em cada documento em relação à totalidade dos alinhamentos identificados nos oito documentos, evidencia, mais uma vez, que o grau de alinhamento, implícito ou explícito, com os diversos documentos foi muito distinto.

As considerações sobre a análise efetuada a partir dos três documentos selecionados por terem sido aprovados no seio de três organizações internacionais de que Portugal é membro, vai iniciar-se pela declaração da CPLP, nomeadamente por ser inequívoco que foi o documento que teve menor percentagem relativa de associações às respostas dos municípios.

Não sendo este o local para tentar explicar o aparente divórcio entre as políticas culturais municipais em Portugal com o espaço lusófono, relembra-se que na Constituição da República Portuguesa se refere de forma explícita, no Capítulo III dedicado aos Direitos e deveres culturais que compete ao Estado "desenvolver as relações culturais com todos os povos, especialmente os de língua portuguesa, e assegurar a defesa e a promoção da cultura portuguesa no estrangeiro" (Diário da República n.º 218/1997). Para a análise das respostas à luz deste documento foram definidas quatro categorias para procurar identificar alinhamentos e os resultados foram esmagadores. Em nenhuma das respostas foi possível identificar referências explícitas à CPLP e só em 1,5% delas é que foi possível encontrar afinidades com o documento em causa.

No que se refere à análise a partir do documento da Comissão Europeia, destaca-se em primeiro lugar o facto de ter havido 37,9% das respostas em que não foi possível estabelecer qualquer tipo de associação com os seis eixos de análise definidos com base no documento, sendo apenas possível identificar apenas uma referência específica às questões europeias, mais concretamente a uma euroregião. Sobre as ausências da Europa nas políticas culturais locais, relembra-se o papel que a integração na UE tem para Portugal e que o documento selecionado para ser o ponto de partida para a análise visa aproveitar o potencial da cultura para ajudar a construir uma UE mais inclusiva e mais justa. Sobre a análise, destaca-se ainda que entre os eixos definidos, as questões relacionadas com o *património* e a *educação*, foram os que mais associações possibilitaram (representando 71,1% dos alinhamentos entre as respostas e o documento).

No que se refere à Carta Cultural Ibero-americana, foram cinco os eixos de análise. Não tendo sido possível encontrar nenhuma resposta com associações com a totalidade dos eixos definidos, sendo que o eixo Ibero-América não foi identificado, implícita ou explicitamente, em nenhuma resposta. O eixo com mais associações foi *cooperação cultural*, presente em 32,7% das respostas, e o eixo com menor número de associações, retirando o da Ibero-América, foi o da *diversidade cultural*, com 15,4% das respostas. Regista-se ainda que não se observou uma distribuição equitativa dos alinhamentos por

EIM – a título meramente ilustrativo destaca-se que em 80% das respostas dos municípios da EIM14 não foi possível identificar alinhamentos com o documento e na EIM08 o valor homólogo desce para os 14,3% dos municípios.

A Agenda 2030 foi responsável por 10,4% da totalidade dos alinhamentos identificados nas respostas dos municípios, contudo os resultados parciais à luz da Agenda 2030 revelam que em 11,6% das respostas dos municípios não foi possível identificar alinhamentos com o documento e que em nenhuma das respostas foi incluída uma referência explícita ao documento, apesar do M078 salientar que "a política cultural é fator estruturante e potenciador do desenvolvimento sustentável das comunidades", do M107 destacar a cultura "como pilar de desenvolvimento sustentável" e dos M127 e M157 incluírem a sustentabilidade no seu discurso de apresentação das políticas culturais. Estes dados referentes às ausências explícitas no discurso podem ser particularmente reveladores de como a Agenda 2030 é tida em conta na definição das políticas culturais dos municípios. Para a análise das respostas a partir do documento foram selecionadas cinco dimensões incluídas nos ODS4, ODS8, ODS11 e ODS12, com foco especial na *educação*, no *turismo*, na *inclusão social*, no *património cultural* e no *consumo sustentável*, sendo que as três primeiras foram as que menos associações foi possível estabelecer (com uma média de 11% do total de associações). O eixo do *património cultural* foi o mais frequentemente associado (37,8% dos alinhamentos), sendo que o M150, cuja resposta se transcreve, foi o município em cuja resposta foram efetuadas mais associações com este documento:

> Enquanto ferramenta estratégica para o desenvolvimento das comunidades da cidade, foi desenhada uma política cultural diversa e inclusiva, ancorada na valorização da identidade e património locais, na promoção do conhecimento e pensamento crítico, na cidadania ativa e valorização pessoal. Desafia ainda à criação, educação e qualificação de novos públicos para consumos culturais exigentes e desafiadores, assim como ao combate às suas vulnerabilidades sociais.

Apesar de ter uma percentagem de alinhamentos superior à da Agenda 2030, a análise realizada a partir da Agenda 21 da Cultura não nos permitiu efetuar associações com os cinco eixos definidos, apesar de ter sido possível efetuar, pelo menos, uma associação com todas as respostas validadas. *Cultura e criatividade* foi o eixo com mais associações (35,6%) e *ordenamento e espaço urbano* o único eixo com o qual não foi possível efetuar associações.

Dos três documentos portugueses selecionamos para a identificação de alinhamentos, segue-se agora a convocação sintética dos dados referentes ao Programa do XXI Governo Constitucional 2015-2019, que foi o responsável pelo maior número de alinhamentos, atingindo uma média de 2,6 alinhamentos por município e 25,3 alinhamentos por cada um dos sete eixos de análise definidos. Identificar a presença da *cultura* no Programa do XXI Governo Constitucional 2015-2019 foi o ponto de partida para a definição dos eixos de

análise à luz do documento – uma análise que se esperava que originasse resultados reveladores sobre as pontes entre o nacional, o regional e o local. Sobre a presença da *cultura* no documento, foram encontradas 122 referências a *cultura* e derivados, sendo que no índice consta apenas uma vez, no ponto *Investir na cultura, democratizar o acesso* da secção *Prioridade à Inovação*. Nas respostas não foi possível identificar nenhuma referência explícita ao programa de Governo, sendo que as referências explícitas ao contexto nacional também são residuais, figurando apenas nos M091, M099, M142 e M166.

De entre os eixos definidos para a análise, salientamos a presença residual de aspetos relacionados com os eixos de *valorização de autores e criadores* (2,3% dos alinhamentos a partir deste documento) e da *comunicação social* (1,1%). Não deixa de ser intrigante que, de forma explícita, só se encontre uma referência à comunicação – "preferimos criar projectos novos com os artistas a permanecerem vários dias ou temporadas no território, ao invés de comprar projectos feitos e fechados que duram apenas uma hora e não há comunicação, nem a cumplicidade ou partilha com a comunidade" (M136) – e uma referência aos média – "a Cultura é percebida como investimento, meio de fortalecer economicamente o concelho, pelo desenvolvimento de indústrias culturais e criativas, nos setores da música, das artes gráficas, dos média" (M107). Sublinha-se ainda a forte presença de alinhamentos no eixo dedicado a aspetos transversais da política cultural (32,8%), bem como o peso dado ao *património cultural material e imaterial* (25,4%) e, em certa parte, às redes (14,1%).

No que se refere ao Norte 2020, considera-se importante aferir como efetivamente o programa se encontra presente no discurso sobre as políticas culturais municipais, por isso a análise foi efetuada com base em nove dos seus 10 eixos prioritários.

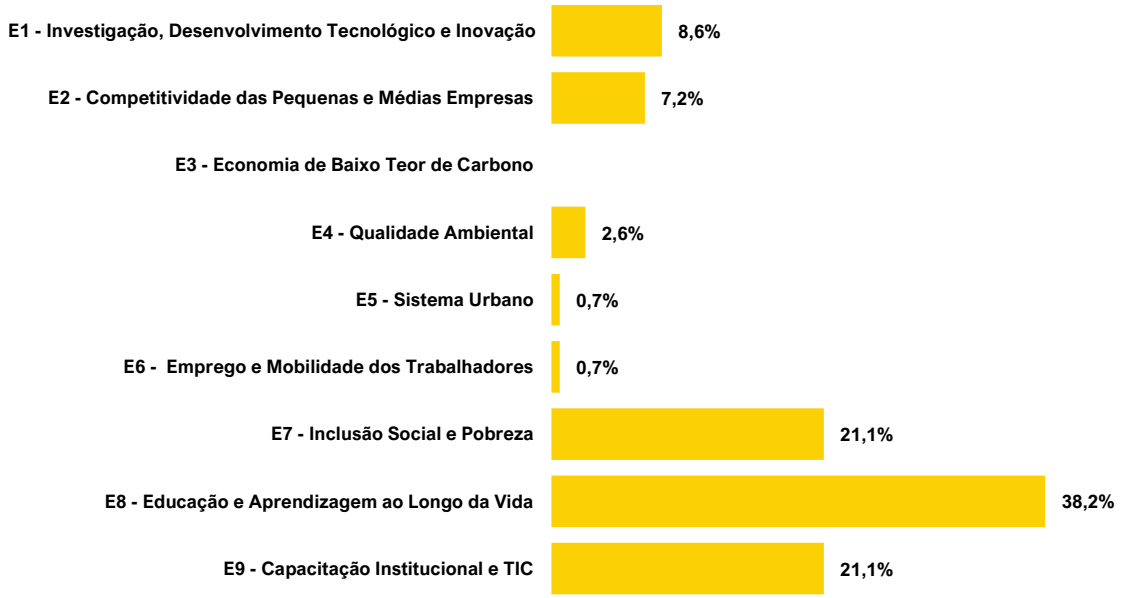

Gráfico 20: Eixos de análise das políticas culturais municipais à luz do Norte 2020

Como o Gráfico 20 revela que o alinhamento com os diferentes eixos do documento é muito distinto: 80,4% das associações efetuadas concentram-se em três eixos (E8, E7 e no E9); e, para além do E3 com o qual não foi possível efetuar qualquer tipo de associação, há mais três eixos com valores residuais (entre 0,7% e 2,6%).

O confronto do Gráfico 20 com o Gráfico 21, que sintetiza a distribuição dos projetos e do respetivo fundo aprovado – que na análise documental ao Norte 2020 foram identificados como podendo ser enquadrados na dimensão cultural do programa por incluírem a palavra *cultura* no nome da operação, no nome do beneficiário, na prioridade de investimento, no resumo da operação ou no domínio de intervenção – permite retirar algumas conclusões particularmente interessantes, uma vez que as diferenças muito significativas entre as tendências de associações implícitas identificadas nas linhas gerais das políticas culturais municipais e as quantidades de projetos e fundos aprovados, podem indiciar alguma desarticulação entre as políticas culturais e os investimentos provenientes do Norte 2020. Das divergências observadas, vamos salientar aqui os casos dos E8, E9 e E4: apesar dos E8 e E9 representarem 59,3% dos alinhamentos identificados nas linhas gerais das políticas culturais (ou seja, representarem uma aposta municipal na aprendizagem ao longo da vida e na capacitação institucional), a percentagem relativa de projetos e fundos aprovados nestes dois eixos, em função da totalidade de projetos com dimensão cultural do Norte 2020, é residual, sendo de assinalar a ausência de projetos enquadrados no E8; o E4, que tinha uma presença marginal nos alinhamentos das políticas culturais, foi o eixo que mais concorreu com projetos e fundos aprovados com dimensão cultural, obviamente por incluir a prioridade de investimento relacionada com a conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural.

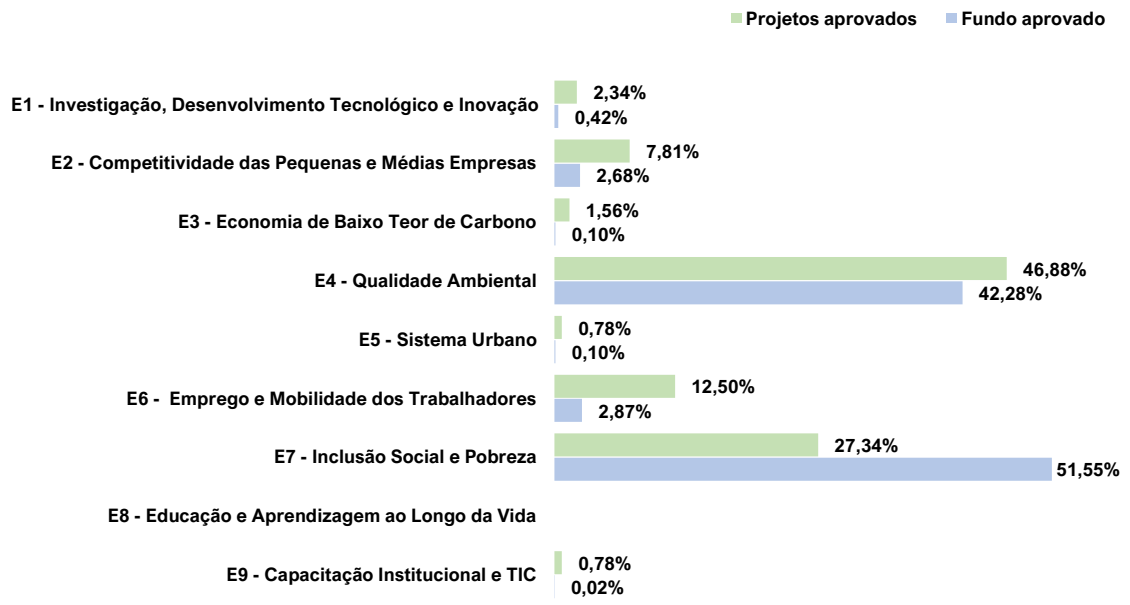

Gráfico 21: Projetos/fundos com dimensão cultural aprovados, até agosto de 2019, por eixo do Norte 2020

Lançado o olhar breve sobre a análise efetuada a partir do documento do Norte 2020, seguem-se algumas considerações sobre a análise feita à luz da CSC. As categorias criadas respeitaram regra geral os 10 domínios da cultura inscritos no documento, sendo que se efetuaram apenas os dois ajustes já mencionados, com base no IFAC, para permitir a triangulação com os dados provenientes de outras respostas do questionário.

A análise do Gráfico 22 mostra-nos que as tendências gerais de enquadramento das linhas gerais das políticas culturais municipais (Atividades Interdisciplinares, Património Cultural e Artes do Espetáculo) estão completamente em linha com o levantamento quantitativo que foi efetuado, no âmbito do questionário, ao associativismo cultural – realça-se que nos três domínios mais frequentes, a única diferença está na ordem em que figuram, uma vez que, no caso do associativismo cultural, se observou a existência de mais associações no domínio das Artes do Espetáculo do que no domínio do Património Cultural. Do conjunto de respostas analisadas, destacamos aqui a do M157 por, não obstante a abrangência do documento, não ter sido possível identificar alinhamentos entre a resposta e o documento: "contribuir para a projeção e o desenvolvimento sustentável do concelho (…), como referência no âmbito cultural, em especial com a promoção das suas políticas culturais, potenciando uma maior atratividade para a fixação de jovens e outros agentes".

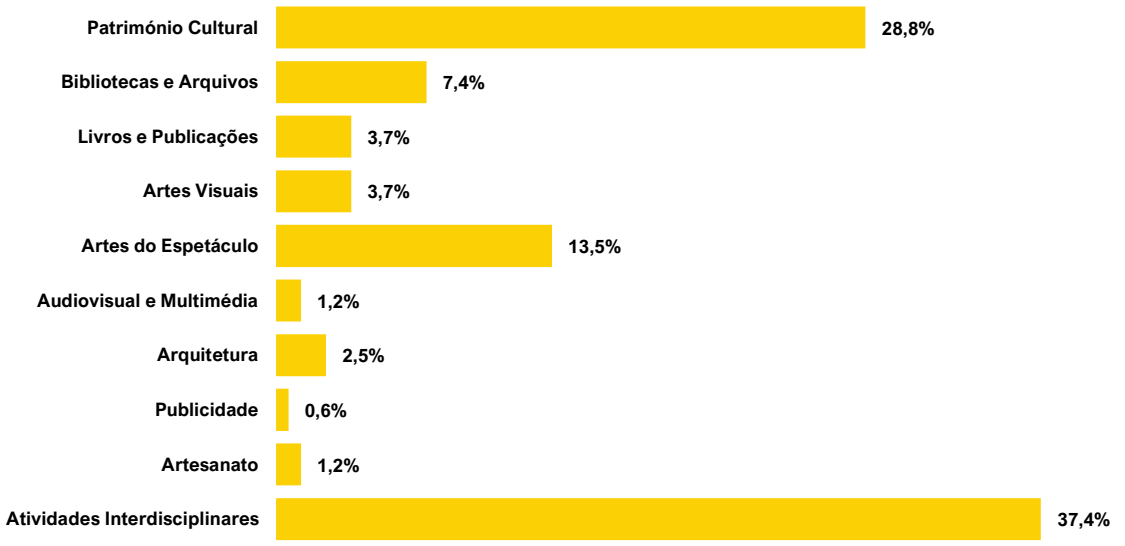

Gráfico 22: Alinhamento das políticas culturais municipais à luz das categorias criadas a partir da CSC e do IFCA

Feita que está a apresentação dos resultados da segunda fase da análise das respostas a esta questão, torna-se fundamental estabelecer uma ponte, ainda que ténue, com a primeira fase da análise e que gerou um conjunto de palavras com particular peso nas respostas: *cultura*, *criação*, *promoção*, *património*, *arte*, *valor* e *programação*.

Tendo em consideração que o Norte 2020 e a CSC têm caraterísticas muitos especiais, vamos centrar-nos nas restantes 32 categorias de análise definidas na segunda fase e, independentemente dos documentos, vamos agrupá-las em seis grandes temáticas, e verificar que há algumas tendências dignas de registo.

O resultado da análise com base nas seis grandes temáticas, sintetizado no Gráfico 23, permite-nos concluir que, não obstante a presença recorrente de algumas palavras no discurso, o seu contexto de utilização revela tendências distintas, que, como seria de esperar, o trabalho efetuado na primeira fase não permitia revelar. O peso significativo que a grande temática Cultura, Política e Governança atingiu no conjunto das seis temáticas definidas – que foi fruto, essencialmente, do eixo *política cultural transversal* do Programa do XXI Governo Constitucional 2015-2019 que foi o que, no conjunto dos 32 eixos utilizados para esta análise, mais associações registou – parece indiciar que nas linhas gerais das políticas culturais municipais há, por um lado, um conjunto muito significativo de aspetos relacionados com a transversalidade da cultura, que podem estar a concorrer para alguma inconsistência nas propostas, e, por outro lado, algumas tensões estruturais e conjeturais que podem estar a influenciar a implementação das políticas culturais à escala local. O facto de a grande temática Cooperação, Redes e Mobilidade ter registado apenas 9,9% da totalidade das associações, pode ser também um sinal importante sobre a visão dos municípios no que concerne, por exemplo, à relevância que dão à articulação das políticas e ao trabalho em rede, que constituiu um contexto privilegiado para a cooperação entre as organizações e a mobilidade dos profissionais. Por último, destaca-se, sem a necessidade de justificar, o quinto e penúltimo lugar da grande temática da Educação nas linhas gerais das políticas culturais municipais.

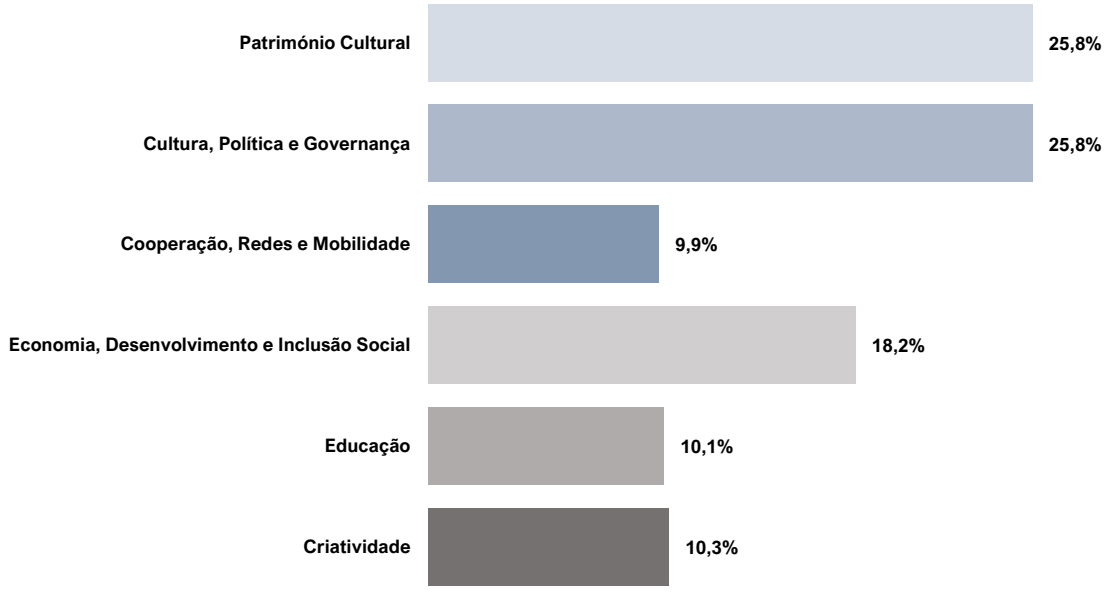

Gráfico 23: Grandes temáticas criadas a partir de 32 eixos de análise definidos na segunda fase

2.2.8. Avaliação do grau de articulação da política cultural municipal

No âmbito do estudo, a análise das políticas culturais municipais também incluiu a avaliação do grau de articulação da política cultural municipal com outras áreas de intervenção municipal, com políticas culturais nacionais (ao nível das NUTS 3, da NUT 2 e da NUT 1), com linhas de ação internacionais e ainda com a Agenda 2030 – destaca-se que dos vários documentos internacionais que poderiam ter sido escolhidos, se selecionou a Agenda 2030 uma vez que, na contemporaneidade e independentemente da área de intervenção, se considera um documento basilar para a definição de políticas públicas. Para avaliar o grau de articulação, utilizou-se uma escala de Likert com 10 pontos, onde 1 significa *nada articulado* e 10 *muito articulado*, sendo que na agregação dos dados se considerou como *Não Articulado* os valores de 1 a 4, como *Neutro* os valores de 5 e 6 e como *Articulado* os valores de 7 a 10.

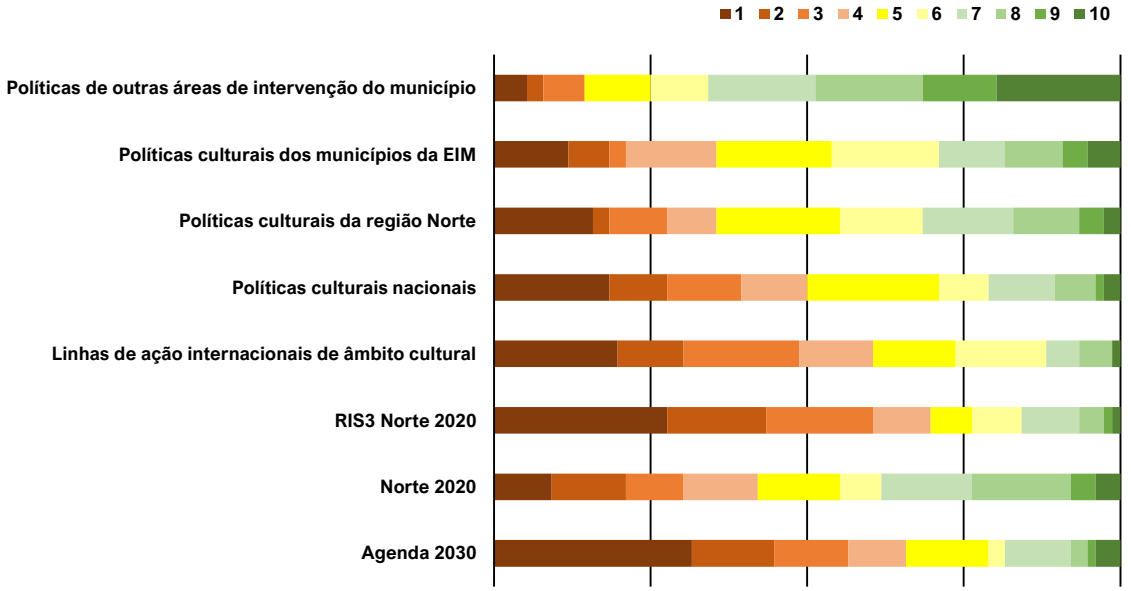

Gráfico 24: Grau de articulação das políticas culturais municipais

No Gráfico 24 é possível observar que, regra geral, há uma relação inversamente proporcional entre distância do município e o grau de articulação das políticas culturais. A existência de pelouro da cultura autónomo ou de PEC não releva nenhuma tendência digna de registo em nenhuma das dimensões de análise, mas se observarmos o grau de articulação geral é inegável que nos municípios sem pelouro da cultura autónomo e sem PEC a ausência de articulação é superior do que nos municípios em que existe pelouro da cultura autónomo ou PEC (41,9% no primeiro caso, contra 24,2% no segundo caso).

O Gráfico 25 permite sublinhar que documentos como a RIS3, a Agenda 2030 e as linhas de ação internacionais no âmbito da cultura são muito pouco tidos em conta no que

concerne à elaboração de políticas culturais municipais. No que concerne ao enquadramento internacional, apesar de programas como o Europa Criativa, de haver, pelo menos, um município da região a preparar candidatura a CEC2027 e de três membros portugueses que integram a Rede de Cidades Criativas da UNESCO estarem na região, há ainda um grande caminho a fazer por parte dos municípios da região. Destaca-se ainda como positiva a articulação com o Norte 2020, cuja média e mediana podem ser consideradas como neutras, mas cuja moda se revela particularmente elevada, sendo só ultrapassada pela articulação com as políticas de outras áreas de intervenção do município.

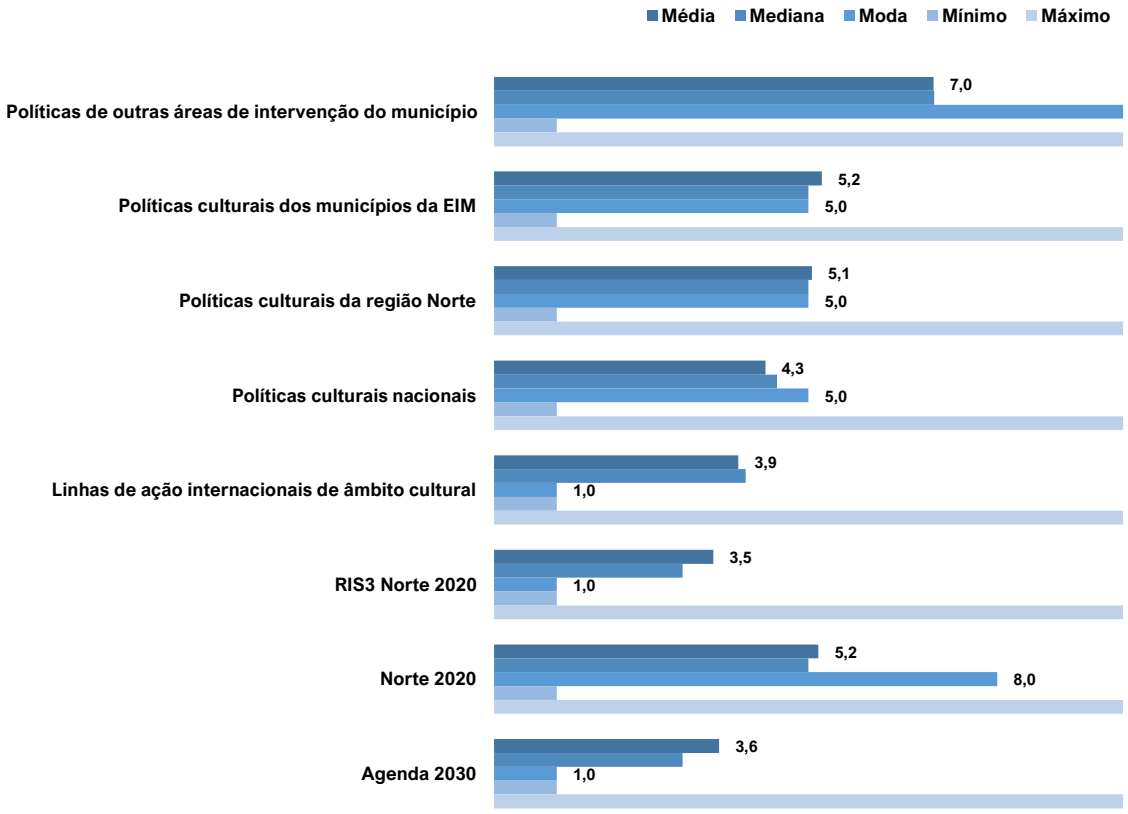

Gráfico 25: Medidas de tendência central da articulação das políticas culturais municipais

O Gráfico 26, o Gráfico 27 e o Gráfico 28, que sintetizam os dados agregados das articulações nas três dimensões estudadas (nacional, internacional e Norte 2020), permite-nos ver com muita nitidez o que acabou de se afirmar: há muito trabalho a fazer para que o grau de articulação das políticas culturais municipais portuguesas seja minimamente satisfatório – menos de 32% dos municípios fazem articulações regionais ou nacionais, menos de 19% fazem articulações internacionais e menos de 39% fazem articulações com o Norte 2020.

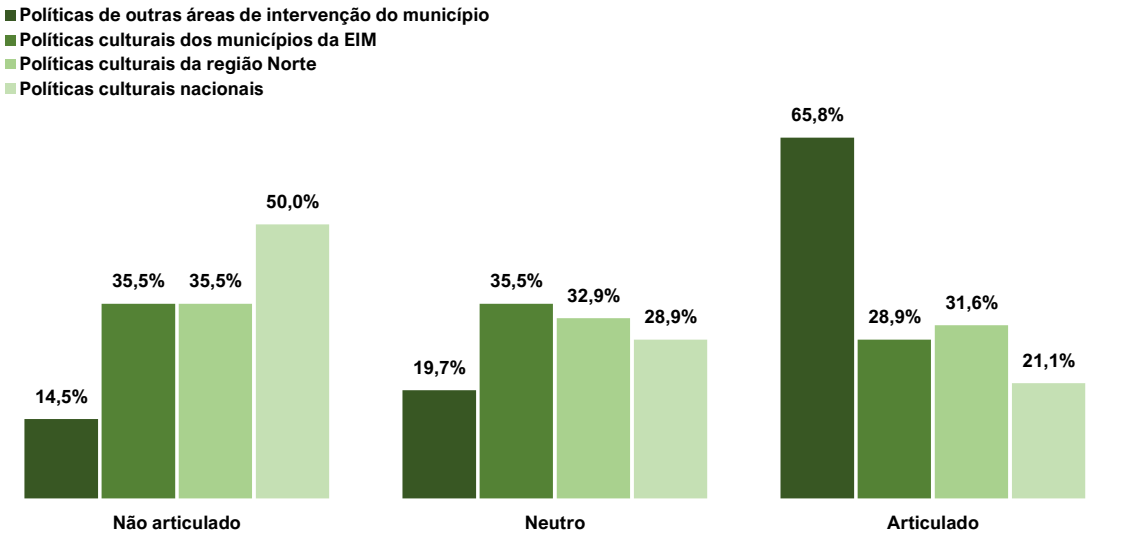

Gráfico 26: Articulação das políticas culturais municipais 1 (dimensão nacional)

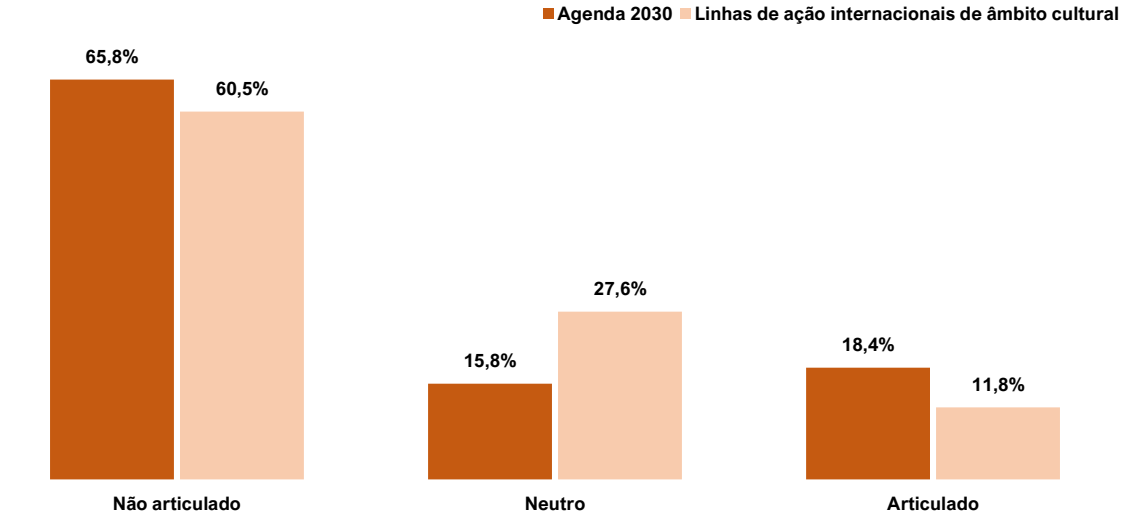

Gráfico 27: Articulação das políticas culturais municipais 2 (dimensão internacional)

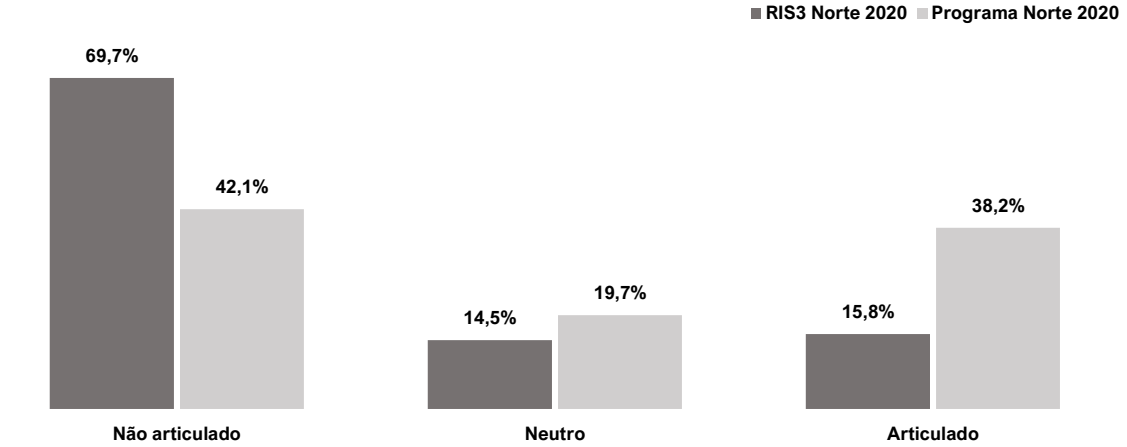

Gráfico 28: Articulação das políticas culturais municipais 3 (Norte 2020)

Resta-nos, sobre esta temática, convocar alguns dos motivos que concorreram para os graus de articulação observados. Salienta-se que foi solicitado aos respondentes que, em 500 carateres, identificassem o principal motivo que tinha concorrido para a avaliação efetuada. A diversidade das respostas foi, como seria de esperar, elevada, sendo que, vamos só apresentar as linhas gerais das 65 respostas de justificação validadas.

Na análise dos motivos foi possível encontrar, por um lado, justificações muito abrangentes e exteriores ao município, como as debilidades de "comunicação entre as instituições e o município" (M116), "a falta de empenho político no que toca ao desenvolvimento de uma política cultural consistente durante décadas" (M118), ou a existência de "uma lacuna acentuada na articulação das políticas culturais nos municípios da região Norte, não se explorando, assim, um aspeto que poderia assumir-se como um ponto forte e congregador"(M160) – lacuna essa que pode ser justificada pela "competitividade entre territórios, quando deveriam sobretudo cooperar entre si" (M142) e que pode ser potenciada por "nem sempre as estratégias definidas a um nível superior (supramunicipal, regional ou nacional) se [… encontrarem] em consonância com as prioridades ou linhas definidas pelas autarquias" (M141), mas que não pode obstar que, "apesar de cada município continuar a definir a sua estratégica e as linhas de atuação com base nas suas realidades culturais, das suas comunidades e do tipo de património cultural que os caracterizam, cada vez mais se […procurem] pontos de contactos para integração de projeto extramunicipais, sobretudo a nível regional" (M099). E, por outro lado, justificações muito concretas e relacionadas com aspetos internos do município, como o M133, um dos municípios com mais baixo grau de articulação geral, que reconhece que o "concelho que nunca teve uma estrutura responsável pela cultura, nunca definiu uma política cultural – os eventos são soltos e nada articulados com outras entidades", ou o M097 que assinala a "falta de meios técnicos, humanos e financeiros", ou o M145, o único município que avalia com 10 todas as dimensões de análise da articulação, que afirma que "a equipa técnica do Município acompanha o trabalho desenvolvido a nível regional, nacional e internacional, adaptando a dinâmica cultural do município a essa realidade".

Do conjunto de motivos para a avaliação da articulação, convocamos ainda os motivos apresentados pelo M149, por sintetizar algumas das mais importantes dimensões dos problemas identificados:

> a articulação da política cultural concelhia com as principais instituições com o mesmo objeto, a nível regional, nacional, europeu e internacional encontra a sua principal dificuldade na exiguidade de recursos humanos tecnicamente capacitados existentes no município, especificamente na área da cultura. Acresce ainda a esta dificuldade a relativa escassez de dotação financeira das diferentes medidas dedicadas área da cultura e, por último, a rigidez existente nas relações entre os potenciais parceiros na estruturação de redes ou de projetos partilhados.

2.2.9. Principais projetos culturais desenvolvidos por iniciativa autárquica no mandato em curso

Tal como se considerou relevante fazer um levantamento quantitativo do tecido cultural associativo não público presente nos municípios, no estudo "Cultura no pós-Norte 2020" também se considerou pertinente efetuar um levantamento dos principais projetos culturais desenvolvidos, no mandato em curso, por iniciativa autárquica. Realça-se que para a análise das respostas procedeu-se à sua categorização, em função da designação apresentada pelo município, utilizando, mais uma vez, a CSC e o IFAC. Sublinha-se ainda que, como nem todos os municípios organizaram a informação de forma nítida, se considerou sempre como um único projeto quando as designações apareciam no plural.

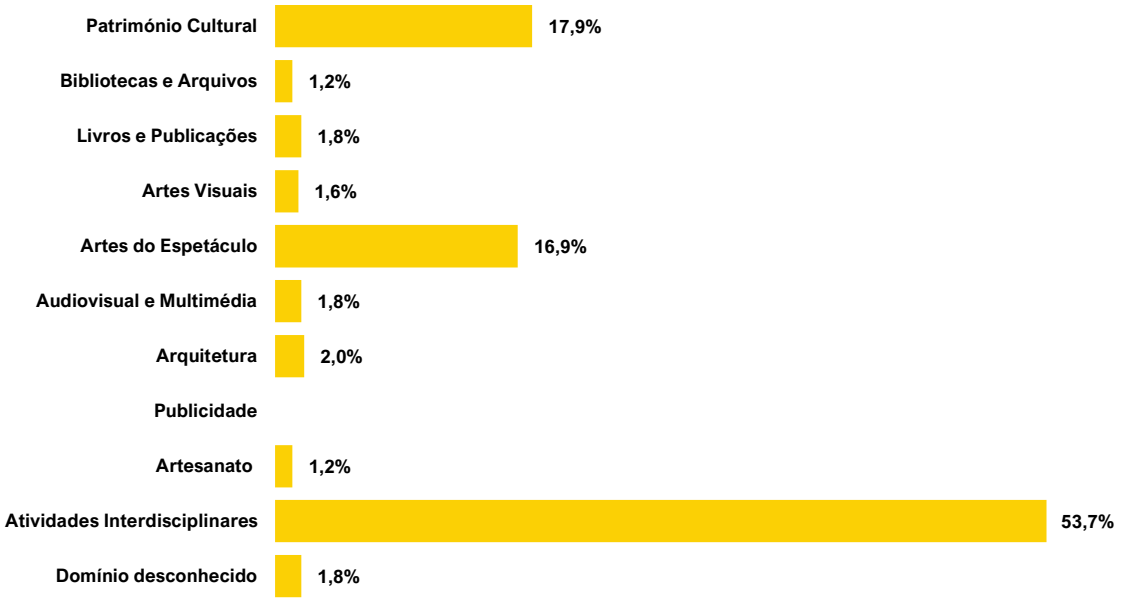

Gráfico 29: Projetos culturais de iniciativa municipal por domínio cultural

Nas respostas à pergunta aberta do questionário sobre esta temática foi possível identificar 482 projetos culturais distintos, o que dá uma média de 7,0 projetos por município, com um máximo de 28 projetos (M142).

O Gráfico 29 revela inequivocamente, que, tal como no associativismo cultural não público, os projetos culturais de iniciativa municipal mais frequentes são nos domínios das *Atividades Interdisciplinares*, *Património Cultural* e *Artes do Espetáculo*.

Uma análise comparativa entre os dados do associativismo e dos projetos permite-nos identificar algumas diferenças dignas de registo nos três domínios mais frequentes, que podem ser indícios de que, aparentemente, há algum trabalho a fazer por parte dos municípios no que concerne ao alinhamento dos projetos culturais que promovem com as realidades associativas locais, tanto mais que na apresentação das linhas gerais das

políticas culturais municipais, não raras vezes, são feitas referências explícitas aos movimentos associativos locais (e.g. M078, M091, M118, M127, M130, M159, M160). Assim, das diferenças encontradas destacamos: 1) a troca de lugares, e consequentemente de prioridades, entre as *Artes do Espetáculo* e as *Atividades Interdisciplinares* – sendo certo que a diferença de percentagens relativas no domínio das *Artes do Espetáculo* não é muito expressiva (20,3% do associativismo cultural opera no domínio das *Artes do Espetáculo*, contra 16,9% nos projetos municipais), é, no entanto, um sinal de que as especificidades de determinados domínios culturais podem não estar a ser tidos verdadeiramente em conta na definição de projetos culturais promovidos pelos municípios; 2) a discrepância observada entre as frequências relativas dos domínios no associativismo é inferior a 1%, quando nos projetos é superior a 36% – um dos problemas desta diferença tão significativa é que pode ser sinónimo do desenvolvimento de projetos que não entram em linha de conta com a diversidade dos domínios culturais em que podem ser enquadrados; 3) se nos centrarmos no domínio do *Património Cultural*, o segundo mais frequente no associativismo e nos projetos, percebemos que, ao nível dos territórios das EIM's também há alinhamentos muito divergentes entre os projetos que os municípios promovem e o associativismo cultural não público (e.g. 24,2% das associações culturais da EIM12 operam no domínio do *Património Cultural*, mas os projetos culturais municipais neste domínio não ultrapassaram os 7,7%), o que pode concorrer para que os projetos não respondam positivamente aos interesses e necessidades dos territórios.

2.2.10. Orçamento municipal afeto à cultura no ano de 2018

O último indicador de análise das políticas culturais municipais que se considerou relevante incluir na análise foi o, tradicional e polémico, orçamento municipal afeto à cultura.

Tendo em consideração que os dados vão sendo tornados públicos anualmente pelo INE, solicitou-se aos inquiridos que nos apresentassem dados referentes ao ano de 2018 e, se possível, que os dados fossem desagregados em cinco rúbricas – Despesas com Pessoal, Aquisição de Bens e Serviços, Transferências para as Juntas de Freguesia, Outras Despesas Correntes e Despesas de Capital. Não obstante a insistência por parte da equipa do projeto, nomeadamente durante o período de validação dos questionários em que se consideraram validados provisoriamente todos os questionários submetidos que não incluíam esta informação e, por isso, os respondentes foram contactados para solicitar a inclusão de informação complementar, a verdade é que 15,8% dos municípios não completaram os dados, correspondendo a 15,6% dos municípios participantes com até 15.000 residentes e a 14,3% dos municípios participantes com mais de 50.000 residentes.

Tendo por base a diversidade do território, nomeadamente no que concerne à população residente em cada município, a apresentação de resultados não irá ser efetuada em termos absolutos, mas em termos relativos para que seja possível estabelecer algumas relações

entre as diferenças observadas. Para que seja possível fazer algumas relações com os valores nacionais, relembra-se ainda que, em 2017, o valor médio *per capita* das despesas correntes em cultura e desporto dos municípios portugueses foi de 59,05€.

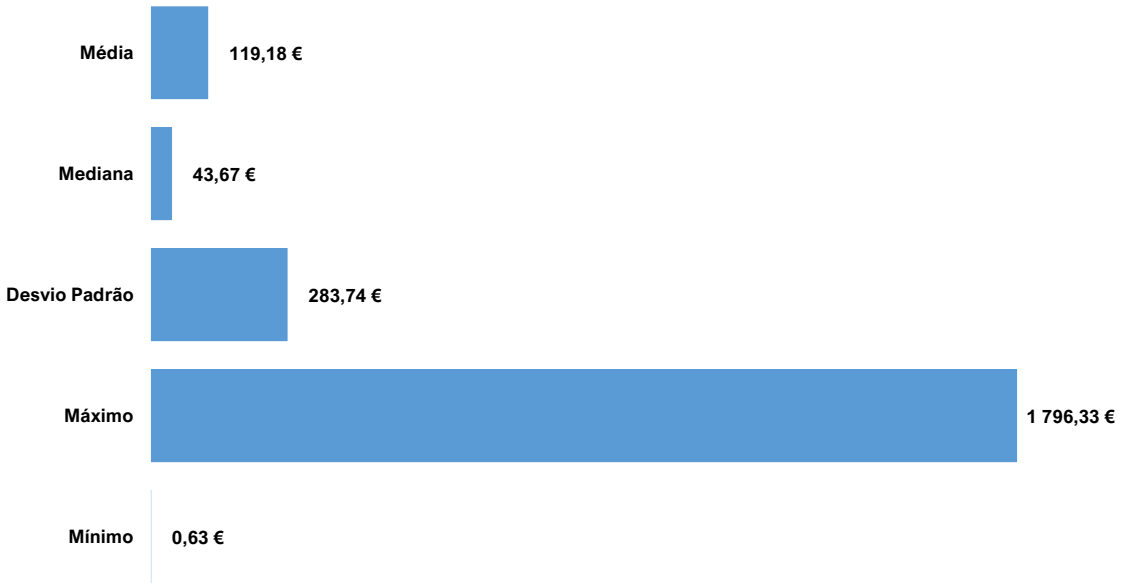

Gráfico 30: Medidas de tendência central dos orçamentos municipais afetos à cultura *per capita* no ano de 2018

O Gráfico 30, com as medidas de tendência central dos orçamentos municipais afetos à cultura no ano de 2018, revela que a média dos orçamentos dos municípios objeto do estudo é francamente superior à média nacional, ainda que a mediana nos indique que em 50% dos casos o valor *per capita* seja apenas de 43,67€ (portanto, inferior aos 59,05€ de média em 2017), e permite-nos perceber também as enormes discrepâncias que existem no território, com municípios a afirmarem que têm despesas que não atingem os 4,00€ por residente (e.g. M117, M134, M135) e municípios a ultrapassar os 1.340,00€ (e.g. M097, M152). Se os dados enviados por parte dos municípios tivessem vindo todos desagregados poderíamos identificar de forma muito objetiva se as discrepâncias nos valores se devem a lapsos no preenchimento ou a algum investimento específico. Certo é que a análise dos dados provenientes das estatísticas da cultura nos últimos anos, nos permite afirmar que despesas desta grandeza não são uma prática corrente nos municípios em causa.

Os dados apresentados no Gráfico 31 correspondem à média dos orçamentos municipais afetos à cultura *per capita*, agregados por municípios em função da sua população residente. O que se destaca logo da análise do gráfico é haver uma tendência que nos permite afirmar que à medida que a população residente aumenta, a média de despesas *per capita* diminuiu. Realça-se que no caso dos municípios com uma população entre os 5.001 e os 10.000 residentes, a subida da média em relação ao grupo anterior pode ser

justificada por incluir os, já mencionados, M097 e M152; no caso do grupo de municípios entre os 20.001 e aos 30.000 residentes, o valor particularmente elevado da média está relacionado com o facto de ser um grupo composto por um número reduzido de municípios, em que um deles, o M127, apresenta um valor muito elevado (510,04€).

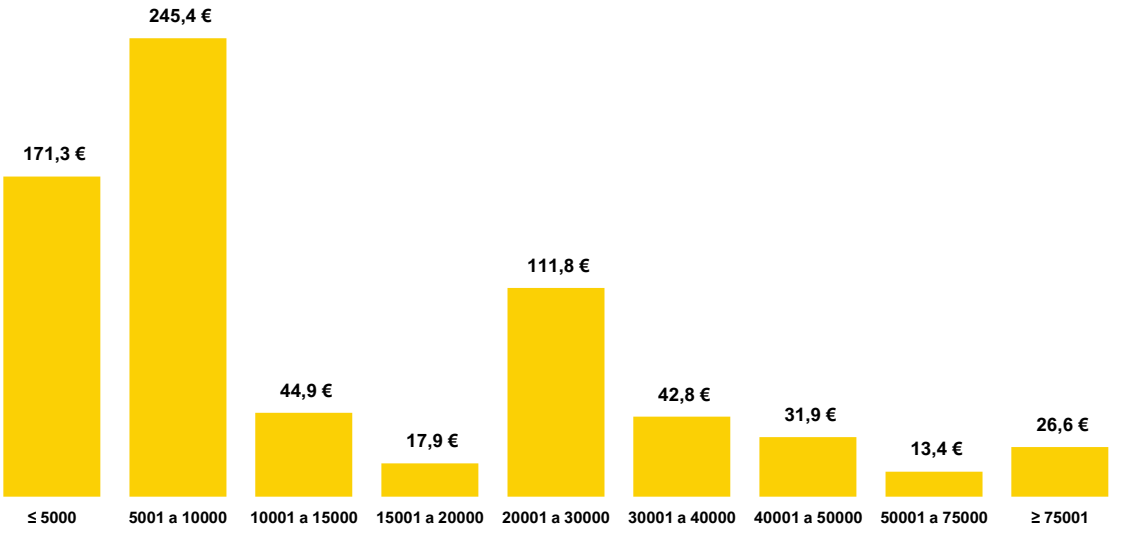

Gráfico 31: Médias dos orçamentos municipais afetos à cultura per capita em função da população residente

A análise dos dados referentes aos orçamentos agregados por EIM, sintetizados no Gráfico 32, torna ainda mais evidente as diferenças do território, que na realidade têm vindo a ser sublinhadas em diferentes momentos da apresentação destes resultados, como por exemplo nos recursos humanos afetos à cultura ou no associativismo cultural.

Os municípios da EIM13 são, sem dúvida, os que menos despesas *per capita* afetam à cultura (em média 13,34€ por residente, contra os 59,05€ da média nacional), sendo que o valor mediano alcançado (15,22€) revela que se trata, efetivamente, de uma tendência territorial. Preocupantes são também, por motivos diversos, os resultados das EIM11, EIM09 e EIM10: as duas primeiras apresentam médias e medianas particularmente reduzidas – EIM11 (24,29€ de média e 13,97€ de mediana) e EIM09 (34,43€ de média e 28,66€ de mediana); a última apresenta uma média muito elevada (130,29€), contudo a mediana não ultrapassa os 38,86€. A EIM14 é a que tem a média de orçamentos municipais afetos à cultura mais elevada (301,80€), contudo os resultados só foram possíveis devido à existência de um grupo muito reduzido de municípios que apresentaram valores dos orçamentos muitíssimo elevados, que não estão em linha com os dados provenientes da análise documental, sendo ainda de destacar que 50% dos municípios desta EIM destinam anualmente menos de 65€ *per capita* para a cultura. Do conjunto de EIM's com médias

superiores à média nacional, os dados revelam que a EIM15 é que apresenta resultados mais consistentes, ou seja, com menos desequilíbrios nos diferentes orçamentos afetos à cultura: apesar de 20% dos municípios aplicarem na cultura menos de 28,00€ *per capita*, a verdade é que 80% dos municípios apresentam valores superiores à média nacional e, dentro do conjunto das EIM's, a EIM15 é que apresenta o valor mediano dos orçamentos mais elevado – 70,82€ *per capita*.

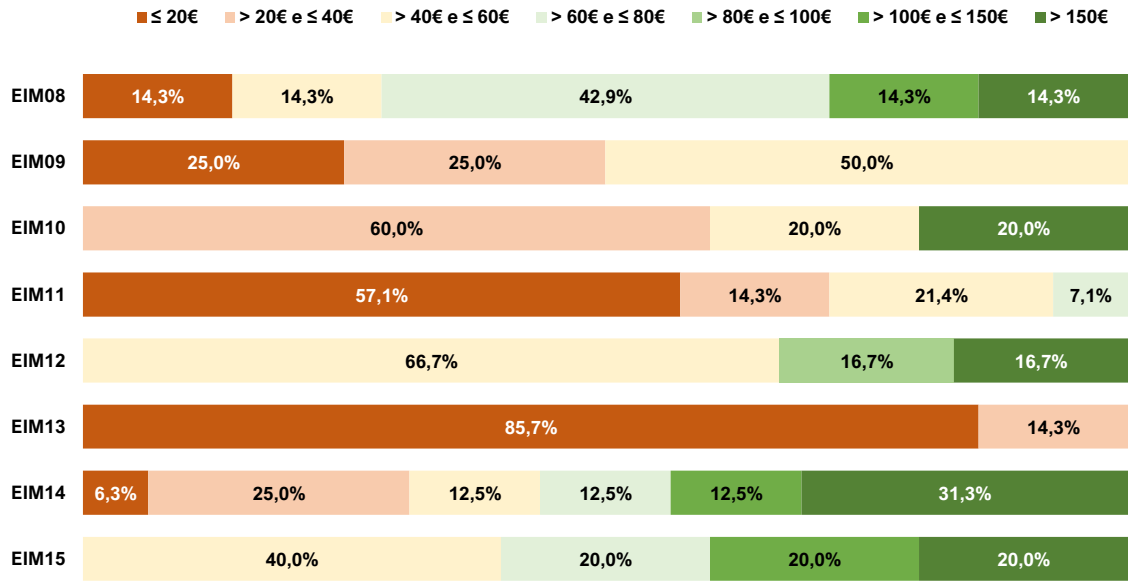

Gráfico 32: Distribuição das médias dos orçamentos municipais afetos à cultura por EIM

2.3. Sobre o Programa Norte 2020

Esta secção do questionário visou reunir um conjunto de dados diversificados sobre o Norte 2020. Depois da análise SWOT do programa, solicitou-se aos respondentes a avaliação do Norte 2020 sob duas perspetivas, por um lado, o processo de elaboração do Norte 2020 e, por outro lado, a presença da cultura no programa. Nesta secção ainda se tentou compilar dados referentes aos impactos no território dos investimentos efetuados à luz do programa, aos investimentos que não foram efetuados e que os municípios consideravam prioritários e, por último, à complementaridade de financiamentos entre o Norte 2020 e outras linhas de financiamento nacionais e internacionais.

Sobre esta secção, realça-se ainda que a única pergunta fechada foi a relacionada com a avaliação do programa; e que a taxa de respostas concretas foi, por diversos motivos, distinta nas diversas perguntas abertas – 86,8% dos respondentes incluíram, pelo menos, uma das dimensões da análise SWOT e 44,7% dos respondentes elencaram, pelo menos, um projeto que não viu aprovado no âmbito do Norte 2020.

2.3.1. Análise SWOT do Norte 2020

No primeiro conjunto de quatro questões para respostas breves (máximo 100 carateres por resposta), solicitou-se aos inquiridos que efetuassem uma análise SWOT do Norte 2020.

A listagem das respostas validadas dá-nos uma visão integral da análise SWOT efetuada por cada um dos respondentes. Mas também nos permite perceber que, como é habitual nestas circunstâncias, um mesmo aspeto é encarado por uns como força ou debilidade, ou como oportunidade ou ameaça.

No que concerne às forças e debilidades, por exemplo, o M087 apresenta como força o facto do Norte 2020 possibilitar a "disponibilidade de financiamento para alavancar projetos fundamentais" – opinião que pode eventualmente ser corroborada, por outras palavras e em parte, pelos M099, M100, M120, M126, M145, M165 e M169 – e o M098 refere-se à promoção da "democratização da cultura, inclusão social e qualificação das pessoas" – que está em linha com os pontos fortes apresentados pelos M096, M103, M103, M133, M137, M141 e M146; contudo quando o M121 apresenta como debilidade do programa "a escassez de recursos financeiros atribuídos ao programa" – também referida pelos M087, M093, M130, M140, M149 e M70 – e o M119 se refere às "limitações do programa no que à coesão territorial diz respeito" – em linha com os M101 e o M132 –, percebemos que a análise que alguns municípios fazem do Norte 2020 é muito distinta em pontos fundamentais. Analisando as oportunidades e as ameaças identificadas pelos municípios, salienta-se aqui, a título meramente ilustrativo, que para o M109 uma das oportunidades do Norte 2020 está relacionada com o facto de "permitir a requalificação do património classificado, alvo de mapeamento e de iniciativas culturais de grande impacto", mas, paralelamente, uma das ameaças ao próprio programa, que o mesmo respondente aponta, resulta de "os apoios estarem condicionados à existência de um mapeamento (imoveis preferencialmente classificados) e à captação de (grandes) fluxos turístico".

Das repostas dos municípios, salientamos ainda a do M147, por ser a única que apresenta uma visão globalmente negativa para a dimensão da cultura do Norte 2020:

> No que concerne à sua aplicabilidade à Cultura e às entidades municipais não encontro, de momento, nenhum. [Força]
>
> O facto dos recursos disponíveis poderem ser usados por entidades regionais que foram elas próprias a mapear recursos e sinalizar prioridades. [Debilidade]
>
> No âmbito da Cultura não identifico nenhuma, de momento. A menos que o overbooking venha corrigir as assimetrias no acesso aos recursos. [Oportunidade]
>
> O facto de ter sido ignorada a necessidade de dar apoio ao investimento às infraestruturas e programas financiados no quadro anterior. [Ameaça]

FORÇAS	DEBILIDADES	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
•Disponibilizar recursos financeiros para a cultura	•Dotação financeira para a área da cultura face às necessidades	•Valorizar o património cultural	•Fragmentação territorial provocada pelas assimetrias regionais
•Valorizar o património cultural	•Burocracia associada a todo o processo	•Aceder a financiamentos para a cultura	•Envelope financeiro associado à dimensão cultural
•Contribuir para a coesão territorial	•Condicionalismos provocados pelo "Mapeamento dos Investimentos em Infraestruturas Culturais"	•Proporcionar a implementação de novos projetos culturais (e.g. Cultura para Todos)	•Sustentabilidade dos projetos
•Mobilizar competências técnicas e alinhamentos intersectoriais	•Impossibilidade de valorizar ou construir infraestuturas culturais (e.g. auditórios, bibliotecas, museus)	•Capacitar os municípios e os agentes do território	•Condicionalismos provocados pelo "Mapeamento dos Investimentos em Infraestruturas Culturais"
•Promover a articulação, as sinergias e o trabalho em rede entre os diversos agentes do território	•Presença da cultura no programa, nomeadamente de ações imateriais	•Diminuir as assimetrias regionais	•Reduzida taxa de excecução devido, nomeadamente, ao processo burocrático associado
•Fomentar a democratização cultural	•Ausência de estratégias diferenciadoras dos territórios	•Potenciar as sinergias e o trabalho em rede	•Centralização dos processos de decisão
•Estimular o desenvolvimento sustentável e inclusivo		•Criar novos públicos para a cultura	•Diversidade das tipologias de ação

Figura 4: Síntese da Análise SWOT ao Norte 2020 efetuada pelos municípios

A Figura 4 foi elaborada com as ideias-chave de cada uma das quatro dimensões da análise SWOT do Norte 2020, realizada a partir da análise de conteúdo dos contributos dos municípios, que foi efetuada segundo a metodologia apresentada anteriormente e proposta por Bardin (2010).

2.3.2. Avaliação do Norte 2020

A análise do Norte 2020 também incluiu a avaliação, por parte dos municípios, do grau de satisfação do processo de elaboração do programa e da presença da cultura no programa. Relativamente ao primeiro conjunto de eixos de avaliação, centramo-nos no papel da CCDR-N, das EIM's e da DRCN, e ainda na participação dos departamentos de cultura dos municípios e das organizações do setor cultural não público no processo de elaboração do Norte 2020. Sobre o programa em si mesmo, solicitamos aos municípios a avaliação sobre a presença da cultura no programa, com especial atenção às prioridades de investimento, aos objetivos específicos, às tipologias de intervenção e de realização, e aos indicadores de realização e de resultado. Para avaliar utilizou-se uma escala de Likert com 10 pontos, onde 1 significa *nada satisfeito* e 10 *muito satisfeito*, sendo que na agregação dos dados se utilizou a mesma forma de agregação dos resultados do grau de articulação das políticas culturais municiais (Avaliação Negativa os valores de 1 a 4, Avaliação Neutra os valores de 5 e 6, e Avaliação Positiva os valores de 7 a 10).

No Gráfico 33 é possível observar a síntese da avaliação efetuada pelos municípios e torna-se mais nítido que, regra geral, a avaliação é francamente negativa.

Relativamente ao processo de elaboração do Norte 2020, com exceção do papel da CCDR-N e das EIM's – com valores positivos de, respetivamente, 57,9% e 56,6% dos municípios – os respondentes não se manifestam satisfeitos, sendo que o papel da DRCN só foi considerado positivo por 44,7% dos respondentes e a participação dos departamentos de cultura dos municípios e das organizações do setor cultural não público foi avaliado negativamente por, no mínimo, 52,6% dos municípios.

No que concerne à presença da cultura no Norte 2020, a avaliação é globalmente negativa:

- os valores medianos das seis dimensões de análise são negativos (quatro);
- as modas variam entre o dois, das tipologias de ações, e o três nas restantes cinco dimensões;
- 53,9% dos respondentes avaliam negativamente (de um a quatro) as seis das dimensões em análise;
- 21,1% dos respondentes avaliam com os valores de sete a dez.

Realça-se que a análise dos resultados em função das EIM's não revela fatores distintivos dignos de registo.

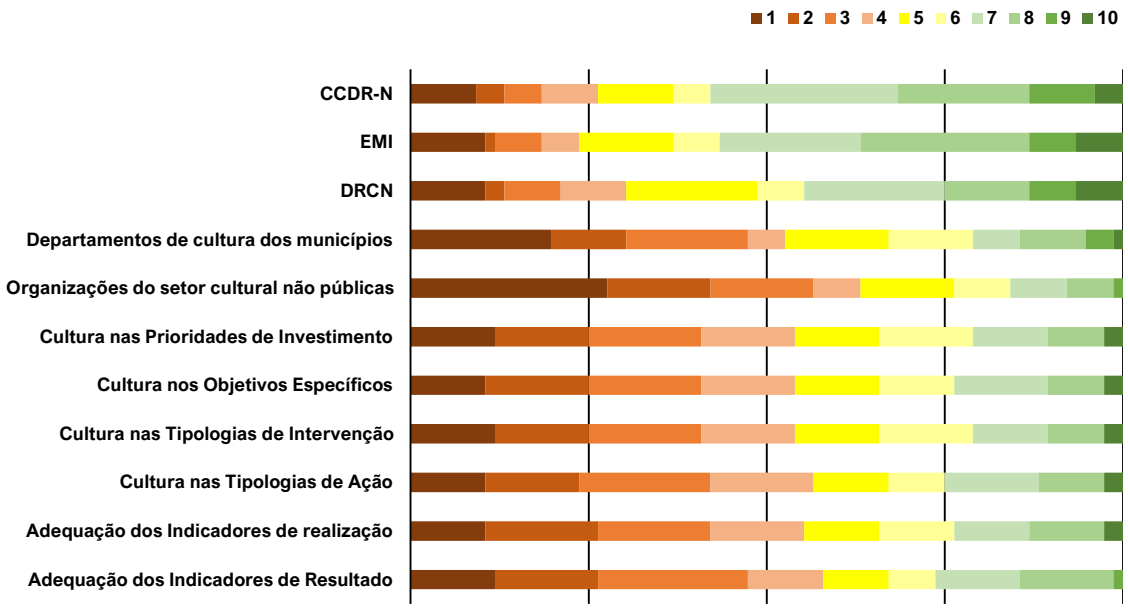

Gráfico 33: Avaliação do Norte 2020 por parte dos municípios

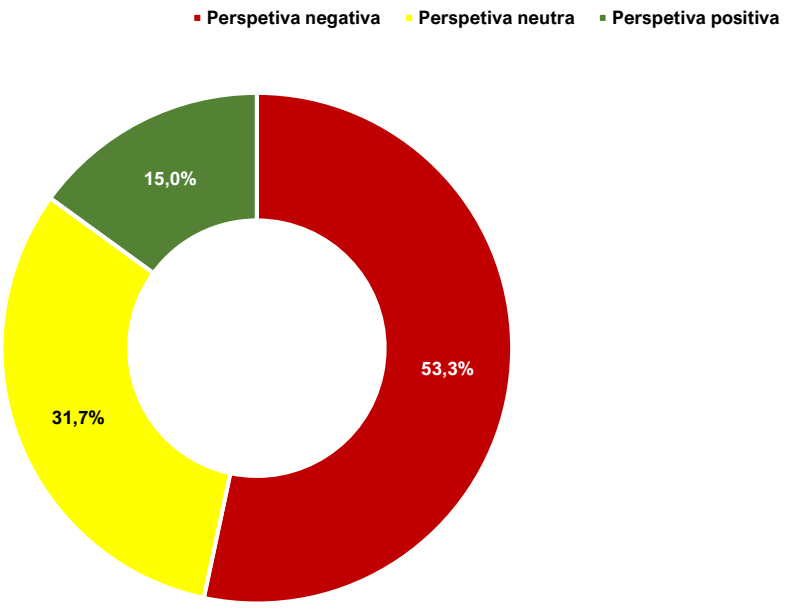

Gráfico 34: Perspetiva dos motivos da avaliação ao Norte 2020

Após uma análise dos motivos que concorreram para a avaliação, foi possível efetuar uma divisão das 60 respostas validadas em três eixos: um eixo onde as respostas focaram uma perspetiva negativa na avaliação; um eixo onde as respostas focaram uma perspetiva positiva na avaliação; e um eixo neutro, onde só se reforça o porquê da avaliação. O Gráfico 34, que sintetiza a distribuição estatística destes três eixos está, como seria de esperar, em linha com os resultados do Gráfico 33.

Dos motivos incluídos no eixo com a perspetiva negativa, salienta-se, por exemplo, a "insuficiente divulgação dos propósitos do quadro de apoio" invocada pelo M163 e que pode concorrer para "a pouca articulação existente entre os municípios e a gestão do programa" (M104) "em todas as fases do programa (… devido a) informação de difícil interpretação (…e) falta de apoios às equipas municipais" (M125). No que concerne à presença da cultura no Norte 2020, o M166 refere "o posicionamento da cultura exclusivamente como um meio instrumental ao serviço do turismo e à inclusão social, não que conferindo um efetivo papel próprio e específico no desenvolvimento regional", sendo que a resposta do M130, que transcrevemos na íntegra, acaba por sintetizar alguns dos motivos apresentados pelos M084, M110, M117, M142, M156, M160 e M169:

> o principal motivo para a avaliação efetuada prende-se com o facto de considerarmos insuficiente a expressividade da cultura no programa operacional e consequentemente nos regulamentos e respetivos avisos de abertura para apresentação de candidaturas. Simultaneamente deveria haver maior auscultação das entidades, nomeadamente municípios ou seus representantes, e da área da cultura para se conseguir ir mais de encontro às reais necessidades deste domínio.

Na análise das respostas, considerou-se adequado incluir na perspetiva neutra todas as que não incluíam de forma explícita motivos negativos ou positivos, como por exemplo os M098, M108, M113, M123 e M170, que fundamentam a sua avaliação na experiência.

Nas nove respostas que foram incluídas no eixo com a perspetiva positiva, destacamos referências à "grande articulação, apoio e acompanhamento destas entidades ao longo do processo. Embora a cultura pudesse ter ainda mais presença nas prioridades de investimento e objetivos específicos, consideramos ter havido uma evolução neste programa" (M121). Sendo que o M143 sublinha que, não obstante o empenho da CCDR-N, "embora nem sempre acompanhada das demais entidades interessadas (…, observam-se algumas) deficiências ao nível da definição dos indicadores".

2.3.3. Impactos nos municípios que os investimentos do Norte 2020 suscitaram

Na análise do Norte 2020 que se está a efetuar, também se solicitou aos inquiridos, através de uma pergunta aberta, que, tendo em consideração os projetos que os municípios viram aprovados nos domínios da cultura, apresentassem os impactos (e.g. cultuais, económicos, sociais) que os investimentos operados no município suscitaram.

Com uma taxa de resposta de 73,7%, a segmentação das respostas validadas (que podiam ter até 500 carateres) efetuou-se em função dos conteúdos, sendo que emergiram claramente quatro grupos de resposta: 1) municípios que não efetuaram candidaturas; 2) municípios que não viram projetos aprovados; 3) municípios que, tendo projetos aprovados, afirmam que ainda não é possível avaliar os impactos; e 4) municípios com projetos aprovados e que identificam alguns dos impactos gerados.

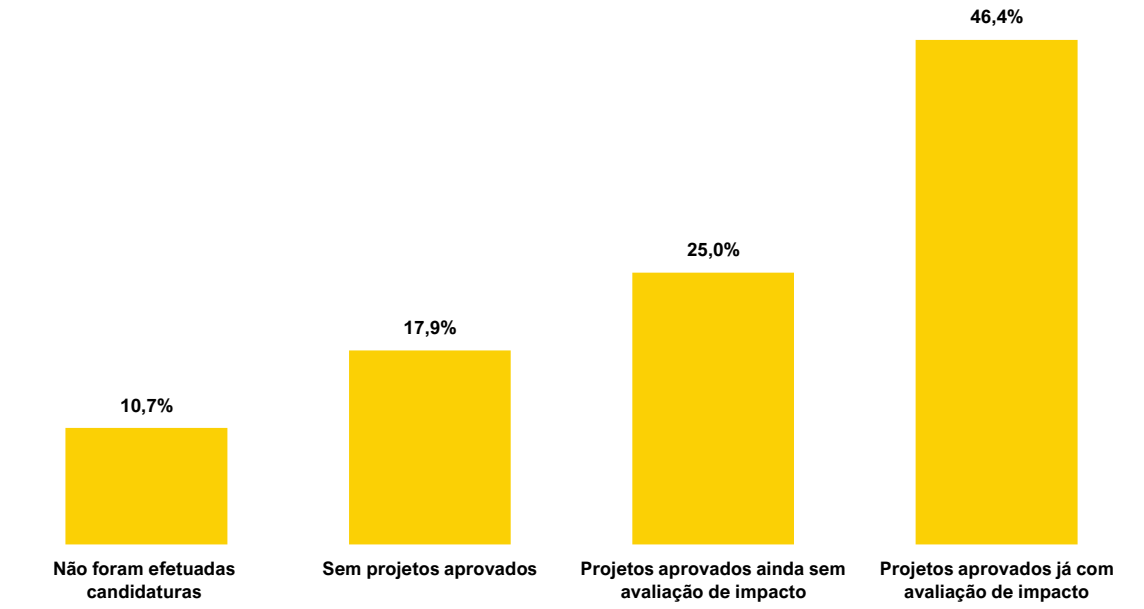

Gráfico 35: Distribuição estatística dos quatro grupos de respostas

Como o Gráfico 35 revela, 71,4% dos respondentes viram projetos aprovados, sendo que em 46,4% dos casos já é possível identificar impactos.

Centrando agora a análise nos municípios com projetos aprovados, os municípios que afirmaram ainda não ser possível efetuar a avaliação de impactos justificam a sua resposta com o facto de os projetos ainda estarem em curso, sendo que, apesar de ainda não ter impactos aferidos, o M154 espera que os projetos contribuam "para uma maior atratividade e assim um maior desenvolvimento do setor cultural e turístico no concelho". Sobre os municípios que apresentaram os impactos dos investimentos efetuados, importa realçar que a tendência foi a de associar a aprovação e execução dos projetos a impactos positivos. Não obstante, de entre os impactos apresentados pelos respondentes destaca-se, em primeiro lugar, que o M101 realça a inexistência de impactos e que o M108 os considera irrelevantes. Os M091, M097, M124, M146, M157 e M165, salientaram aspetos relacionados com o *aumento do número de visitantes e públicos*, os M141 e M149 sublinharam as dinâmicas geradas pela promoção de *intercâmbios, parcerias e redes culturais* e os M119, M130, M150 e M165 com a dimensão *económica*. Convocamos ainda a resposta do M140 por elencar muitos dos impactos dispersos nas várias respostas validadas:

> apresentam impactos muito positivos quer ao nível da oferta pública de equipamentos e serviços, bem como ao nível do investimento imaterial de formação e capacitação dos agentes económicos da restauração e turismo (…). Ressalvamos ainda a importância dos estudos patrimoniais sobre o património material e imaterial que permitem o melhor conhecimento cultural municipal, permitindo a criação de novas rotas culturais e de produtos de oferta turístico-cultural.

2.3.4. Projetos nos domínios da cultura que os municípios não viram aprovados

Com o objetivo de identificar os domínios culturais predominantes nos projetos que os municípios submeteram ao Norte 2020 e que não foram objeto de financiamento, solicitou-se aos inquiridos que, em primeiro lugar, apresentassem uma lista de projetos que, nos domínios da cultura, o município não viu aprovados no âmbito do Norte 2020 e, em segundo lugar, os motivos que concorreram para que os referidos projetos tenham sido considerados como investimentos prioritários para o município.

No que se refere à lista de projetos não aprovados, obtivemos 36 respostas concretas com os títulos dos projetos no domínio da cultura, sendo que as restantes ou indicavam a não existência de projetos chumbados ou a não submissão de projetos (individuais e/ou coletivos). Para a análise das respostas procedeu-se à sua categorização, em função da designação apresentada pelo município, utilizando, mais uma vez, a CSC e o IFAC.

O Gráfico 36 permite-nos observar que, tal como nos projetos culturais de iniciativa municipal, os 58 projetos culturais elencados pelos municípios como não aprovados no âmbito do Norte 2020 são, maioritariamente, nos domínios Património Cultural e Atividades Interdisciplinares.

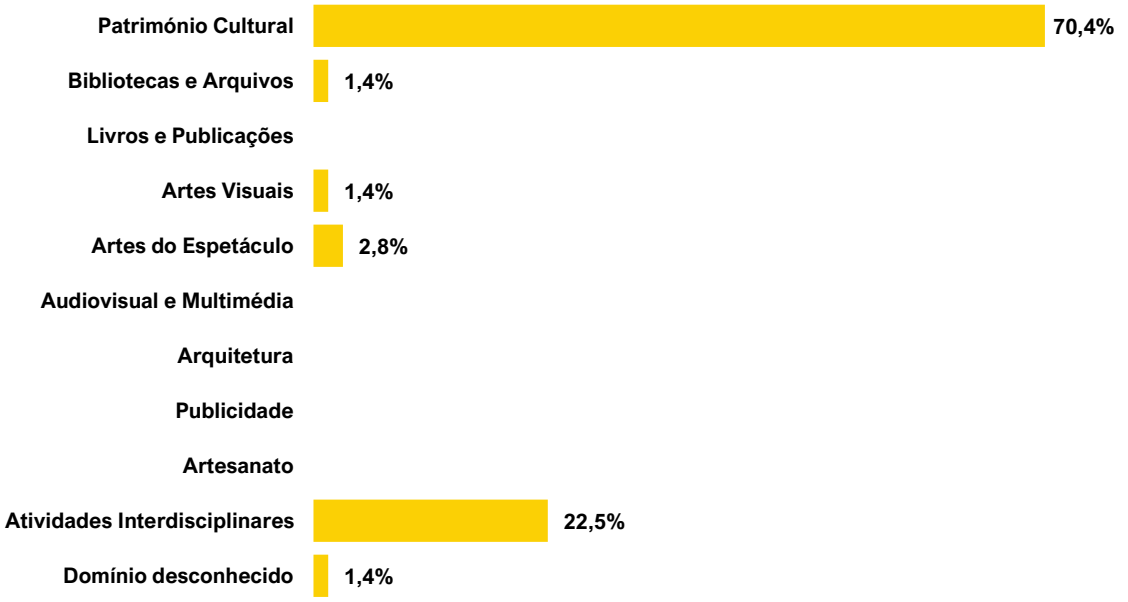

Gráfico 36: Projetos não aprovados por domínio cultural

No que se refere aos motivos que concorreram para que os municípios tenham considerado os projetos não aprovados como investimentos prioritários, destacam-se, como é evidente, as referências ao património, sendo que estão, não raras vezes, associadas ao desenvolvimento sustentável do território, nomeadamente através do incremento turístico e do trabalho em rede. O M091 refere que os seus três projetos

visavam “a promoção e desenvolvimento do património cultural, tendo em vista a sustentabilidade e eficiência no uso de recursos, a animação da rede de infra-estruturas culturais e a promoção territorial associada à qualificação e valorização dos activos histórico-culturais com vocação turística”, o M121 sustenta a importância dos cinco projetos elencados com “o caráter estrutural destes projetos, ao nível da valorização do património material e imaterial, como fatores de diferenciação do território, com impacte ao nível da projeção da imagem do concelho, da região e do país”, o M150 salienta que com os seus dois projetos não aprovados pretendia “adequar o território a desafios sociais e culturais visando um crescimento sustentável, a salvaguarda do património (i)material (raiz identitária da cidade), o apoio ao talento criativo e a criação de redes intermunicipais culturais” e, por fim, o M169 considera a sua intervenção prioritária “por promover a divulgação e animação do património e da rede de equipamentos culturais avançando em paralelo com a modernização e dinamização de equipamentos culturais definidos no mapeamento para divulgação de património de elevado interesse turístico”.

2.3.5. Complementaridade entre os financiamentos nos domínios da cultura no âmbito do Norte 2020 e outras linhas de financiamento nacionais e internacionais

Na última questão desta secção do questionário, solicitou-se aos inquiridos que, numa resposta breve de 200 carateres, apresentassem o tipo de complementaridade que se observou no município entre os financiamentos nos domínios da cultura no âmbito do Norte 2020 e outras linhas de financiamento nacionais e internacionais.

Tendo em consideração que, pelo menos, 59,2% dos municípios respondentes viram projetos aprovados no âmbito do Norte 2020, regista-se que foram validadas 51,3% das respostas, não obstante se ter observado que apenas 22,4% dos municípios participantes no estudo apresentou respostas concretas sobre o tipo de complementaridade. A análise deste último conjunto de respostas revela que, segundo os municípios, se observou complementaridade com verbas provenientes da Direção-Geral das Artes, do INTERREG e POCTEP, do Programa Europa Criativa, do Programa Europa dos Cidadãos, do Programa MAR 2020, do Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos e do Turismo de Portugal.

A terminar este breve olhar sobre as respostas relativas ao Norte 2020, não deixa de ser significativo realçar que 30,8% dos municípios que responderam a esta última questão, afirmaram que não havia complementaridade com outras fontes de financiamento, o que pode ser um sinal importante sobre a sustentabilidade dos projetos depois de terminado o financiamento no âmbito do Norte 2020.

2.4. Sobre as Políticas Culturais até 2030

Esta secção do questionário visou reunir, através de seis perguntas abertas para respostas breves (máximo 200 carateres por resposta), contributos dos municípios que concorram para a definição de políticas culturais para a próxima década.

Para além de necessidades na área da cultura (municipais, regionais e nacionais), procurou-se identificar objetivos estratégicos, investimentos e, independentemente de financiamentos disponíveis, projetos concretos considerados prioritários à escala municipal.

Realça-se que, não obstante os contributos dos municípios poderem ser particularmente relevantes para a definição de políticas culturais na próxima década, se observou que 10,5% da amostra do estudo optou por não desenvolver nenhuma das seis questões que foram colocadas nesta secção.

2.4.1. Necessidades (municipais, regionais e nacionais) na área da cultura

No que concerne às respostas validadas nas três questões relacionadas com as necessidades, regista-se que 5,9% só identificaram necessidades municipais e que 11,8% não identificaram necessidades nacionais.

Tal como aconteceu nas linhas gerais das políticas culturais municipais no período 2017-2021, a análise das respostas relativas às necessidades e aos objetivos estratégicos das políticas culturais até 2030 foi realizada à luz dos documentos, nacionais e internacionais, selecionados pelos motivos já aludidos, procurando-se identificar alinhamentos, explícitos ou implícitos.

De entre as 244 necessidades apresentadas pelos municípios, foi possível efetuar um total de 1.131 associações com os documentos (378 associações com as necessidades municipais, 397 com as necessidades regionais e 356 com as necessidades nacionais) e, como se vai observar pelas respostas que aqui vamos convocar, a título meramente ilustrativo, a diversidade de concretização e profundidade é grande, originando, por isso, graus de alinhamentos muito distintos, mesmo dentro das categorias de análise definidas em cada documento.

O Gráfico 37, que sintetiza o alinhamento das três escalas de necessidades na área da cultura com as 51 categorias de análise definidas a partir dos documentos, revela, por um lado, que as necessidades, independentemente da sua escala, estão, aparentemente, sempre menos alinhadas, respetivamente, com a Carta Cultural Ibero-americana, com a Declaração da CPLP, com a Agenda 2030 e com a Nova Agenda Europeia para a Cultura (representando, em média, 6,0%, 6,4%, 10,3% e 10,6% da totalidade dos alinhamentos identificados, com um mínimo de 2,1% de associações com a Declaração da CPLP nas necessidades municipais e um máximo de 12,2% de associações com a Agenda 2030

também nas necessidades nacionais); e, por outro lado, que o Programa do XXI Governo Constitucional e a Agenda 21 da Cultura foram os dois documentos com os quais foi possível identificar mais afinidades (representando em média, respetivamente, 18,5% e 19,1% da totalidade das associações).

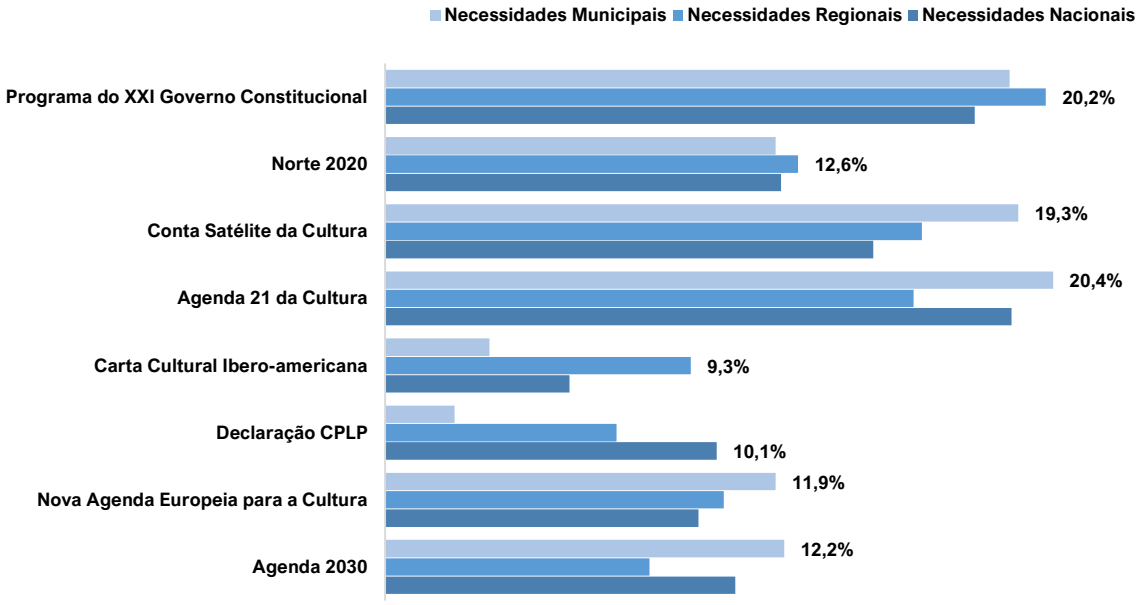

Gráfico 37: Alinhamento das necessidades culturais com os documentos selecionados

Não obstante a identificação de necessidades na área da cultura se referir até 2030, altura em que o Norte 2020 já não estará em vigor, considerou-se que a análise dos alinhamentos com o Norte 2020 se revelava de particular interesse, uma vez que, como é evidente, se espera que os impactos do programa se estendam muito além do período da sua execução.

Os resultados da análise à luz do Norte 2020 são particularmente interessantes, uma vez que mostram que, apesar de não figurarem de forma explícita referências substantivas ao Norte 2020, se percebe que, de forma implícita, se observou que 12% das necessidades identificadas estão alinhadas com, pelo menos, uma das nove categorias de análise, apesar de em 19,4% das respostas não ter sido possível efetuar qualquer tipo de alinhamento com o Norte 2020. Destaca-se ainda que só foi possível estabelecer associações com o Norte 2020 nas três escalas de necessidades em 26,9% das respostas validadas, sendo que foi com o M116 que se identificar mais alinhamento (dois em cada escala de necessidades e sempre com os mesmos eixos de análise – E7 e E8).

Sobre os alinhamentos com o Norte 2020, o Gráfico 38 permite perceber ainda que foi com o E8 e o E9 os que concentraram mais associações com as respostas dadas pelos municípios, sendo que no caso das necessidades regionais, o E9 atinge 58% do total dos

alinhamentos identificados e que no caso do E8 o valor máximo de afinidades foi alcançado nas necessidades nacionais. No que concerne às necessidades municipais, sublinha-se que, não obstante os resultados obtidos serem consistentes com os resultados referentes aos alinhamentos identificados no processo de análise das linhas gerais das políticas culturais municipais para o período de 2017-2021, a verdade é que o peso que o E8 e E9 assumem nas necessidades identificadas até 2030 é francamente superior (80% nas necessidades até 2030, contra os 59,3% nas políticas até 2021).

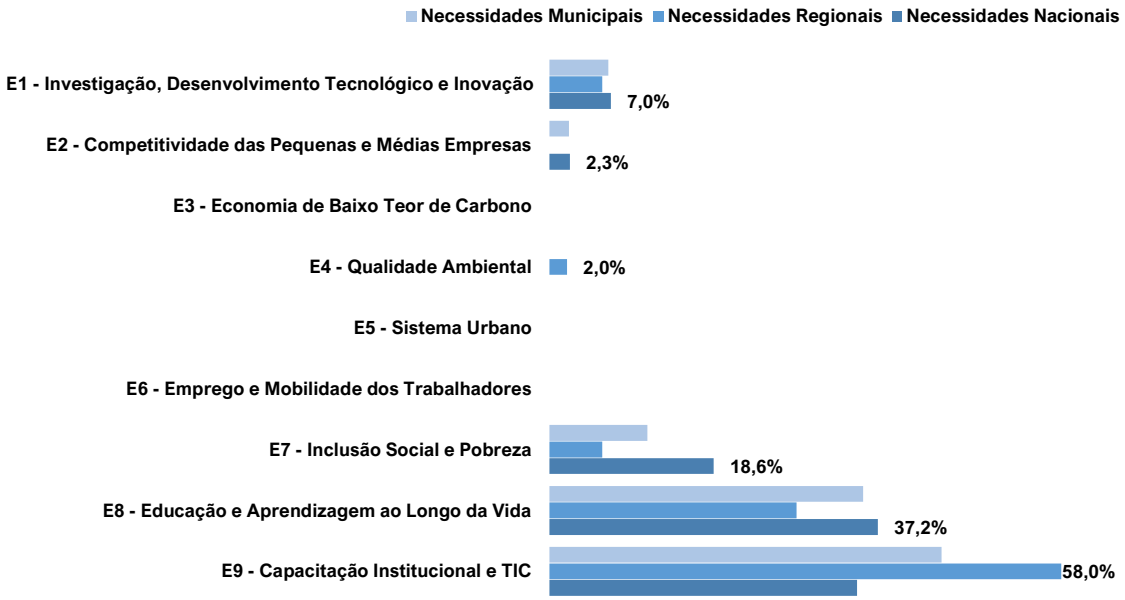

Gráfico 38: Alinhamento das necessidades culturais com o Norte 2020

A análise efetuada com base na CSC, que permite a triangulação com os dados provenientes de outras respostas do questionário, revelou que, não obstante a diversidade de domínios previstos, em 15,9% das respostas não foi possível efetuar nenhuma associação com as 10 categorias definidas, correspondendo 39,7% dos municípios em não foi possível enquadrar, pelo menos, uma das suas respostas em nenhuma das categorias. Do lote de municípios que responderam a este conjunto de três perguntas e com uma média superior a um alinhamento por resposta, vamos salientar o M141, em cuja respostas foi possível efetuar sete associações ao todo, com quatro categorias distintas (*Artes Visuais*, *Artes do Espetáculo*, *Audiovisual e Multimédia*, *Atividades Interdisciplinares*). Sobre a diversidade de domínios da CSC com que foi possível efetuar alinhamentos, o Gráfico 39 revela-nos que, tal como se observou em outras questões de outras secções, os domínios das *Atividades Interdisciplinares*, do *Património Cultural* e das *Artes do Espetáculo*, foram aqueles com os quais foi possível estabelecer mais associações – em média, corresponderam, respetivamente, a 66,2%, 20,8% e 7,6% das associações efetuadas a partir da CSC.

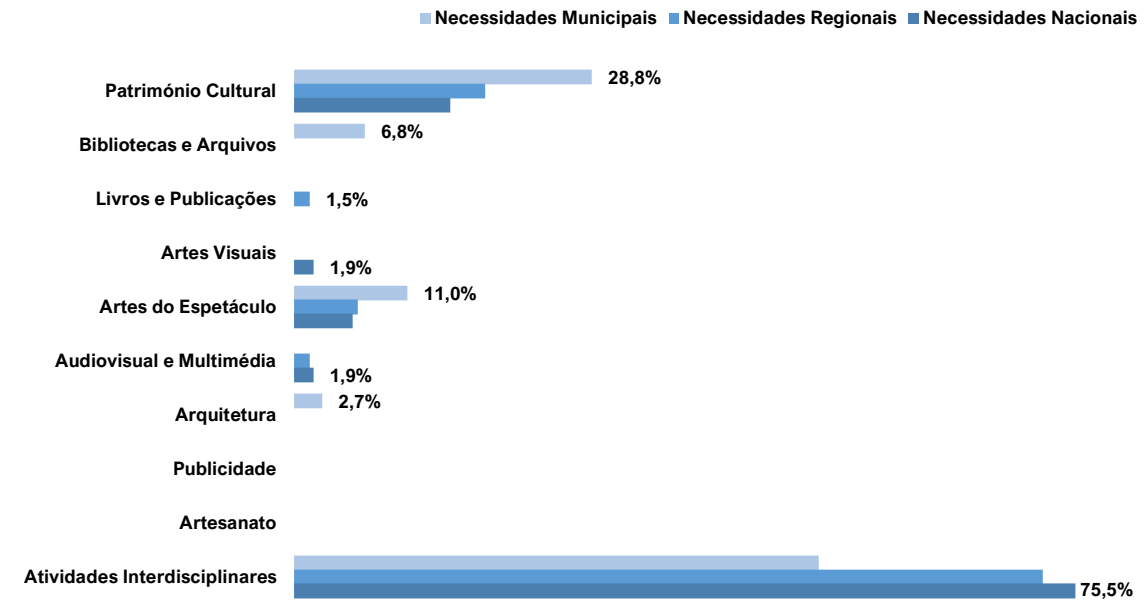

Gráfico 39: Alinhamento das necessidades à luz das categorias criadas a partir da CSC e do IFCA

Tendo em consideração que foram oito os documentos a partir dos quais a análise das respostas foi efetuada e que seria importante que nas repostas fosse possível identificar, pelo menos, afinidades com uma categoria de cada um dos documentos, a segunda leitura do resultado da análise centrou-se nas respostas com oito ou mais associações. Contudo, optou-se por não se definir como critério de leitura a existência de afinidades com, pelo menos, uma das categorias de todos os documentos, uma vez que nenhuma das respostas dadas responde positivamente a este critério.

Assim, o resultado da segunda leitura da análise efetuada foi revelando que nas respostas referentes às escalas de necessidades regionais e nacionais, a percentagem de municípios que têm oito ou mais associações é superior do que nas respostas referentes às necessidades municipais (25,0% das respostas no caso das necessidades municipais, 37,1% no caso das necessidades regionais e 30,5% no caso das necessidades nacionais).

Do conjunto de 62,7% de municípios, em cujas respostas foi possível detetar pelo menos oito alinhamentos nas necessidades à escala municipal, regional ou nacional, convocamos agora algumas das respostas dadas pelos M108, M113 e M116, por serem os únicos em que foi possível identificar simultaneamente, pelo menos, oito afinidades em cada uma das três respostas em análise. Assim, para o M108, as necessidades municipais passam pelo "trabalho em rede", nas necessidades regionais acrescenta-se o "apoio a projetos", que a nível nacional devem ser "dinâmicos e inovadores". O M133 resume todas as escalas de necessidades em uma única palavra: inclusão. E para o M116, as necessidades municipais na área da cultura passam por "promover a pluralidade, a inclusão, a acessibilidade para democratizar o acesso à Cultura", necessidades que estão em linha com as necessidades

regionais e nacionais que sublinham importância de "democratizar o acesso à Cultura e criar cidadãos com hábitos de Cultura". Como se pode observar, tratam-se de respostas muito genéricas que podem, na realidade, ser aplicadas a um conjunto muito alargado de municípios.

Não tendo sido possível identificar pelo menos oito alinhamentos em cada uma das escalas de necessidades, destacamos ainda as três respostas do M098, por ter sido possível efetuar um total de 27 alinhamentos (apenas menos dois do que o município com mais associações efetuadas), mas, essencialmente, pela diversidade das respostas dadas: "apoio à construção de infra-estruturas (auditório e museu), apoio à formação de públicos e artes em geral"; "os municípios mais pequenos beneficiarem de efectivas parcerias e acções em rede nomeadamente com Serralves e Casa da Música"; "formar/qualificar as pessoas, democratizar o acesso à cultura".

Se foi nas respostas do M108 que se conseguiu efetuar mais associações com as categorias de análise, o M157, que neste conjunto de três questões referentes às necessidades só apresentou uma necessidade municipal muito concreta – "um espaço multifunções que englobe um auditório, museu e biblioteca municipal" –, encontra-se na posição oposta, tendo sido um dos municípios que respondeu, aquele em que foi possível identificar menos afinidades com os documentos – seis ao todo (não sendo, por exemplo, possível identificar afinidades nem com a Carta Cultural Ibero-americana, nem com a Declaração da CPLP).

Como já foi referido anteriormente, os alinhamentos das respostas com cada documento como um todo e com as diferentes categorias de análise definidas para cada documento foram muito distintos, por isso seguem-se a convocação de alguns dos resultados obtidos que permitirão ilustrar a diversidade de necessidades e de associações possíveis.

No que concerne às necessidades municipais, apesar de serem evidentes as necessidades concretas relacionadas, nomeadamente, com recursos financeiros (e.g. M091, M093, M095, M099, M114, M117, M132) e com a construção e requalificação de infraestruturas culturais (e.g. M097, M107, M124, M127, M137, M149, M157, M170), considera-se também relevante salientar que alguns respondentes identificaram necessidades com dimensões mais abrangentes que podem revelar a preocupação para a qualificação, a médio prazo, das políticas culturais à escala municipal. Deste último lote de municípios, destacam-se as seguintes respostas: 1) o M110 apresenta como primeira necessidade a existência de um "Plano Estratégico para a Cultura", que está em linha, com as necessidades de "definir um programa agregador que reflita a politica cultural" (M133) e que pode possibilitar a "gestão integrada de todos os equipamentos culturais" (M115), um "maior envolvimento dos munícipes na esfera cultural" (M156) e uma maior "articulação supramunicipal no domínio da promoção interna e externa" (M153); 2) aspetos relacionados com a "qualificação e

formação de técnicos e artistas" (M142) são identificados por vários municípios (e.g. M118, M159, M172).

Na leitura da análise das respostas referentes às necessidades municipais, torna-se nítido que na maioria dos documentos se observou a existência de um número muito reduzido de categorias a reunir mais de 50% dos alinhamentos identificados com o respetivo documento: na CSC, na Agenda 2030 e na Nova Agenda Europeia para a Cultura, uma única categoria de cada documento foi responsável, respetivamente, por 50,7%, 51,1% e 60,9% das associações efetuadas, sendo que nestes três documentos houve 23,8% das categorias definidas sem qualquer tipo de associação identificada; no Norte 2020, 44,4% das categorias não obtiveram nenhuma associação, sendo que as categorias E9 – Capacitação Institucional e TIC e E8 – Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida, reuniram, respetivamente, 44,4% e 35,6% das associações; na Agenda 21 da Cultura foi na categoria relacionada com a governança que se concentraram 42,9% das associações; e na Carta Cultural Ibero-americana a Cooperação Cultural foi associada a 41,7% das respostas validadas. A Declaração da CPLP foi a exceção à regra, observando-se uma distribuição equilibrada das associações efetuadas com as quatro categorias definidas.

Ainda sobre os alinhamentos, implícitos ou explícitos, das necessidades municipais com os documentos, convocam-se duas das respostas em que mais associações foi possível fazer e nas quais é possível observar nitidamente diferenças de necessidades: "formação, capacitação e residências artísticas, efetuar um trabalho ativo no território" (M159) e "valorizar e conhecer o Património Cultural, por forma, a promover através da cultura uma maior coesão social e relevar a atratividade da região" (M126). Se no M159 as necessidades identificadas podem estar mais relacionadas com as comunidades locais, no M126 torna-se nítida a identificação de necessidades que também concorram para potenciar o património cultural como um recurso para tornar a região mais atrativa.

Concentrando-nos agora nas necessidades regionais, salienta-se que foi elencado um conjunto muito significativo de necessidades relacionadas com a *articulação*, a *concertação*, a *cooperação*, a *estruturação* e o *planeamento*, associadas, não raras vezes ao trabalho em rede. As respostas que se seguem, ilustram na perfeição o que acaba de se afirmar: "a principal necessidade resulta de uma maior articulação entre os diferentes agentes da área da cultura, que neste momento é quase inexistente" (M092); "maior interação entre as entidades envolvidas na definição da estratégia regional" (M142); "politica concertada com as diversas entidades com um orçamento dotado de várias rúbricas" (M095); "desenvolver e promover redes culturais de divulgação e conhecimento da cultura, convergindo esforços na promoção da região" (M126); "estratégia e programas de oferta cultural em rede e qualificação da programação" (M149).

Analisando as 397 associações estabelecidas entre as 62 respostas validadas, destaca-se que, mais uma vez, a distribuição de associações dentro das categorias dos documentos é muito desequilibrada, sendo que, nem sempre as diferenças estão alinhadas com os resultados da análise das necessidades municipais. Nas necessidades regionais também se observou a existência de três documentos em que uma categoria reuniu mais de 50% das associações efetuadas com o documento, sendo que, à CSC (em que as Atividades Interdisciplinares reuniram 72,3% das associações), se juntam, desta vez, o Norte 2020 (com o E9 – Capacitação Institucional e TIC a agregar 58,0% dos alinhamentos) e a Carta Cultura Ibero-americana (a *Cooperação Cultural* concentra 75,5% das associações). Dos alinhamentos mais frequentes no seio de cada documento, salientam-se ainda as seguintes categorias: *Educação*, *Diversidade, Conhecimento e Informação* (46,9% a partir da Agenda 21 da Cultura); e *Cooperação e Desenvolvimento* (46,3% a partir da Nova Agenda Europeia para a Cultura).

Das respostas referentes às necessidades regionais, convocamos ainda mais duas, por terem sido das que congregaram mais associações com os diferentes documentos e por colocarem a tónica em aspetos transversais a muitas das respostas (e.g. articulação, divulgação, investimentos, património cultural, rotas, valorização turística): "apoio a investimentos no domínio do património cultural associado à sua valorização turística" (M123) e "necessidade de articulação ao nível da divulgação do património da região e criação de rotas" (M169).

Do terceiro conjunto de necessidades apresentadas pelos municípios convocamos aqui os fatores relacionados com o financiamento (e.g. M092, M095, M101, M121, M166, M170), o património cultural (e.g. M104, M109, M123, M135, M145, M149), a programação (e.g. M112, M117, M134, M150, M154, M165) e os públicos da cultura (e.g. M098, M116, M118, M119, M147, M161). Sendo ainda de salientar, por exemplo, a proposta do M159 que refere explicitamente a necessidade de "criar condições estruturais, políticas e legislativas, que promovam o compromisso cultural das pessoas, organizações e comunidades", proposta esta que, em parte e por outras palavras, também é corroborada pelos M091, M099, M100 e M163, e a necessidade de "firmar a cultura como um bem essencial, investindo na formação, no conhecimento, na valorização e na divulgação" (M125).

Das 356 associações estabelecidas entre as 59 respostas validadas, destaca-se que, mais uma vez, houve uma distribuição desequilibrada de associações dentro das categorias dos documentos, sendo que, no cômputo, os resultados das necessidades nacionais estão mais alinhados com os resultados das necessidades regionais. A análise revelou as seguintes categorias com associações mais frequentes: *Atividades Interdisciplinares* (75,5% a partir da CSC); *Cooperação Cultural* (70% a partir da Carta Cultural Ibero-

americana); *Cultura e Criatividade* (42,6% a partir da Agenda 21 da Cultura); e *Educação, Diversidade, Conhecimento e Informação* (41,2% a partir da Agenda 21 da Cultura).

A apresentação sumária dos resultados da análise das respostas às questões relativas às necessidades na área da cultura, termina com o Gráfico 40, que sintetiza a análise efetuada com 32 das 51 categorias agrupadas por grandes temáticas, independentemente dos documentos.

O Gráfico 40 é bastante elucidativo no que concerne às grandes tendências de necessidades na área da cultura indicadas pelos municípios, permitindo identificar diferenças substantivas nas três escalas analisadas, podendo até mesmo afirmar-se que à medida que a escala aumenta, aumentam as necessidades no que concerne a aspetos relacionados com *Economia, Desenvolvimento e Inclusão Social*, com *Educação* e com *Criatividade* (sobem, respetivamente, 4,2%, 3,8% e 3,1% das necessidades municipais para as necessidades nacionais) e diminuem as necessidades relacionadas com *Cultura, Política e Governança* (descem 6,5% das necessidades municipais para as necessidades nacionais). A variação de valores de aspetos enquadrados nas grandes temáticas de *Património Cultural* e de *Cooperação, Redes e Mobilidade*, revelaram diferenças ainda mais significativas e que, aparentemente, são interdependentes: enquanto que nas necessidades municipais e nacionais, os municípios privilegiam as múltiplas necessidades do património cultural, no que concerne às necessidades regionais, os municípios optam por sublinhar veementemente a necessidade de promover a cooperação, o trabalho em rede e a mobilidade.

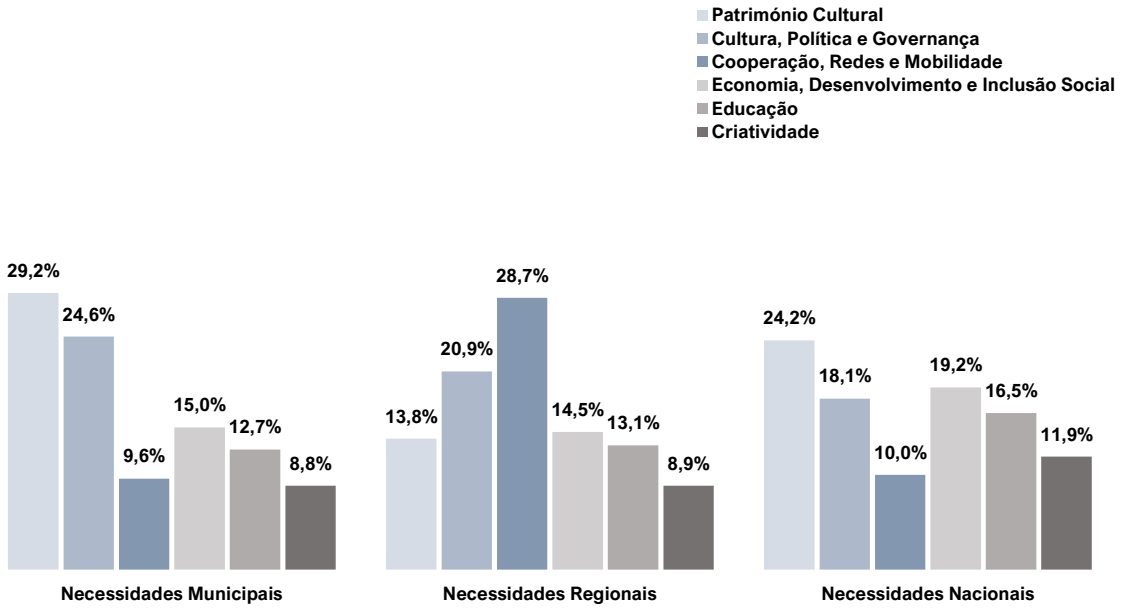

Gráfico 40: Alinhamentos das necessidades por grandes temáticas criadas a partir de 32 eixos de análise definidos

2.4.2. Objetivos estratégicos na área da cultura

Do conjunto de contributos que se solicitou aos municípios sobre as políticas culturais para o período 2020-2030, segue-se a convocação dos resultados da análise à quarta questão. Nesta pergunta aberta pediu-se aos respondentes para indicarem, por ordem de importância, três objetivos estratégicos da política cultural municipal até 2030. Ao todo foram validadas 63 respostas, reunindo-se 180 objetivos.

Como seria de esperar, a formulação das respostas foi muito diversificada: respostas muito lacónicas, como os M095 e M132 cujos objetivos estratégicos se resumem, respetivamente, a "criação de um programa cultural anual, preservação de tradições culturais" e a "reinventar/reviver tradições"; respostas muito práticas, como o M140 cujos objetivos passam por três projetos muito concretos; e ainda respostas que, em certa medida, podem ser consideradas mais genéricas, como os M087 e M154, cujos objetivos estratégicos se centram, respetivamente, na cultura "como fator de coesão social, desenvolvimento económico, regeneração urbana e melhoria de qualidade de vida da população" e na "criação de um conceito cultural inovador e duradouro; captação de jovens que garantam a dinamização cultural".

De entre as respostas, destacamos ainda as quatro que se seguem por serem as únicas que, numa pergunta relacionada com o pensamento estratégico da cultura para a década 2020-2030, se referem de forma explícita a órgãos e instrumentos de gestão autárquica que, como já foi referido, são muito pouco frequentes nos municípios objeto do estudo. Para os M092, M109 e M110, os objetivos estratégicos passam, respetivamente, por: "1º Estudo de orientação estratégica da oferta cultural para um período temporal de 8 anos; 2º Restauro de património artístico móvel; 3º Criação e formação artísticas, e apoio às industrias criativas"; por "Elaboração da Carta Cultural Municipal; Requalificação do Património Histórico Municipal e Valorizar e Divulgar o património imaterial do concelho"; e por "Promover [… o concelho] como um espaço de criação artística; Promover a valorização dos Patrimónios do território; Implementar um Plano de Ação Cultural sustentável aos níveis financeiro, social e ambiental, a médio e longo prazo". O quarto município incluído neste lote é o M153, que inicia a sua resposta informando que "está a proceder à elaboração de um plano estratégico para a cultura (que engloba também o sector do Turismo)".

A relação da cultura com o turismo não é, evidentemente, exclusiva do M153, sendo que os objetivos estratégicos elencados pelo M123 ilustram bem o que acaba de se afirmar: "Organização e promoção de eventos de cariz cultural com impacte nacional e internacional; Projeção do património cultural do concelho e da região, incrementando os fluxos turísticos; Valorização e proteção dos bens histórico-culturais com elevado interesse turístico".

Tal como aconteceu nas respostas referentes às necessidades na área da cultura, a análise das respostas relativas aos objetivos estratégicos das políticas culturais até 2030 também foi efetuada à luz dos oito documentos, nacionais e internacionais, selecionados para o efeito, procurando-se identificar alinhamentos, explícitos ou implícitos.

O Gráfico 41, o Gráfico 42 e o Gráfico 43 sintetizam a análise efetuada às 63 respostas validadas, representando a distribuição dos 747 alinhamentos pelos oito documentos, bem como as distribuições específicas em função das análises e das categorias criadas a partir da CSC/IFCA e do Norte 2020.

Os dados do Gráfico 41 revelam que, no que concerne à distribuição geral das associações efetuadas entre as respostas e os documentos, a tendência observada nos objetivos estratégicos está globalmente em linha com a análise homóloga efetuada às linhas gerais das políticas culturais 2017-2021 e às necessidades municipais na área da cultura até 2030. Da evolução observada, que se considera consistente, assinalamos o reforço substantivo do peso relativo dos cinco documentos selecionados por darem um enquadramento internacional às políticas culturais municipais: se nas linhas gerais das políticas culturais 2017-2021 as categorias destes documentos não ultrapassavam, no seu conjunto, os 37,9% da totalidade dos alinhamentos efetuados, nas necessidades à escala municipal o valor já sobe para os 49,7% e nos objetivos estratégicos foram responsáveis pela maioria dos alinhamentos, atingindo os 57,4%. Apesar de, regra geral, os alinhamentos terem sido efetuados por associações implícitas, pode ser um sinal importante do trabalho a desenvolver no futuro para a implementação de políticas culturais à escala municipal articuladas e enquadradas internacionalmente.

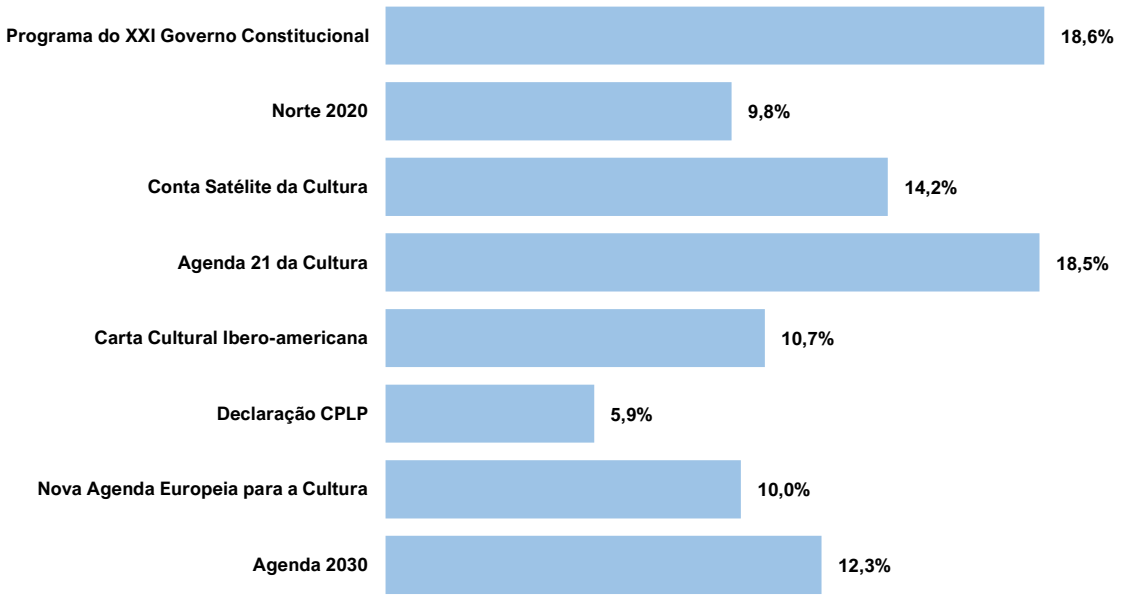

Gráfico 41: Alinhamento dos objetivos estratégicos municipais com os documentos selecionados

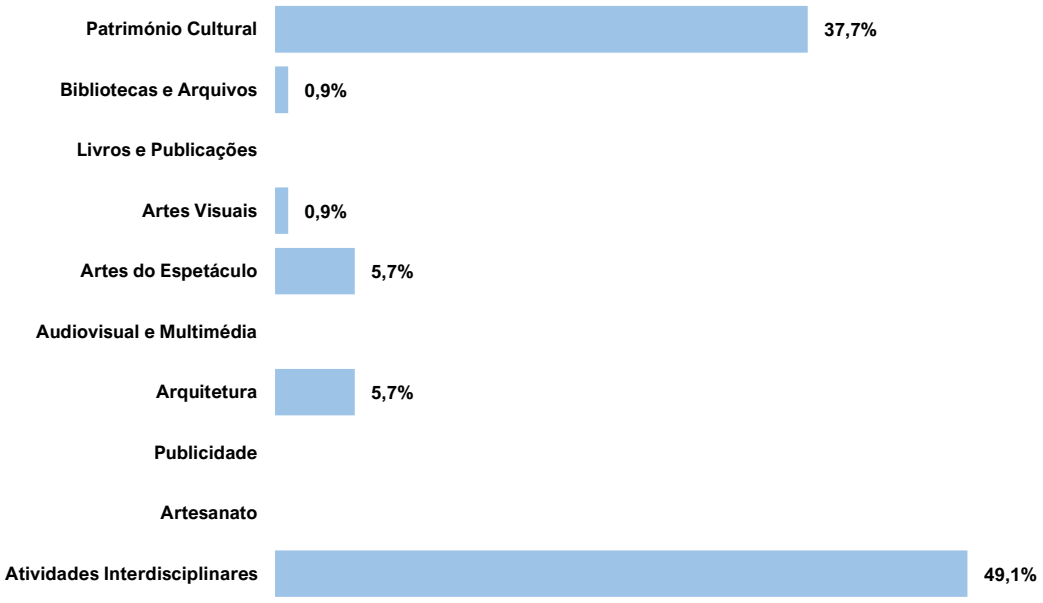

Gráfico 42: Alinhamento dos objetivos estratégicos municipais à luz das categorias criadas a partir da CSC/IFCA

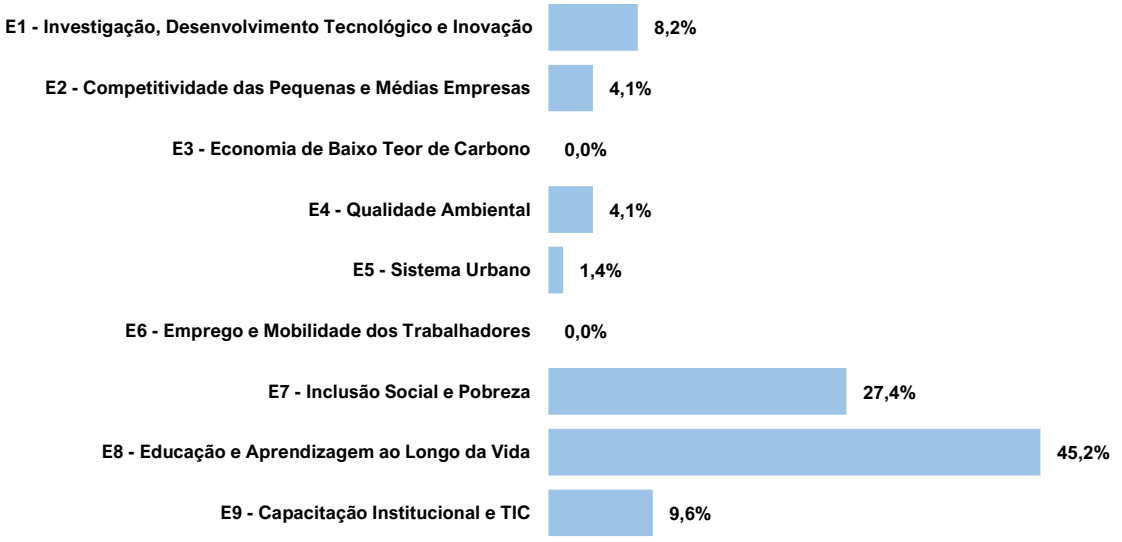

Gráfico 43: Alinhamento dos objetivos estratégicos municipais com o Norte 2020

No que concerne às análises específicas a partir da CSC/IFCA e do Norte 2020, há também alguns aspetos dignos de realce retirados dos gráficos que se seguem e dos homólogos.

No que se refere aos alinhamentos à luz das categorias criadas a partir da CSC/IFCA, é de destacar o peso que o domínio da *Arquitetura* assumiu nos objetivos estratégicos, que pode ser facilmente justificado, não tanto na aposta explícita dos municípios na vertente da arquitetura *per si*, mas sim pelo facto de haver vários municípios com objetivos relacionados com a construção de infraestruturas culturais, que implicitamente

obrigatoriamente a identificação do domínio da *Arquitetura*. Assinala-se ainda a discrepância significativa entre as necessidades municipais e os objetivos estratégicos no domínio do Património Cultural que, aparentemente, nos pode indicar que, apesar de ser uma necessidade inquestionável, nomeadamente no que se refere à "reabilitação do património histórico cultural, e apoio na concretização do registo para memória futura do património imaterial" (M104), podemos estar a observar uma sobrevalorização deste domínio na definição de objetivos para a cultura com o argumento de que estrategicamente é primordial "promover a valorização dos recursos patrimoniais locais" (M098).

Na análise dos resultados a partir do Norte 2020, regista-se que, não obstante as recorrentes referências às necessidades municipais de capacitação de recursos humanos, a formulação dos objetivos concorreu para se identificar uma redução drástica – 34,9% – do peso do E9 - Capacitação Institucional e TIC nos alinhamentos à luz do documento. Este pode ser mais um indicador da urgência de "implementar um Plano de Ação Cultural sustentável aos níveis financeiro, social e ambiental, a médio e longo prazo" (M110), que obrigatoriamente terá objetivos devidamente alinhados com as necessidades.

Ainda na leitura da análise realizada a partir dos documentos, convocamos ainda, por distintos motivos, as respostas dos M098 e M166. O M098, cujos objetivos estratégicos visam "promover o acesso dos munícipes às manifestações artísticas; procurar apoios, parcerias, para aumentar a nível de infraestruturas culturais; promover a valorização dos recursos patrimoniais locais; fomentar a formação das pessoas", por ter sido a resposta com maior número absoluto de alinhamentos identificados. E o M166, cujos objetivos visam "1º descentralização da atividade, para maior envolvimento das comunidades locais e consequente formação de públicos; 2º reforço da aposta no ensino artístico -musica, teatro, circo dança- em diferentes níveis de ensino-escolas públicas/privadas; 3º reforço do apoio a projetos e parceiros estruturantes", por integrar o grupo de 12,7% das respostas com as quais foi possível identificar afinidades com, pelo menos, uma categoria de cada um dos oito documentos.

A leitura dos resultados da análise das respostas à questão relativa aos objetivos estratégicos, com base em 32 das 51 categorias agrupadas por grandes temáticas independentemente dos documentos e sintetizada no Gráfico 44, permite-nos perceber: 1) que na década 2020-2030 os municípios pretendem apostar, de forma muito semelhante, em objetivos relacionados com Cooperação, Redes e Mobilidade e com Património Cultural; 2) que a Economia, Desenvolvimento e Inclusão Social ganham protagonismo nos objetivos, não obstante 24,6% das suas necessidades estarem relacionadas com Cultura, Política e Governança (sendo mesmo a segunda grande temática com mais peso nas necessidades).

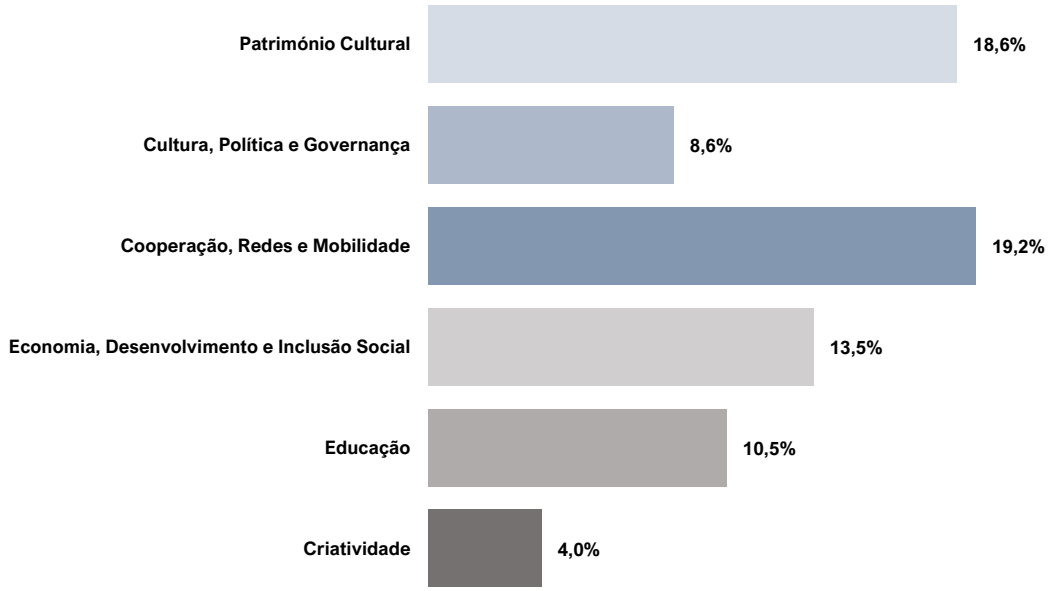

Gráfico 44: Alinhamentos dos objetivos por grandes temáticas criadas a partir de 32 eixos de análise definidos

2.4.3. Investimentos e projetos prioritários na área da cultura

Nas duas últimas questões desta secção procurou-se identificar investimentos na área da cultura e projetos culturais (independentemente dos financiamentos disponíveis) que os municípios consideram prioritários para a década de 2020-2030, sendo que a análise se centrou, essencialmente, na categorização das respostas à luz da CSC/IFCA. Sobre a formulação das respostas realça-se que, nem sempre os respondentes, elencaram investimentos e projetos concretos, optando por apresentar considerações genéricas sobre as temáticas solicitadas, por isso, durante a análise optou-se por colocar *domínio desconhecido*, sempre que não foi possível enquadrar os investimentos e projetos em nenhuma das 10 categorias definidas.

De entre as 127 respostas validadas a estas duas questões, destacamos aqui a do M170 nos investimentos culturais e as dos M092, M103, M108, M118, M127, M133 e M161 nos projetos culturais. A resposta do M170, a que mais associações conseguiu com as categorias definidas, refere que os investimentos devem centrar-se na criação de espaços culturais (e.g. arquivo, biblioteca, museu, teatro), mas também "nos principais eventos culturais que já se realizam e em novos eventos". As respostas destacadas referentes aos projetos culturais prioritários, não sendo a com mais associações à luz da CSC/IFCA revelam-se particularmente pertinentes: o M092 refere de forma explícita a necessidade de um "estudo de orientação estratégica da oferta cultural para um período temporal de 8 anos"; e os restantes municípios destacados incluem nos seus projetos prioritários a continuação do "Cultura para Todos", o que pode ser um sinal positivo no que concerne à sustentabilidade destes projetos no pós-Norte 2020.

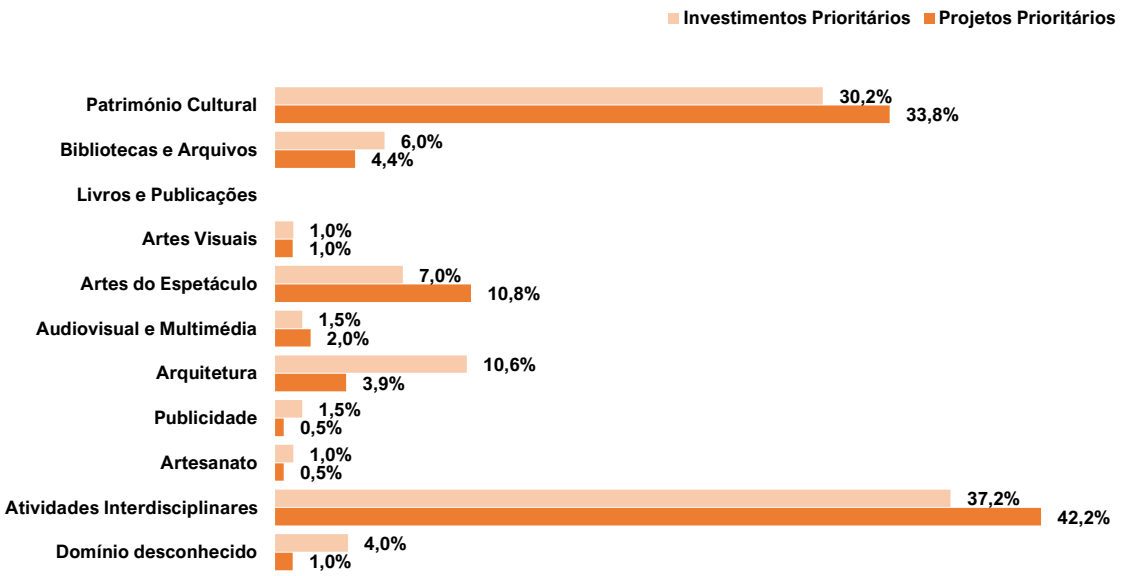

Gráfico 45: Domínios dos investimentos e projetos a realizar nos municípios na década 2020-2030

O Gráfico 45, que integra os domínios dos investimentos prioritários e os domínios dos projetos prioritários, permite-nos perceber que os dados estão, regra geral, coerentes entre si, sendo de destacar que os investimentos e projetos poderão não estar completamente em linha com as necessidades e objetivos elencados anteriormente.

2.5. Sobre o Programa Operacional da Região Norte para o período pós-2020

A última secção do questionário visou reunir, através de cinco perguntas para respostas breves (máximo 100 carateres por resposta), contributos dos municípios para a presença da cultura no novo Programa Operacional da Região Norte para o período pós-2020. Nas questões utilizou-se, para que os respondentes não tivessem dúvidas do tipo de informação pretendida, a terminologia do Norte 2020 (Objetivos Específicos, Tipologia de Intervenção, Tipologia de Ação, Indicador de Realização e Indicador de Resultado), mas, não raras vezes, a formulação das respostas não está em linha com a informação homóloga no Norte 2020. Neste conjunto de respostas qualitativas procedeu-se, como já foi referido anteriormente, à análise de conteúdo a partir de um alinhamento alfabético das respostas em função do verbo de ação. Na análise optou-se por recorrer também ao programa NVivo, criando, primeiro, *nuvens de palavras* com base nas 30 palavras mais usadas com quatro ou mais letras e, seguidamente, *clusters* por similaridade de palavras, permitindo perceber as associações entre as palavras mais frequentes. Realça-se que 17,1% dos municípios optaram por não apresentar contributos em nenhuma das cinco dimensões, sendo que, a estes, se juntaram 5,3% que não responderam a, pelo menos, uma das dimensões solicitadas. As respostas obtidas foram, regra geral, ao nível regional e não tanto ao nível municipal, sendo que, por exemplo, o M140 centrou todos os seus contributos num projeto municipal.

2.5.1. Objetivo(s) Específico(s)

Figura 5: Nuvem das 30 palavras mais usadas nas respostas à questão "Objetivo Específico"

A Figura 5 representa a *nuvem de palavras* das 30 palavras mais usadas nas respostas. De entre as palavras mais usadas, salienta-se, como seria de esperar, *cultura e derivadas*, representando 6,21% do total de palavras usadas na formulação dos objetivos específicos para a dimensão cultural do Programa Operacional da Região Norte para o período pós-2020, *património* e *valorização* (2,29% cada) e *promover* e *desenvolvimento* representando, respetivamente, 2,13% e 1,64% das palavras.

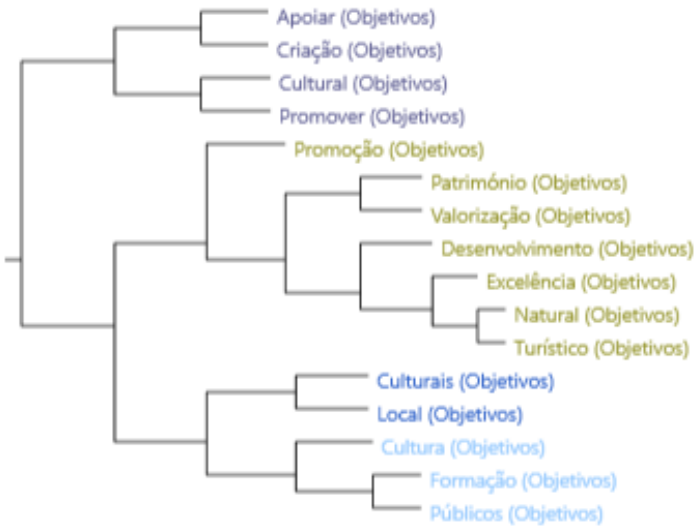

Figura 6: Dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra das respostas à questão "Objetivo Específico"

A análise da Figura 6 permite retirar algumas conclusões: 1) quando os respondentes descrevem os objetivos específicos para a dimensão da cultura, uma das ligações mais comuns é *apoiar* a *criação,* de que a resposta do M121 é um exemplo "apoiar a criação e a reabilitação de museus"; 2) quando os respondentes descrevem objetivos específicos pelo prisma do *património*, se observa a associação com o termo *valorização* (associação de nível 3) e *promoção* (associação de nível 5), concorrendo para a ideia do M109 de "promover a valorização do património cultural" (M109); 3) analisando o dendrograma sob o ponto de vista da *formação*, se salientam as preocupação relativas à *formação* de *públicos* (associação de nível 3) para a *cultura* (associação de nível 4), que para o M103 implica "garantir programação cultural para a formação dos públicos".

Durante o processo de análise, para além dos dendrogramas, foram extraídas consultas de pesquisa de texto, de que se segue apenas um exemplo a partir da centralidade da palavra *cultural* no discurso, para permitir uma melhor visualização dos resultados.

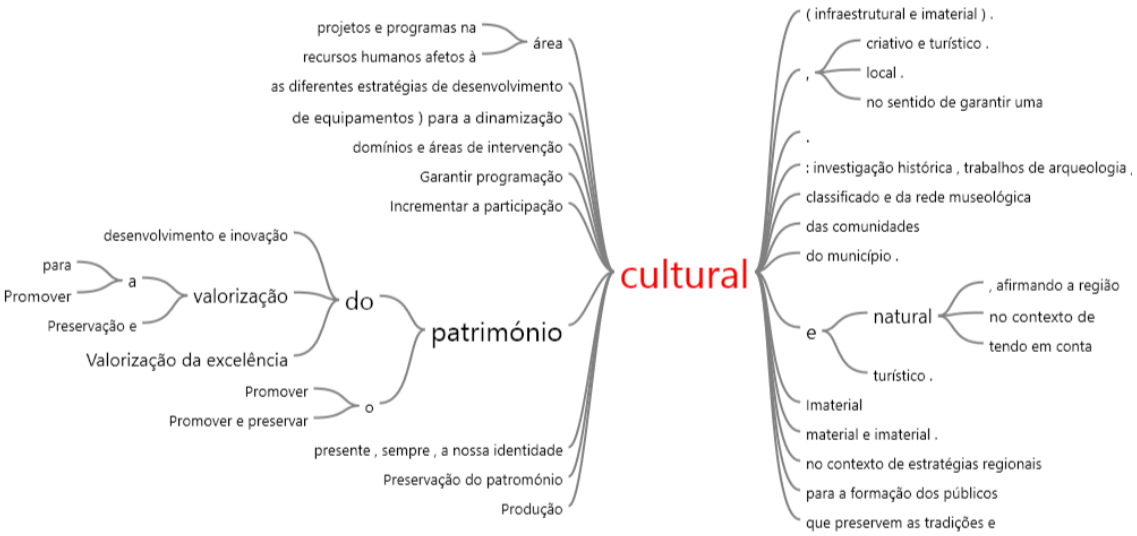

Figura 7: Consulta de pesquisa de texto das respostas à questão "Objetivo Específico" a partir da palavra *cultural*

2.5.2. Tipologia(s) de Intervenção & Tipologia(s) de Ação

A Figura 8 e a Figura 9 representam as *nuvens de palavras* das 30 palavras mais usadas nas respostas referentes, respetivamente, à tipologia de intervenção e à tipologia de ação.

Na descrição das tipologias de intervenção e de ação, as palavras mais usadas foram, mais uma vez, *cultura e derivadas*, representando, respetivamente, 7,30% e 5,41% do total de palavras utilizadas. Se no caso das tipologias de intervenção, *promoção* e *património* representam cada uma mais de 1,50% das palavras usadas, no que concerne às tipologias de ação, para além de *cultura e derivadas*, só *criação* é que mais de 1,50% das palavras utilizadas.

Figura 8: Nuvem das 30 palavras mais usadas nas respostas à questão "Tipologia de Intervenção"

Figura 9: Nuvem das 30 palavras mais usadas nas respostas à questão "Tipologia de Ação"

Os dendrogramas contruídos a partir das respostas às questões Tipologia de Intervenção e Tipologia de Ação, revelam discursos alinhados, mas com diferenças.

Da análise da Figura 10, percebe-se, por um lado, que o eixo principal do discurso dos municípios está relacionado com a intervenção em *bens* e *equipamentos* (*históricos* e *culturais*), mas também com a importância dos *públicos* para a *valorização* do *património*. E que, por outro lado, também encontramos muito comummente nas respostas, referências à *promoção* de *eventos*. No fundo poderemos estar a falar de intervenções que permitam a "rentabilização e potenciação dos equipamentos culturais através da promoção do acesso aos bens culturais e fomento de programação descentralizada" (M091), através da "promoção de eventos identitários das populações permitindo melhor conhecimento, melhoria de condições socioeconómico e da qualidade de vida" (M125).

A partir da Figura 11, conseguimos identificar opções distintas no que se refere às tipologias de ação. O *apoio* à *cultura* apresenta-se com o grau de associação mais forte (associação de nível 1), sendo nítido, se fizermos uma associação de nível 1 e de nível 2, que se trata de *apoio* à *cultura* com especial atenção ao *património*. Destaca-se também, por um lado, o enfoque dado à *divulgação* e *valorização* (associação de nível 2) de *bens* (associação de nível 3), por outro lado, a necessidade de realização de *eventos* na *região* (associação de nível 2) e, por último, a associação mais isolada entre *cultura* e *criação*. Respostas como a do M146 "formação e/ou apoios específicos para contratação e manutenção de postos de trabalho ligados a cultura", ou a do M161 "organização de eventos de promoção de produtos endógenos da região que favoreçam a sua imagem", ilustram algumas das associações identificadas.

Figura 10: Dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra das respostas à questão "Tipologia de Intervenção"

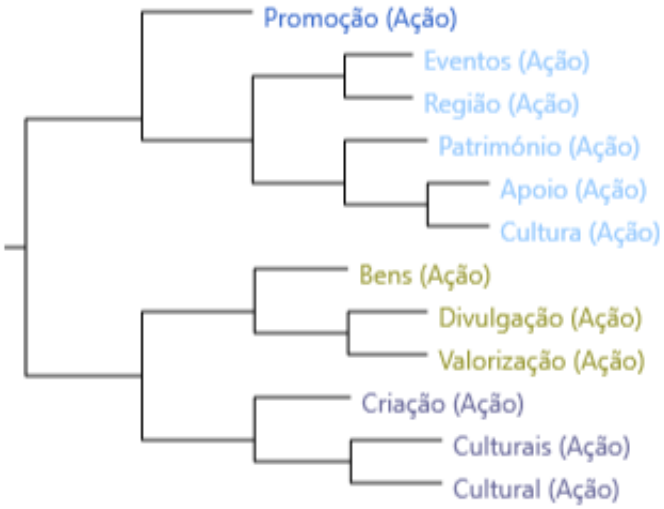

Figura 11: Dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra das respostas à questão "Tipologia de Ação"

A Figura 12 e a Figura 13, corresponde a duas das consultas de pesquisa de texto a partir da centralidade da cultura no discurso, efetuadas, respetivamente, nas respostas referentes à Tipologia de Intervenção e Tipologia de Ação, que nos permitem sublinhar, por exemplo, a relação da *cultura* com a *criatividade* nas intervenções e a relação da *cultura* com os *órgãos autárquicos* e *recursos humanos* afetos à cultura nas ações.

Figura 12: Consulta de pesquisa de texto das respostas à questão "Tipologia de Intervenção" a partir da palavra *cultura*

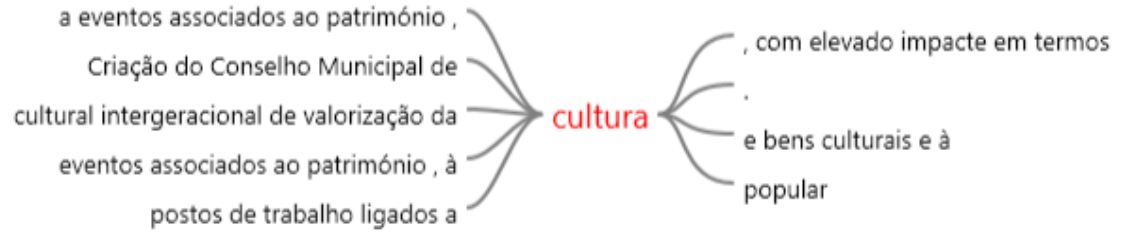

Figura 13: Consulta de pesquisa de texto das respostas à questão "Tipologia de Ação" a partir da palavra *cultura*

2.5.3. Indicador de Realização & Indicador de Resultado

A Figura 14 revela, inequivocamente, a expressiva presença da perspetiva numérica nas sugestões de indicadores de realização. Entre as palavras mais usadas nas respostas, para além de *cultura e derivadas* e *número*, que representam, respetivamente, 5,68% e 3,72% das palavras mais utilizadas, encontramos *aumento* e *visitantes* (2,15% cada) e ainda *património* (1,76%), *sítios* (1,37%) e *eventos* (1,17%). Conjugando algumas das palavras mais repetidas, as ideias materializam-se em *aumento do número de visitantes* como indicador de realização mais referido.

Com o diagrama por similaridade de palavra, torna-se nítido que o discurso se centra, num primeiro nível, no *número* de *visitantes* e no *património* e *sítios*, sendo que num segundo nível, se percebe que os respondentes se estão a referir, respetivamente, ao *aumento* do *número* de *visitantes* e a *património* e *sítios* do domínio *cultural*. Seguem-se as respostas do M123 – "aumento do número esperado de visitantes nos sítios e atrações culturais ou naturais apoiados" – e do M108 – "aumento de número de visitantes através de ações culturais atrativas" –, que ilustram o que acaba de se afirmar. Destaca-se ainda o facto de, para o M154, a dimensão quantitativa dos indicadores de realização poder integrar "quantidade de imoveis ou equipamentos intervencionados, número de pessoas com novas competências, número de participantes ou visitantes".

Figura 14: Nuvem das 30 palavras mais usadas nas respostas à questão "Indicador de Realização"

Figura 15: Dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra das respostas à questão "Indicador de Realização"

A nuvem de palavras das 30 mais usadas nas respostas referentes aos indicadores de resultado torna evidente, mais uma vez, a excessiva presença do número. Entre as palavras mais usadas destacam-se: *número* (3,83% das palavras utilizadas), *cultura e derivadas* (3,10%), *visitantes* (2,19%) e *aumento* e *participantes* (1,64%). Conjugando as palavras mais repetidas, o aumento do *número* surge como indicador de resultado mais referido, seguido de *número* de *participantes/visitantes*.

O dendrograma de Jaccard permite perceber que o *aumento* de *participantes* é, com reduzida margem para dúvida, a associação mais forte (associação de nível 1), com associações mais isoladas com *número* (nível 2) e *visitantes* (nível 3). Respostas como as dos M104, M116, M118, M120, M124 e M149, são alguns dos exemplos que permitem ilustrar estes níveis de associação, mas destacar aqui a do M160, que se refere ao "aumento do número de espetadores e de participantes e do grau de satisfação dos mesmos", serve para ilustrar, não só a presença da dimensão quantitativa tão presente nos discursos dos municípios, mas também complementaridade da dimensão qualitativa, que pode dar contributos substantivos para o papel transformador dos territórios através da cultura.

Figura 16: Nuvem das 30 palavras mais usadas nas respostas à questão "Indicador de Resultado"

Figura 17: Dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra das respostas à questão "Indicador de Resultado"

2.5.4. Ideias-chave dos municípios

Na sequência da análise efetuada, primeiro a partir de um alinhamento alfabético das respostas em função do verbo de ação e depois com recurso ao programa NVivo, considerou-se pertinente e relevante sintetizar os contributos dos municípios para a dimensão cultural do Programa Operacional da Região Norte para o período pós-2020 em ideias-chave que poderão ser úteis para o próximo quadro comunitário.

Realça-se que no processo de compilação da informação para a elaboração dos cinco conjuntos de ideias-chave que integram a Figura 18 (Objetivos Específicos), a Figura 19 (Tipologias de Intervenção e Tipologias de Ação) e a Figura 20 (Indicadores de Realização e Indicadores de Resultado), os contributos figuram tendo em consideração a ordem de prioridade dos respondentes, identificada não só pela frequência explícita, mas também pele veemência dos argumentos apresentados. Acresce ainda que não se utilizou, deliberadamente, uma formulação das ideias-chave análoga à informação homóloga no Norte 2020, uma vez que o presente estudo também visa reunir contributos que concorram para a definição de políticas culturais para a década 2020-2030.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS
10 ideias-chave para a dimensão cultural

- **Captar, formar e fidelizar públicos para a cultura**
- **Afirmar a região com destino turístico de excelência**
- **Democratizar a cultura**
- **Valorizar e promover o património cultural**
- **Estimular a criação artística contemporânea**
- **Incrementar a qualidade e diversidade da programação cultural**
- **Descentralizar a cultura**
- **Capacitar os recursos humanos**
- **Fomentar práticas de trabalho colaborativo e em rede**
- **Potenciar a inclusão social**

Figura 18: Síntese das ideias-chave dos municípios a partir das respostas à questão “Objetivo Específico”

Figura 19: Síntese das ideias-chave dos municípios a partir das respostas às questões "Tipologia de Intervenção" e "Tipologia de Ação"

INDICADORES DE REALIZAÇÃO 10 ideias-chave para a dimensão cultural	INDICADORES DE RESULTADO 10 ideias-chave para a dimensão cultural
Aumento da frequência de utilização das infraestruturas culturais	Nº de participantes e de público dos eventos e nº de visitantes dos recintos culturais
Aumento do público da cultura por domínio cultural	Nº de recintos e nº de bens requalificados
Aumento da afluência turística à região	Nº de recintos e nº de bens requalificados com programação 12 meses após a intervenção
Aumento das práticas culturais dos munícipes	Nº de novos agentes culturais locais capazes de replicar os conhecimentos adquiridos
Aumento de recintos e de bens de património cultural requalificados	Nº de entidades e nº de profissionais que trabalham no setor cultural
Aumento de eventos culturais realizados	Nº de eventos culturais realizados
Contributo para o desenvolvimento económico e social da região	Nº de noites e nº de refeições dos turistas na região
Fortalecimento de parcerias e de redes entre os agentes culturais	Grau de satisfação de participantes e de público
Incremento da oferta de educação artística	Nº de alunos a frequentar o ensino artístico
Aumento das competências especializadas dos dirigentes associativos e dos profissionais do setor cultural	Grau de satisfação dos turistas

Figura 20: Síntese das ideias-chave dos municípios a partir das respostas às questões "Indicador de Realização" e "Indicador de Resultado"

3. Grupos de discussão com as entidades intermunicipais

Apresentada a análise dos resultados obtidos pelo inquérito por questionário aplicado aos 86 municípios da área de influência da DCRN, segue-se a convocação do primeiro conjunto de grupos de discussão que foi realizado a partir das EIM's da área de influência da DRCN e cujas considerações metodológicas já foram apresentadas no respetivo capítulo. Relembra-se que, não obstante o guião elaborado, os participantes tinham a liberdade para, dentro de cada tema, selecionar os subtemas que consideravam mais pertinentes e relevantes aprofundar.

Na apresentação da análise dos grupos de discussão, começaremos com uma convocação de cada uma das sessões a partir das *nuvens de palavras*, dos dendrogramas de Jaccard, dos coeficientes de Pearson e dos esquemas Fruchterman-Reingold, para concluirmos com as ideias-chave de cada uma das quatro grandes temáticas abordadas. Realçamos ainda que toda a informação que, nas figuras, nas tabelas e nas citações, permitisse identificar alguma entidade ou interveniente, foi ocultada ou substituída pela respetiva codificação para manter o anonimato.

3.1. Grupo de discussão EIM08

Figura 21: Nuvem das 29 palavras mais usadas pelo GD-EIM08

Na nuvem de palavras mais usadas deste grupo de discussão retirou-se a palavra que permitia identificar a EIM08, sendo que nas restantes 29 palavras mais usadas pelos seis participantes no GD-EIM08 se destaca, para além da forte presença de *cultura e derivadas* (0,85% do total de palavras utilizadas ao longo da sessão), a presença de *projeto(s)* (0,57%), *município(s)* (0,21%), *pessoas* (0,18%), *avisos* (0,17%) e *candidatura(s)* e *território* (0,15% cada).

Figura 22: Dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra do GD-EIM08

O dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra permite-nos perceber que o discurso com nível máximo de ligação esteve relacionado com *cultura* e *projetos* e *municípios* e *pessoas*. Alargando a análise às sobreposições, percebe-se o enfoque do discurso nos *avisos* e *candidaturas*, bem como que o *território* ocupa o último nível de associações no discurso.

Nó A	Nó B	Coeficiente de correlação de Pearson
Pessoas	Cultura	0,941239
Projetos	Cultura	0,93373
Municípios	Cultura	0,926203
Cultura	Candidaturas	0,924521
Projetos	Pessoas	0,912201
Pessoas	Municípios	0,908266
Projetos	Municípios	0,89781
Projetos	Candidaturas	0,892053
Municípios	Candidaturas	0,885087
Pessoas	Candidaturas	0,879958
Territórios	Pessoas	0,843166
Projetos	Avisos	0,842395
Territórios	Cultura	0,841367
Cultura	Avisos	0,839636
Pessoas	Avisos	0,833036
Municípios	Avisos	0,832836
Territórios	Projetos	0,807649
Candidaturas	Avisos	0,796163
Territórios	Candidaturas	0,786209
Territórios	Municípios	0,782698
Territórios	Avisos	0,721376

Tabela 3: Síntese do Coeficiente de Pearson do GD-EIM08

Com os dados referentes ao coeficiente de Pearson, conseguimos identificar diferenças importantes de correlações entre os sete nós selecionados. Se, por exemplo, fizermos a análise sob ponto de vista das *pessoas*, percebe-se que há correlações mais fortes com *cultura* (P=0,941239) e *projetos* (P=0,912201), que vão diminuindo de intensidade discursiva à medida que os tópicos abordados se relacionam com *municípios* (P=0,908266), *candidaturas* (P=0,879958), *territórios* (P=0,843166) e *avisos* (P=0,833036). Este facto pode ser particularmente relevante, podendo indiciar que para a EIM08, as pessoas são mais importantes para o desenvolvimento de projetos na área da cultura e menos tidas em conta quando os municípios estão a desenvolver candidaturas a avisos para implementar nos territórios. O esquema de Fruchterman-Reingold, permite-nos visualizar de forma mais nítida o que acabou de se afirmar: o cluster formado por *cultura*, *projetos* e *pessoas*, tem nos *projetos* o seu ponto de ligação com os *municípios*, que só têm correlações com os *territórios* por intermédio das *candidaturas* a *avisos*.

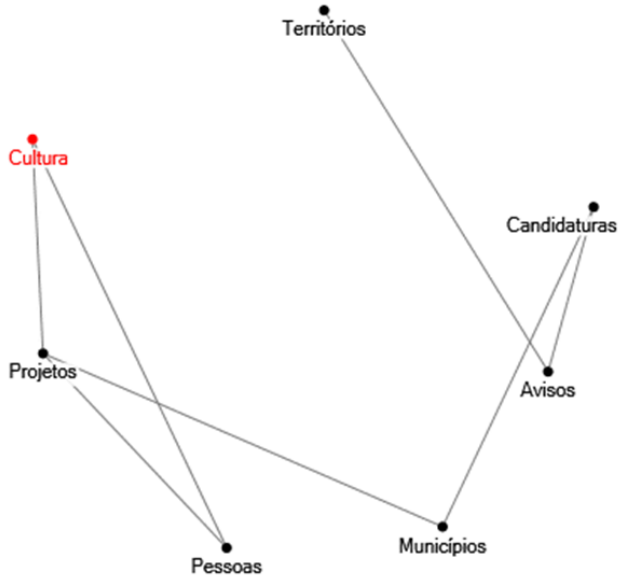

Figura 23: Esquema de Fruchterman-Reingold do GD-EIM08

Alguns dos contributos do GD-EIM08 também nos permitem exemplificar o contexto discursivo de algumas das palavras mais frequentemente utilizadas ao longo da sessão. Para o GD-EIM08-06 é importante não esquecer as "pessoas com seiva cultural, pessoas com criatividade e que podem até trazer contributos novos aos projetos", o GD-EIM08-01 registou o esforço feito "nos últimos anos em parceria com os… com os municípios e com as várias entidades do setor na dinamização dos vários projetos para a… o apoio a estas iniciativas culturais", sendo que o GD-EIM08-06 não hesitou em sublinhar que no território

> somos muito ilha e somos muito egoístas, e temos que aprender também a… a partilhar, mas o exemplo da Cultura Para Todos (…) mostra muitas vezes a importância

> que nós damos à cultura, mas também, todos… todos os municípios estão dispostos a… a cortar, sabem porquê? Porque fizeram um aviso, que eu diria tão irracional e tão descabido, que todos… a maior parte dos municípios naqueles projetos torturaram a candidatura, não sentiram afeição nem identidade pela candidatura, ou seja (…) quando tiveram a primeira oportunidade para cortar, foi que fizeram.

Segue-se agora a apresentação de alguns dos aspetos abordados no GD-EIM08 enquadrados em cada uma das quatro grandes temáticas integradas no guião.

3.1.1. Políticas Culturais desde 2015

Neste olhar sobre políticas culturais desde 2015, o GD-EIM08-05 não hesitou em afirmar que "temos vindo a assistir a uma… a uma recuperação a… a nível nacional, indesmentível, a nível do investimento na… na cultura, portanto, uma recuperação que (…) recuperou uma série de investimentos que colocaram de novo o investimento público em níveis, senão totalmente idênticos, mas equiparáveis aos de 2009". Tendo ficado claro, por também ter sido sublinhado por mais participantes, que a questão da escassez de recursos financeiros alocados à cultura foi um dos aspetos que se destacou na abordagem a este primeiro tópico em discussão.

A partir da experiência da EIM08 na área da cultura, o GD-EIM08-02 elencou algumas das práticas de trabalho envolvendo os diferentes municípios e diferentes agentes do território, nomeadamente no que se refere à programação cultural em rede ou à capacitação de agentes culturais.

O GD-EIM08-06 acrescentou, por um lado, que é inegável "que a política de cada município (…) está profundamente ligada à pessoa que está à frente do município e à importância que dá à cultura e à sensibilidade que tem", e, por outro lado, que a nível regional e nacional se observou, no período em causa, a uma excessiva associação da cultura ao turismo e à recuperação do património cultural imóvel, sem preocupações consistentes no que concerne à dinamização do património recuperado.

Sobre a relação da cultura com o turismo, o GD-EIM08-03 sublinhou a importância de se apostar verdadeiramente no turismo cultural, numa lógica de benefícios para os dois setores de atividade, tanto mais que "sem a cultura o turismo também morre um bocadinho mais, portanto é, é um dos pilares essenciais no campo do turismo".

As artes do espetáculo também foram protagonistas neste primeiro tópico, como a convocação por parte do GD-EIM08-04 de um exemplo de uma estrutura da região que tem efetuado um trabalho muito relevante no que concerne à articulação de estratégias intermunicipais a partir deste domínio cultural, nomeadamente através do estabelecimento de pontes entre as práticas profissionais e as práticas amadoras das comunidades locais; mas também com a convocação por parte do GD-EIM08-05 do processo que conduziu às

alterações operadas no modelo de funcionamento dos apoios à atividade profissional através da DGArtes, que permitiu "o reconhecimento de outras estruturas que não estão no Porto e em Lisboa que precisam de atrair quadros especializados para estes territórios de baixa densidade, que não beneficiam do mercado profissional como nos grandes centros".

3.1.2. Programa Norte 2020 (com especial enfoque na dimensão cultural)

Sobre o Norte 2020, o GD-EIM08-01 relembrou que, mais uma vez, se verificou a existência de "processos muito burocráticos, com muita documentação, e com prazos às vezes um bocadinho apertados que não permite, de certa forma, fazer articulação no território para a estruturação das… das candidaturas", tendo ainda sublinhado que:

> a grande dificuldade que… que às vezes existe relativamente aos fundos comunitários é… é… tentamos no início dos quadros comunitários definir uma estratégia, definir um conjunto de iniciativas integrados em programas de ação (…) pensados em conjunto com os atores locais hum… e que, de certa forma, resulta aqui de um planeamento estratégico a nível local, mas que depois é difícil a sua operacionalização porque hum… não há, digamos, uma contratualização de um programa integrado para operacionalização destas medidas, mas há um esforço de apresentar candidaturas, hum… a diferentes programas comunitários no sentido de obter recursos, nomeadamente financeiros, para a concretização do planeamento que foi feito.

No que concerne à dimensão cultural inscrita no programa, o GD-EIM08-02 considerou que, no que diz respeito ao património cultural, "poder-se-ia ter conseguido, digamos, reforçar… esta dimensão, nos quadros comunitários de apoio, quer… quer… não apenas em reforço do dinheiro, mas através de muitas vezes até do próprio envolvimento dos municípios estariam (…) disponíveis para colaborarem em algumas destas iniciativas na medida das suas… das suas possibilidades". De referir ainda que o mesmo participante salientou o pouco investimento observado em uma "outra dimensão que eu julgo que é aqui também relativamente transversal ao território que tem a ver com uma área também de património, mas é um património mais de natureza imaterial (…) também pela evolução muito significativa [que tem tido nos últimos anos] em termos… em termos turísticos".

O GD-EIM08-06 foi particularmente crítico relativamente ao Norte 2020, afirmando que considera "esses programas descabidos, completamente formatados, porque desconfiam dos presidentes de câmara, porque acham que são uns bardinos, que não percebem nada de cultura". De entre os problemas identificados por este interveniente, destacamos a falta de flexibilidade para com as especificidades dos territórios e ainda com quase impossibilidade de integração de várias dimensões numa mesma operação, nomeadamente quando se refere à recuperação do património cultural imóvel. Ainda sobre os problemas da dimensão cultural do programa, o mesmo interveniente convocou a

"construção defeituosa do aviso Cultura Para Todos" que concorreu para que "a maior parte dos municípios naqueles projetos torturaram a candidatura, não sentiram afeição nem identidade pela candidatura".

Sobre as operações, foi criticado o facto de ser interditado o financiamento a projetos já com provas dadas no terreno, o que tem concorrido para que estejam sempre a ser criados projetos novos, em detrimento da consolidação de projetos já existentes. A este respeito, o GD-EIM08-01 afirmou:

> que em termos futuros penso que aqui o grande desafio seria inverter um bocadinho esta lógica de projetos mais pontuais, não é?, que requer um esforço muito grande das entidades para obter esses recursos e… e em vez desses projetos mais pontuais, haver aqui uma forma de contratualizar programas mais integrados para a dinamização do setor hum… nomeadamente, ao nível nas NUTS 3.

De entre os vários contributos registados neste tópico, salienta-se ainda "o grande contrassenso às vezes da… dos indicadores, porque podem incitar ou convidar ou… ou obrigar de certa forma a fazer projetos mais orientados pelas lógicas quantitativas e não qualitativas" (GD-EIM08-05).

3.1.3. Estratégia e Política Cultural Regional até 2030

"Em relação à política cultural do… do país, eu acho que (…) não se consegue mudar a política cultural do país enquanto também não tivemos uma sociedade civil mais ativa, mais formada e mais culta" (GD-EIM08-06), sendo que, também por isso, "não podemos separar a educação da cultura".

O GD-EIM08-05 manifestou, implicitamente, as suas preocupações com o financiamento da cultura, ao referir que tem a esperança de que "continuará a… a tendência de aumentar o investimento, mas também é certo que o tecido produtivo artístico profissional português é cada vez mais extenso, há cada vez mais pessoas, há cada vez mais projetos, donde nem sempre é acompanhado pelo aumento do investimento".

O GD-EIM8-03 reiterou que a aposta deve incluir uma relação mais consistente entre a cultura e o turismo, salientando que "de uma forma ou de outra, com mais ou menos orçamento, a sobrevivência da cultura é garantida pelas gentes da região". A título meramente ilustrativo, o participante realçou a importância das comunidades locais para tornar o património cultural imóvel mais atrativo e com uma maior dinâmica.

A importância das comunidades locais também foi sublinhada pelo GD-EIM08-04, mas desta feita para relembrar a necessidade de existir um "diálogo constante com os vários agentes e associações na definição de estratégias (…) a implementar no território".

Rematando o seu raciocínio sobre o futuro das políticas culturais, o GD-EIM08-06 esclarece:

> O que eu quero dizer é o quê? Que a… a oferta cultural dos municípios tem que ser exigente, até lhe podem chamar elitista; eu sei que é um caminho mais difícil e isto não quer dizer que se abomine ou que se ponha de lado a… a cultura popular, porque a cultura popular, se a… se as pessoas tiverem uma cultura profunda, exigente, naturalmente que sentirão a vontade de explorar a cultura popular de uma outra forma, não quer isto dizer que, imaginem: que os ranchos folclóricos não tenham que ser apoiados, e têm que ser apoiados, mas podem ser por outras linhas, percebem o que eu quero dizer?

3.1.4. Dimensão Cultural do Próximo Programa Operacional Regional do Norte

Mais do apresentarem um conjunto de projetos e de investimentos que consideravam prioritários para a região, os participantes neste grupo de discussão optaram por sublinhar a importância de, no próximo programa operacional, serem desburocratizados os processos, flexibilizados os regulamentos e avisos para que possam efetivamente responder às especificidades territoriais e adequados os indicadores à complexidade da dimensão cultural, nomeadamente através da integração de uma componente qualitativa.

3.2. Grupo de discussão EIM09

Cultura e derivadas foram, como se pode observar pela Figura 24, as palavras mais utilizadas pelos sete participantes no GD-EIM09, representando 1,76% do total de palavras utilizadas ao longo da sessão. Da nuvem de palavras também se percebe a preponderância de palavras como *projeto(s)* (0,44%), *património* (0,41%), *política(s)* (0,39%), *município(s)* (0,28%) e *regional* (0,24%).

Figura 24: Nuvem das 30 palavras mais usadas pelo GD-EIM09

Da Figura 25 destacamos, evidentemente, as associações de nível máximo entre *região* e *Norte* e entre *políticas* e *cultura*, bem como a associação de nível 2 entre *projetos* e *património*.

Figura 25: Dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra do GD-EIM09

Nó A	Nó B	Coeficiente de correlação de Pearson
Políticas	Cultura	0,963422
Região	Cultura	0,959779
Região	Norte	0,950097
Projetos	Cultura	0,948669
Região	Património	0,943196
Municípios	Cultura	0,94241
Património	Cultura	0,942215
Políticas	Municípios	0,932637
Região	Projetos	0,932072
Norte	Cultura	0,927167
Região	Políticas	0,925118
Projetos	Património	0,92108
Projetos	Municípios	0,921021
Políticas	Norte	0,920472
Projetos	Políticas	0,911396
Projetos	Norte	0,902507
Património	Norte	0,901111
Região	Municípios	0,90102
Políticas	Património	0,897673
Norte	Municípios	0,896843
Património	Municípios	0,883828

Tabela 4: Síntese do Coeficiente de Pearson do GD-EIM09

Se, com o coeficiente de Pearson, fizermos uma análise do discurso sob ponto de vista do nó *municípios* – o único que estabelece correlações com os restantes seis – percebe-se que as correlações mais fortes foram com *cultura* (P=0,94241), *políticas* (P=0,932637) e *projetos* (0,921021). Sendo que com o esquema de Fruchterman-Reingold podemos ainda realçar que, excluindo o cluster formado entre *cultura* e *políticas*, se registou uma grande fragmentação discursiva, patente nomeadamente no número de correlações observadas nos restantes cinco nós (todos eles com quatro correlações).

O primeiro contributo do participante GD-EIM09-03 na sessão é simbólico do que acaba de se afirmar:

> Eu tenho para mim que em grande medida as políticas culturais a nível do Norte (…), são em grande medida aquelas que derivam das políticas municipais, o que não é, atenção, necessariamente mau, mas sobre este ponto de vista fico com a ideia de que há alguma fragmentação naquilo que eventualmente poderiam ser ganhos hum… derivados da escala, como há bocado, aliás, o GD-EIM09-02 referiu, ou… ou tendo referido pelo menos o trabalho em rede. Nós sentimos que os municípios, e bem, apostam nas políticas municipais – uns mais do que outros – dedicam também parte mais ou menos considerável do seu orçamento a essas políticas, mas aquilo que daí deriva a uma escala superior, e agora refiro-me especificamente à CIM, ainda fica, se calhar, muito aquém daquilo que poderia ser a… a execução dessas políticas…

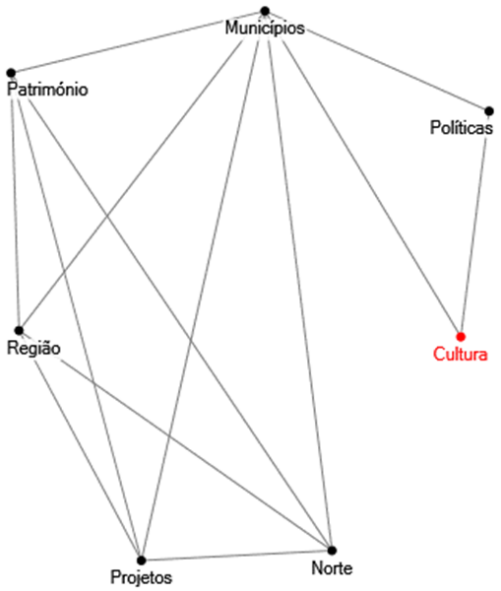

Figura 26: Esquema de Fruchterman-Reingold do GD-EIM09

Prosseguimos agora a análise com a convocação de alguns dos aspetos abordados no GD-EIM09 enquadrados em cada uma das quatro grandes temáticas integradas no guião.

3.2.1. Políticas Culturais desde 2015

Aproveitando a oportunidade de ter sido o último a intervir sobre este primeiro tópico, o GD-EIM09-07 quase que fez uma síntese de algumas das opiniões dos restantes participantes na sessão e que, em parte, agora convocamos por permitir salientar alguns dos pontos mais relevantes abordados sobre as políticas culturais desde 2015, nomeadamente o facto de:

> ao longo dos últimos anos nós todos ouvimos esse abandono a que a cultura foi sendo votada a nível nacional, e um abandono que se reflete sobretudo em termos financeiros, de dotações do… dos respetivos ministérios ou de secretarias de Estado que foram tutelando a área, mas, em contraponto, tem existido um reforço, quase diria, exponencial daquilo que são as… as verbas afetas à cultura ao nível dos vários orçamentos municipais, nós, digamos que temos (…) as duas grandes escalas que relevam do ponto de vista das políticas culturais [que] são a dimensão nacional e a dimensão municipal. E se é verdade que a nível nacional tem existido esse desinvestimento, tem existido muitas críticas às vezes até à clareza das… dos programas que são adotados, às respostas tardias, à indefinição que cria para os vários agentes culturais, pelo contrário, a verdade é que nos últimos anos, e estamos a falar seguramente mais do que uma década e… e cada ano que passa essa tendência tende a intensificar-se, sente-se, (…) um privilégio crescente às várias dimensões das políticas culturais. E quando eu falo das políticas culturais estou a falar de facto numa perspetiva estruturada, não é apenas aquela componente um pouco, chamar-lhe-ia alegórica, e… panfletária do investimento nos equipamentos culturais com aquilo que dá na vista de grandes requalificações ou de criação de grandes infraestruturas, mas é sobretudo, de facto, tentar – cada uma das Câmaras Municipais – criar redes de colaboração com os agentes dos respetivos territórios, com as comunidades escolares, com as próprias universidades quando elas existem hum… de maneira a que várias dinâmicas culturais possam surgir. Há aqui assim uma componente infraestrutural que é incontornável, ou seja, se percorremos o país, há cada vez mais equipamentos culturais e mais diversificados para poderem responder a diversas dinâmicas que vão surgindo, desde pequenos teatros, a salas de exposições, a museus de diversa índole e, portanto, há de facto essa capacitação física mas ao mesmo tempo há também um trabalho a… na… no apoio à criatividade dos agentes culturais, e são muitas as câmaras municipais (…) que têm parcerias de colaboração e de dinamização cultural com um leque muito diversificado de agentes, desde grupos mais tradicionais, a companhias de teatro, a… a grupos de música de diverso tipo, a… a agências e instituições de valorização do património. Há aqui assim, de facto, uma panóplia de… de atividades muito diversificada que (…) acaba por ser um alicerce fundamental da política de descentralização cultural, ou seja, de não reter a cultura nos grandes espaços e nos grandes centros urbanos, mas sobretudo para poder levar até às periferias de cada um dos concelhos, a todas as populações e a diversos segmentos.

Sobre as diferentes escalas das políticas culturais, o GD-EIM09-03 sublinhou a falta de articulação das políticas culturais, sendo que segundo o GD-EIM09-04, "há uma desarticulação grande entre aquilo que é nacional e aquilo que é municipal, que me parece completamente desajustado. Com esta ideia da descentralização e da… da aproximação das decisões aos cidadãos (…), creio que se tem dado alguns passos interessantes, mas também com… com muitas fragilidades".

E, em jeito de conclusão, o GD-EIM09-06 reforçou a ideia de que "a cultura infelizmente no nosso país ainda não dá votos, e, portanto, passa-se para secundaríssimo plano", e aproveitou a oportunidade para convocar uma prática que considera urgente alterar no que se refere ao património cultural imóvel:

> aparecem com projetos interessantíssimos, candidatam-nos, recebem dinheiro para isso, fazem-se obras, e depois? E depois passa-se ao zero, ou seja, não há manutenção, não há investimento na… na divulgação desse património, e quando fazemos uma segunda visita a esse património, ele está completamente degradado e abandonado, isto não é uma política cultural, é trabalhar na cultura de uma forma casuística, e temos que acabar (…) tanta malfeitoria com o nosso património.

3.2.2. Programa Norte 2020 (com especial enfoque na dimensão cultural)

Estabelecendo uma ponte entre as políticas culturais desde 2015 e a dimensão cultural do Norte 2020, o GD-EIM09-04 apresentou uma visão não muito positiva do Norte 2020 afirmando que "a cultura tem sido um parente pobre, e digamos, e de segunda linha, tratado já neste quadro comunitário, mais nos anteriores, neste quadro já teve digamos que alguns apontamentos importantes, mas é sempre tratada de uma forma um bocadinho subalterna, quer dizer, não… não… não há uma estratégia". Tecendo ainda algumas críticas aos critérios para a distribuição das verbas disponíveis:

> quando as verbas são decididas a nível regional, por exemplo, até em concorrência com a própria Direção Regional da Cultura quer dizer os municípios ficam sempre a perder, não é?, porque há ali uma capacidade de influência e… e megaprojetos que acabam por, digamos, quer dizer, comprometer o grosso das verbas e não permitem a implementação de estratégia nenhuma concertada, quer dizer, acaba por ser estratégias um bocadinho avulsas.

A este respeito, o GD-EIM09-06 salientou que, não obstante os investimentos no património cultural, ainda "não conseguimos trabalhar em rede para valorizar esse património, mais, não conseguimos que através dos fundos comunitários haja verbas para tornar esse património de facto, de facto, um elemento estruturante para a riqueza da nossa região".

De entre os problemas identificados pelo GD-EIM-07, convocamos os relacionados com o mapeamento efetuado, com as linhas de apoio à programação cultural e com a ligação com o turismo:

> o mapeamento que foi feito do apoio aos investimentos na área da cultura passou quase totalmente à margem daquilo que eram as vontades de cada uma das câmaras municipais, acabou por ser uma opção relativamente centralizada, onde dificilmente se conseguiu encaixar património de âmbito local ou que pudesse potenciar esse mesmo trabalho em rede. Quando se olha para a dimensão da programação cultural, ou seja, em termos do apoio à realização de eventos quaisquer que eles sejam, e alguns deles até de âmbito… com projeção internacional, também é verdade que não, neste programa, não houve nenhuma linha de financiamento que fosse particularmente orientada para esse fim, veremos o que é que vai ser agora esta reprogramação que vai criar uma linha, segundo anunciado, para apoio à programação cultural, mas a verdade é que no… no programa atual ela não existia, e quando muito, aquilo que os municípios ou as comunidades intermunicipais tiveram oportunidade de fazer foi de candidatar algumas atividades de programação cultural a linhas de promoção turística, portanto, por via indireta.

3.2.3. Estratégia e Política Cultural Regional até 2030

Com o objetivo de contribuir para, no futuro, acompanhar e analisar a implementação das políticas culturais à escala regional, o GD-EIM09-02 considerou que poderia ser relevante convocar:

> uma entidade exterior, poderia ser perfeitamente a universidade, no sentido de se constituir como, enfim, eu vou chamar-lhe observatório, não sei exatamente se este será, digamos, o instrumento mais correto […, mas] o que eu acho que era importante era ter alguém de fora, que não fosse ele próprio promotor a… a fazer um bocadinho esta análise dos impactos e da organização da oferta, porque quem está a promover não pode ter o distanciamento nem esse olhar crítico sobre as coisas, nem tem as ferramentas de trabalho, que lhe permitam fazer esta análise dos impactos, e penso que esta… que isto era de facto uma… uma questão importante para todos, não é? Haver aqui uma reflexão sobre como é que nós nos podemos organizar melhor.

O mesmo interveniente, em linha com o que foi defendido por outros participantes, nomeadamente o GD-EIM09-04, sublinhou que a falta de estratégias para a cultura é uma questão crucial, mas que os diferentes planos estratégicos definidos e a definir nas diferentes escalas (municipal, intermunicipal, regional e nacional) devem estar concertados para, sem perderem o alinhamento internacional, ganhem "uma identidade nacional que possa também ela ser um fator de promoção do país onde quer que seja".

Para o GD-EIM9-04, "as políticas mais consistentes terão que partir dos cidadãos, das instituições, dos agentes locais, dos municípios, eventualmente mais de baixo para cima, enfim, do que de cima para baixo porque é aquilo que nós estamos habituados desde sempre".

Sendo unânime o subfinanciamento crónico da cultura, o mecenato foi abordado por muitos dos participantes, sendo que o GD-EIM09-03 destacou a importância de fortalecer os investimentos privados na área da cultura, realçando que:

> as políticas culturais são em grande medida aquelas que derivam da…da atribuição de subsídios públicos, a… aliás, é uma característica muito nossa, muito do país, é muito pouco habitual vermos, se calhar ainda, iniciativas culturais pujantes, consistentes, que derivam de financiamentos privados, a lei do mecenato existe, claro que não depende a sua dinamização de nós diretamente, mas se calhar este aspeto do contributo dos privados naturalmente com os incentivos, designadamente de natureza fiscal que daí derivam, seria se calhar um ponto a… a potencializar.

Procurando incluir nos seus contributos algumas propostas concretas, o GD-EIM09-01 avançou com a ideia de se criar:

> um guia turístico cultural da região Norte, não sei, isto não é tanto em termos de políticas, mas acho que é fundamental que haja aqui uma (…) aposta forte na comunicação digital, e sobretudo nos dias de hoje isso tornou-se mais evidente ainda, portanto, acho que por parte das várias entidades ou de todos os intervenientes, a aposta na comunicação digital e recursos digitais é fundamental, e acho também que é importante melhorar as condições de acolhimento dos visitantes de… dos utilizadores das iniciativas culturais, bem como, mais uma vez, o envolvimento das comunidades locais, acho fundamental que haja aqui na política de cultura um forte envolvimento das comunidades locais, não só porque são eles também usam a… a cultura, mas também são excelente forma de promover a nossa cultura e de não deixar e de salvaguardar também a nossa cultura com um sentimento de orgulho e de pertença.

O GD-EIM09-05 salientou a importância de se promover a educação para a cultura e a cultura inclusiva sob as mais variadas formas, e o GD-EIM09-02 não perdeu a oportunidade para alertar que, "sob o ponto de vista do património imaterial, julgo que, não obstante, alguns projetos que temos vindo a desenvolver, tínhamos aqui ainda muita matéria para trabalhar".

3.2.4. Dimensão Cultural do Próximo Programa Operacional Regional do Norte

Os participantes sublinharam, sob múltiplas formas, que a presença da cultura no próximo programa operacional regional deveria ser mais veemente, sendo que o GD-EIM09-04 realçou que o sucesso do programa passa obrigatoriamente por responder de forma adequada e efetiva às necessidades culturais da região, o que na realidade se torna difícil uma vez que as "estratégias (…) já vêm muito formatadas de longe".

De forma muito pragmática o GD-EIM09-07 afirmou que, tendo como pondo de partida todas as debilidades apresentadas nos tópicos anteriores seria fácil "identificar tudo aquilo que hoje não existe para nomear o que (…) podem ser futuras linhas de financiamento".

Não obstante o exercício poder ser interessante, o mesmo interveniente apresentou quatro ideias que considera fundamentais incluir na dimensão cultural do próximo programa operacional regional:

> uma primeira linha de financiamento que deveria existir, enquanto incentivo pedagógico a esse tipo de trabalho, era uma espécie, dentro da capacitação técnica, da assistência técnica eventualmente, o apoio a elaboração de planos estratégicos para a cultura a médio prazo (…). Uma segunda questão é a questão da… do trabalho em rede e supramunicipal (…). Uma terceira questão, e isso vai ao encontro (…) do Cultura Para Todos, acho que deveria existir uma janela para projetos dados à criatividade, ou seja, uma coisa são pré-formatações daquilo que são iniciativas culturais, outras são iniciativas que resultam na interação com a comunidade de abordagens diferenciadoras que podem ser feitas por muitos agentes, há… alguns deles quase diria, uma espécie de *startups* culturais por assim dizer, hum… não… não lhe incutindo a dimensão empresarial, e isso acho que o Cultura Para Todos tinha essa dimensão (…). E finalmente a quarta questão é, obviamente, a questão do património. Eu acho que as verbas para reforço da intervenção no património, seja do ponto de vista físico seja depois no ponto de vista da sua dinamização, deveriam ser claramente reforçadas e, portanto, essa é uma matéria que me parece que seria muito importante e aquela que porventura pode ser até mais encaixada, como falava há pouco do turismo, noutras dimensões de valorização económica do… do desenvolvimento dos territórios.

O turismo também esteve no centro das preocupações do GD-EIM09-01, quando sugeriu a proposta de "articulação das atividades culturais e criativas com o turismo e outras indústrias tradicionais da região (…), nomeadamente fomentando as indústrias criativas".

O GD-EIM09-05 destacou aspetos relacionados com a elegibilidade dos candidatos na área da cultura, sublinhando "que não deverão ser só identidades públicas, mas também devem abrir para as entidades privadas" e o GD-EIM09-06 abordou sinteticamente três questões a ter em conta no futuro:

1) os programas deixarem de usar "uma linguagem tão hermética, tão difícil de entender, tão técnica que só é acessível aos *experts*, (…) é muito difícil, muito difícil alguém que queira apresentar um projeto, saber o que é que deve dizer";
2) a escala dos projetos, defendendo "que se deve "começar a apostar em… em projetos que tenham escala, e… e não propriamente em miudezas porque… porque isso assim a… a… acabamos por gastar energia, desperdiçar energias";
3) e a sustentabilidade depois de terminado o financiamento, considerando que deveria haver "compromissos pós-projeto (…) de interesse em relação àquele

projeto, na manutenção do projeto, dar vida àquele projeto, e isso ser uma exigência de quem usufruiu desse apoio".

Na sequência de uma intervenção do GD-EIM09-04 sobre os erros que se têm cometido no passado e que deveriam ser corrigidos no futuro sobre a ausência de aposta na promoção de valores culturais locais nas e para as comunidades onde eles são originários, o participante GD-EIM09-02 sentiu a necessidade de reforçar a ideia afirmando que:

> falar, da… da consciencialização local e do conhecimento, digamos, daquilo que são os valores locais parece-me crucial e creio, deveria ser em si mesmo um indicador da avaliação dos projetos, perceber como é que estes projetos são assimilados, incorporados, digamos, no tecido social local através de ações de formação, da dinamização e da consciencialização dos agentes locais.

3.3. Grupo de discussão EIM10

Figura 27: Nuvem das 28 palavras mais usadas pelo GD-EIM10

Na nuvem de palavras mais usadas neste grupo de discussão, foram retiradas as que permitiam identificar a EIM08 e o M115. Assim, no conjunto das 28 palavras mais usadas pelos cinco participantes no GD-EIM10 regista-se, para além da forte presença de *cultura e derivadas* (1,13% do total de palavras utilizadas ao longo da sessão), a presença significativa de palavras como *projetos* (0,48%), *agentes* (0,45%), *pessoas* e *política(s)* (0,29% cada), *comunidade* (0,28%), *território* (0,27%) e *intermunicipal* (0,22%).

O dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra permite-nos perceber que o discurso com nível máximo de ligação esteve relacionado com *cultura* e *pessoas*, e *agentes* e *políticas*, destacando-se, ainda, as associações de nível 2 entre *projetos* e *território* e de nível 3 entre *comunidade* e *intermunicipal*.

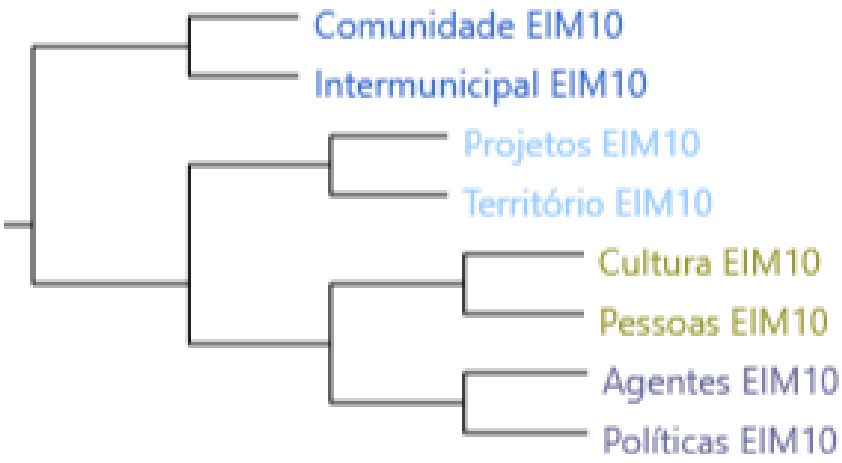

Figura 28: Dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra do GD-EIM10

Com os dados referentes ao coeficiente de Pearson, apercebemo-nos da existência de um conjunto de correlações particularmente fortes entre o nó *cultura* e seis dos restantes nós (variando entre o P=0,973249 com o nó *pessoas* e o P=0,960431 com o nó *território*), sendo que é a correlação com *intermunicipal* que atinge o valor mais reduzido (P=0,90147). Dos dados destacamos ainda a diferença de intensidade das correlações entre *pessoas* e *cultura* e *pessoas* e *intermunicipal*, que ascende a 0,11 pontos e que nos pode ajudar a perceber o papel das *pessoas* nas diferentes dimensões de análise.

O esquema de Fruchterman-Reingold, permite-nos identificar o cluster mais forte formado entre *cultura* e *pessoas*, que através dos *agentes* estabelece uma correlação com a *comunidade*, para, a partir desse nó, haver uma dispersão do discurso em temáticas relacionadas com *território*, *projetos* e *políticas*, sendo que esta última temática é, dentro do conjunto de nós selecionados, a única que estabelece uma correlação com *intermunicipal*.

Nó A	Nó B	Coeficiente de correlação de Pearson
Pessoas	Cultura	0,973249
Cultura	Comunidade	0,972737
Cultura	Agentes	0,964487
Pessoas	Agentes	0,962316
Projetos	Cultura	0,961159
Políticas	Cultura	0,960468
Território	Cultura	0,960431
Território	Projetos	0,956932
Território	Comunidade	0,956568
Comunidade	Agentes	0,954749
Território	Agentes	0,952495
Políticas	Agentes	0,948947
Pessoas	Comunidade	0,947447
Projetos	Agentes	0,945322
Políticas	Pessoas	0,943813
Projetos	Comunidade	0,938747
Território	Pessoas	0,938315
Projetos	Pessoas	0,937951
Intermunicipal	Comunidade	0,937439
Políticas	Comunidade	0,934003
Território	Intermunicipal	0,924948
Projetos	Políticas	0,918696
Território	Políticas	0,917231
Intermunicipal	Cultura	0,90147
Projetos	Intermunicipal	0,887022
Políticas	Intermunicipal	0,883715
Intermunicipal	Agentes	0,875753
Pessoas	Intermunicipal	0,86409

Tabela 5: Síntese do Coeficiente de Pearson do GD-EIM10

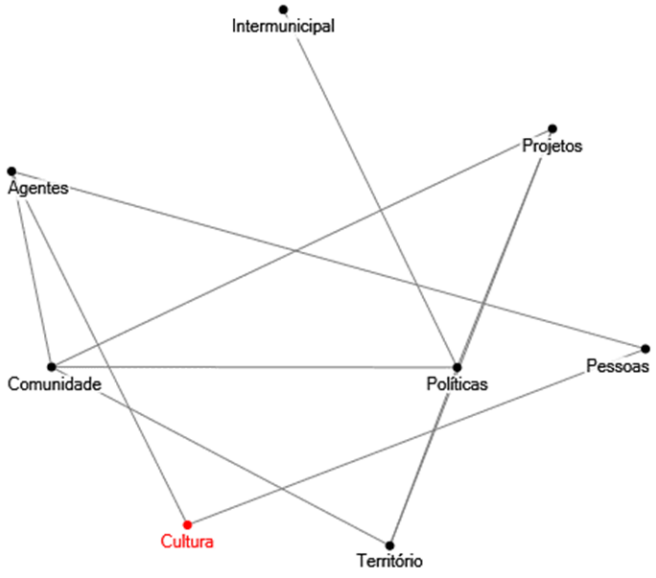

Figura 29: Esquema de Fruchterman-Reingold do GD-EIM10

Antes de apresentarmos alguns dos contributos do GD-EIM10 enquadrados em cada uma das quatro grandes temáticas integradas no guião, segue-se um exemplo de como o cluster formado entre *cultura* e *pessoas* se manifestou em termos discursivo. Para o GD-EIM10-05:

> uma das formas de poder aumentar o envolvimento das pessoas e a participação mais ativa das pessoas a nível cultural, porque penso que também ainda existe pouca participação, há muito público ainda que poderia participar, usufruir de atividades culturais e da oferta cultural que existe e… e que não o faz, ou por falta também – como o GD-EIM10-04 referiu – as políticas de comunicação a nível da cultura também têm que ser melhoradas no meu ponto de vista, porque há uma discrepância, não… não há uma estrutura e uma comunicação muito assertiva por vezes das atividades e da oferta cultural que existe a nível da região, hum… portanto, nesse sentido, acho que também será uma aposta e será um ponto estratégico reforçar… melhorar as políticas de comunicação a este nível.

3.3.1. Políticas Culturais desde 2015

Uma primeira consideração que se destaca da análise do GD-EIM10 é a importância da escala intermunicipal no discurso e a quase ausência de referências explícitas às escalas regional e nacional das políticas culturais.

Logo na abordagem inicial às políticas culturais desde 2015, o GD-EIM10-01 começou por sublinhar que as EIM's não são:

> comunidades naturais, são agregações também que dependeram de uma vontade política e, portanto, por vezes, têm uma… um caráter muito heterogéneo na sua matriz, o que por um lado traz certamente alguns aspetos que dificultam a articulação de políticas comuns, mas por outro lado também traz a riqueza própria da… da heterogeneidade e de haver, digamos assim, uma polimorfia significativa dos agentes que estão envolvidos no… no terreno.

A *polimorfia* destacada pelo GD-EIM10-01 é particularmente relevante, tanto mais que a diversidade de agentes e de realidades é, não raras, vezes apresentada como uma dificuldade acrescida, nomeadamente quando se trabalham as políticas culturais, contudo o GD-EIM10-02 realçou que no caso específico da EIM10 a diversidade não tem sido um problema e a cultura tendo sido encarada "como fator de coesão e de promoção de território, (…) isto porque se percebeu, já há muito tempo, mas agora com mais incidência, que, através da qualificação e de enriquecimento cultural da população, se consegue promover a coesão social do território". Para ilustrar a sua posição, o GD-EIM10-02 destacou ainda importância de um conjunto de "projetos âncora, que, através de elementos identitários do território – e aqui estamos a falar de património cultural imaterial, (…) falamos por exemplo das romarias, falamos das tradições, lendas e tradições" – potenciam a promoção turística do território através da cultura.

Corroborando as opções de estabelecer uma ponte muito estreita entre cultura e turismo, o GD-EIM10-03 acrescentou que na EIM10 "a atividade cultural tem uma relação muito direta com o turismo na medida em que o turismo é partilha de identidade e (…) a identidade também pode ser um fator de… de dinamização económica". Depois de sublinhar a importância do papel das EIM's no estabelecimento e na promoção de redes no território, o GD-EIM10-03 apresentou ainda a vertente económica como denominador comum para as três funções que considera que a cultura tem para o desenvolvimento regional: 1) criação de identidade coletiva; 2) criação de experiências de enriquecimento humano; e 3) criação de "um clima de inovação e de abertura para uma sociedade mais criativa".

3.3.2. Programa Norte 2020 (com especial enfoque na dimensão cultural)

O panorama apresentado sobre a dimensão cultural do Norte 2020 não foi particularmente positivo, não obstante terem sido convocados dois projetos na região Norte considerados como importantes, a opinião dos participantes no GD-EIM10 é que se observou um desfasamento flagrante entre as necessidades e as estratégias.

Analisando à escala da EIM, o GD-EIM10-02 relembrou que:

> quando pensamos os nossos planos estratégicos pensamos em termos ideais, aquilo que nós achamos que realmente é importante para o território e a forma como queremos fazer, e depois quando confrontados com os objetivos estratégicos e as prioridades de investimento do próprio quadro comunitário, sentimo-nos num colete de forças em que não conseguimos, de todo, fazer aquilo que no entendimento dos agentes de desenvolvimento territorial é prioritário. Não conseguimos fazer da forma que… que queremos, mas sim temos que reformular a nossa… a nossa estratégia de atuação, de maneira a que caiba nas prioridades de investimento definidas.

E lançando um olhar mais macro, o GD-EIM10-03 destacou a complexidade do programa, o facto de possuir indicadores completamente desadequados à realidade cultural e que não entram em linha de conta com a diversidade territorial, e ainda o mapeamento que foi efetuado e que permitiu identificar uma quantidade de necessidades:

> completamente desfasada, e, portanto, o mapeamento foi na altura encostado (…). Como o documento de apoio à decisão não serviu para nada, embora tenha criado a consciência desta imensidade de projetos (…). Passou-se a uma… a uma tentativa de criação de temas para investimento, que são temas para investimento em rede, que prometia, fazia pensar que íamos ter investimento para trabalho em rede – e o trabalho em rede entre municípios é determinante para (…) a efetividade destes investimentos, para que eles se tornem realmente úteis, porque senão tornam-se uma súmula (…) de peças desgarradas e (…) não ganham caráter estratégico, não se estendem no tempo, (…), não têm esse nível de consequências e… e tentou-se que houvesse trabalho em rede – desse trabalho em rede, a maior parte dele falhou…

3.3.3. Estratégia e Política Cultural Regional até 2030

Para o GD-EIM10-05:

> o caminho da estratégia a nível das políticas culturais deve passar muito pela… pela estratégia de uma… de uma política abrangente, participada e partilhada, hum… tentando envolver os vários agentes, os vários agentes da região, tanto públicos como privados, (…) trabalhar e a encarar a cultura a outros níveis, e… e que não pode ser de… de forma alguma dissociada de… de outros setores de atividade, quer seja o económico, como criação de riqueza da região, e também a parte social, porque é sem dúvida uma dimensão que deve estar – que está! –, sempre associada à cultura. Hum… penso que… que as políticas devem… devem passar também pelo reforço da articulação, precisamente com outros sectores de atividade, a… a região tem… tem um… um enorme potencial em diversas áreas, deve haver uma… uma articulação, um reforço da articulação com os sectores científicos, tecnológicos e… e também, no meu ponto de vista, penso que para se fomentar a cultura de uma forma duradoura e ter um olhar diferente sobre a importância das políticas culturais a nível da região, é muito importante apostar hum… na educação artística e em… em fomentar a criatividade desde o pré-escolar, acho que… que faz sentido incrementar mais a cultura e fomentar a criatividade no sistema de ensino.

E em linha com este pensamento, o GD-EIM10-04 sublinhou a:

> importância de perceber bem os… os diferentes agentes de… em cada um do território, e também dos públicos a que se quer chegar, portanto, essa… essa perceção de vários planos de intervenção, de vários agentes a vários níveis, parece-me importante, às vezes, quer dizer, penso que se pensa em termos de políticas gerais sem a possibilidade, digamos, de discernir os vários planos e os vários públicos.

De realçar ainda os aspetos relacionados com:

> as políticas de comunicação a nível da cultura também têm que ser melhoradas no meu ponto de vista, porque há uma discrepância, não… não há uma estrutura e uma comunicação muito assertiva por vezes das atividades e da oferta cultural que existe a nível da região, hum… portanto, nesse sentido, acho que também será uma aposta e será um ponto estratégico reforçar… melhorar as políticas de comunicação a este nível. (GD-EIM10-05)

3.3.4. Dimensão Cultural do Próximo Programa Operacional Regional do Norte

Sobre a dimensão cultural do próximo programa operacional regional, o GD-EIM10-04 relembrou a importância do envolvimento das populações nas diferentes fases dos projetos para que concorram para uma transformação dos territórios mais consistente. Sublinhando ainda que nesta equação convém não esquecer a existência e a forma de articulação entre dois planos de atuação: os eventos pontuais e ações de continuidade.

O GD-EIM10-01 debruçou-se sobre a questão relacionada com os indicadores para afirmar que:

> a dimensão qualitativa deve ser determinante para a… a avaliação dos projetos e execução dos projetos, ou seja, não é possível avaliar através de um algoritmo, obviamente que esta passará sempre por ser uma apreciação subjetiva, porque não há objetividade, não há objetividade neste tipo de avaliação, mas também não é com os números que, digamos, se faz uma simulação de objetividade, e portanto, é… é muito mais importante haver a partir de dados, obviamente, nos quais os dados quantitativos têm a sua relevância, mas realmente o propósito dos mesmos e os efeitos a médio/longo prazo são muito mais relevantes.

Completando a importância de indicadores qualitativos, o GD-EIM10-05 sugeriu a implementação de um sistema de monitorização dos projetos feito através de "algum tipo de questionário de satisfação no final de cada medida (…) que permitisse avaliar o impacto… a satisfação e o impacto que aquilo veio a ter… a ter em cada pessoa", reforçando a ideia de que a avaliação:

> deve muito incidir numa parte qualitativa, que é muito mais importante, e muito mais real, e pode-nos dar mais pontos estratégicos para as linhas futuras a seguir, do que simplesmente números, porque números, muitas vezes, é fácil de alcançar e… não é de todo correspondente à realidade e ao verdadeiro impacto que cada medida tem nas pessoas e na região.

E o GD-EIM10-03 convocou a promoção do trabalho em rede para a resolução de alguns dos problemas identificados, nomeadamente no que concerne às políticas culturais:

> o sentido de rede é muito importante e é aí que este próximo quadro poderia intervir com… com acuidade, isto é, nós podíamos ter mais ênfase, na… na ideia de que a proliferação em si não é má, desde que ela se…ela seja feita em rede e se complemente, sejam ações complementares e não ações simplesmente repetidas, mas queria também referir (…) a necessidade de encontrar soluções para abrir caminhos, para abrir caminhos para não serem sempre os mesmos agentes culturais a… a atuar.

3.4. Grupo de discussão EIM11

Cultura e derivadas destacou-se como a palavra mais usada pelos três participantes no GD-EIM11 (2,02% do total de palavras utilizadas ao longo da sessão), sendo de realçar ainda a presença significativa de palavras como *regional* (0,45%), *políticas* (0,36%), *municípios* (0,31%), *património* (0,28%), *direção* (0,25%) e *projetos* (0,24%). Através do dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra é possível sublinhar que o discurso com nível máximo de ligação esteve relacionado, por um lado, com *cultura* e *políticas*, e, por outro lado, com *municípios* e *regional*, e identificar ainda a associação de nível 2 entre *projetos* e *património*.

Figura 30: Nuvem das 30 palavras mais usadas pelo GD-EIM11

Figura 31: Dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra do GD-EIM11

Com os dados da Tabela 6, a partir dos quais foi criada a Figura 32, conseguimos identificar um cluster mais forte formado entre *cultura* e *políticas*, bem como o papel dos *projetos* no estabelecimento de correlações com os restantes três nós em análise. Para ilustrar o que acabou de se afirmar, convocamos dois contributos de dois participantes: o do GD-EIM11-01, que sublinhou que "ultimamente os nossos projetos andam à volta sempre do património cultural"; e o do GD-EIM11-02, que relembrou a importância de recentrar e enquadrar, com base de alguns documentos internacionais (e.g. Agenda 21 da Cultura, Agenda 2030, Nova

Agenda Europeia para a Cultura), o conceito de cultura no "olhar sobre aquilo que é cultura ou aquilo que pode ser a cultura no âmbito de definições da política de cidades, mas também de regiões".

Nó A	Nó B	Coeficiente de correlação de Pearson
Políticas	Cultura	0,947033
Projetos	Cultura	0,91599
Projetos	Políticas	0,895686
Municípios	Cultura	0,881098
Regional	Cultura	0,880408
Regional	Municípios	0,853561
Regional	Políticas	0,84311
Projetos	Municípios	0,835203
Património	Cultura	0,822885
Políticas	Municípios	0,811337
Regional	Projetos	0,799036
Projetos	Património	0,779296
Políticas	Património	0,722252
Património	Municípios	0,696788
Regional	Património	0,664387

Tabela 6: Síntese do Coeficiente de Pearson do GD-EIM11

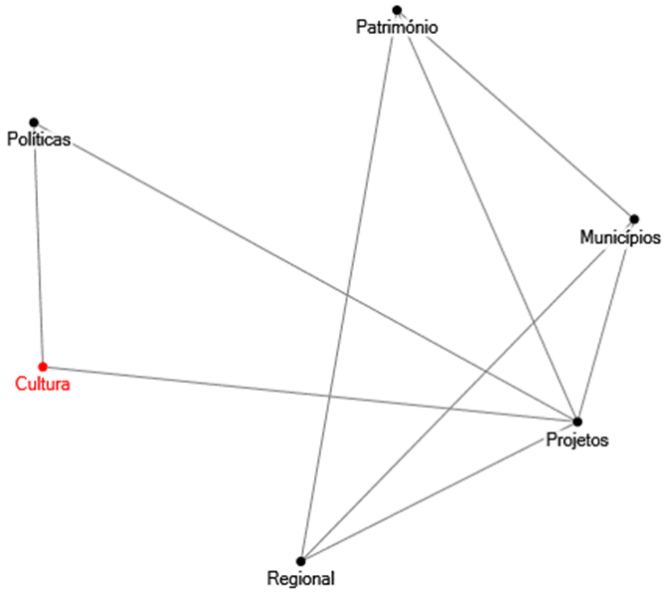

Figura 32: Esquema de Fruchterman-Reingold do GD-EIM11

Seguem-se agora mais alguns dos contributos do GD-EIM11, desta feita enquadrados em cada uma das quatro grandes temáticas integradas no guião. Destaca-se que este grupo de

discussão com a duração mais reduzia e que se observou algum desequilíbrio na participação dos três intervenientes, com o GD-EIM11-02 a ser o que mais contributos deu para a discussão.

3.4.1. Políticas Culturais desde 2015

O GD-EIM11-01 começou a sua intervenção realçando a dificuldade da EIM de obter informações por parte dos municípios, sendo que "a maior dificuldade é conseguir articular e ter respostas (…) quem está no terreno são os municípios não somos nós, e para conjugar as vontades de todos é um bocado difícil". Para além das dificuldades provenientes do contexto externo, o interveniente referiu também a escassez de recursos humanos afetos à cultura na EIM, o que inviabilizaria o desenvolvimento de mais projetos. Não obstante as dificuldades, o interveniente afirmou que nos últimos anos têm privilegiado a área do património cultural (imóvel, mas também imaterial).

Para o GD-EIM11-02, o trabalho na área da cultura à escala da EIM tem procurado:

> responder àquilo que vão sendo algumas necessidades conciliáveis (…) num cruzamento também com aquilo que são, e de forma particular, aquilo que são o apoio possível e o enquadramento possível com esta política para a cultura em termos regionais, (…) nacionais (…) e também fora do país com outros parceiros, com iniciativas de outros projetos mesmo a nível europeu, enfim, tem sido este triângulo ou quadrado vá, de ação que temos tido. Essa ação tem incidido mais, nos últimos anos no património cultural, na sua valorização (…), nomeadamente com o mapeamento, a agregação e a disponibilização de dados sobre o património cultural material e (…) também com aquilo que são lendas, histórias, e outras expressões daquilo que pode ser o património imaterial.

Segundo o GD-EIM11-03, um dos problemas que se tem observado nas políticas culturais está relacionado com a falta de articulação. E lançando um olhar sobre o estatuto das EIM's, refere que as EIM's têm:

> essencialmente o papel de coordenação de políticas entre os municípios que compõem essa região, ora essa coordenação de políticas tem sido um facto em várias áreas, por exemplo na educação (…). Na cultura isso não acontece, e não acontece porquê? Pode haver um ou outro município que tenha um vereador da cultura, efetivamente ligado à cultura, e que tenha alguma visão estratégica, e que desenvolva essa estratégia no seu município, mas isso está muito longe de ser uma situação coordenada e de se conseguir a partir daí criar uma estratégia da região, uma estratégia da EIM11, isso, obviamente, que cabe aos presidentes, e no caso mais especificamente aos vereadores da cultura, mas também cabe a quem representa o Governo na região, e a quem cabe dar realmente impulso a essa coordenação e a essa estruturação.

3.4.2. Programa Norte 2020 (com especial enfoque na dimensão cultural)

No que concerne à dimensão cultural do Norte 2020, o GD-EIM11-03 questionou se "será que a cultura neste tipo de regiões fica reduzida às iniciativas de cada município em áreas variadíssimas que aqui temos; nós temos áreas de exploração de setores de cultura que beneficiariam imenso se houvesse uma estratégia da região no desenvolvimento dessa cultura". Destacando ainda de entre as iniciativas promovidas, "o Cultura Para Todos, que foi um projeto que me parece importantíssimo na área da coesão, na área da satisfação dos interesses mais ligados ao terreno".

Para o GD-EIM11-02, "a cultura como noutros contextos é naturalmente… não é naturalmente, antes não fosse, mas parece-me sempre algo residual, face as outras preocupações, e mesmo dentro daquilo que são… que são as ações culturais dentro do programa, tenho algumas dúvidas sobre a sustentabilidade das prioridades de investimento", identificando como um dos problemas do Norte 2020 o facto de espelhar "esta vida em ciclos, o que quer que se possa fazer a nível cultural, a nível da economia de empreendedorismo, é que os projetos duram enquanto duram estes ciclos de apoio" e alertando ainda para o facto de os indicadores utilizados refletirem "aquilo que é uma ligação, importante e fundamental, mas creio que mal feita e nem sempre necessária, que é entre a cultura e o turismo; ou seja, mede-se o sucesso (…) de uma qualquer iniciativa cultural com base no número de visitantes, isto não só é redutor, como não ilustra nada". Em linha com a opinião do GD-EIM11-03, o GD-EIM11-02 considerou que o Cultura Para Todos foi:

> um dos melhores frutos deste programa, no âmbito da sua dimensão cultural e porquê? Não só porque entende a cultura como aquilo que ela é, como também entende a sociedade como aquilo que ela é, neste caso a nossa, e percebe muito bem aquilo que são as oportunidades de uma aposta concertada e sistemática, de políticas públicas para a cultura, respondendo no fundo também àquilo que são os… a multiplicidade de desafios que temos, não só a nível social, de exclusão, de fragilidade social, mas também aquilo que é, que são os desafios vividos pelo próprio setor cultural nomeadamente os artistas, os criadores, enfim, todos os profissionais direta ou indiretamente ligados à cultura, e creio que o Cultura Para Todos foi uma boa resposta ou a resposta possível nos últimos anos, àquilo que eu considero serem os maiores desafios e necessidades de atuação de políticas públicas para o setor cultural.

3.4.3. Estratégia e Política Cultural Regional até 2030

Na sua abordagem às políticas culturais até 2030, o GD-EIM11-02 considerou oportuno convocar um conjunto de pressupostos "sobre aquilo que é cultura ou aquilo que pode ser a cultura no âmbito de definições da política de cidades, mas também de regiões (…). E o cruzamento da cultura e da sua importância, quer para o desenvolvimento regional quer também o seu cruzamento com as agendas, quer políticas quer orientadoras, quer

europeias quer mesmo até a nível das Nações Unidas", dos quais destacamos alguns por se considerarem particularmente pertinentes:

- "a cultura está em todo lado e (…) extravasa aqueles lugares mais típicos, como os museus, as galerias os monumentos, as próprias instituições culturais mais tradicionais, e passa a premiar também aquilo que são os espaços das cidades e das regiões e o próprio quotidiano das comunidades";
- "a cultura é absolutamente fundamental enquanto o contributo significativo para o bem-estar social e individual, para a coesão social, para o aumento dos níveis de participação cívica e social, para transferência de conhecimento e tem impactos positivos também na saúde, na (…) consolidação de valores e identidades";
- a Agenda 21 da Cultura e a sua relevância "para o estabelecimento daquilo que pode ser entendido como as bases de um compromisso de cidades e governos locais, com os direitos humanos a diversidade cultural, a sustentabilidade, a democracia participativa e a criação de condições para a paz, portanto, aqui a cultura sempre como algo transversal";
- a Agenda 2030 e a importância da cultura para o cumprimento dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, uma vez "que a cultura está presente de alguma forma em todos eles, ou a dimensão cultural se assim o entendermos, [sendo que] há um, que é o objetivo 11, referente às cidades sustentáveis, que expressa de forma clara aquilo que a cultura pode desempenhar na concretização desse desenvolvimento";
- e a Nova Agenda Europeia para Cultura, que encerra um conjunto de objetivos estratégicos que não podem ser olvidados, nomeadamente o papel da cultura na regeneração da comunidade e no desenvolvimento económico.

O mesmo interveniente também se referiu à importância de, no futuro, por um lado, se potenciar a relação entre a cultura e a educação, e, por outro lado, se fomentar de forma efetiva a articulação setorial a várias escalas e de se apostar consistentemente na diplomacia cultural, tanto mais que "há diversas oportunidades que são perdidas ou que não são aproveitadas como poderiam ser, porque não há uma resposta conjunta". Sobre a questão da articulação, o interveniente relembrou ainda que "os municípios não são iguais, têm necessidades diferentes, e (…) deve ser uma atuação ou uma reflexão maior entre todos e uma visão de futuro para aquilo que se quer, não apenas na cultura, mas em muitos outros setores – eu diria quase todos".

3.4.4. Dimensão Cultural do Próximo Programa Operacional Regional do Norte

Os contributos do GD-EIM11-02 sobre a dimensão cultural do próximo programa operacional regional do Norte, destacamos os relacionados com os indicadores a utilizar.

> Relativamente ao quantitativo parece-me que tem sido aquilo que tem importado para quem monitoriza… a eficácia dos projetos, hum… e parece-me que muito dificilmente esses números têm uma sustentação empírica e correspondem à realidade, porque muitas das vezes essa monitorização não é feita hum… embora esteja mais ou menos bem explicada quando se faz uma candidatura, quando se candidata um projeto a financiamento, a verdade é que depois não há essa… essa preocupação com o quantitativo, por um lado, pode não corresponder à realidade e mesmo que corresponda ilustra muito pouco daquilo que realmente importa. E o que é que importa? Isto obviamente depende do tipo de projetos, mas se calhar é muito mais interessante… claro que os números, o número de visitantes, o número de ações, o número de ações internacionais, tudo isso é importante, mas isso não avalia a sua qualidade, ou não avalia necessariamente a sua qualidade ou a sua… ou de que forma é que operacionalizam aquilo a que se propõem, ou de que forma é que garantem a sua sustentabilidade no futuro, portanto, e todos os critérios, e todos os indicadores que possam medir ou ilustrar melhor, de forma não abstrata, estas preocupações, serão critérios hum… que devem ser considerados e têm que ser considerados, porque senão estamos… estamos todos a pagar não sabemos muito bem o quê, para além de cartazes bonitos de eventos que passam.

3.5. Grupo de discussão EIM12

Figura 33: Nuvem das 30 palavras mais usadas pelo GD-EIM12

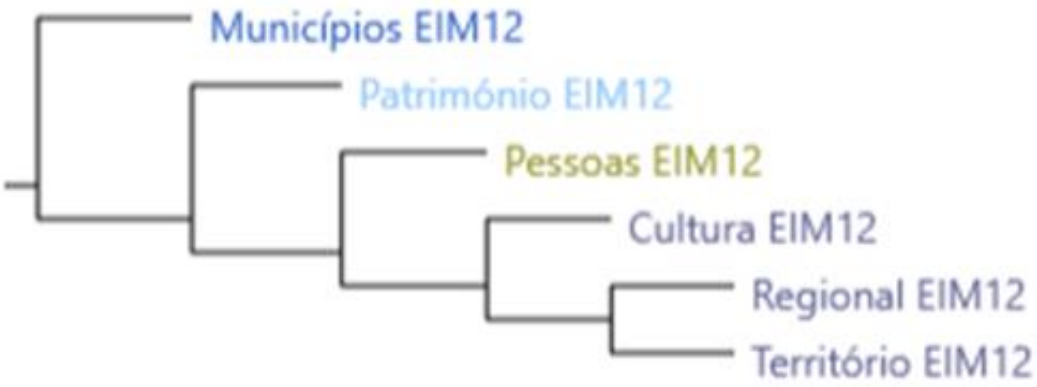

Figura 34: Dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra do GD-EIM12

A nuvem das 30 palavras mais usadas pelos seis participantes no GD-EIM12 revela, para além da forte presença de *cultura e derivadas* (1,39% do total de palavras utilizadas ao longo da sessão), a presença significativa de palavras como *património* (0,51%), *território* (0,36%), *regional* (0,31%), *município(s)* (0,29%) e *pessoas* (0,23%). O dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra permite-nos perceber que o discurso com nível máximo de ligação esteve relacionado com *território* à escala *regional*, sendo que da análise das sobreposições destacamos as dimensões da *cultura*, das *pessoas* e do *património*.

Nó A	Nó B	Coeficiente de correlação de Pearson
Regional	Cultura	0,975215
Território	Regional	0,974532
Território	Cultura	0,971507
Pessoas	Cultura	0,961392
Regional	Pessoas	0,958242
Património	Cultura	0,956747
Território	Pessoas	0,954299
Regional	Património	0,950223
Regional	Municípios	0,941902
Municípios	Cultura	0,940823
Pessoas	Património	0,937252
Território	Património	0,934369
Património	Municípios	0,926314
Território	Municípios	0,924274
Pessoas	Municípios	0,917217

Tabela 7: Síntese do Coeficiente de Pearson do GD-EIM12

Com os dados referentes ao coeficiente de Pearson, apercebemo-nos da existência de um conjunto de correlações particularmente fortes entre o nó *cultura* e os cinco restantes nós (variando entre o P=0,975215 com o nó *regional* e o P=0,940823 com o nó *municípios*). Sendo que, de entre os nós analisados, as correlações com os *municípios* são as que atingem os valores mais reduzidos, nomeadamente com o nó *pessoas* (P=0,917217).

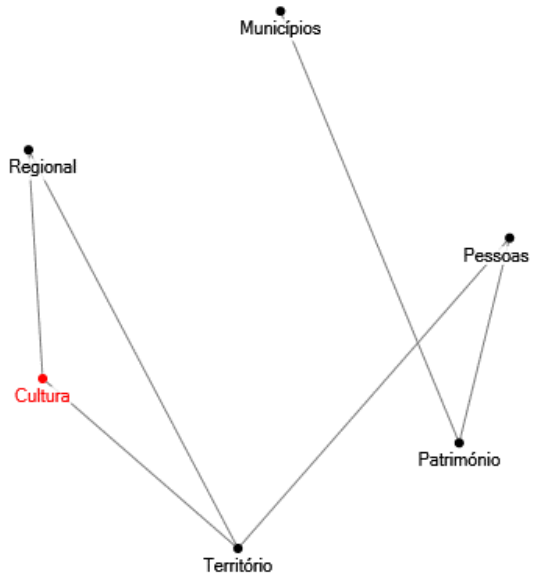

Figura 35: Esquema de Fruchterman-Reingold do GD-EIM12

O esquema de Fruchterman-Reingold, permite-nos identificar dois clusters mais fortes formados, respetivamente, entre *pessoas* e *património*, e entre *cultura* e *regional*, que estabelecem correlações com o *território*, no primeiro caso através das *pessoas* e no segundo caso através dos dois nós do cluster. Destaca-se, ainda, o papel do *património* para o estabelecimento de correlação com os *municípios*, de que um dos contributos do participante GD-EIM12-03 é elucidativo:

> a articulação das políticas culturais, portanto, a nível municipal é muito boa com os outros… com as outras áreas de ação governativa. A nível da… dos vários… vários municípios que constituem a CIM, acho que temos feito um trabalho… estamos a iniciar, digamos assim, a iniciar um trabalho de colaboração e isso vê-se em algumas atividades que já têm sido feitas em articulação com os outros municípios hum… do ponto de vista dos apoios, e como já dissemos quer nacionais, eles também não têm sido grandes… grandes apoios ou pelo menos não nos têm sido (…) para além da recuperação do património.

Apresentamos agora alguns dos contributos do GD-EIM12 enquadrados em cada uma das quatro grandes temáticas integradas no guião.

3.5.1. Políticas Culturais desde 2015

No GD-EIM12, o olhar para as políticas culturais desde 2015 fez, em grande medida, a partir da escala municipal, o que, por si só, já pode ser já um sintoma do estado da arte. Neste primeiro tópico em discussão, o GD-EIM12-01 decidiu destacar a aposta nas políticas culturais do seu município para:

> fazer com que as pessoas tenham uma participação mais ativa (…), trabalhamos muito com associações locais e com a população local para o desenvolvimento das tradições e das raízes do nosso concelho, nessas atividades notamos que de facto há uma envolvência cultural e também das pessoas e, cada vez mais, temos pessoas de fora a vir e a participar.

O GD-EIM12-02 começou por realçar que "no âmbito da cultura, embora ela seja como um aspeto essencial à vida das nossas comunidades, o facto é que obriga a investimentos e esses investimentos obrigam a trazer alguma rentabilidade". Paralelamente a este aspeto relacionado com a rentabilidade, o participante apresentou os três eixos estruturantes das políticas culturais do seu município: 1) recuperação e valorização do património construído, que, "para além da dimensão cultural que encerra, também tem a dimensão de reforço da atratividade turística e o concelho necessita dessa atratividade, porque a restauração e a hotelaria são grandes e, portanto, precisam de cliente"; 2) "a necessidade de um foco no aparecimento de indústrias culturais e criativas, (…) como um dos setores da criação de riqueza e emprego; e 3) "realizar grandes eventos de relevo supranacional que tragam notoriedade internacional ao território e captem públicos mais longínquos do que públicos de proximidade".

O GD-EIM12-03 também começou a sua intervenção convocando o caso específico do seu município, referindo que a aposta municipal se centra "no apoio a associações locais, sempre na parceria com o município na realização de muitas atividades, que vão desde a cultura popular, até ao teatro, à música, ao folclore, à etnografia hum… […tentando] que esses equipamentos [culturais] estejam a funcionar com regularidade e sempre com atividades". Sobre o lugar que a cultura tem ocupado na orgânica da autarquia, foi explicado que tem estado sempre associada "a outras áreas de atuação governativa, nomeadamente ao turismo e nomeadamente também à educação, ou seja, nós trabalhamos muito, (…) o desenvolvimento de atividades culturais muito vocacionadas para trazer turistas ao território e (…) no sentido de projetos". Tendo rematado refletindo sobre:

> a articulação das políticas culturais, portanto, a nível municipal é muito boa com os outros… com as outras áreas de ação governativa. A nível da… dos vários… vários municípios que constituem a CIM, acho que temos feito um trabalho… estamos a iniciar, digamos assim, a iniciar um trabalho de colaboração e isso vê-se em algumas atividades que já têm sido feitas em articulação com os outros municípios hum… do

> ponto de vista dos apoios, e como já dissemos quer nacionais, eles também não têm sido grandes… apoios ou pelo menos não nos têm sido desta última… para além da recuperação do património, digamos assim, não têm… não temos tido grandes apoios (…). Relativamente às políticas culturais dos municípios, acho que todos nós, digamos assim, vamos tendo as dificuldades que vão sendo conhecidas e que são muito idênticas de uma maneira geral e que têm a ver muitas vezes, exatamente, com a falta de verbas para podermos investir em outras atividades que gostaríamos de fazer.

O GD-EIM12-04 sintetizou o trabalho desenvolvido nos últimos anos no que às políticas culturais diz respeito, na "preocupação de ancorar o desenvolvimento dos nossos territórios, dos nossos concelhos no conjunto vasto e diversificado de… de tradições em que todos nós somos ricos e em que tentamos, digamos, dar o caráter multimunicipal em muitas e variadíssimas situações".

Aproveitando a deixa do *multimunicipal*, o GD-EIM12-05 reconheceu que ainda há um longo caminho a percorrer para colocar efetivamente a cultura na agenda da EIM: "cultura é sinónimo de identidade, e identidade é aquilo que nos pode permitir dar passos no sentido de podermos atrair mais pessoas para o território em diferentes domínios, [mas] no que diz respeito à Comunidade Intermunicipal (…), a cultura não tem sido um dos temas primordiais do trabalho". Não obstante, foi sublinhado como muito positivo o trabalho desenvolvido no sentido de capacitação dos atores locais, de organização da oferta cultural e promoção da oferta cultural – sendo que destacar a importância dada à promoção, pois "depois de capacitar, organizar podermos fazer promoção, porquê?, porque temos outras condições de promover uma região de uma forma mais assertiva do que cada um dos municípios por si só consegue fazer, muitas das vezes, chegando a público jovem muito diferente".

3.5.2. Programa Norte 2020 (com especial enfoque na dimensão cultural)

A dimensão cultural do Norte 2020 não foi a temática abordada com mais profundidade durante a sessão. A maioria dos intervenientes convocou, essencialmente, o domínio do património cultural através de projetos candidatos, projetos apoiados, projetos em fase de apreciação e projetos que gostariam de ver apoiados. Tendo sido destacada a forte relação com o turismo e os constrangimentos provocados pelo mapeamento efetuado.

O GD-EIM12-05 apresentou como crítica a capacidade de "captação de fundos que nos permitam recuperar grande parte desse património, e que nos permitam também, entrar em redes nacionais e internacionais de disseminação do mesmo" e o GD-EIM12-02 relembrou os problemas associados ao facto de, no seu entender, a maioria do financiamento ser aplicado no litoral, o que tem concorrido para que não surjam protagonistas culturais com mais relevo no interior.

3.5.3. Estratégia e Política Cultural Regional até 2030

Para o futuro, o GD-EIM12-02 considerou importante aprofundar a articulação com os municípios vizinhos como forma de benefício e potenciação da região como um todo, tendo sido ainda assinalado a necessidade de "reforço e a atração dos equipamentos culturais" e de "conteúdos digitais que depois sirvam para alegrar as páginas multimédia do município".

Alinhado com a maioria dos intervenientes, o GD-EIM12-01 reforçou a ideia da importância da relação da cultura com o turismo, nomeadamente a importância do:

> património histórico e cultural (…), da revitalização do mesmo (…), isto porque, nós estamos com estratégias também ligadas ao turismo que evidenciam esse património e a visita a esse património, e nós também não podemos promover essas visitas se esse património não estiver em condições e com os devidos centros interpretativos que sejam hum… com os devidos roteiros para as pessoas perceberem o que está ali devidamente identificado e em condições de serem visitados.

O GD-EIM12-06 relembrou a necessidade de capacitar os agentes culturais do território, sendo que neste conjunto de agentes "não podemos esquecer no caso concreto as bandas de música e os ranchos folclóricos locais que são uma forma de dignificar e preservar a tradição do território e eles estão com muitas dificuldades agora para conseguirem promover o que quer que seja".

3.5.4. Dimensão Cultural do Próximo Programa Operacional Regional do Norte

Para o GD-EIM12-05, uma das formas para resolver alguns dos problemas identificados no Norte 2020, ou melhor:

> a única forma de equilibrar o país, talvez a única, porque só se equilibra o país pela distribuição de dinheiro (não há outra parece-me), será mesmo conseguirmos algum dia ter um conjunto de recursos perfeitamente alocados ao nível das NUTS 3 em articulação, como é óbvio, com os organismos que gerem esse tipo de temas ao nível das NUTS 2 e passo a explicar porque é que penso assim: ao contrário daquilo que é a perspetiva de que quem é capaz deve vencer, nós estamos a falar normalmente em territórios que têm muita dificuldade em poder competir, eu dou um exemplo: nós temos muito boas taxas de execução em tudo aquilo que é definido para o [território da EIM12], mas temos muita dificuldade por exemplo para as nossas empresas captarem fundos junto dos programas temáticos. E porque é que elas não captam fundos dos programas temáticos? Porque a capacitação dos atores não é suficientemente boa para muitas das vezes até se darem conta que existe esses programas temáticos e podem lá ir, não é?, quanto mais a seguir concorrer e ter candidaturas vencedoras. Por outro lado, se nós tivéssemos uma distribuição de fundos por regiões NUT 3 em todas as dimensões, quando os fundos de esgotasse nas regiões mais competitivas haveria entidades que se deslocariam para as regiões

> menos competitivas porque era o sítio onde havia dinheiro disponível, ou seja, era uma forma de equilibrar o país, era muito simples de o fazer, eu sei que a maior parte das pessoas que moram nos grandes centros não concorda com esta lógica de pensamento, mas eu juro que é talvez dos poucos instrumentos que temos ainda no país para poder gerar algum tipo de equilíbrios e funcionar de forma extraordinária, porque se eu efetuado uma verba para a cultura (…) e, porventura, as verbas nos outros territórios estiveram esgotadas por excesso de procura e se no [território da EIM12] não houver procura para essa verba, com certeza que vai haver operadores de outros territórios que se vão deslocar (…) porque vai haver verbas cá, ou seja, os fundos comunitários deveriam ser sempre distribuídos dessa forma.

Segundo o GD-EMI12-02, "se não houver parcerias que obriguem a participação de instituições públicas no desenvolvimento das atividades culturais, o próximo quadro comunitário vai falhar". O mesmo interveniente sublinhou que "nós precisamos realmente de financiamento para que estas empresas e estes agentes [culturais] ganhem dinheiro, trabalhem e, mais do que produzir para o concelho, comecem a ter a capacidade de vender espetáculos e organizar espetáculos fora do território".

Em jeito de remate, o GD-EIM12-05 salientou que:

> o que deveria ser feito era uma gestão da cultura por quem percebe de cultura, mas em articulação com as diferentes NUTS 3 do território e, se isso for feito, as coisas vão funcionar bem, toda a gente se vai sentir confortável e toda a gente vai ter acesso a uma parte dos meios que são colocados à disposição da região Norte.

3.6. Grupo de discussão EIM13

Da análise de nuvem das 30 palavras mais usadas pelos oito participantes no GD-EIM13 destacamos aqui duas palavras, que não sendo as mais utilizadas são simbólicas: a primeira, *indicadores* (0,34% do total de palavras utilizadas ao longo da sessão), por se referir a um assunto que figurava explicitamente no guião proposto aos participantes, mas que, não raras vezes, não foi, por diversos motivos, aprofundado devidamente; a segunda, *rede* (0,24%), por, apesar de não ter sido das palavras mais usadas na generalidade dos grupos de discussão, ter sido apresentado como um objetivo a atingir para responder a um conjunto muito significativo de necessidades transversais dos municípios, dos territórios, da região e do setor cultural. Das restantes palavras mais utilizadas ao longo da sessão, destaca-se, como habitualmente, a presença de *cultura e derivadas* (1,03%), *projetos* (0,40%), *território* (0,37%), *património* (0,33%), *regional* (0,31) e *rota* (0,22%).

O dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra permite-nos perceber que o discurso com nível máximo de ligação esteve relacionado com *cultura* e *território*, destacando-se, ainda, as associações de nível 3 entre *património* e *indicadores* e de nível 4 entre *regional* e *rota*.

Figura 36: Nuvem das 30 palavras mais usadas pelo GD-EIM13

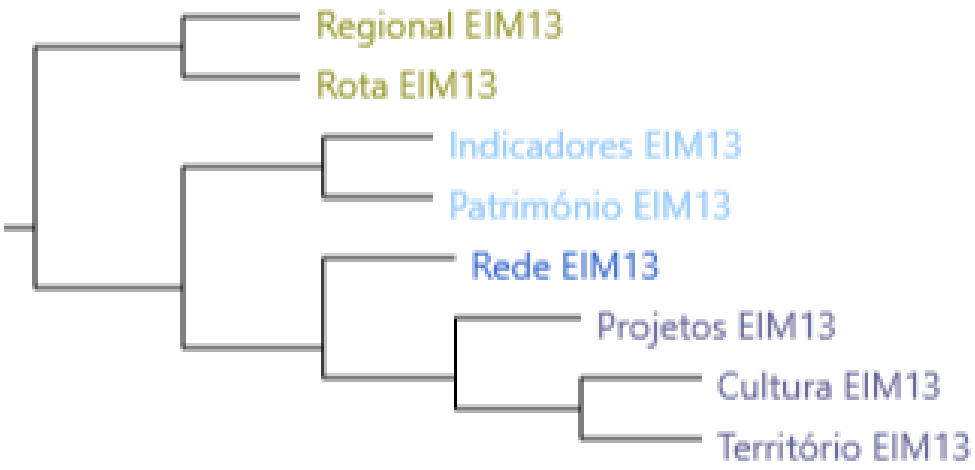

Figura 37: Dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra do GD-EIM13

Com a Tabela 8, conseguimos sublinhar, por exemplo, que a correlação *projetos* e *indicadores* é a terceira mais forte, (P=0,969113), sendo ainda de destacar, que entre os nós selecionados para análise, a correlação entre *regional* e *indicadores* é a menos intensa (P=0,895798). A Figura 38 permite-nos identificar nitidamente o cluster mais forte formado entre *cultura* e *território*, bem como os clusters formados entre *regional* e *rota* e, o já referido, formado por *indicadores* e *projetos*. Mais uma vez se destaca o papel do *património* como nó de ligação entre os três clusters, sendo que no caso do segundo cluster, a temática discursiva passa pela *rede*.

Nó A	Nó B	Coeficiente de correlação de Pearson
Território	Cultura	0,970963
Património	Cultura	0,97096
Projetos	Indicadores	0,969113
Projetos	Cultura	0,965869
Indicadores	Cultura	0,964161
Património	Indicadores	0,956865
Território	Indicadores	0,956847
Território	Projetos	0,952627
Rede	Cultura	0,95222
Regional	Cultura	0,95027
Território	Rota	0,949471
Território	Património	0,946859
Rota	Cultura	0,944407
Rede	Projetos	0,938213
Projetos	Património	0,935876
Rota	Regional	0,930904
Rota	Património	0,930364
Território	Rede	0,929529
Regional	Rede	0,928903
Rede	Indicadores	0,927976
Território	Regional	0,926496
Rede	Património	0,922411
Rota	Indicadores	0,921479
Regional	Projetos	0,920998
Rota	Rede	0,920608
Regional	Património	0,916898
Rota	Projetos	0,914506
Regional	Indicadores	0,895798

Tabela 8: Síntese do Coeficiente de Pearson do GD-EIM13

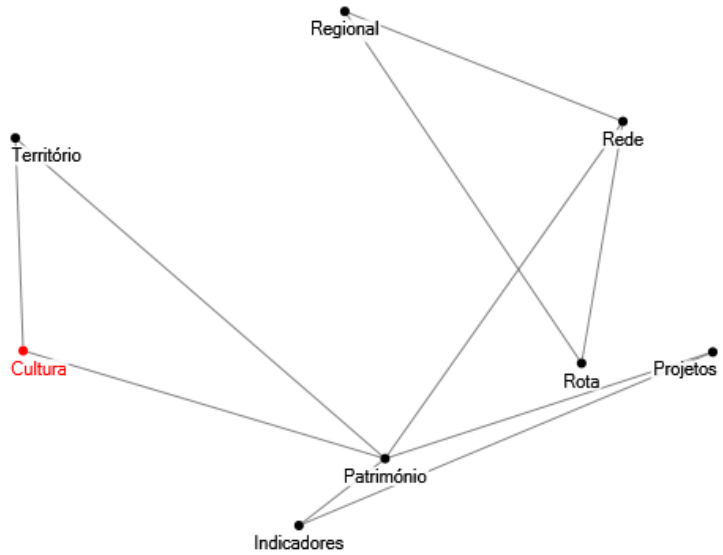

Figura 38: Esquema de Fruchterman-Reingold do GD-EIM13

Antes de apresentarmos alguns dos contributos do GD-EIM13 enquadrados em cada uma das quatro grandes temáticas integradas no guião, seguem-se um dos primeiros contributos do GD-EIM13-06 que integra utilização das palavras *indicadores* e *rede*:

> nós podíamos pensar aqui num futuro quadro comunitário hum… que mantivesse esta linha de pensamento, enfim, uma tentativa de valorização das parcerias, não é?, e do trabalho em rede; portanto, as candidaturas são motivadas muitas vezes por envolver diversos parceiros o que dá à partida, pelo menos, a intenção de uma certa coesão territorial e desenvolvimento dos beneficiários desses investimentos… a questão é que (…) depois dos quadros anteriores [a tónica] é colocada muitas vezes pelo ponto de vista do turismo (…): vamos requalificar um monumento, um equipamento social, mas depois o indicador é o número de turistas. [Isto] acaba por não fazer sentido, porque a cultura tem de ser no meu ponto de vista em primeiro lugar para a comunidade local, e não só esta tónica que se colocou no turismo, que é importante é evidente que sim a nível económico, é um motor sim senhor, mas muitas das vezes isso não corresponde à… como direi, à característica intrínseca do território.

3.6.1. Políticas Culturais desde 2015

A sessão começou com uma visão positiva sobre as políticas culturais desde 2015, com o GD-EIM13-01 afirmando que "em termos da política nacional para o cinema de animação (…) o Instituto Português de Cinema tem funcionado relativamente bem, tem apoios regulares constantes para o cinema de animação (…), permitido trabalhar hum… com alguma tranquilidade". E com o GD-EIM13-02 convocando uma boa prática regional no que concerne ao trabalho concertado na área do património cultural, para relembrar que "já que temos um bom exemplo no terreno, seria de certa maneira, pegar nas boas práticas e aplicá-la".

Contudo, percebe-se que a visão positiva não é generalizada, nem se estende a todos os domínios culturais. O GD-EIM13-05 sublinhou que "quando há algum dinheiro para a cultura, normalmente o teatro fica sempre para trás, e é muito frustrante para nós irmos aos municípios tentar levar o nosso trabalho, depois dizerem-nos que não há dinheiro, que o dinheiro é canalizado para outras atividades". E o GD-EIM13-03 realçou que o:

> que existe no país, e isto é transversal em inúmeros setores, é uma grande falta de planeamento que depois se reflete em espelho pelas instituições todas, e a gente vê isto a começar pela administração central, (…) não temos de facto, políticas culturais, nós temos programas avulso que são semeados em função das perceções de cada governante, das disponibilidades orçamentais e das sensibilidades (…). As entidades quer as públicas quer os agentes culturais – e estão aqui alguns – não conseguem ter a mínima estabilidade, nem a mínima perceção do que vai ser o próximo ano, (…) o problema é que se de ano para ano, ou de biénio para biénio as coisas mudam, tão rapidamente, as entidades não têm tempo para se ajustar, humanamente, em termos

> de recursos e de programação, e é por isso que não se consegue ter um substrato hum… que depois produza reflexos (…). Estamos todos à espera deste grande chapéu do Governo, como em todas as áreas, não é?, mas depois consegue-se perceber que este grande chapéu não vai ser suficiente para tudo, porquê? porque depois os grandes consumidores que são as autarquias locais, de produção cultural, se não alavancarem isto, vai ficar tudo na mesma linha, na linha zero, não é?, ou pouco acima do zero, portanto acima de tudo, isto é como tudo o resto, faz falta uma estabilidade, uma politica cultural estável que em grande parte dos domínios não existe.

No mesmo tom crítico, o GD-EIM13-06 identificou vários problemas na implementação de políticas culturais em Portugal, afirmando haver:

> uma total desarticulação entre política cultural em grande escala digamos assim, e depois as microescalas locais (…). O que realmente se nota aqui no nosso território além dessa falta de planeamento a médio e a longo prazo, uma política coerente a nível de CIM's, da região Norte, um conjunto de objetivos comuns hum… a todos, tem a ver também no meu ponto de vista com esta destruturação de uma visão ampla, não é? Todos nós que trabalhamos em autarquias sabemos que há um problema endémico de ciclos curtos, e penso que as políticas culturais devem ser vistas não só ao nível transversal, como também a médio e a longo prazo.

Sendo que o GD-EIM13-07 relembrou aspetos relacionados com a importância da cultura para a coesão territorial:

> fala-se muito de coesão territorial, todos nós sabemos na teoria, e tentamos todos nós como agentes técnicos na prática lutar por isso, mas sabemos que, a coesão territorial para ser uma realidade tem que ter instrumentos para que isso possa acontecer (…). Quando nós falamos de coesão territorial sabemos o quanto é difícil, e mais do que difícil, o quanto é moroso, portanto, quando se quebra esse ciclo de trabalho que está a ser feito, nós não damos três passos para trás, damos muitos passos para trás, para conseguir depois dar um passo à frente. Portanto a cultura, e quando nós falamos de cultura sabemos o que é que isso significa e em património cultural que é aquilo que diretamente está mais ligado a esta coesão territorial, é através do património, e é através do património que o tentamos fazer, hum… tem tido alguns percalços.

3.6.2. Programa Norte 2020 (com especial enfoque na dimensão cultural)

De entre os problemas identificados ao Norte 2020, o GD-EIM13-04 destacou a carga burocrática, a complexidade e a densidade do programa, bem como o facto de estar pouco adaptado à realidade regional. Sobre este último aspeto, o GD-EIM13-06 relembrou inconsequência do mapeamento de necessidades efetuado aquando da preparação do Norte 2020.

Para o GD-EIM13-03 alguns dos problemas do Norte 2020 resultam do facto de haver "linhas, candidaturas, financiamentos, [que] não se ajustam muitas das vezes àquilo que

são as nossas necessidades, (…) são demasiado específicos, demasiado direcionados a alguma área a alguns setores e depois torna-se impossível enquadrar necessidades pontuais, necessidades essas que são ajustadas com a realidade".

O GD-EIM13-08 avaliou o Norte 2020 de forma muito negativa, chegando mesmo a afirmar que:

> este quadro comunitário, dos que eu me recordo, foi o maior deserto em termos culturais, ou seja, em requalificação do património não houve, a não ser que estivesse integrado numa rede, o que também faz sentido, mas depois todos os outros portanto não cabiam, ou vinha sempre como dizia a expressão, gostei muito da expressão que alguém disse aqui, "agarrado ao turismo", ou seja, porque os indicadores… se nós fazíamos algo de capacitação de trabalhar as questões culturais com a comunidade depois tínhamos ter indicadores turísticos e isto é… não faz sentido, ou seja, não podemos confundir as coisas, obviamente que a cultura pode contribuir para o turismo, mas é mais do que turismo, e… e… e portanto esta agregação obrigatória para recorrer a fundos comunitários associar a trazer pessoas de fora que pernoitam e depois que os indicadores são as dormidas nos hotéis da região, isto é, é… o revirar de todo o conceito do que deve ser a questão cultural.

Para o GD-EIM13-05, que centrou o seu ponto de vista no domínio das artes do espetáculo, no Norte 2020 apostou-se na produção cultural associada à intervenção social, quando "deviam apostar mais na programação, primeiro [deveria haver] fundos para programar, para captar públicos, para as pessoas sentirem gosto pelo teatro, e por outras atividades culturais".

O GD-EIM13-07 mostrou o seu desagrado pelo uso, quase instrumental, da cultura pelo turismo, nomeadamente através dos indicadores criados, concorrendo para que se tenha que refazer as estratégias definidas em que "o eixo principal deixa de ser o próprio património cultural e passa a ser o turismo, e (…) há aqui problemas gravíssimos".

Seguindo a mesma linha de pensamento, o GD-EIM13-06 também colocou a tónica nos problemas do Norte 2020, designadamente na associação excessiva entre a cultura e o turismo:

> a questão (…) é colocada muitas vezes pelo ponto de vista do turismo, aquela réplica que se punha, vamos requalificar um monumento, um equipamento social, mas depois o indicador é o número de turistas, acaba por não fazer sentido, porque a cultura tem de ser no meu ponto de vista em primeiro lugar para a comunidade local, e não só esta tónica que se colocou no turismo, que é importante é evidente que sim a nível económico, é um motor sim senhor, mas muitas das vezes isso não corresponde à… como direi à característica intrínseca do território, não é? Nós todos tentamos adquirir novos públicos, captar novos públicos, captar turistas etc., mas essa pode não ser a nossa melhor aposta, não é? Se calhar em determinados territórios de baixa densidade por exemplo mais virados para o local se calhar hum… a rentabilização, a mais-valia

> digamos assim, nunca será económica e financeira, ela existe, para que a comunidade local tenha um nível cultural, não é? O que é que acontece, o que nós temos visto nestes últimos anos da política cultural sobretudo, hum… (…) esse desaproveitamento desses grandes programas.

3.6.3. Estratégia e Política Cultural Regional até 2030

Sobre a estratégia e política cultural regional até 2030, o GD-EIM13-07, partindo de uma análise do domínio do património cultural, considerou fundamental que

> se assuma, que um país, um território que quer assentar uma estratégia do seu património, mas que não salvaguarda, não tem sentido, é como construir uma casa sem alicerces e ela mais dia menos dia vai cair, portanto esta questão que já foi dita da salvaguarda de património é fundamental, se calhar já não com medidas a nível financeiro alto, mas ao nível da manutenção, da gestão, é muito importante que isso seja tido em conta. E quando falo em património cultural, salvaguarda do património cultural, reforço (…) que é no seu âmbito maior, porque vai desde a salvaguarda de património, do cinema de animação, ao património imaterial… a… a todo o outro património. E há aqui outro eixo fundamental que me parece que cruza muitas áreas, que é a questão de produção de conhecimento e a capacitação hum… do território, e para a capacitação do território é fundamental que se produza conhecimento, que muitas das vezes é tido como algo que nem sequer aparece, mas que é crucial para que depois tenha sustentabilidade. E aqui gostava de referir (…) a importância de trabalharmos em rede: (…) todo este trabalho em rede que demora tempo, que leva a aprendizagem (…) é fundamental que se estimule (…). É fundamental que nestas redes se alargue às instituições e às entidades que trabalham nas diferentes áreas.

Para o GD-EIM13-02, deveria haver uma aposta concertada na divulgação do património cultural da região, sendo "que a CIM seria talvez quem pudesse fazer esse papel juntamente com a Direção Regional de Cultura do Norte, (…) acho importante haver a nível do território (…) esta informação do que há (…), noto muitas das vezes essa falha e noto que realmente as pessoas anseiam por essa informação".

O GD-EIM13-03 foi taxativo, afirmando que o "que nos faz falta, de facto, [é] programação em redes, valorização em rede e criação de redes", sublinhando ainda a importância da continuidade na ação.

3.6.4. Dimensão Cultural do Próximo Programa Operacional Regional do Norte

De forma muito pragmática, e para resolver os problemas burocráticos identificados no Norte 2020, o GD-EIM13-01 propôs fazer uma espécie de *simplex* aos programas desta natureza no sentido de os tornar mais acessíveis aos beneficiários e alargando também, desta forma, o leque de beneficiários.

De entre os vários contributos do GD-EIM13-03, salientamos os que se referem às redes culturais associados à valorização setorial:

> julgo que nos faz a todos falta uma programação em redes… uma programação em redes, e programas de valorização sectoriais que (…) sejam acima de tudo, não vou dizer mais fáceis de aceder, no sentido da interpretação, mas mais fáceis de serem objeto de candidatura, porque a dificuldade da instrumentalização da candidatura não faz com que haja maior ou menor grau de boa execução e boa realização, pelo contrário, transforma e adensa os programas extremamente complexos e não é isso que depois como resultado final ou que permite que o resultado final seja melhor ou pior, e daí não se consegue extrair o mérito, hum… acho que de facto e, mesmo para terminar, que nos faz falta, de facto, programação em redes.

A importância das redes e da valorização setorial também foi sublinhada pelo participante GD-EIM13-05, que afirmou ser relevante "que o próximo quadro comunitário olhasse para isso: mais apoios para a programação e mais verbas para podermos realizar espetáculos de qualidade nos municípios em que as pessoas se sintam importantes a fazer esse espetáculo".

Para o GD-EIM13-06 no futuro é fundamental que se responda às:

> necessidades do nosso território da colaboração em rede da valorização em rede que são coisas que a todos nós iriam certamente beneficiar, não é? E nós estávamos aqui todos a trabalhar com um biombo entre nós, não é? Para ligar este território como um todo, penso que deveríamos fazer um esforço para que no próximo quadro comunitário pudesse eventualmente marcar-se por três linhas que para mim são distintas mas que são absolutamente complementares, e haver um esforço para existir um apoio para a recuperação e valorização do património, do património cultural, do património arqueológico, do património móvel e do património imaterial também, mas sem ter de vir sempre agarrado àquela componente turística que é muito difícil de justificar (…). Essa seria uma primeira linha, que se podia ligar, por exemplo a linhas de apoio para construção, mediação, requalificação dos próprios equipamentos culturais; dizia-se há pouco que aqui a nossa região tem poucos auditórios cá, mas é preciso ver também a escala, precisaríamos de um auditório maior? Sim. Precisamos, de um em todos os municípios da CIM? Acho que não. Portanto é preciso fazer essa racionalização que está intrinsecamente depois ligada à questão da programação; portanto, estas linhas de apoio que se vertessem a requalificação, valorização, promoção do património cultural, a requalificação, valorização ou construção de equipamentos culturais, museus bibliotecas, auditórios, cinemas, teatros, seja o que for, ligar-se-ia depois fundamentalmente a outras duas linhas de apoio que também seriam importantes. Uma delas, diria eu (…), para apoio às artes plásticas e performativas, (…) que fossem ligadas a outro tipo de linhas, como por exemplo a dos equipamentos culturais. E, finalmente, uma terceira linha de apoio que me parece fundamental lutar por ela, que é: não só a programação, em rede sobretudo, mas uma programação que envolva

também a capacitação, ou seja, o que nós temos muitas vezes, (…), na programação anual do município em que se tenta dar apoio por exemplo aos grupos de teatro amadores etc., muitas das vezes o que nós precisávamos era capacitar esses agentes para que eles próprios depois consigam hum… enfim prosperar não só neste território, como nos outros todos à volta, não é?, e fazer um *upgrade* daquilo que são coisas que começam muitas vezes por iniciativa da própria comunidade, mas que depois é possível alavancar e, por vezes, hum… por muito boa vontade que por exemplo o município em causa possa ter para alavancar, eles próprios não têm meios, não têm ferramentas, não é?

Na abordagem da questão relacionada com os indicadores para a dimensão cultural do próximo programa, o participante GD-EIM13-07 apresentou algumas sugestões:

um indicador muito importante, que é a questão do envolvimento da comunidade, de um envolvimento da comunidade alargada, das comunidades das escolas, hum… nós e não só nós, outras entidades, temos assumido uma ligação que… e que nesta lógica de envolvimento de comunidades, temos um território, um projeto de território, a importância da comunidade escolar, hum… e isso tem que ser realçado em indicadores, quantos projetos, quantos alunos foram abrangidos (…). Portanto, há aqui indicadores que quando falamos da cultura, e nós nunca nos podemos esquecer desta transversalidade da cultura, o quanto a cultura é fundamental, e quanto… é tão… até mais que o turismo, é muito mais compósita do que o turismo, e por força disso há [outros] indicadores (…). A inovação e a criatividade são dois aspetos que… que fazem parte, nem sequer podem ser separados e há formas de medir a criatividade e a inovação, nomeadamente com os novos projetos desenvolvidos, e aqui… e volto outra vez à questão das redes, porque eu acho que é um aspeto fundamental e não nos devemos esquecer: há indicadores que medem redes, e que medem bem redes, e que nestes últimos tempos nem sequer hum… aparecem se calhar… quantas redes foram criadas? (…)

E depois a questão do número de património recuperado, hum… há muito esta tendência de… quando a gente recupera património não recupera muitos patrimónios, não é? E também há uma tendência muito grande de pôr isto num conceito muito fechado. Quando o património cultural cada vez mais tem esta noção alargada e que nós temos a noção que o património é esta conjugação de imaterialidade, de materialidade, e de ser móvel e não ser… quer dizer clarificar claramente, desculpem a redundância mas é mesmo isso que eu quero dizer, de haver indicadores de salvaguarda de património e às vezes a salvaguarda de património é produzir… às vezes, não, é muitas das vezes produzir conhecimento para que ele seja salvaguardado, porque se nós não o conhecemos nem que seja no papel, nem que seja inventariado, ele está condenado desde logo a… a desaparecer.

Ainda sobre os indicadores, o GD-EIM13-06 reconheceu que:

os indicadores são sempre difíceis de estabelecer porque têm de ter uma relação mais ou menos direta com os objetivos, hum… mas eu não vejo nenhum problema em ter

indicadores por exemplo de níveis de fruição, imaginemos de património recuperado, ou realização de eventos culturais ou de espetáculos, não é? Essa fruição tem de ser medida, mas não pode estar a ser medida da forma errada.

Para o GD-EIM13-03:

tinha que haver aqui índices de fruição, projetos pedagógicos, continuidades e por diante, pronto. Por isso é que estes projetos, muitos deles, deveriam obrigar não só a intervenção física, mas a destinar uma parte substancial, não só da verba, mas sobretudo ter projetos, a dois, três, quatro, cinco anos, se não mais, de valorização daquilo que está a ser feito, hum… e vocês iam ver que grande parte dos problemas que estamos aqui a debater, iriam desaparecer, iriam desaparecer porque deixávamos de saltar, pontualmente, em ações desgarradas e desconexas.

3.7. Grupo de discussão EIM14

Figura 39: Nuvem das 28 palavras mais usadas pelo GD-EIM14

Na nuvem de palavras mais usadas neste grupo de discussão retiraram-se as que permitiam identificar a EIM14 e o M156. Ao longo da sessão, *cultura e derivadas* representou 0,92% do total de palavras utilizadas pelos quatro participantes no GD-EIM14. Destaca-se ainda a presença de palavras como *regional* (0,57%), *património* (0,43%), *território* (0,42%), *intervenção* (0,27%), *pessoas* e *turismo* (0,26% cada) e *região* e *municípios* (0,23% cada). O dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra permite-nos perceber que o discurso com nível máximo de ligação esteve relacionado com *património* e *território*, e, com associações de nível mais baixo (nível 2), entre *cultura* e *turismo* e *intervenção* nos *municípios*.

Figura 40: Dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra do GD-EIM14

Nó A	Nó B	Coeficiente de correlação de Pearson
Património	Cultura	0,975542
Regional	Cultura	0,975438
Território	Património	0,97203
Turismo	Cultura	0,971658
Território	Cultura	0,970064
Regional	Património	0,965854
Turismo	Território	0,959101
Território	Pessoas	0,958672
Território	Regional	0,952494
Turismo	Património	0,951864
Municípios	Intervenção	0,951423
Turismo	Regional	0,951005
Municípios	Cultura	0,94901
Pessoas	Património	0,94883
Pessoas	Cultura	0,948158
Património	Municípios	0,948056
Regional	Pessoas	0,94638
Património	Intervenção	0,944032
Território	Municípios	0,943223
Intervenção	Cultura	0,943159
Turismo	Pessoas	0,942163
Território	Intervenção	0,937838
Pessoas	Municípios	0,92892
Regional	Intervenção	0,928725
Turismo	Municípios	0,926549
Pessoas	Intervenção	0,923817
Regional	Municípios	0,91969
Turismo	Intervenção	0,912354

Tabela 9: Síntese do Coeficiente de Pearson do GD-EIM14

Com os dados referentes ao coeficiente de Pearson, apercebemo-nos, por exemplo, das diferenças de intensidade das correlações com o nó *turismo*: ao longo do discurso ficou nítida uma correlação mais forte com a *cultura* (P=0,971658), que foi diminuindo à medida que os tópicos abordados se centravam nas *pessoas* (P=0,942163) ou nos *municípios* (P=0,926549), podendo ser um indício de que a aposta no turismo funciona como forma de alavancar o território como um todo, através do património cultural da região. O esquema de Fruchterman-Reingold, permite-nos ainda identificar o papel das *pessoas*, do *turismo* e do *território* como nós de ligação discursiva: por um lado, com o cluster formado entre *intervenção* e *municípios*; e, por outro lado, que através da escala *regional* estabelece uma correlação com o *território*, para, a partir desse nó, estabelecer correlações com o cluster mais forte formado entre *cultura* e *património*.

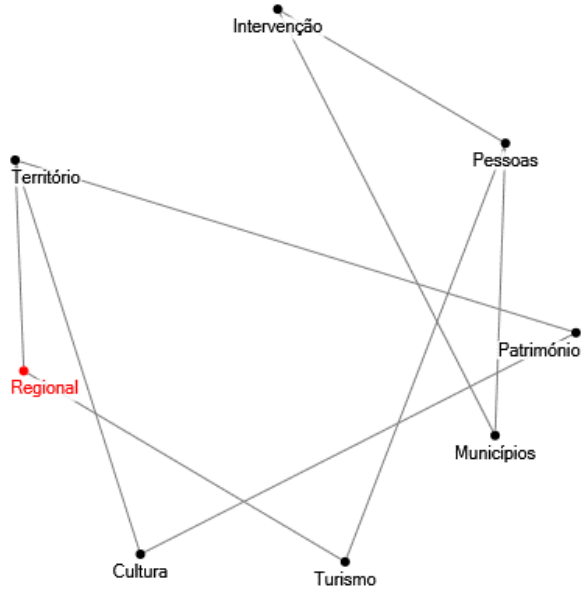

Figura 41: Esquema de Fruchterman-Reingold do GD-EIM14

Sobre a forma como o turismo foi sendo enquadrado ao longo do discurso, convocamos o contributo do participante GD-EIM14-01 por salientar "que o turismo é cada vez mais importante nos nossos territórios, a região Norte (…) tem aqui a sorte de ter um conjunto de personalidades ligadas à literatura (…) para desenvolver um trabalho turístico através da cultura usando os nossos escritores".

Seguem-se agora mais alguns dos contributos do GD-EIM14, desta feita enquadrados em cada uma das quatro grandes temáticas integradas no guião. Destaca-se, no entanto, que o grande foco da discussão se centrou na convocação de projetos desenvolvidos e na identificação de necessidades, relegando para segundo plano a análise crítica do passado.

3.7.1. Políticas Culturais desde 2015

No brevíssimo olhar que foi lançado sobre as políticas culturais desde 2015, o participante GD-EIM14-01 destacou a importância do:

> trabalho turístico através da cultura usando os nossos escritores, já há trabalho feito pela Direção Regional há uns anos a esta parte, tem sido melhorado ao longo destes últimos 20 anos, penso que aí há um trabalho que deve continuar a ser feito e desenvolvido; acho que são importantes esses roteiros que estão a ser desenvolvidos, aproveitando também todos os investimentos que já tinham sido feitos, (…) que são importantes também para valorizar todo aquele património que nós temos, aquele que já está de certa forma recuperado e outro que pode estar em vias de recuperação.

Sobre a aposta no turismo cultural, o GD-EIM14-02 apontou alguns problemas que vão desde a sinalética rodoviária ao facto de os turistas não deixarem "um cêntimo no território", designadamente porque "não conseguimos que as pessoas que andam na parte rodoviária consigam sair dos eixos principais e vão a determinadas localidades que tem um potencial histórico, cultural (…), tudo o resto é (…) feito de forma desgarrada por cada um dos municípios".

A este respeito, o GD-EIM14-03 alertou para a falta de "um plano estratégico para essa área da cultura, das vezes que a gente fala nisto fala-se sempre num ou noutro caso particular, não temos uma visão, digamos, temos ideias, mas não temos isso escrito para termos uma visão global para todo o território".

3.7.2. Programa Norte 2020 (com especial enfoque na dimensão cultural)

No que diz respeito à dimensão cultural do Norte 2020, alguns dos intervenientes mostraram-se particularmente satisfeitos pois, como o GD-EIM14-01 afirmou, o trabalho desenvolvido no âmbito do património cultural permitiu "uma recuperação extraordinária e tem sido conversada e muito valorizada por órgãos de comunicação social e tem lá muitas visitas e isso é muito importante". Não obstante a satisfação, o mesmo participante sublinhou como negativa a insuficiência da dotação orçamental para as necessidades de recuperação de património cultural existente no território e na região:

Outro dos aspetos que foi considerado como negativo pelo território da EIM14 em particular, foi o facto de:

> contrariamente por exemplo à região Centro, onde uma parte desta política ligada ao património cultural foi incluída nos pactos e, portanto, obrigatoriamente foi objeto de uma concertação, no caso do Norte… entrou no regime de concorrência, portanto eu por mais… tendo uma grelha de mérito, é muito difícil nós entrarmos num esquema desses concorrendo (…) com um conjunto de estruturas já consolidadas.

3.7.3. Estratégia e Política Cultural Regional até 2030

De entre os contributos para pensar a estratégia e política cultural regional até 2030, começamos por convocar o do GD-EIM14-01 que salientou a importância de não olvidar de apostar no património imaterial, que:

> pode ser mais volátil, até porque hoje estamos a falar de escritores, amanhã podemos estar a falar de outra coisa qualquer, mas os escritores não morrem e o infraestrutural desaparece, por isso, é percebermos também qual é o levantamento que a Direção Regional nos seus serviços concentrados têm feito em cada um destes nossos territórios e nós podermos acrescentar algo, ou até contribuir mais ainda para aquele levantamento que já está feito.

Sobre a importância de apostar no património cultural imaterial, o GD-EIM14-02 afirmou ser fundamental:

> dar a conhecer os seus grandes vultos literários, mas temos que fazer isto (…) num plano onde a Direção Regional da Cultura seja ela própria um motor, para podermos ter junto do Ministério da Cultura também este tipo de promoção do Património Imaterial (…). Eu acho que nós temos que começar também aí por aí, eu acho que nós fomos muito para o turismo e esquecemo-nos deste turismo que é diferente, deste turismo cultural e imaterial.

A aposta em redes e rotas foram também apresentadas por vários participantes neste grupo de discussão. Para o GD-EIM14-03, "podíamos potenciar, dinamizar mais a rede de museus que é uma rede que já existe ao nível da Direção Regional da Cultura, mas porque todos os municípios têm museus, acho que isso era importante". E para o GD-EIM14-02 "não é importante criar novas rotas, é consolidar aquelas que já estão e já são conhecidas, e se conseguíssemos fazer um esforço de consolidar nem que fosse expandindo aquelas que são conhecidas a nível mundial seria ótimo, e depois fazermos a interligação".

3.7.4. Dimensão Cultural do Próximo Programa Operacional Regional do Norte

Mais do que apresentarem contributos para a filosofia da dimensão cultural do próximo programa operacional regional, os participantes no GD-EIM14 optaram por elencar um conjunto de projetos concretos, regra geral relacionados com o património cultural imóvel e a potenciação do turismo na região, tanto mais que, como o GD-EIM14-04 reconheceu "a maioria ou quase toda esta atividade cultural e investimento cultural tem uma relação muito direta com o turismo, portanto é inegável e é assim e é, vá lá, todo este investimento é para potenciar a atratividade turística".

Por ser uma proposta distinta de todas as outras no que concerne ao espírito, convocamos a ideia do GD-EIM14-02 de "ter esta marca do Portugal Natural ou Portugal Verde ou o que queiramos chamar, onde as pessoas possam ir buscar subsídios para manter a paisagem intacta, vai ser esse o futuro do nosso turismo e muito da nossa cultura".

3.8. Grupo de discussão EIM15

Nesta nuvem de palavras mais usadas pelos sete participantes no GD-EIM15 foi retirada a que permitia identificar o M084. A observação da Figura 42 revela, para além da forte presença de *cultura e derivadas* (1,20% do total de palavras utilizadas ao longo da sessão), a presença significativa de palavras como *território(s)* (0,69%), *região* (0,46%), *património* (0,31%), *investimento* (0,29%), *políticas* (0,25%) e *turismo* (0,21%).

Figura 42: Nuvem das 29 palavras mais usadas pelo GD-EIM15

Figura 43: Dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra do GD-EIM15

O dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra permite-nos perceber que o discurso com nível máximo de ligação esteve relacionado com *cultura* e *território*, salientando-se ainda as associações de nível 5 entre *investimento* e *património*. Analisando as sobreposições, identifica-se o foco no *turismo* para o desenvolvimento de *políticas* para a *região*.

Com os dados referentes ao coeficiente de Pearson, apercebemo-nos da existência de um conjunto de correlações particularmente fortes entre o nó *cultura* e os restantes nós selecionados, sendo que não deixa de ser interessante assinalar que as correlações com o nó *investimento* serem, dentro das possíveis, as menos intensas (P=0,936383). Lançando um olhar para a Tabela 10 sob o ponto de vista do nó *investimento* poderemos ter alguns indícios dos défices de investimento nas políticas e de que os investimentos no turismo no contexto cultural podem não ser uma prioridade, mas podem acabar por ser uma inevitabilidade.

Nó A	Nó B	Coeficiente de correlação de Pearson
Território	Cultura	0,977032
Região	Cultura	0,966696
Políticas	Cultura	0,963685
Território	Região	0,957384
Turismo	Cultura	0,954058
Território	Políticas	0,953257
Turismo	Território	0,94765
Património	Cultura	0,946852
Património	Investimento	0,941152
Região	Políticas	0,939574
Região	Património	0,937982
Investimento	Cultura	0,936383
Políticas	Património	0,931845
Região	Investimento	0,929461
Território	Património	0,925574
Turismo	Região	0,924662
Território	Investimento	0,922925
Políticas	Investimento	0,922858
Turismo	Políticas	0,92045
Turismo	Património	0,882166
Turismo	Investimento	0,867512

Tabela 10: Síntese do Coeficiente de Pearson do GD-EIM15

O esquema de Fruchterman-Reingold, permite-nos identificar o cluster mais forte formado entre *cultura* e *território*, que através da *região* estabelece uma correlação com as *políticas*, para, a partir desse nó, haver uma dispersão do discurso em temáticas relacionadas com *turismo*, *património* e *investimento*.

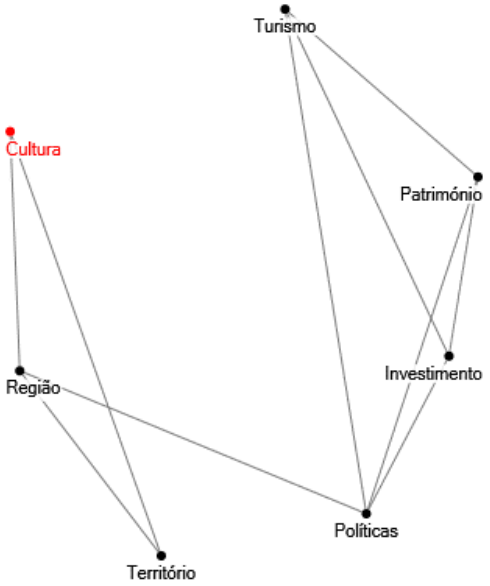

Figura 44: Esquema de Fruchterman-Reingold do GD-EIM15

Antes de apresentarmos alguns dos contributos do GD-EIM15 enquadrados em cada uma das quatro grandes temáticas integradas no guião, segue-se um exemplo de como a palavra investimento se manifestou em termos discursivo. Na sua intervenção inicial, o GD-EIM15-03 sublinhou que há:

> algumas lacunas que são relevantes e que importa avaliar hum… no sentido de qualificar e assegurar, digamos, uma melhor, enfim, interação entre aquilo que é o investimento na área cultural, a nível do património cultural e imaterial, o património natural e, enfim, e… uma maior apropriação do território da população no sentido de que, digamos, todo este processo traga, enfim, maiores ganhos para a economia local e para a economia regional; tem de haver aqui um salto de qualidade hum… e de organização e no plano da sustentabilidade e da gestão que me parece ser necessário dar, e isso vai remeter naturalmente para aquilo que são algumas das prioridades… da evolução de algumas das prioridades, enfim, há prioridades que não mudam, que o património que é classificado material e imaterial será prioritário nas intervenções, mas seja como for, enfim, há que dar um passo, digamos, em frente no âmbito destas… destas políticas.

3.8.1. Políticas Culturais desde 2015

Na abordagem às políticas culturais desde 2015, os participantes convocaram alguns dos exemplos de projetos que consideram como boas práticas do trabalho desenvolvido no território e a partir do território, tendo sido sublinhado, por exemplo, que "há um esforço grande por parte dos municípios, naquilo que são os seus eventos e atividades culturais que organizam periodicamente ao longo do ano, e para nós conseguirmos ter e sermos

bastante competitivos na atração de visitantes. Tudo isto requer um investimento considerável".

O GD-EIM15-06 realçou logo na sua primeira intervenção:

> a riqueza patrimonial da nossa região (…), quer a nível do património construído quer sejam os Castelos, as Igrejas, enfim, somos ricos nesse património construído, no património classificado e também no património imaterial, desde as tradições, as músicas, as danças e, o importante aqui, pegando nessas duas vertentes – o património construído e imaterial – é, de facto, nós percebemos o contributo que a cultura de facto pode dar ao desenvolvimento da região.

Lançando um olhar sobre uma questão muito específica – as rotas –, o GD-EIM15-03 alertou para o facto de não estarem "suficientemente robustas em termos de sustentabilidade económica e financeira e de adesão de parceiros, dos parceiros adequados para que essas rotas produzam resultados em detrimento das mesmas, preservação do património e de captação, digamos, de condições para o desenvolvimento económico dessas regiões".

E numa abordagem efetuada a partir da área da música, o GD-EIM15-04, foi algo crítico às políticas de fixação de artistas na região, mas também no que se refere à oferta de alguns domínios culturais pois "aquilo que chega às populações (…) é realmente muito pouco, (…) determinadas atividades artísticas e performativas não acontecem na região".

3.8.2. Programa Norte 2020 (com especial enfoque na dimensão cultural)

Na sua intervenção inicial, o GD-EIM15-02 começou por apresentar o percurso que concorreu para "um mapeamento para o quadro comunitário, um mapeamento de todos os municípios, em que traçamos as prioridades de investimento de cada um de nós e as prioridades de investimento que eram fundamentais", que incluía várias dimensões: uma dimensão relacionada com "um investimento em infraestruturas, ou seja, infraestruturas que estavam degradadas, infraestruturas que (…) podiam e podem ser valorizadas também no contexto cultural"; e uma segunda dimensão de "investimento imaterial, ou seja, (…) um conjunto de eventos e atividades (…) agregadores e (…) representativos do território". Para concluir que este trabalho não foi, na realidade tido em conta, pois "houve uma alteração política ao nível do quadro comunitário e essas alterações de política condicionaram de certa forma também os interesses dos municípios, das lógicas, das agregações e da potenciação também ao nível cultural".

Segundo o GD-EIM15-03, a programação cultural em rede não foi suficientemente salvaguardada no Norte 2020:

> o financiamento de programação em rede tem sido um bocado pontual e foi um bocado esquecido neste quadro comunitário de apoio, no anterior começou a ser

> desenvolvido, houve algumas iniciativas interessantes com bons resultados: agregação de equipamentos, de atores, de companhias etc.; foi um bom passo. Não evoluiu tanto com isso neste… neste processo e, faz todo o sentido que evolua, desde logo porque nos anos mais recentes o investimento foi essencialmente dirigido para a parte da reabilitação do património ou de construção de novos equipamentos, e há agora, que desencadear ações no sentido da sustentabilidade, o seu funcionamento, a articulação desses equipamentos e da difusão de oportunidade desses equipamentos para os… para os grupos nas várias artes, mas também para os territórios [e] para os cidadãos.

3.8.3. Estratégia e Política Cultural Regional até 2030

Para o GD-EIM15-06, para a definição da estratégia e política regional até 2030, é fundamental ter em linha de conta a diversidade dos territórios, não esquecendo que:

> devemos olhar sempre por dois olhares: o olhar da conservação e da manutenção; manter vivas aquilo que são as tradicionais também, isso é preciso fazer um grande esforço para que isso aconteça em territórios cada vez mais despovoados e depois também ver esse… esse contributo, digamos, dessa riqueza para um olhar para fora, para aquilo que pode ser o motivo de atração das pessoas ao nosso território, isto visto do âmbito do desenvolvimento que é isso que se pretende; por isso, se por um lado para o olhar interno, de facto, há um esforço grande por parte dos municípios, naquilo que são os seus eventos e atividades culturais que organizam periodicamente a ao longo do ano, e já para nós conseguirmos ter e sermos bastante competitivo na atração de visitantes, tudo isto requer um investimento considerável. Os municípios fazem um esforço grande naquilo que podem, mas também se não houver hum… digamos, contributos externos ao nível de investimentos, dificilmente nós podíamos fazer aquele trabalho de conservação, manutenção, nomeadamente do património construído, classificado.

Senso que o GD-EIM15-02 sentiu a necessidade de sublinhar que:

> no contexto regional é importante, não só hum… pensar na Direção Regional de Cultura, mas digamos, no potencial de cada município, numa entidade suprarregional como é a Comunidade Intermunicipal e, (…) em parceria (…). A cultura não é… não é só dos territórios é transversal e, se nós conseguimos encontrar essa… uma forma de trabalho com as entidades regionais quer ao nível da cultura quer ao nível do turismo, nós conseguiríamos, com certeza, encontrar soluções muito interessantes para o desenho futuro, de uma programação cultural aí… uma programação cultural em rede num contexto regional e não apenas num contexto muito focado ao contexto local.

E, no mesmo sentido, o GD-EIM15-03 afirmou ser importante que EIM possua uma estratégia para a política cultural, uma política cultural que esteja enquadrada:

> na política, digo, mais transversal a nível regional, mas que se foque também naquilo que é a oportunidade do trabalho conjunto entre os municípios, para o espaço do

> território, seja na programação em rede, seja na melhor fruição de equipamentos, enfim, hum… âncoras que existam nesses territórios, seja (…) seja a nível do próprio património imaterial, mas também ter uma dimensão do ponto de vista da gestão de projetos, mas também de uma maior apropriação e participação dos cidadãos. Mas ter aqui também uma terceira dimensão, que é: a dimensão da cooperação transfronteiriça, que é uma área que os territórios não podem de maneira nenhuma descurar (…). As questões da coesão e da equidade são questões também relevantes, importantes no quadro de uma abordagem transversal em termos regionais nesta área da cultura, enfim, não se pode promover hum… não se podem promover políticas de combate ao despovoamento e à desertificação dos territórios, de incentivar e de tentar dinamizar a competitividade desse mesmos territórios, sem… sem que o acesso ao conhecimento, o acesso à inovação e o acesso aos recursos esteja presente para garantir uma evolução de sustentabilidade nestes territórios.

Acrescentando ainda de forma veemente a importância de apostar nos ativos locais e da articulação através do trabalho em rede, que, segundo o GD-EIM15-03, é:

> absolutamente indispensável que a nível das sub-regiões se valorizem os ativos artísticos existentes, enfim, seja na área da música, na área da dança e, enfim, (…) em todas as áreas (…). E a forma de o fazer tem de ser em rede, tem que ser de forma articulada, digamos, a dispersão de eventos traz menor adesão, traz menor fidelização de públicos, traz resultados menos positivos para a comunidade. É preciso que se faça um trabalho de articulação a nível das sub-regiões (…), há aqui realidades que emergem e que é necessário potenciar a nível do trabalho em rede por parte dos municípios. No fundo, podem fazer-se menos eventos, eventos com mais escala, com mais participação, com mais adesão e com melhores resultados para… para… para os atores neste território; é preciso fazer esse trabalho em rede a nível sub-regional, não se pode pensar só no trabalho em rede à escala regional, que é necessário desenvolver, enfim, está muito incipiente, enfim, a participação, sei lá, o trabalho em rede nos teatros, nas… nos teatros da região, enfim, nos teatros que existem, nos que já existiam; os grupos de teatro que devem, digamos, fazer também coprodução com o teatro, enfim, das regiões mais do interior, enfim, há um trabalho que não pode ser hum… tem de ser desenvolvido inquestionavelmente.

Para o GD-EIM15-01 no futuro, a oferta cultural deve disseminar-se:

> pelo território, partindo dos centros urbanos para àquilo que são os núcleos rurais, (…) no sentido daquilo que é o desenvolvimento integrado do território, daquilo que são as propostas culturais que (…) refletem aquilo que são as singularidades do território e que, de facto, tornam este território tão especial, tão próprio e tão cativante para… para aquilo que são as propostas culturais que… que poderão vir a ser desenvolvidas (…) e dos valores que podem vir a ser desenvolvidos.

Os últimos contributos do GD-EIM15-02 sobre esta temática, visaram, por um lado, sublinhar a importância de apostar na internacionalização e, por outro lado, avançar com a ideia de:

> criar um fundo cultural – e tal como existem fundos para tudo – eu acho que seria importante ao nível da região norte, nós criarmos um fundo cultural gerido também ou através das CIM's ou através de entidades (…), que possa efetivamente servir os interesses regionais; pudesse financiar efetivamente as atividades que decorrem durante todo o ano e que pudesse também ser, digamos, canalizado para promover, desenvolver e apoiar a tal sustentabilidade de… de quem reside no território, deste ponto de vista cultural e desenvolve políticas culturais no território.

3.8.4. Dimensão Cultural do Próximo Programa Operacional Regional do Norte

Para o GM-EIM15-03, pensar na dimensão cultural do próximo programa operacional regional implica ter em linha de conta que:

> o que se fez tem sido importante, mas algumas lacunas que são relevantes que importa avaliar hum… no sentido de qualificar e assegurar, digamos, uma melhor, enfim, interação entre aquilo que é o investimento na área cultural, a nível do património cultural e imaterial, o património natural e, enfim, e… uma maior apropriação do território da população no sentido de que, digamos, todo este processo traga, enfim, maiores ganhos para a economia local e para a economia regional; tem de haver aqui um salto de qualidade hum… e de organização e no plano da sustentabilidade e da gestão que me parece ser necessário dar, e isso vai remeter naturalmente para aquilo que são algumas das prioridades… da evolução de algumas das prioridades, enfim, há prioridades que não mudam, que o património que é classificado material e imaterial será prioritário nas intervenções, mas seja como for, enfim, há que dar um passo, digamos, em frente (…). Provavelmente, tem que se direcionar mais investimento para área (…) imaterial e menos para o material, sendo certo que há investimento… fazer na reabilitação do património classificado que não se pode esquecer.

No que concerne às prioridades de investimento, o GD-EIM15-02 relembrou a necessidade de investir em infraestruturas, de que o território continua a ser deficitário, mas também na digitalização de alguma da oferta cultural, nomeadamente no que se refere aos museus, tanto mais que:

> os museus hoje devem ser espaços vivos e não espaços de depositar as peças, por isso… digamos, uma nova via que se abre, de facto, é a questão do mundo digital, ou seja, a criação de espaços digitais, de promoção, de diversificação desses museus vivos que possam ser também absorvidos por esta juventude que utiliza mais estas tecnologias de informação e comunicação.

Para o GD-EIM15-02, a relação da dimensão cultural com o turismo revela-se fundamental, uma vez que "só assim é que nós conseguimos também ter resultados efetivos do dinheiro que gastamos e ter, digamos, o retorno".

Segundo o GD-EIM15-05, será necessário apostar no financiamento de:

> grupos locais relacionados com a cultura, quer sejam de cultura mais… ancestral (…), mas também grupos e associações hum… de música, muito mais contemporânea, que devem ser apoiados, porque eles já existem, portanto, deveria haver aqui um maior apoio a essas entidades e, depois também, temos que fazer uma articulação entre aquilo que é o património classificado (…), que pode ser visto e que pode ser visitado, que é muito pouco se formos verificar; portanto, deveria haver aqui um esforço no próximo quadro comunitário de reabilitação de determinados edifícios, (…) que nalguns casos estão bastante debilitado e degradados e que por esta via poderiam ser elementos, mais elementos para reforçar a atratividade turística da região.

Debruçando-se sobre a questão de indicadores de realização e de resultado, o participante GD-EIM15-03 sublinhou que precisam de ser ajustados no futuro.

> A evidenciação do número turistas que visitam um determinado equipamento intervencionado é muito pouco, não deixa de ser importante que exista, mas não reflete a realidade, enfim, associada depois do investimento. Há outros fatores que podem contribuir de forma muito mais relevante para que o aumento do número turistas a esse equipamento ocorra e não o próprio investimento; por outro lado os modelos de gestão e avaliação do controlo do número de visitantes também se faz aquilo que se quiser, não é? De algum modo são processos frágeis. Portanto, há que fazer evolução e essa evolução não tem que se prender com o processo de seleção, ou seja, o investimento que deve apoiar as intervenções ao nível físico e imaterial deve evidenciar [o] valor, como ativo identitário cultural, mas também económico e as parcerias devem ser efetivas, devem ser devidamente justificados em termos de um estudo específico que garantam a sustentabilidade de funcionamento dessas mesmas parcerias quer na fase de investimento, mas acima de tudo, na fase de exploração, digamos, desses… desses projetos.

Sendo que o GD-EIM15-01 concluiu reforçando a ideia da necessidade de que os:

> indicadores que não sejam apenas quantitativos. Não é relevante, não é muito relevante, não deve ser muito relevante apenas o número de visitantes de um dado local ou de uma dada iniciativa. São muito mais relevantes aquilo que é o impacto, o *feedback* que cada um dos participantes tem dessa experiência, e essa experiência cada vez mais deve ser articulada, não é apenas uma experiência cultural aquilo que a região tem para oferecer é muito mais rico do que isso. Esse trabalho em rede que deve existir entre os diversos intervenientes, deve também existe dentro da própria iniciativa e da própria oferta que está a ser providenciada, associando o artesanato, o desporto, a gastronomia à cultura, porque a cultura tem a felicidade de congregar estes vários aspetos.

3.9. Ideias-chave dos oito grupos de discussão com EIM's

A convocação, a partir das nuvens de palavras, dos dendrogramas de Jaccard, dos coeficientes de Pearson e dos esquemas Fruchterman-Reingold, de cada um dos oito grupos de discussão realizados com os 46 participantes selecionados pelas EIM's, permitiu-nos realçar alguns pontos de convergência discursiva, mas também diferenças, nomeadamente, na avaliação efetuada ao passado recente e na identificação de necessidades para o futuro.

A agregação das transcrições referentes a estas oito sessões permite-nos sublinhar grandes tendências, independentemente de particularidades identificadas e provocadas pelos participantes pertencerem a determinado território. A título meramente ilustrativo, destacam-se alguns aspetos técnicos que concorreram para as ideias-chave que encerram este capítulo:

1) o levantamento das palavras mais usadas ao longo das 13 horas e 30 minutos de reuniões, reforça a ideia de que no discurso dos autarcas e demais participantes se estiverem particularmente presentes as temáticas relacionadas com *património* (representando 0,29% do total de palavras utilizadas), com *território* (0,26%), *projetos* (0,23%), *políticas* (0,22%), *pessoas* (0,18%) e *turismo* (0,14%);
2) o dendrograma de Jaccard permite-nos perceber que um dos discursos com nível máximo de ligação teve como protagonista o *cultura* para *todos*;
3) e com a análise de redes conseguimos identificar alguns nós estratégicos para a ligação entre temáticas (e.g. *trabalho*, *território*, *projetos*).

Figura 45: Nuvem das 30 palavras mais usadas pelos oito GD-EIM

Figura 46: Dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra dos oito GD-EIM

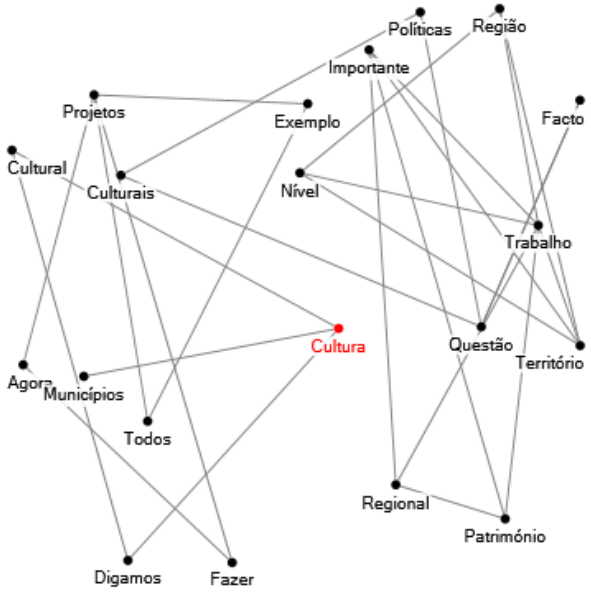

Figura 47: Esquema de Fruchterman-Reingold dos oito GD-EIM

Com as ideias-chave de cada um dos quatro grandes temas abordados nos oito GD-EIM, com que fechamos este capítulo, pretendemos salientar as principais ideias identificadas, destacando aquelas que mais veementemente foram apresentadas ao longo dos discursos, não só pela repetição, mas também pela força e poder de argumentação. Temos consciência de que sintetizar cada GD-EIM em quatro conjuntos de ideias-chave requer prudência no uso da informação, mas o exercício permitiu reunir contributos substantivos, que podem concorrer para a definição de grandes linhas de trabalho para as políticas culturais até 2030.

Políticas Culturais desde 2015

- **Desarticulação entre as escalas municipal, regional e nacional**
- **Prioridades de investimento relacionadas, maioritariamente, com o património**
- **Ausência de estratégias para a promoção da sustentabilidade da cultura**
- **Desconhecimento das necessidades da região**
- **Contributo residual para atenuar as assimetrias regionais**
- **Desinvestimento público na política cultural territorial**
- **Fortíssima relação com o turismo**
- **Aposta no associativismo local para a dinamização cultural do território**

Programa Norte 2020

- **Prioridades desadequadas às necessidades culturais dos municípios e da região**
- **Financiamento disponível para a cultura foi manifestamente insuficiente**
- **Inconsequência a médio prazo dos investimentos em redes culturais**
- **Programa complexo, burocrático e pouco flexível**
- **Desadequação dos indicadores, por serem quantitativos e relacionados com turismo**
- **Interações entre os diferentes atores na região foram pouco eficazes**
- **Património imóvel favorecido em detrimento do património imaterial**
- **Ausência de equidade na distribuição das verbas disponíveis**

Estratégia e Política Cultural Regional até 2030

- **Fomentar a articulação, a concertação e a integração de e nas políticas**
- **Reforçar e capacitar redes culturais consistentes, complementares e duradouras**
- **Partir de uma identificação objetiva das necessidades dos municípios e da região**
- **Capacitar os recursos humanos afetos à cultura**
- **Promover a sustentabilidade da região**
- **Apostar na comunicação, nomeadamente com recurso a meios digitais**
- **Repensar o papel dos municípios e das entidades intermunicipais**
- **Dialogar internacional sobre o papel estratégico da cultura para o desenvolvimento**

Próximo Programa Operacional Regional do Norte

- **Refletir uma visão estratégica para a cultura na região**
- **Incluir critérios que concorram para a sustentabilidade dos projetos**
- **Consolidar as redes culturais (existentes ou a criar)**
- **Integrar a dimensão qualitativa nos indicadores previstos para a cultura**
- **Prever o financiamento de projetos consolidados e/ou com vertente internacional**
- **Privilegiar as parcerias e sinergias entre entidades públicas e privadas**
- **Aumentar a dotação orçamental para a dimensão cultural**
- **Simplificar os procedimentos burocráticos**

Figura 48: Síntese das ideias-chave dos oito GD-EIM

4. Grupos de discussão com profissionais do setor cultural

Convocado o primeiro conjunto de grupos de discussão que foi realizado a partir das EIM's da área de influência da DRCN, segue-se a análise do segundo conjunto de grupos de discussão realizados a partir de organizações e profissionais do setor cultural. Relembra-se que, não obstante o guião elaborado, os participantes tinham a liberdade para, dentro de cada tema, selecionar os subtemas que consideravam mais pertinentes e relevantes aprofundar.

Na apresentação da análise dos grupos de discussão, começaremos com uma convocação de cada uma das sessões a partir das *nuvens de palavras*, dos dendrogramas de Jaccard, dos coeficientes de Pearson e dos esquemas Fruchterman-Reingold, para concluirmos com as ideias-chave de cada uma das quatro grandes temáticas abordadas. Realçamos ainda que toda a informação que, nas figuras, nas tabelas e nas citações, permitisse identificar alguma entidade ou interveniente, foi ocultada ou substituída pela respetiva codificação para manter o anonimato.

4.1. Grupo de discussão SC07

Figura 49: Nuvem das 30 palavras mais usadas pelo GD-SC07

A nuvem das 30 palavras mais usadas pelos sete participantes no GD-SC07 revela, para além da forte presença de *cultura e derivadas* (1,09% do total de palavras utilizadas ao longo da sessão), a presença significativa de palavras como *política(s)* (0,42%), *projeto(s)* (0,41%), *teatro* (0,26%), *turismo* (0,24%), *município* e *nacional* (0,20% cada) e *estratégia* (0,19%). Sendo que dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra nos permite perceber que o discurso com nível máximo de ligação esteve relacionado com as estratégias do município e

com as políticas à escala nacional (nível 4). Alargando a análise às sobreposições, percebe-se o enfoque nas estratégias municipais para a cultura, nomeadamente para o teatro e entrando em linha de conta com o turismo.

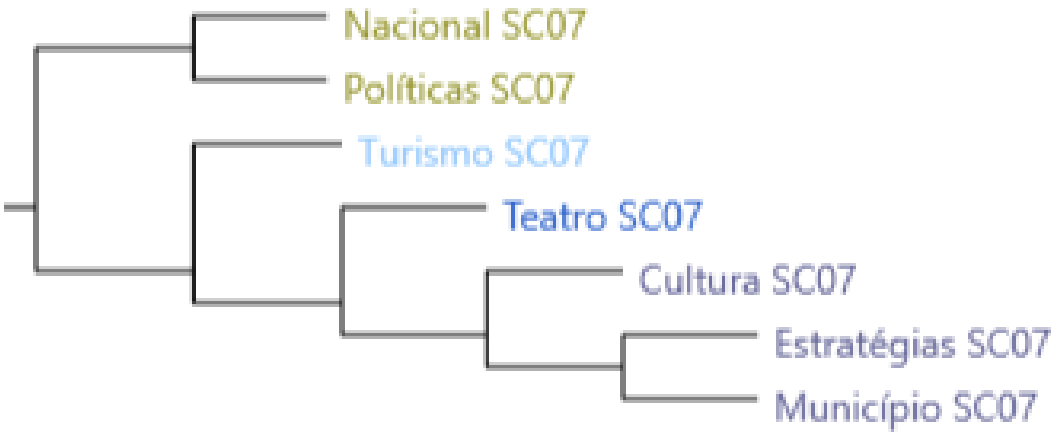

Figura 50: Dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra do GD-SC07

Nó A	Nó B	Coeficiente de correlação de Pearson
Município	Cultura	0,973145
Estratégias	Cultura	0,969857
Turismo	Cultura	0,949841
Políticas	Cultura	0,948844
Políticas	Nacional	0,948176
Município	Estratégias	0,946571
Políticas	Município	0,94633
Teatro	Cultura	0,94583
Turismo	Município	0,940922
Nacional	Cultura	0,940564
Nacional	Município	0,936622
Teatro	Estratégias	0,930828
Teatro	Município	0,925298
Turismo	Nacional	0,922526
Políticas	Estratégias	0,919287
Nacional	Estratégias	0,910738
Turismo	Estratégias	0,908288
Turismo	Políticas	0,907934
Turismo	Teatro	0,902223
Teatro	Nacional	0,873598
Teatro	Políticas	0,869275

Tabela 11: Síntese do Coeficiente de Pearson do GD-SC07

Com os dados referentes ao coeficiente de Pearson, conseguimos identificar a presença de correlações fortes entre os sete nós selecionados, algumas das quais quase perfeitas positivas, como por exemplo entre *município* e *cultura* (P=0,973145) e *estratégias* e *cultura* (P=0,969857). O esquema de Fruchterman-Reingold, permite-nos visualizar de forma mais nítida, por exemplo: que se observa uma maior proximidade discursiva entre *cultura* e *estratégias*, com um discurso mais focado na escala do *município*; e a relação entre *política nacional* e *turismo*, que tem no *teatro* um ponto de ligação estratégico.

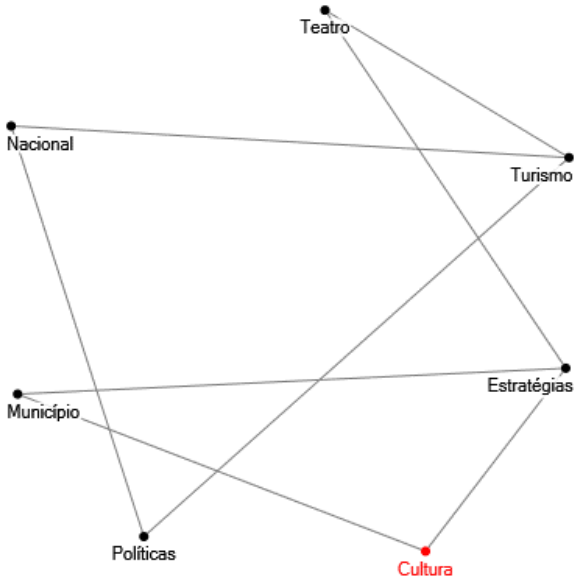

Figura 51: Esquema de Fruchterman-Reingold do GD-SC07

Do GD-SC07, convocamos agora, a título meramente exemplificativo, contributos de dois dos participantes, para ilustrar o contexto discursivo de algumas das palavras mais frequentemente utilizadas ao longo da sessão.

O GD-SC07-03 considera que "são os municípios que fazem a política cultural, e só é pena que a nível nacional não haver uma estratégia que possa ligar algumas regiões, alguns municípios dentro de uma própria estratégia cultural", acrescentando ainda que "não é mau que a cultura esteja ligada ao turismo, mas *turisficar* a cultura é que é muito mau e isso não me parece também uma linha a seguir". E o GD-SC07-04 fez questão de salientar a existência de muitos grupos de teatro na região, "alguns deles informais, outros que se constituíram como associação, mas que eles próprios também precisam de evoluir e alguns deles têm condições para isso".

Segue-se a apresentação de algumas de alguns dos aspetos abordados no GD-SC07 em cada uma das quatro grandes temáticas integradas no guião.

4.1.1. Políticas Culturais desde 2015

No tópico referente à análise das políticas culturais desde 2015, os participantes do GD-SC07 sublinharam a lacuna estratégica existente no que concerne às políticas culturais à escala nacional, apresentando algumas evidências e algumas consequências.

Segundo o GD-SC07-01, às políticas culturais nacionais "falta-lhes algum pensamento estratégico e algum conhecimento de terreno e isso depois reflete-se nas medidas de apoio", há "falta de financiamento e falta de recursos para que as equipas tenham e sejam dotadas das pessoas necessárias para que as instituições possam trabalhar" – o que "existe a nível nacional, de facto, não é uma política estruturada, é um conjunto de financiamentos e que são replicados sem pensar, efetivamente, (… na) avaliação concreta dos efeitos que eles estão a ter no terreno e daquilo que deveria de ser feito em relação a isso".

O GD-SC07-05 alertou para a escassez e para a necessidade de capacitação dos recursos humanos afetos à cultura, dando como exemplo "os espaços culturais mais convencionais [que] não têm normalmente programadores, pessoas que tenham conhecimento da área […,] as coisas estão um bocadinho avulsas não existe uma programação, existe um retalho de coisas com muita frequência [… e] depois temos também a questão das equipas, temos pessoas que fazem tudo e mais alguma coisa, que têm que ter quase o dom da ubiquidade".

A desarticulação das políticas culturais também foi referida por vários intervenientes, nomeadamente o GD-SC07-02 que mencionou "que há de facto uma desarticulação, sobretudo no aproveitamento dos recursos instalados no território e na leitura que no território deve ser feita das reais necessidades das comunidades" e, partindo da sua experiência pessoal, sublinhou a importância de "de expandir o acesso, de fomentar oportunidades e de criar conexões.

O GD-SC07-03 que não hesitou em afirmar que "não temos uma estratégia definida de política cultural nacional ou, pelo menos, com uma visão mais estratégica junto das políticas locais ou regionais […, salientando que] são os municípios que fazem a política cultural, e só é pena que a nível nacional não haver uma estratégia que possa ligar algumas regiões, alguns municípios dentro de uma própria estratégia cultural".

Sobre a ausência de uma visão estratégia a nível nacional para a cultura, o GD-SC07-04 realçou os seus impactos à escala micro, concorrendo para que seja "um problema da região toda, seja interior, seja litoral, não há estratégia municipal, o que nós vemos é que as poucas câmaras que a têm, têm-na às vezes de forma errática e estão sempre a mudar e não é alvo de discussão".

Em linha com o que foi mencionado por vários participantes, o GD-SC07-07 sublinhou que nas políticas culturais se tem assistido a "um certo voluntarismo, um padrão algo discricionário e algo errático, talvez alguma confusão ideológica (…) do marketing, do turismo, dos eventos, o entretenimento, o lazer".

4.1.2. Programa Norte 2020 (com especial enfoque na dimensão cultural)

A relação da cultura com o turismo, nomeadamente no que concerne aos indicadores de realização e de resultado criados, foi um dos aspetos negativos realçado na avaliação que foi efetuada pelo GS-SC07 à dimensão cultural do Norte 2020.

O GD-SC07-04 afirmou que "o relacionamento com o turismo não pode acontecer exclusivamente, porque se o fizermos e formos por esse caminho nunca vamos capacitar as instituições [culturais] que cá estão", tendo ilustrado a sua afirmação com um caso prático de um projeto apoiado em que, na realidade, "a cultura foi ali um acessório, havia uns espetáculos aqui, uns concertos ali, (…) gastou-se bastante dinheiro em algo que não sei que benefício trouxe a região". No que diz respeito à elegibilidade dos candidatos, o mesmo interveniente rematou constatando que "para instituições que fazem produção artística e promoção de eventos culturais na nossa região, a maneira como estão desenhados é virtualmente impossível chegarmos a qualquer candidatura do Norte 2020".

Numa visão mais macro do programa, o GD-SC07-01 não hesitou em classificar as medidas do Norte 2020 para a cultura como:

> claramente insuficientes, face aquilo que, que existia em programas comunitários anteriores, (…) por mais que se diga e que haja um discurso europeu que a cultura realmente tem um papel fundamental no desenvolvimento (…), cada vez mais o apoio a esta área é… é diminuído (…), de facto, o acesso generalizado digamos, ou mais plural às linhas de financiamento foi muito difícil.

Um dos problemas elencado pelo GD-SC07-01, que foi corroborado pelo GD-SC07-04, está relacionado com o facto das taxas de apoio serem decrescentes, que tem implicações na viabilidade e sustentabilidade futura dos projetos.

De entre os vários contributos, salientamos ainda o do GD-SC07-02 que referiu a inexistência de um fio condutor para a dimensão cultural e a existência de:

> um conjunto de oportunidades perdidas, nomeadamente o Programa Cultura para Todos, que na minha perspetiva, foi desenhado à pressa nas comunidades intermunicipais e que não considera objetivamente os objetivos, nem na parte da criação nem na parte mais importante que é na parte da mediação e da participação cultural das comunidades, portanto, a lógica do financiamento na minha perspetiva deveria… deveria plasmar um… um planeamento e um mapeamento no terreno das reais necessidades, uma auscultação mais plural das partes interessadas… e… e em boa verdade considerar… considerar, não o fomentar o ressurgir de novas iniciativas

> nomeadamente, de grandes eventos, mas sim procurar capacitar e dar recursos a quem já no terreno atua, muitas das vezes em situações de precariedade ou que não pode ir mais além no exercício da sua missão, por falta de recursos.

4.1.3. Estratégia e Política Cultural Regional até 2030

Sobre as políticas culturais até 2030, o GD-SC07-01 realçou que o importante é:

> que haja efetivamente uma estratégia, e que essa estratégia seja construída de forma séria… e… e envolvendo estas instituições, ou seja, não é definir-se um conjunto de ideias só porque se acha que sim, sem haver um estudo sério sobre o que é que passa… o que é que se passa no território e quais são as necessidades dos agentes locais.

O mesmo participante, sublinhou ainda que algumas entidades, nomeadamente autarquias:

> fizeram o seu próprio estudo, o seu próprio diagnóstico, o seu próprio trabalho, porque trabalhamos a pensar num… de uma forma, ou queremos trabalhar de uma forma estratégica, não só avaliando o que aconteceu, mas tendo perfeita noção daquilo que são as necessidades atuais, e eu a… acho que isso é o… é o que falta, sobretudo. Falta mesmo é que exista uma estratégia e não um conjunto de políticas desgarradas, que haja uma avaliação e que haja um trabalho de base com os agentes locais.

O GD-SC07-06 corroborou a ideia, reforçando que a estratégia deve ser resultante "do diálogo e na antecipação deste diálogo entre os vários agentes" e, para o GD-SC07-02, tal implica:

> ganhar tempo na fase do planeamento, porque inclusive, vamos certamente ter oportunidades de reforçar a colaboração interinstitucional e assim rentabilizar de outra forma os recursos instalados nesta região em… em benefício… em benefício da criação artística e… e colocá-la nesse patamar desejado por todos (…) ganhar tempo no planeamento que é a definição da estratégia, com a auscultação de todas as partes interessadas… e assim também fomentar um outro trabalho de parceria, de rede e de colaboração.

Para o GD-SC07-07, a estratégia tem de ser "consistente, sistemática e duradoura […, com] o artístico como elemento definidor do cultural [… e sem] precisamos de outras instâncias para legitimar o cultural, seja ela o turismo ou o marketing territorial".

Rede e *colaborar* também estiveram presentes no discurso do GD-SC07-04, às quais se juntou *integrar* para "definir a estratégia e criar os mecanismos para que isto seja estimulado, para que seja mais fácil [… pois] também nos tornam mais fortes e… [nos pode permitir] chegarmos a um equilíbrio".

O GD-SC07-03 sintetizou as suas ideias em três palavras-chave – capacitação, mediação e territorialização –, tendo sido salientada a importância de articulação das políticas

culturais com o Plano Nacional das Artes, que integra algumas dimensões importantes, nomeadamente no que concerne à capacitação e mediação. E o GD-SC07-05 acrescentou a estratégia deve apostar em três dimensões da capacitação – artística, intelectual e técnica.

De forma geral, pode afirmar-se que para os intervenientes, a cultura deve ser encarada como um motor de desenvolvimento local e regional, cujas potencialidades vão muito mais além dos dividendos económicos, tendo sido sublinhado que "a cultura de facto não é uma questão de subsidiodependência, mas é uma área em que é necessário investimento contínuo e que, de facto, aquilo que são as receitas geradas pelos projetos na área cultural não pagam o financiamento das estruturas, mas em Portugal como em lado nenhum do mundo" (GD-SC07-01). Sendo que, não obstante a importância do turismo para os municípios e para a região, nomeadamente no que concerne aos dividendos económicos, devem ser acautelados os problemas da *turisficação* da cultura e das políticas culturais.

4.1.4. Dimensão Cultural do Próximo Programa Operacional Regional do Norte

Uma das primeiras ideias a registar está relacionada com a necessidade de serem criadas condições para uma aposta mais veemente na cultura no próximo programa operacional, usando a criatividade para dissociar a cultura do turismo. Sendo que o GD-SC07-05 salientou que "há uma diminuição progressiva dos fundos disponíveis para a cultura, e é preciso claramente dinamitar este vínculo, que é um vínculo pernicioso entre cultura e turismo" e o GD-SC07-05 sublinhou que:

> relativamente à questão do turismo confesso-vos que é outra coisa que tenho uma enorme dificuldade em compreender, esta… esta espécie de obsessão… porque não acho, sinceramente, não acho mais difícil de se compreender que o turismo, que é importante, ele deve vir como consequência de programas singulares e de qualidade e não ao contrário.

Para o GD-SC07-02, reforçou a ideia da:

> necessidade do trabalho em rede e a necessidade do planeamento estratégico e da apresentação de um plano estratégico de médio e logo prazo, pelas entidades que se propõem a fazer algo, para evitar a sobreposição e a duplicação de… de ofertas que devem existir em rede e não individualmente. E dentro desses… e dentro desses… desses critérios penso que sim, aí deveriam estar definidos… as áreas conexas nomeadamente ao desenvolvimento de públicos, que é a população alvo que foi de facto atingida, quer seja uma comunidade profissional quer sejam diversas comunidades de públicos, incluindo distintos públicos, sejam eles seniores com o… com um conjunto de incapacidades, ou sejam jovens e crianças. E nesse sentido, também sublinhar da importância para que seja objetivamente um programa que atenda às necessidades de capacitação, às necessidades de manutenção das

> infraestruturas, às necessidades de criação, e… e às necessidades de mediação que é a porta de entrada para as questões do acesso.

O GD-SC07-01 referiu-se a algumas regras e prioridades associados às candidaturas, nomeadamente a aposta no património classificado e a necessidade de existir um determinado nível de maturidade para os projetos serem aprovados. Este interveniente é perentório, afirmando que:

> isso não pode ser, não pode ser de todo uma regra para o próximo quadro comunitário, aliás, acho que o foco deveria ser o apoio à criação, às condições de criação que de facto é aquilo que o país em que o país está mais deficitário, apoio ao crescimento consistente das estruturas que também fazem produção que de alguma forma também depois sustentam esta… esta cadeia, o apoio a projetos de mediação do público e do trabalho comunitário que é feito, muitas vezes por… e é impulsionado pelos municípios mas que me parece que também em…em…em muitas, em muitas cidades não é feito de forma transversal e não existe esse trabalho continuado com… com todas as… com todas as estruturas… e é necessário, e portanto, acho que deveria haver um foco nestas prioridades, e se os objetivos estiverem alinhados obviamente que se o objetivo não for fazer um grande evento para atrair o turismo, os indicadores também vão responder aquilo que são os objetivos do programa, o problema de base é que os objetivos estão errados, e como estão errados, os indicadores para responder a esses objetivos estão errados também.

4.2. Grupo de discussão SC08

Figura 52: Nuvem das 29 palavras mais usadas pelo GD-SC08

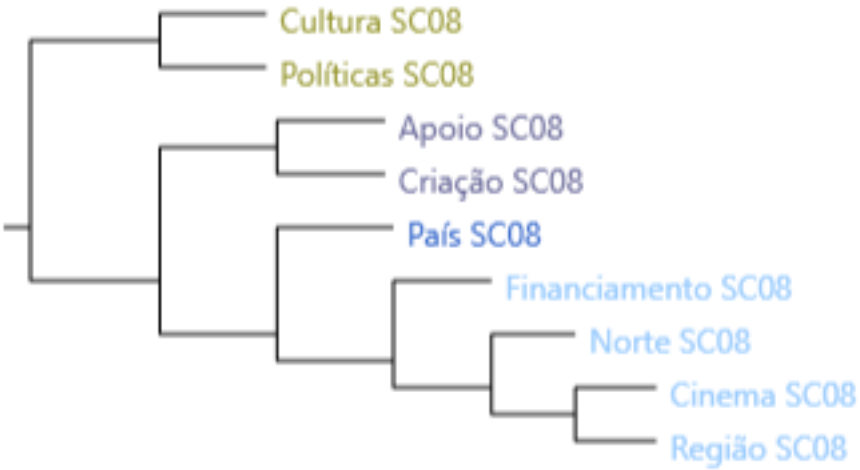

Figura 53: Dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra do GD-SC08

Na Figura 52 foi retirada a palavra que permitia identificar o M087. O *cinema* foi o protagonista do GD-SC08, representando 0,7% do total de palavras utilizadas pelos seis participantes ao longo da sessão, sendo que da análise das palavras mais usadas se destacam a *região Norte*, mas também de como é *importante* o *financiamento* do cinema.

A partir do dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra, é possível realçar que o discurso com nível máximo de ligação esteve relacionado com cinema e região, havendo ainda associações de nível 3 no discurso relativo ao apoio à criação e de nível 4 da cultura com políticas. A análise das sobreposições, revela ainda que o financiamento do cinema foi um tópico abordado na região Norte, mas também, no país.

Com os dados referentes ao coeficiente de Pearson, conseguimos identificar a presença de correlações fortes entre os nove nós selecionados, algumas das quais quase perfeitas positivas, como por exemplo entre *Norte* e *cinema* (P=0,989311) e *financiamento* e *cinema* (P=0,982606). Do esquema de Fruchterman-Reingold destacam-se os aspetos relacionados com o financiamento debatidos ao longo da sessão:

- o financiamento em todo o país à criação (e.g. “pode ser pensada uma estratégia de produção e uma estratégia de criação de… de um património cinematográfico do norte do país ao nível das instituições, e portanto, nesse sentido poderia também ser pensada uma estratégia de apoio financeiro às instituições para elas encomendarem, e no fundo, hum… programarem, se é que a coisa pode ser vista… dita desta forma, a… a realização de filmes que ocorressem no norte do país” (GD-SC08-01));
- o financiamento na região Norte ao cinema (e.g. “um financiamento que potencie também o… o tipo de trabalho que é feito na internacionalização do cinema, e neste caso o cinema que… feito na região” (GD-SC08-05)).

De realçar ainda a relação de financiamento e apoio à cultura assentes em políticas (e.g. "também pareciam importantes e urgentes nas políticas a definir com os *players* que estão no… no mercado para poderem… aceder a determinados tipos de financiamentos, digamos… tendo que obedecer a determinados critérios, um dos quais seria o incremento das políticas de difusão, da… da criação nacional" (GD-SC08-02)).

Nó A	Nó B	Coeficiente de correlação de Pearson
Norte	Cinema	0,989311
País	Norte	0,983808
Região	Cinema	0,983247
Financiamento	Cinema	0,982606
Região	Norte	0,982417
País	Cinema	0,980248
Norte	Financiamento	0,976113
Criação	Cinema	0,974085
Norte	Criação	0,972196
Região	Financiamento	0,9702
Região	País	0,970122
País	Criação	0,964845
Região	Apoio	0,96375
Financiamento	Cultura	0,962536
País	Financiamento	0,961313
Região	Criação	0,960675
Financiamento	Criação	0,959484
Políticas	Financiamento	0,958014
Região	Cultura	0,957774
Políticas	Cinema	0,957415
Norte	Cultura	0,956459
Cultura	Cinema	0,955823
Cinema	Apoio	0,954164
Criação	Apoio	0,951093
Políticas	Cultura	0,95085
Políticas	Norte	0,950526
Norte	Apoio	0,948915
Financiamento	Apoio	0,948778
Políticas	Criação	0,946241
Cultura	Criação	0,941889
Região	Políticas	0,941092
País	Apoio	0,939312
Cultura	Apoio	0,938547
Políticas	País	0,938423
País	Cultura	0,931693
Políticas	Apoio	0,918207

Tabela 12: Síntese do Coeficiente de Pearson do GD-SC08

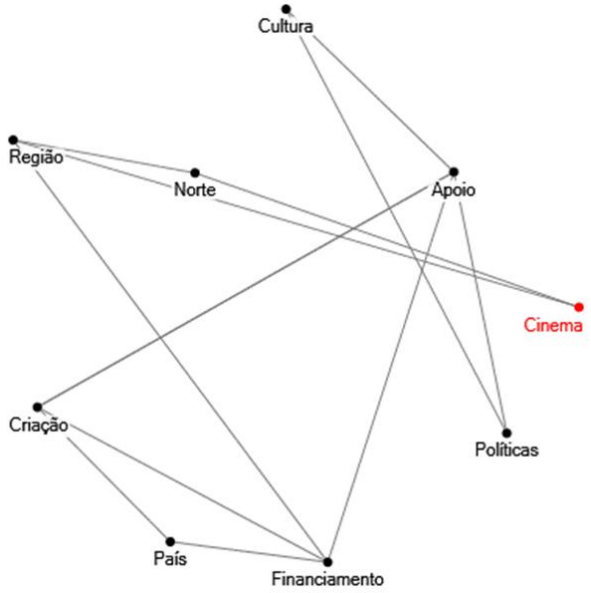

Figura 54: Esquema de Fruchterman-Reingold do GD-SC08

Segue-se a apresentação de algumas de alguns dos aspetos abordados no GD-SC08 em cada uma das quatro grandes temáticas integradas no guião, sendo que, pela preponderância da palavra *cinema*, se percebe que o cinema foi o protagonista escolhido pelos participantes na sessão.

4.2.1. Políticas Culturais desde 2015

Para os participantes no GD-SC08, as políticas culturais revelam a existência de prioridades de investimento em património, infraestruturas e equipamento, descurando aspetos relacionados com os recursos humanos e a capacitação técnica dos agentes culturais, nomeadamente no que concerne ao cinema e audiovisual. Acresce ainda que se observam grandes e graves assimetrias, não só a nível nacional, mas também dentro da região Norte.

Paradoxalmente, apesar de haver oferta formativa na região, ao nível profissional e superior na área do cinema e audiovisual, a verdade é que os participantes alertaram que os jovens criadores, produtores e técnicos formados não têm condições para se fixarem na região. E, a este respeito, o GD-SC08-06 relembrou a importância da haver:

> o apoio à criação até a uma fase prévia, que é uma coisa altamente deficitária na região, ou seja, apoio à escrita e desenvolvimento de projetos, argumentistas e realizadores será numa fase inicial do processo fundamental, depois a criação de apoio à… à produção, por forma a criar algum tipo de emprego regional e a manutenção de postos de trabalho regional, tem que haver apoio à produção, de certa forma alguma dinamização regional é fundamental.

A existência de um conjunto de espaços sem programação cinematográfica regular, devido nomeadamente a carências de equipamentos técnicos adequados e de equipas técnicas e de programação especializadas, concorrem para que a rede de exibição cinematográfica não tenha verdadeiras condições para existir.

Neste olhar retrospetivo para as políticas culturais a partir do cinema, o GD-SC08-06 sublinhou ainda que considerava:

> fundamental encontramos estratégias para chegarmos ao público, até porque hum… o grande objetivo de qualquer estrutura de produção de qualquer cineasta é chegar ao maior número de público possível, isso não quer dizer que as pessoas tenham que ceder a fórmulas de… de… de… de cinema mais fácil, mas sim garantir que o cinema que fazemos chega a mais pessoas, e é aí que falhamos porque efetivamente, neste momento todo o financiamento do Instituto de Cinema e Audiovisual tem descurado a distribuição e tem descurado a exibição e… e eu acho que se não tivermos como chegar ao público não adianta fazer filmes para… para mostrar apenas em festivais, ou… festivais são portas de venda internacional e não são exatamente o… aquilo que deve ser considerado o nosso acesso ao público.

4.2.2. Programa Norte 2020 (com especial enfoque na dimensão cultural)

No que concerne ao Norte 2020, destacamos três contributos que nos dão uma visão geral do que foi abordado neste grande bloco temático:

1) o GD-SC08-04 relembrou a pouca representatividade que os agentes dos domínios da cultura tiveram no processo de definição do Norte 2020, nomeadamente na RIS3;
2) o GD-SC08-06 sublinhou que "o cinema *per si* está sempre fora de… de… daquilo que são os programas culturais como o do Norte 2020 (…), o cinema só pode intervir nestes financiamentos de forma lateral ou secundária... como resultado de projetos de investigação, como resultado de uma série de outras coisas";
3) e o GD-SC08-03 realçou a burocracia associada aos programas (no período de candidatura e na fase de execução das operações), mas também a obrigatoriedade de cumprir um conjunto de parâmetros que pode concorrer para que a autonomia dos criadores e programadores possa ficar comprometida e que é agudizada pela falta de financiamento e estabilidade no setor, assim sendo seria "muito importante que… que este financiamento viesse, de certa forma, com maior segurança e maior prolongamento no tempo para que também as pessoas conseguissem gerir e… e… a… aprender a relacionar-se com… com… com estas condicionantes".

4.2.3. Estratégia e Política Cultural Regional até 2030

O contributo do GD-SC08-01 sobre esta temática foi particularmente relevante, por um lado, devido ao grau de estruturação na apresentação e, por outro lado, por sintetizar a maioria das ideias que foram sendo apresentadas pela generalidade dos participantes na sessão. Assim, para o GD-SC08 e pela voz do GD-SC08-01,:

> as políticas culturais na área do cinema deverão ser pensadas de uma forma articulada com todas as outras vertentes de intervenção com a Direção Regional de Cultura do Norte e com os restantes programas de investimento e apoio financeiro, portanto, deve ser… deve ser algo que esteja interligado e que funcione em rede, e que funcione de uma forma a potenciar aquilo que são as relações com todas as restantes áreas e, eu dividi, no fundo, aquilo que me parece ser importante em sete pontos.
>
> O primeiro deles tem a ver, obviamente, ou não obviamente, com infraestruturas, e creio que é, precisamente neste âmbito, que tem havido um maior investimento. E neste caso estamos a falar obviamente da construção /recuperação de equipamentos, salas de cinema e outros espaços que possibilitam a exibição de cinema (…).
>
> [O segundo ponto está relacionado com o] investimento em equipas, portanto, programadores e técnicos que possam realmente dinamizar esses espaços e que possam pô-los a funcionar (…).
>
> [Segue-se o] apoio à programação, quer naquilo que tem a ver com uma programação regular, portanto, uma programação continuada, quer naquilo que tem a ver com uma programação mais pontual (…).
>
> Há uma outra vertente que é extremamente importante e que tem a ver com a criação, e portanto, com incentivo à realização de cinema, à realização de filmes no Norte do país (…).
>
> Depois há uma outra vertente que tem a ver com a dinamização patrimonial, quer dizer, há… um riquíssimo património cinematográfico português e não português, que no fundo constrói e problematiza e interroga aquilo que é uma imagem do Norte do país e, portanto, seria extremamente importante pensar em possibilidades de dinamizar este património (…).
>
> Há um ponto que vem na sequência deste e que é a relação com o público, e que no fundo resulta da articulação de todos os pontos enunciados, e esta relação com o público é obviamente uma relação que deve acontecer com público geral, com público escolar, com os visitantes (…).
>
> Daqui resulta um sétimo ponto que tem a ver com, no fundo, a circulação internacional, com a exportação desse património cinematográfico da região e com… com exposição dessas imagens numa esfera que não é a da região, que não é estritamente um âmbito nacional, mas que é, obviamente, um âmbito internacional.

4.2.4. Dimensão Cultural do Próximo Programa Operacional Regional do Norte

O GD-SC08-02 foi perentório e afirmou que no programa pós-Norte 2020 deve haver "uma mudança de mentalidade que é a aposta também na arte e na cultura de *per si*, com valor em si e não ao serviço de uma outra terceira indústria, seja ela qual for, ou de um comércio ou de uma mercantilização". Acrescentando ainda a importância de ser criada uma "medida que fosse de apoio direto à empregabilidade dos (…) profissionais nas estruturas locais, poderia ser uma medida interessante para, digamos, no fundo apoiar as pessoas e ao mesmo tempo apoiar as estruturas de produção".

Sobre as mudanças e a relação do cinema com outras indústrias, o GD-SC08-01 convocou os constrangimentos provocados pela utilização instrumental do cinema pelo turismo, relembrando que "o cinema é de facto um veículo extremamente eficaz e extremamente importante para [… o] turismo, e eu arrisco que essas consequências serão tão maiores quanto (…) as produções não forem orientadas para uma espécie de requisito fundamental de responder a um qualquer ideário (…) de promoção turística".

O GD-SC08-06 sublinhou que se torna imperioso haver "algum tipo de apoio à dinamização, à produção de cinema nem que seja numa fase mais embrionária, ou seja, (…) ajudar as empresas locais a poderem desenvolver projetos e realizadores a pensar projetos, (…) fundos de apoio ao desenvolvimento, à escrita ou o que fosse", e o GD-SC08-05 realçou a importância de incluir no novo programa "tudo aquilo que tem a ver com formação de públicos, ou seja, os serviços educativos".

A ligação histórica da região Norte com o cinema foi outro dos aspetos referidos por vários intervenientes para justificar uma outra forma de apostar no setor no âmbito do programa pós-Norte 2020.

A terminar a apresentação dos contributos referentes aos GD-SC08, salienta-se que, não obstante se ter abordado a necessidade de serem criados outros indicadores para substituir os que estão demasiado vinculados à eficiência económica, a verdade é que na sessão não foi possível concretizar a identificação de novos indicadores para o novo programa.

4.3. Grupo de discussão SC09

A nuvem das 30 palavras mais usadas pelos oito participantes no GD-SC09 revela a forte presença da temática em torno do(s) *livros(s)* (0,87% do total de palavras utilizadas ao longo da sessão), *arquivos* (0,39%), *bibliotecas* (0,36%) e *livrarias* (0,33%). O dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra permite-nos perceber que o discurso com nível máximo de ligação esteve relacionado com: livrarias e livro; bibliotecas e digital; e arquivos e instituições.

Figura 55: Nuvem das 30 palavras mais usadas pelo GD-SC09

Figura 56: Dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra do GD-SC09

Com os dados referentes ao coeficiente de Pearson, conseguimos identificar a presença de correlações fortes entre os sete nós selecionados e com o esquema de Fruchterman-Reingold, percebermos, por exemplo, que apesar da palavra *livro*(s) ser a mais frequente é a palavra *livrarias* a única que tem correlações com todas as outras seis, e que, apesar de haver uma proximidade entre o cluster formado por *livrarias* e por *instituições*, é a correlação do cluster formado entre *livro*, *cultura* e *livrarias* a mais intensa.

Nó A	Nó B	Coeficiente de correlação de Pearson
Livro	Cultura	0,962964
Livro	Livrarias	0,952679
Livro	Digital	0,952245
Livro	Bibliotecas	0,938081
Livrarias	Cultura	0,935525
Digital	Bibliotecas	0,935503
Digital	Cultura	0,922527
Livrarias	Bibliotecas	0,920957
Cultura	Bibliotecas	0,920088
Instituições	Arquivos	0,913817
Livro	Instituições	0,910244
Livrarias	Digital	0,905592
Instituições	Bibliotecas	0,905377
Bibliotecas	Arquivos	0,902309
Instituições	Cultura	0,900303
Instituições	Digital	0,899792
Livrarias	Arquivos	0,879779
Livro	Arquivos	0,87766
Livrarias	Instituições	0,8759
Cultura	Arquivos	0,868755
Digital	Arquivos	0,867636

Tabela 13: Síntese do Coeficiente de Pearson do GD-SC09

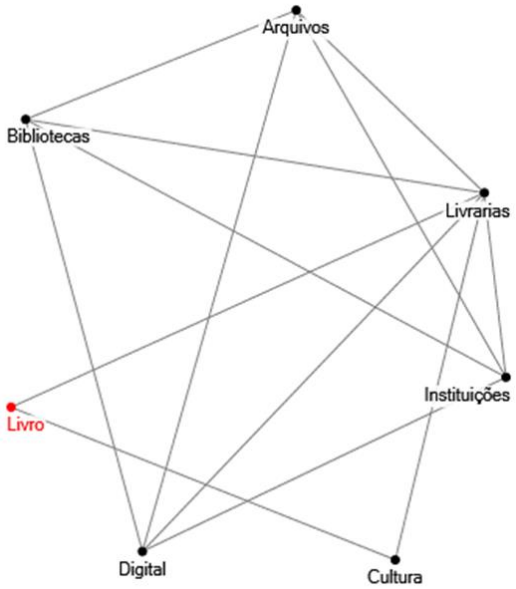

Figura 57: Esquema de Fruchterman-Reingold do GD-SC09

Antes de fazermos a apresentação de alguns dos contributos dos intervenientes enquadrados nas quatro grandes temáticas, convocamos um dos contributos do GD-SC09-08 sobre a problemática do digital e que nos permite ilustrar o contexto discursivo de algumas das palavras mais frequentemente utilizadas ao longo da sessão: "as livrarias aí terão um papel bastante mais difícil, mas eu também acredito que o livro físico vai durar décadas e por isso as livrarias que assumam o seu papel cultural poderão… poderão juntar as duas coisas ao mundo… ser um local do livro, uma casa do livro, mas também uma casa da cultura".

4.3.1. Políticas Culturais desde 2015

Constituindo, em Portugal, a maior e mais antiga rede cultural existente, não deixa de ser significativo sobre o estado das políticas culturais desde 2015, o facto de o GD-SC09-01 ter sentido a necessidade de realçar, logo na sua intervenção de abertura, que:

> as bibliotecas hoje em dia não podem ser só espaços que estão ali onde os livros estão nas estantes, têm que ser muito mais do que isso, ser espaços de contacto permanente com os autores, contactos permanentes entre os leitores e os autores e tem que haver esta promoção constante entre autores leitor e, quando falamos de autores, falamos de autores nos formatos todos, ou seja, da palavra escrita, da imagem... (…) e por isso, se calhar é preciso repensar tudo isto. Deixava aqui também nesta questão em termos de região e no que está a ser feito ao nível nacional em termos de áreas metropolitanas, o trabalho em rede, ou seja, as bibliotecas não podem nesta fase trabalhar só para os seus… em termos do município, em termos das suas cidades, em termos os seus concelhos e têm que trabalhar mais numa lógica de rede, daquilo que… do que a sua região precisa e complementarem-se, (…) porque é importante que isso aconteça porque as bibliotecas não são todas preparadas da mesma forma e se há bibliotecas mais bem apetrechadas e municípios que têm bibliotecas há mais anos, há outras que não estão tão bem apetrechadas e que podem complementar o trabalho que é feito numas e noutras.

Em linha com o referido, o GD-SC09-03 sublinhou a:

> importância do investimento estrutural na formação qualificada de agentes culturais locais em articulação com as várias instituições. Isso parece-me fundamental, se calhar não precisamos nem podemos ter por exemplo no caso das bibliotecas ou dos arquivos ou dos livros, um editor em cada instituição, um arquivista, um bibliotecário, mas temos de… e, portanto, já avançando para propostas futuras, retomar uma palavra que aqui já foi dita – trabalhar em rede – parece-me que isso é fundamental sublinhar isso; trabalhar em rede, trabalhar em articulação e a dimensão também local, regional e nacional são importantes.

O GD-SC09-04 destacou que, apesar de não ter dados relativamente às bibliotecas, os dados relativos à venda de livros nas livrarias evidenciam que:

> há um afastamento dos portugueses aos livros hum… é uma situação que evidentemente atinge também os livreiros e claro as próprios editoras, mas é uma situação que nos atinge a nós enquanto país, porque como é evidente um… um país que se afasta dos livros, um país que não lê é um país que não pode aspirar a nenhum tipo… a nenhum tipo de futuro e, portanto, eu defendo já há bastante tempo, já tive a oportunidade de escrever na empresa também, a implementação sustentável de políticas públicas para o setor do livro; há muitos exemplos de outros países que façam do… do incentivo à leitura um desígnio nacional de ponto de vista da cultural, um desígnio nacional cultural ou regional.

E o GD-SC09-08 concluiu que:

> um dos problemas que Portugal tem, para além da sua reduzida dimensão enquanto país, mas sobretudo a sua reduzida taxa de leitores e de reduzido investimento nestas áreas, o problema das bibliotecas é não haver um investimento institucional, consistente e conciso. Muitos países investem muito dinheiro no chamado mercado institucional, as bibliotecas têm orçamentos grandes e investem esses orçamentos através das livrarias locais e por isso ajudam a fileira do livro e ajudam a sustentabilidade das livrarias locais, ou as livrarias ditas independentes. (…)
>
> [Salientando-se ainda] o importante o papel das livrarias, é importante, porque permite a diversidade, por isso, livrarias quanto mais diversas forem, quanto mais dispersas forem, mais diversidade editorial nós temos; o grande problema (…) é o desaparecimento de livrarias, uma série delas de referência que eram livrarias que vendiam determinado tipo de livros, e os livros que são mais difíceis de vender, cada vez têm menos postos de venda para vender, e os editores cada vez têm mais dificuldade em os editar.

Sobre a temática das livrarias, o GD-SC09-06 defendeu que as livrarias devem ser vistas como um importante "ator social, cultural e económico, (…) um dinamizador, um divulgador, um curador e um empreendedor cultural" da localidade onde estão inseridas, por isso convocou a relevância de uma experiência passada que talvez valesse a pena recuperar: "um grupo de reflexão sobre o selo da livraria independente que pode ser, enfim, um valor simbólico, mas talvez valha apena retomar para dar a palavra aos mais jovens".

O GD-SC09-07 alertou de forma muito pragmática para a ausência de políticas que criem condições efetivas para que os criadores, nomeadamente os na área da literatura, possam desenvolver as suas atividades com condições dignas.

> uma das preocupações de facto é que um escritor tem sido usado a maior parte das vezes… (…) para enfeitar salas ou… ou então é muito bom para ser… para ser levado para um outro evento onde é colocado em evidência para… para dizer mais palavras, muitas vezes, sobre coisas que nem sequer lhe dizem respeito, mas… mas é buscado assim para abrilhantar algum tipo de coisa, mas não normalmente ao contrário dos

> músicos que se.... com o violão estão a trabalhar, o escritor faça o que fizer, só trabalha se estiver de facto a digitar texto na… no computador e por isso a minha grande preocupação neste momento tem que ver com o pagar-se aos escritores de maneira a que eles possam, pelo seu pensamento e pela maturação do seu trabalho, possam ver-se… possam ver-se justificados numa determinada profissão, não é?, no sentido profissionalizante daquilo… que daquilo que fazem.

Neste olhar retrospetivo sobre as políticas culturais e centrando-nos nos arquivos, foi possível identificar um percurso muito positivo, não obstante as lacunas no que se refere aos recursos humanos especializados, sendo que o GD-SC09-03 relembrou a necessidade da existência de:

> estratégias e definição de políticas que tenham critérios para se perceber como é que se vai, desde logo conhecer o que existe, descrever o que existe, organizar o que existe, portanto, há um trabalho de inventariação prévio, de descrição e só depois então de disponibilização, onde a digitalização pode ser um caminho.

4.3.2. Programa Norte 2020 (com especial enfoque na dimensão cultural)

A reflexão efetuada pelos participantes no GD-SC09 sobre a presença da cultura no Norte 2020, não revelou informação em quantidade, mas os dados permitem-nos concluir que a avaliação ao Norte 2020 não foi particularmente positiva.

O programa foi considerado pouco flexível, denotando algum desconhecimento do território como um todo, mas também as necessidades e os modelos de funcionamento de alguns domínios da cultura em particular.

Falou-se na problemática de associação da cultura com o turismo e o GD-SC09-06 alertou para a "lógica de mimetismo. A cultura virou, se transformou numa lógica de produção de eventos, de sucessão de eventos que vão sendo copiados pelas juntas de freguesia, pela vila, pela cidade".

O GD-SC09-02 destacou como negativo o facto de o programa beneficiar essencialmente entidades públicas, quando, na realidade, "há muitas entidades privadas que, hum… dão muita atenção à cultura e trabalham muito para que a cultura seja primordial", referiu-se ainda ao "*grande gap* em termos de apoio nos quadros comunitários que se prende com o facto de que tudo que é operacional não é apoiado e, portanto, isso deixa de parte hum… a possibilidade de… de… de termos incentivo à tradução das nossas obras para outras línguas".

E o GD-SC09-06 criticou ainda a existência de apoios "para fazer constantemente a mesma coisa, em vez de haver essa lógica de apoios para *qualificar*, (…) *especializar*, *redirigir* e *reorientar*, não! vai sempre fazer mais do que já foi feito, não faz sentido nenhum".

4.3.3. Estratégia e Política Cultural Regional até 2030

No que concerne às políticas culturais até 2030, o GD-SC09-02 defendeu que "mais do que nunca, a partir de agora vai ser fundamental apostar na cultura para desenvolvimento das regiões para retomarmos toda a atividade e toda a energia de que… de que as regiões tinham antes-covid", sendo "fundamental olharmos também para a parte da sustentabilidade, cada vez mais se fala nesse tema".

Para o GD-SC09-06, a cultura é um segmento fundamental da economia, mas:

> estamos a atravessar esta crise que levanta novos desafios e é difícil de facto configurar o que vem a seguir. (…) A cultura não pode ser só o exercício de preservação, que é fundamental, tal como foi dito para a memória coletiva e há muita coisa a se redesenhar nesse… nesse plano, mas tem que ser também o exercício de antecipação do futuro, um pouco como a literatura de ficção científica faz, já se substituiu literatura de ficção científica por literatura de antecipação futura.

O GD-SC09-03 apresentou três propostas concretas para as políticas culturais até 2030 assentes no trabalho em rede em três áreas específicas:

> as redes de bibliotecas provavelmente no apoio, (…) [à] formação de novos e diversificados públicos (…). Em relação à rede de arquivos, eu acho que é preciso ir um bocadinho mais atrás, ou seja, apoiar, nem que seja pequenos projetos que possam hum… fortalecer (…) com rigor e com qualidade (…) projetos, diversificados territorialmente (…). Do ponto de vista das livrarias, eu apoiaria a lógica territorial, por cidades (…). Qualquer projeto que viesse a ser apoiado, ele tinha de estar inscrito numa destas três redes existes ou a criar, porque as redes não têm que ser exclusivas; pode haver redes de bibliotecas públicas, pode haver redes de bibliotecas universitárias, pode haver rede de bibliotecas de… hum… de empresas, por exemplo.

Sobre livro, protagonista de bibliotecas e livrarias, o GD-SC09-08 realçou a importância de "valorizar os livros (…) porque os livros são o rendimento dos autores, são o rendimento das livrarias, são o rendimento dos editores e, por isso, se nós colonizarmos o produto do nosso trabalho vai sobrar pouco" no futuro. O GD-SC09-05 considerou "o livro como pilar central da nossa cultura, como principal transmissor, como principal veículo, ou se quiserem, sustentáculo do conhecimento, do pensamento, da história, da cultura, enfim, da identidade", mas o GD-SC09-03 alertou para o facto de ser "difícil subscrever qualquer afirmação que diga que: «Este setor deve ser o pilar! O livro deve ser o pilar! O arquivo deve ser o pilar! O espetáculo deve ser um o pilar!», porque vivemos todos… num microssistema em precisamos uns dos outros".

No que concerne às livrarias, o GD-SC09-08 avançou com uma proposta específica para "salvar livrarias independentes (…): o Ministério da Cultura poderia articular com as autarquias a existência de uma ou duas ou três livrarias no centro das cidades e vilas do país", apoiando a renda dos espaços e a aquisição de livros.

A questão da digitalização foi um dos aspetos transversais, tendo ficado claro, por um lado, que, mais do que uma ameaça, o digital deve ser encarado como uma oportunidade para o desenvolvimento do setor cultural, e, por outro lado, que há a necessidade urgente de criar condições efetivas, nomeadamente no que concerne a tecnologias e capacitação de recursos humanos, para que as potencialidades do digital sejam verdadeiramente aproveitadas. A este respeito, o GD-SC09-06 acrescentou que "há um trabalho de diversidade linguística que (…) tem que ser assegurado, tanto nas livrarias como nas bibliotecas. A questão do *online* é de facto fundamental (…) [com a criação de] arquivos especializados, temáticos que são depois postos, divulgados *online* e a partir dos quais nós podemos, por exemplo, desenvolver projetos de investigação".

O GD-SC09-07 não quis que a temática fosse encerrada sem sublinhar que:

> enquanto o governo, enquanto as nossas instituições não entenderem que têm que apoiar as famílias, inclusive porque as famílias hoje são famílias não leitoras, os pais muitas vezes são mais infantis que os filhos, são muito mais ignorantes, porque os filhos andam em plataformas muito mais informadas do contexto. Às vezes os pais que têm de trabalhar o dia todo numa coisa qualquer alienante e, por isso, enquanto não tivermos instituições que entendam, que olhem para o universo dos nossos cidadãos e entendam que eles não são leitores e a única forma de transformar os miúdos em leitores é pôr-lhe dentro de casa livros, livros em papel, ilustrados, escolhidos, ou seja o que for, isso não vai acontecer; nós vamos ter as próximas gerações a desaparecerem das bibliotecas e das livrarias e eventualmente a desaparecerem do pensamento, e a desaparecerem da inteligência e a tornarem-se mais alienados e lúdicos, uma cidadania pura e simplesmente lúdica.

4.3.4. Dimensão Cultural do Próximo Programa Operacional Regional do Norte

Tal como se observou na reflexão sobre o Norte 2020, os participantes no GD-SC09 não se debruçaram de forma muito explícita no que respeita à dimensão cultural do próximo programa operacional regional do Norte.

No entanto, quando os participantes se referem, por exemplo, à escassez de técnicos especializados nos arquivos municipais, quando abordam as políticas culturais desde 2015, ou quando salientam a ausência de linhas de financiamento para a tradução de obras portuguesas em outros idiomas no Norte 2020, ou ainda quando destacam a necessidade de repensar a sustentabilidade e de fortalecer redes culturais até 2030, a verdade é que estão, também e implicitamente, a falar da dimensão cultural do próximo quadro comunitário. Assim, e tendo em consideração que a palavra *livro(s)* foi a mais utilizada durante a sessão, convocamos o último contributo do GD-SC09-01 na sessão: "temos um trabalho muito grande pela frente: o livro, a promoção do livro, da leitura… [pois] a leitura tem um papel fulcral na vida de todos nós".

4.4. Grupo de discussão SC10

Figura 58: Nuvem das 29 palavras mais usadas pelo GD-SC10

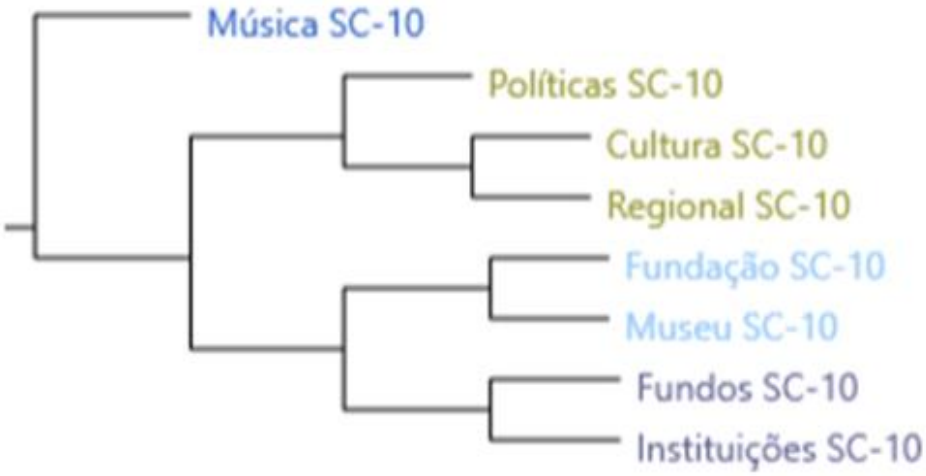

Figura 59: Dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra do GD-SC10

No discurso dos sete participantes no GD-SC10 observa-se, para além da forte presença de *cultura e derivadas* (0,65% do total de palavras utilizadas ao longo da sessão), a presença significativa de palavras como *fundação* (0,56%), *museu* (0,38%), *regional* (0,36%), *música* (0,33%) e *políticas* (0,31%). Realça-se que na Figura 58 foi retirada a palavra que permitia a identificação da EIM14. Através do dendrograma de Jaccard, é possível identificar ligações de

nível 1 entre *cultura* e *regional*, entre *fundação* e *museu* e entre *fundos* e *instituições*, bem como o enfoque nas políticas culturais à escala regional.

Nó A	Nó B	Coeficiente de correlação de Pearson
Políticas	Cultura	0,964699
Regional	Cultura	0,959563
Instituições	Cultura	0,955659
Museu	Fundação	0,953271
Fundação	Cultura	0,949806
Instituições	Fundos	0,941056
Políticas	Instituições	0,93807
Regional	Políticas	0,932619
Políticas	Fundação	0,931717
Políticas	Fundos	0,930924
Regional	Instituições	0,927765
Fundos	Cultura	0,926829
Museu	Cultura	0,915279
Políticas	Museu	0,914263
Instituições	Fundação	0,91277
Regional	Fundação	0,895304
Museu	Instituições	0,887881
Fundos	Fundação	0,885237
Regional	Fundos	0,876748
Música	Cultura	0,867149
Museu	Fundos	0,866222
Música	Instituições	0,849722
Regional	Museu	0,843513
Música	Fundos	0,839941
Música	Fundação	0,838435
Regional	Música	0,835385
Políticas	Música	0,828855
Música	Museu	0,775862

Tabela 14: Síntese do Coeficiente de Pearson do GD-SC10

Com os dados referentes ao coeficiente de Pearson, identificamos a presença de correlações fortes entre a maioria dos nós selecionados, destacando-se aqui e agora as correlações entre *políticas* e *cultura* (P=0,964699), *regional* e *cultura* (P=0,959563) e *regional* e *política* (P=0,932619), por terem constituído um cluster particularmente forte ao longo do discurso. Também não deixa de ser interessante sublinhar, a partir do esquema de Fruchterman-Reingold, a dispersão das correlações em torno da temática da *fundação*, sendo que no discurso só não foi possível identificar correlações diretas com dois dos sete nós selecionados para análise: *políticas* e *cultura*.

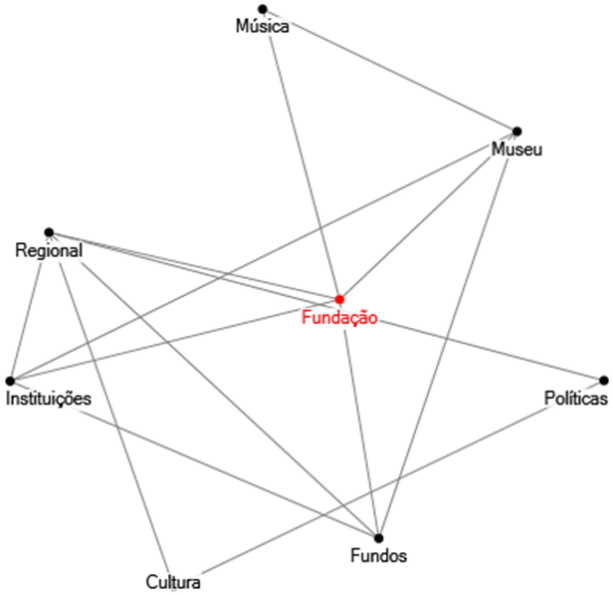

Figura 60: Esquema de Fruchterman-Reingold do GD-SC10

Do GD-SC10, convocamos agora um dos contributos do GD-SC10-06, por nos permitir exemplificar a abordagem efetuada à temática das políticas culturais à escala regional:

> relativamente à questão das políticas culturais, eu acho que é obviamente estratégica a importância da cultura, mas há aqui uma nota que eu gostaria de sublinhar é que para mim… eu acho que devia haver uma espécie de inversão de paradigmas se assim se pode dizer, eu considero que a cultura não é um setor é um recurso, é um recurso muito importante para todos os setores de atividade e se esta pequena ideia fosse incluída na conceção da programação dos instrumentos de apoio ao desenvolvimento através da cultura, ou seja, ele o desenvolvimento humano, social ou económico isso permitiria, penso eu, aumentar a efetividade das políticas que envolvam a cultura com impacto no desenvolvimento regional que penso que é neste âmbito que nós estamos a falar.

Segue-se, como habitualmente, a apresentação de algumas dos aspetos abordados pelos participantes no GD-SC10 em cada uma das quatro grandes temáticas integradas no guião.

4.4.1. Políticas Culturais desde 2015

No debate sobre as políticas culturais desde 2015, no GD-SC10 sublinhou-se a relevância de entidades como as fundações no tecido cultural da região, sendo que o GD-SC10-03 considerou ser importante não esquecer que "o ser uma fundação pública tem implicações… bastante diferentes no modo de atuação no modo da criação dos planos, no modo de relacionamento com os parceiros privados, de ser uma fundação privada", tendo sido também destacada a diferença de escalas, de âmbitos e de alcances, nomeadamente territoriais, das atuações das fundações sediadas na região Norte.

Não obstante a diversidade de fundações que operam, entre outros, no setor cultural, o participante GD-SC10-05 alertou para alguns constrangimentos provocados por opções políticas de relacionar alguns financiamentos públicos para a cultura a uma vertente turística e económica:

> há sempre aqui esta perspetiva do papel que a cultura desempenha por si só (…), mas também o seu papel na interação com as demais realidades do ponto de vista educativo, social, económico, turístico. O que nós temos vindo a assistir é que do ponto de vista das políticas públicas, designadamente de financiamento, a estratégia tem sido muito pela perspetiva da relação com o turismo, da forma como se pode valorizar o território também para outros públicos, para captar outros públicos. (…) E alertarmos para a importância da cultura enquanto fator da valorização do território é sempre importante, seja na fixação de recursos humanos qualificados, seja também na capacidade de atração de outros públicos, designadamente do ponto de vista turístico, isto tem uma dimensão económica importante, agora notamos uma certa dependência do ponto de vista do financiamento dessa perspetiva, e as adaptações que nós tivemos de fazer de alguma maneira mesmo, olhando para as nossas instituições quando se define uma estratégia e, se pensarmos no ponto de vista de algum apoio do ponto de vista do financiamento, tem que haver uma tradução interna quase....”tá bem!, existe esta ação artística, cultural, mas agora nós para irmos buscar o apoio temos de ter este enquadramento do ponto de vista económico”.

Nesta abordagem às políticas culturais desde 2015, vários dos intervenientes aproveitaram a oportunidade para convocar o trabalho, que avaliam como muito positivo, desenvolvido pelas suas organizações na área da mediação cultural e no estabelecimento de parcerias com os municípios na promoção de atividades culturais, que, em alguns casos, podem estar a concorrer substantivamente para a dinamização cultural de alguns territórios em determinados domínios culturais específicos.

Numa visão mais abrangente, o GD-SC10-06 apresentou um panorama não muito auspicioso sobre o estado das políticas culturais em Portugal:

> houve um claríssimo desinvestimento público na ideia da política cultural no território. (…) Relativamente ao grau de articulação das políticas penso que é fraco, é fraquíssimo, e difícil muito difícil, porque é muito difícil que nós nos foquemos fundamentalmente naquilo que nos liga, quando em realidade, em particular as nossas regiões que já sofrem imensas dificuldades e penso que o problema da baixa densidade interfere muito nisto, há poucos atores e há poucos recursos e, portanto, torna-se mais difícil libertarmo-nos para pensarmos num nível geral, mais meta e, portanto, isso afeta claramente a articulação das políticas (…) na realidade não sei quais são as linhas gerais da política cultural regional mais relevantes para a região norte, não as conheço, acho que deviam ser claras.

4.4.2. Programa Norte 2020 (com especial enfoque na dimensão cultural)

O GD-SC10-07 também se mostrou muito crítico relativamente a alguns dos tópicos abordados, nomeadamente quando foi abordada a dimensão cultural do Norte 2020:

> eu sou completamente discordante quanto ao quadro comunitário (…), que não privilegiou a nossa atividade em detrimento de outras e, portanto, nós hoje, alguns anos mais tarde sentimos que o desenvolvimento da nossa atividade cultural, da nossa atividade das nossas fundações não foi por via do quadro comunitário de apoio, e acho que nós podíamos estar numa situação muito melhor se o quadro comunitário de apoio que termina agora tivesse privilegiado a nossa atuação e, portanto, todo o nosso setor foi muito penalizado por isso, no meu ponto de vista sem nenhum sentido, mas o quadro comunitário de apoio é isso mesmo, são opções que foram emanadas pela Europa e a Europa privilegiou outro tipo de atuações e de estratégias que não a da cultura.

Apesar de ter apresentado um lado mais positivo do Norte 2020, ao abrigo do qual foi possível desenvolver alguns projetos, o GD-SC10-05 não deixou de realçar a burocracia associada ao programa, exigindo um nível de maturidade das candidaturas muito grande, aumentando a:

> dificuldade de quem tem que construir candidaturas para apoio a um financiamento comunitário – nós sabemos que não são todos assim, que nós às vezes concorremos a outras linhas e são mais genéricas. No caso do Norte 2020 tem sido pesado deste ponto de vista, não dependerá do programa, são regras, são impostas, admito, mas acho que essa reflexão também tem que se colocar sobre… quando nos dão a possibilidade de concorrermos a um financiamento se nos estão a impor regras que são… têm alguma relação com a realidade.

Em linha com o que foi afirmado, o GD-SC10-02 sublinhou a "que na aplicação destes fundos via candidaturas, eu acho que a posição de instituições como as nossas é mais vulnerável agora, quando comparado com a força que passaram a ter as comunidades intermunicipais e os próprios municípios" e convocou um caso prático para ilustrar o seu descontentamento para com algumas das regras impostas:

> Como é que nós podemos evitar o excesso de burocracia que existe de facto na avaliação destas candidaturas? Eu tenho agora um grande caso que nos aconteceu que para apresentar uma candidatura que tinha que ter um grande grau de maturidade tínhamos que fazer um investimento muito significativo para um projeto que tinha que já estar concluído e depois na verdade a candidatura acabou por não ser aprovada e, portanto, não só não tivemos acesso ao fundo como ainda desperdiçamos dinheiro que podíamos ter alocado a outra… a outro projeto, digamos assim.

O GD-SC10-06 relembrou que um dos problemas do programa está relacionado com a elegibilidade dos candidatos. A análise do programa permite identificar de forma muito nítida:

> uma discriminação negativa em relação a nós, ou seja, a sensação que temos é que o Estado procura capturar para si próprio os recursos e os fundos estruturais quando essa não é a lógica dos fundos estruturais [..., tanto mais que o] impacto na comunidade são dimensões fundamentais que não têm a ver com o facto de sermos uma câmara municipal ou sermos uma instituição privada (…), de facto o público não tem o monopólio do serviço público, nem da capacidade de ter impacto na transformação que desejamos para as… para as sociedades, enfim, para as comunidades e para o território.

4.4.3. Estratégia e Política Cultural Regional até 2030

Nesta reflexão sobre as políticas culturais até 2030, o participante GD-SC10-06 considerou ser relevante começar por "pensar no Ministério da Cultura…qual é o papel da cultura no Governo de Portugal para o país?". Uma pergunta que, na realidade ficou por responder na sessão, mas que, segundo o GD-SC10-03, poderia ser respondida em sessões como a que foi dinamizada durante o presente estudo: "estas reuniões são bastante importantes devemo-las fazer não só a este nível, mas para definir aqui algumas estratégias comuns (…) para um futuro próximo e um futuro mais longínquo".

Não obstante não se ter respondido explicitamente à pergunta enunciada, o GD-SC10-06 sublinhou a urgência de:

> se promover uma lógica de cooperação, sim, mas sem discriminação entre os públicos e privados, acho que tem que começar a pensar no país como um todo e no território como uma coisa Integrada na qual as parcerias de geometria variável são de facto um elemento estruturante do desenvolvimento.

Durante o GD-SC10, os participantes destacaram ainda que, no futuro e por vários motivos, as políticas culturais não podem deixar de investir na componente digital, no trabalho em rede, na formação de públicos, na articulação e na internacionalização.

No que se refere à digitalização, o GD-SC10-05 realçou a sua importância para potenciar "a forma de comunicar, de ter oferta também do ponto de vista dos canais digitais (…), não apenas pela mera fruição, mas eventualmente até de um ponto de vista económico".

A opção da internacionalização é, para o GD-SC10-07, incontornável, sendo que para fundamentar a sua opinião, apresentou diversos motivos para se apostar nesta vertente das políticas culturais, nomeadamente por promover:

> uma rede e acessos a oportunidades que não existem em Portugal e só são criadas nestes ambientes, e, portanto, (…) tem repercussões enormes nos resultados da sua atividade (…), e, segundo, (…) para robustecer (…) o nosso serviço educativo, porque dá a oportunidade de conhecer outras realidades e (…) porque eu não vejo outra maneira de ganhar competência e capacitação tão rápida.

4.4.4. Dimensão Cultural do Próximo Programa Operacional Regional do Norte

Sobre a dimensão cultural do próximo quando comunitário, o GD-SC10-06 sublinhou a importância de que se partisse de:

> dois princípios que é a *confiança* e a *generosidade*, porque de facto no nosso setor cultural, eu penso que o potencial de desperdício é relativamente reduzido relativamente a muitas outras áreas, simplesmente como o sucesso se mede em intangíveis e como nós continuamos a não saber medir os impactos intangíveis da atividade cultural, o resultado disso é a falta de confiança e a falta de generosidade nas políticas, nos instrumentos políticos de… de investimento na cultura, e aí o resultado disso é um excesso de burocracia absurdo, desenhado por pessoas que não percebem o que é que é uma atividade cultural e isso é verdade nos fundos estruturais, (…) e, portanto, confiança e generosidade seriam as duas…as duas sugestões que eu faria para a programação dos fundos, na certeza de que, não será na área cultural que se vai encontrar desvios escandalosos ou desperdícios hum… pelo contrário, eu acho que com confiança e generosidade estes fundos multiplicam o seu alcance e a sua potencial transformação da sociedade.

E o GD-SC10-07 foi perentório:

> Os quadros comunitários não deveriam financiar a sobrevivência das instituições! Eu explico-lhe porquê: porque para cada uma das nossas instituições ser eficazes na sua missão de serviço público elas têm que ser… devem ser autónomas na sua missão, porque decidir o seu próprio caminho, decidir o que é que é importante para a sua missão é absolutamente determinante para o sucesso de cada uma. E o que é que eu vejo? Em muitas das nossas organizações a estrutura é de tal maneira frágil, de tal maneira frágil que olham para os fundos como uma maneira de sobreviver e, portanto, estão sempre a balancear o seu objetivo de acordo com as orientações dos fundos, isto é completamente errado. No meu ponto de vista, os fundos não servem para financiar o que é absolutamente estrutural o que é (como é que eu hei de dizer…) fundacional nas nossas fundações, mas sim apenas serem convocados para contribuir para uma estratégia nacional com aquilo que têm, e portanto, com aquilo que melhor que podem dar, é uma estratégia…devia ser uma estratégia de contributo para uma missão ou para uma decisão coletiva e por ai fora. Claro que nós somos um País pobre, não é?, portanto, os recursos são muito poucos e andamos todos aqui a tentar financiarmo-nos naquilo que é estrutural em financiamentos que não são próprios para isso.

Na sua reflexão sobre a presença da cultura no próximo programa operacional regional, o GD-SC10-02 defendeu que:

> deve ser cada vez mais importante fazer a distinção entre a gestão ou a manutenção do património e aquilo que é a gestão cultural, porque na verdade nós vemos que há fundos que são fundos estruturais que são canalizados para fazer manutenção de património, e sobretudo a região Norte tem imenso património, que está sempre a

precisar de ser conservado, mas isso depois retira recursos para aquilo que é restante atividade cultural, eu julgo que regra geral quase todas as instituições que estão aqui representadas padecem desse problema.

No que concerne ao processo de avaliação das candidaturas, foi sugerido que "em vez de se fazer uma avaliação *a priori*, *garantista* de um resultado que não se conhece, porque é da natureza deste tipo de atividades não conhecer o resultado, haver uma capacidade de no terreno acompanhar e avaliar" (GD-SC10-06) a implementação dos projetos, incluindo no processo de avaliação muito mais com "o histórico do impacto dessa instituição do que propriamente o mérito de um projeto que na verdade ninguém sabe ao certo como vai decorrer e qual é o impacto que vai ter" (GD-SC10-02).

4.5. Grupo de discussão SC11

Nas palavras mais usadas pelos participantes nos grupos de discussão do setor cultural, destaca-se que no GD-SC11 foi mais uma vez identificada como uma das palavras mais usadas foi a designação do município M084, que, como habitualmente nestes casos não foi incluída na nuvem de palavras mais usadas. Retirando esta particularidade, é notória a forte presença de *cultura e derivadas* (0,99% do total de palavras utilizadas ao longo da sessão), mas também se destacam palavras como *criar e derivadas* (0,39%), *pessoas* (0,29%), *arte* e *política* (0,23% cada).

Sendo que dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra nos permite perceber que o discurso com nível máximo de ligação esteve relacionado com cultura e pessoas e com as políticas e criação (nível 3). Alargando a análise às sobreposições, percebe-se o enfoque na arte e o papel da direção (DRCN).

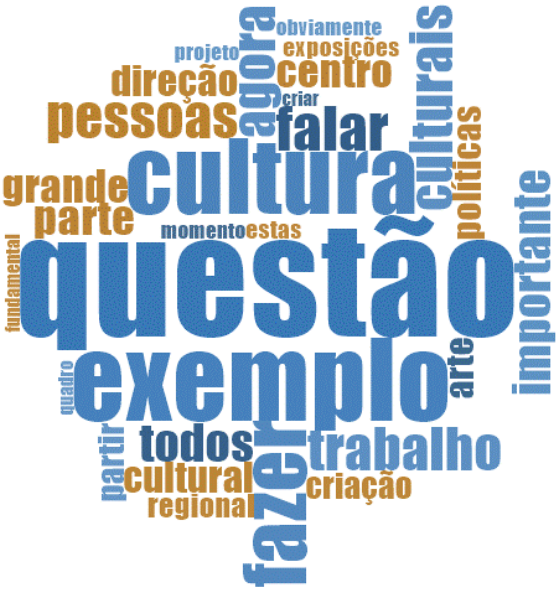

Figura 61: Nuvem das 29 palavras mais usadas pelo GD-SC11

Figura 62: Dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra do GD-SC11

Nó A	Nó B	Coeficiente de correlação de Pearson
Cultura	Criação	0,938614
Direção	Cultura	0,926936
Cultura	Arte	0,926454
Pessoas	Cultura	0,924997
Criação	Arte	0,91265
Políticas	Cultura	0,912456
Pessoas	Criação	0,908983
Pessoas	Direção	0,904846
Pessoas	Arte	0,897123
Direção	Criação	0,892775
Políticas	Criação	0,881397
Direção	Arte	0,87181
Políticas	Arte	0,860537
Políticas	Pessoas	0,839112
Políticas	Direção	0,809412

Tabela 15: Síntese do Coeficiente de Pearson do GD-SC11

Com os dados referentes ao coeficiente de Pearson e com o esquema de Fruchterman-Reingold, permitimo-nos destacar, de entre as correlações mais fortes, a estabelecida entre *cultura* e *criação* (P=0,938614), sendo que no discurso se percebe o enfoque dado à *arte*, que se apresenta como o nó com correlações mais dispersas: por um lado, a formação de um cluster entre *arte*, *criação* e *cultura*, e, por outro lado, o cluster composto por *políticas* e a sua ligação ao cluster que começa com *arte*.

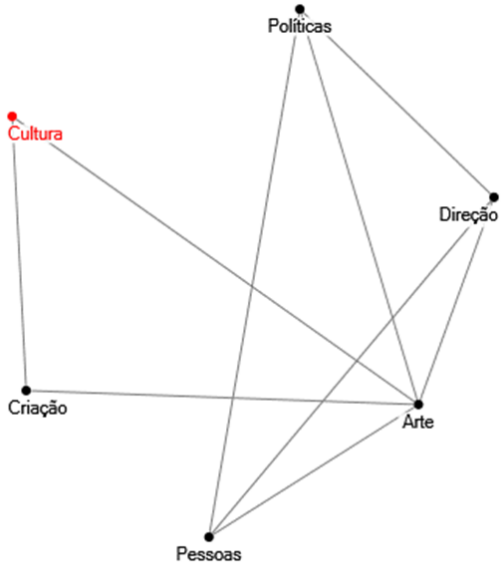

Figura 63: Esquema de Fruchterman-Reingold do GD-SC11

Os contributos dos permitem-nos ilustrar algumas das correlações ao longo da sessão. Para o GD-SC11-07 "criação é a forma como nós nos autonomizamos daquilo que nos rodeia, daquilo que nos controla e, portanto, a questão das políticas culturais vai no sentido de potenciar uma série de características que o território tem, e ao mesmo tempo, digamos, facilitar a construção de canais para um determinado imaginário". E para o GD-SC11-05:

> a questão educacional é muitíssimo importante, nós sabemos que estamos longe de muitos países europeus nesta questão do consumo cultural e nomeadamente isso falha muito nesta questão das escolas, há ainda muito muito trabalho a fazer, há muita questão educacional a fazer em relativamente às artes em Portugal e acho que isso também pode ser não sei como, mas era um terreno a investir, e investir no futuro, portanto, esta questão de educar as crianças educar os jovens para a cultura é essencial e eu acho que nós não… não sei se o estamos a fazer da melhor forma

Segue-se a apresentação de algumas de alguns dos aspetos abordados no SC11 em cada uma das quatro grandes temáticas integradas no guião.

4.5.1. Políticas Culturais desde 2015

A criação cultural esteve particularmente presente neste grupo de discussão, sendo que a sessão começou mesmo com um contributo do participante GD SC11-01, um artista/criador, que, sobre as políticas culturais desde 2015, não hesitou em afirmar que há:

> uma demasiada preocupação, não com a arte, mas mais com um lado de (…) entretenimento para chamar assim (…), não há uma especificidade de pensamentos, acho que o papel do programador cultural é muito importante, acho que as câmaras têm um fraco… uma fraca aposta na figura do programador e do pensador da cultura,

> acho que arte deve ser pensada para cada lugar, acho que a delegação regional está muito ligada ao património e não tanto a questões imateriais, acho que tenho feito projetos que podiam deixar mais raízes e elas não tem deixado, porque os projetos… eu acho que é uma coisa tripla, há o artista que cria, há a mediação de públicos, e há quase o provocar o artista para ele experimentar, há esses três lugares, ou seja esse sair do teatro, esse sair dos centro urbanos como lugar de experimentação e de enraizamento num território… acho que é muito importante a especificidade de cada território e alguns lugares conseguem-no.

Em linha com o que foi afirmado, o GD-SC11-07 não perdeu a oportunidade para:

> deixar só mais duas ou três ideias que para nós são fundamentais a este nível das políticas culturais: (…) a questão da fruição, a questão do entretenimento *versus* a arte e a cultura, e a questão das escalas… nós assistimos neste momento a uma espécie de obsessão por grande escala, ora isso faz com que a grande escala e a aglomeração e os grandes festivais, haja uma espécie de réplica permanente nos territórios, não é? Essa questão de identidade dos territórios acaba por ser um bocadinho diluída nesta ideia da cópia que nós vamos constatando nos chamados projetos de sucesso.

Sobre a relação das políticas culturais com o território, o GD-SC11-04 realçou a importância de desenvolver:

> políticas criativas, políticas essas destinadas a promover o desenvolvimento global integrado do território, sempre atentos às especificidades locais de cada localidade, de cada meio, e aqui quando falo em meio falo em meio rural e falo em meio urbano também potenciando as potencialidades de cada um, baseando-se nos recursos e nas potencialidades existentes, pois caso contrário, nós entendemos produzir políticas e estratégias de outras cidades, de outras regiões, de outros países, de outros territórios, que pode levar a resultados que não são apropriados aos contextos regionais e territoriais nos quais nós estamos a viver. Cada lugar tem por isso, quanto a nós, que explorar a sua própria criatividade.

No seu contributo sobre esta primeira temática em discussão, o GD-SC11-03 partiu de um problema muito prático e recorrente quando se reflete sobre políticas e projetos culturais: a comunicação. Sendo que para este participante, "há cada vez mais interesse em comunicar projetos culturais, mas não há ainda uma visão muito…há interesse, mas ao mesmo tempo não se sabe como fazer [… e] há outras instituições também que não têm poder económico" para trabalhar profissionalmente esta vertente das políticas e projetos.

No que se refere às lacunas observadas nas políticas culturais, o GD-SC11-05 abordou, entre outras, a questão dos recursos humanos, reconhecendo que:

> temos uma equipa também muito pequena e pouco qualificada, e isto é para mim um dos grandes problemas (…), nós temos por este país fora inúmeros espaços museológicos, inúmeros espaços culturais, mas todos nós no fundo sentimos essa… eu acho que nós estamos bastante atrás nesse sentido em relação à formação dos

> recursos humanos, não só, mas para não falar só nas questões financeiras, que isso é sempre um problema que todos nós vivemos, falta de recursos etc. e tentamos rentabilizá-los o mais possível, fazemos um esforço muitíssimo grande e obviamente muitas vezes a partir desta questão de criar sinergias.

As debilidades de alguns dos apoios do estado às artes e os problemas generalizados de subfinanciamento, foram também tópicos abordados neste olhar retrospetivo para as políticas culturais.

4.5.2. Programa Norte 2020 (com especial enfoque na dimensão cultural)

A análise deste grupo de discussão permitiu perceber que, mais do que efetuar uma avaliação profunda ao Norte 2020, os participantes optaram por ir abordando mais veemente as problemáticas relacionadas com as políticas culturais, que poderiam ter sido favorecidas, nomeadamente, se a cultura tivesse estado presente de forma mais consistente no Norte 2020.

Não obstante, tornou-se nítido que, para os participantes, o Norte 2020 é um programa com um peso burocrático excessivo, que, pelo menos no que concerne à cultura, não serviu para corrigir as assimetrias regionais e que, segundo o GD-SC11-08, careceu de "maior transparência e clareza".

Um dos aspetos que gerou alguma controvérsia foi a relação entre cultura e turismo no Norte 2020. O GD-SC11-05 defendeu como essencial a relação entre estas duas dimensões, ao que o GD-SC11-01 respondeu que em primeiro lugar seria necessário apostar na comunidade, "é preciso criar o lugar, se calhar um lugar de criação e depois sim avançar para esse lado do turismo acho que o imaterial e o humano do lugar devem estar à frente do turismo".

4.5.3. Estratégia e Política Cultural Regional até 2030

No que concerne às políticas culturais no futuro, o GD-SC11-07 relembrou que "quando falamos de políticas culturais falamos obviamente da intenção de transformar um território, (…), de puxar para cima as competências de um território, de trabalhar no sentido de quem lá vive, crescer com isso", sublinhando a importância de apostar nas identidades locais, de trabalhar em rede e de combater as assimetrias.

> A questão da pequena escala, a escala da assinatura, escala autoral é fundamental para o futuro, (…) a questão de (…) da identidade dos territórios é fundamental naquilo que são as políticas culturais para o futuro na minha… na minha perspetiva; hum… e queria também acrescentar que, a questão da articulação e do trabalho em rede é fundamental e deixo aqui só mais uma última ideia que para mim também deve ser preocupação de um plano futuro que é o trabalho sobre as assimetrias no país, eu acho que é muito importante termos em conta hum… (…), eu acho que é nuclear para

> o país que essa perspetiva esteja em cima da mesa, que esse… as políticas culturais não deixem as regiões isoladas a lutarem por si no sentido da sua sobrevivência da sua afirmação, mas que haja aqui um olhar no sentido de que tem que haver uma inversão destas assimetrias.

Sobre as redes culturais, o GD-SC11-05 sublinhou que, mesmo dentro de um município, nem sempre se afigura fácil a promoção do trabalho em rede entre os diferentes equipamentos e atores do setor cultural, por isso a aposta é importante e urgente no futuro.

Alguns dos participantes (e.g. GD-SC11-02, GD-SC11-08), apresentaram a circulação e a itinerância de projetos culturais como eventuais formas de combater as assimetrias regionais observadas no território.

Para o GD-SC11-06, o reforço dos recursos humanos e a formação das equipas capacitadas são absolutamente cruciais, sendo que a ligação com o ensino superior surgiu como uma opção a ter em conta:

> Todos temos dificuldades e temos deficiências nas equipas que trabalham com as coleções, agora estou a falar de coleções de museus, que é aquilo que mais diretamente me diz respeito não tanto dança ou teatro cujas realidades eu não conheço, mas a qualificação das equipas é absolutamente fundamental e sendo que a maneira mais simples e mais direta de resolver o assunto seria contratar pessoal, nós sabemos que isso não é possível e portanto é preciso, penso eu, encontramos algumas soluções um pouco mais imaginativas, mas, ao mesmo tempo também quase óbvias, de minorar as deficiências nas equipas, e parece-me que uma solução, uma ajuda vá lá, seria haver realmente uma ligação maior entre os setores culturais e os setores da educação superior.

Outro dos eixos de trabalho das políticas culturais no futuro apresentado pelos participantes esteve relacionado com a mediação cultural. Sendo que o GD-SC11-01 não hesitou em afirmar que "o encontro das pessoas é o papel fundamental das artes e deve ser colocado aí o foco, a criação de públicos junto à ciência e à ecologia, a educação, acho que não há público em Portugal".

4.5.4. Dimensão Cultural do Próximo Programa Operacional Regional do Norte

Não obstante este ser o último tópico integrado no guião distribuído aos participantes, o GD-SC11-04 abriu a sua primeira intervenção afirmando logo que considerava fundamental ser criado "um programa 2030, uma agenda, em que a cultura seja uma das prioridades, (…), que venha a ser alvo de financiamentos não só pontuais (…) e que haja aqui uma reviravolta de facto na importância que a cultura tem para os territórios", sendo que na sua última intervenção aprofundou o seu ponto de vista sobre o assunto, que se pode dizer que sintetiza muitos dos contributos da maioria dos participantes.

Qual a estratégia cultural para o próximo quadro comunitário tendo em conta a Agenda 2030? (…) a região deve estar aberta à inovação e à experimentação; (…) deve oferecer condições exemplares para a criação artística, para a curadoria, a exibição e a fruição de produtos culturais e criativos (…): uma região onde os territórios assumam um modelo de governação institucional ágil, colaborativo e adequado aos novos meios e plataformas de produção criativos e consumo cultural que está a acontecer, tendo em conta também outras experiências que estão a acontecer lá fora, nomeadamente na Europa(…).

Focando-me agora nos objetivos estratégicos, eu iria enumerar alguns (…) qualificação e a capacitação do setor cultural e criativo no seu capital humano, e isto é fundamental é aquilo que nós estamos a sentir que há necessidade, principalmente em cidades (…) que apostam muito na cultura (…); relação entre a educação e a cultura é uma temática recorrente, e aqui efetivamente podemos fazer esta ligação com a primeira e também com setor da empregabilidade é muito importante esta dimensão da empregabilidade, ajustar as práticas do setor aos novos modelos de participação cultural que estão também a surgir, entendemos que a participação cultural é um processo alargado e abrangente, que pode integrar aqui dinâmicas de participação mais tradicional que decorrem por exemplo do movimento associativo, mas também dinâmicas que resultam de grupos de intervenção cívica. (…) integrar a dimensão cultural e criativa nas políticas de desenvolvimento sustentável e aqui vamos ao encontro daquilo que está já integrado na própria Agenda 2030 objetivos para o desenvolvimento sustentável e a cultura faz parte destes… e pode contribuir de forma muito, muito vincada para de facto os territórios se transformarem cada vez mais em territórios desenvolvidos em termos de sustentabilidade (…) impor necessidades de encontrar de relação entre meio rural e meio urbano, e também relações transfronteiriças e estas relações são muito importantes (…). Criar e, como último outro eixo, criar condições para a retenção e atratividade de talento para crescimento da economia criativa, aqui tem que haver um investimento efetivamente, as residências artísticas que (…) podem ser uma mais-valia para realmente ajudar a fixar criativos nestes territórios de baixa densidade populacional, e a cultura pode ter aqui um papel fundamental, aliada também ao próprio turismo (…). Depois criar plataformas também de comunicação que é fundamental (…), criar estas plataformas de comunicação eficientes e eficazes de apoio ao setor cultural e criativo; e finalizaria com uma última que era adequar o modelo de governação aos novos desafios estratégicos, isso é fundamental e dizer aqui que (…) os vereadores devem ser políticos, devem pensar nas estratégias e os programadores devem ser outras pessoas, (…) devemos efetivamente trabalhar em sintonia, juntar aqui as sinergias o lado político com o lado técnico por forma a que realmente consigamos levar a bom porto todas estas linhas orientadoras e todos os propósitos e aquilo que realmente nós estamos a sentir no terreno.

4.6. Grupo de discussão SC12

Figura 64: Nuvem das 30 palavras mais usadas pelo GD-SC12

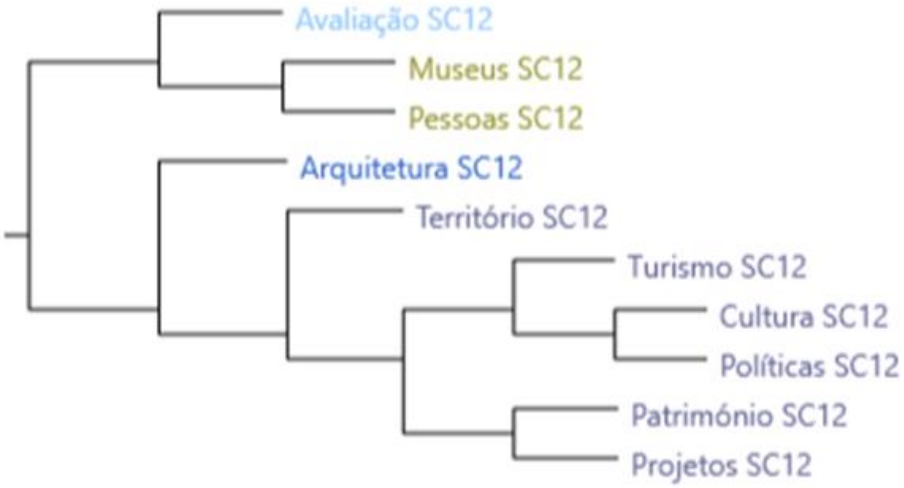

Figura 65: Dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra do GD-SC12

A nuvem das 30 palavras mais usadas pelos oito participantes no GD-SC12 revela, para além de *cultura e derivadas* que representam 0,84% do total de palavras utilizadas ao longo da sessão, o peso importante de palavras como *património* (0,63%), *turismo* (0,36%), *políticas* (0,32%), *arquitetura* (0,29%) e *avaliação* (0,19%).

Nó A	Nó B	Coeficiente de correlação de Pearson
Património	Cultura	0,974669
Políticas	Cultura	0,972072
Turismo	Cultura	0,965138
Projetos	Cultura	0,960171
Projetos	Património	0,952212
Políticas	Património	0,950619
Território	Cultura	0,94493
Pessoas	Cultura	0,943786
Turismo	Património	0,943665
Turismo	Políticas	0,939117
Território	Património	0,938927
Projetos	Políticas	0,935637
Território	Projetos	0,93329
Território	Políticas	0,932424
Políticas	Pessoas	0,929894
Turismo	Projetos	0,925673
Pessoas	Património	0,925639
Turismo	Território	0,921397
Projetos	Pessoas	0,911089
Turismo	Pessoas	0,904531
Museus	Cultura	0,902744
Museus	Avaliação	0,898701
Pessoas	Museus	0,896716
Políticas	Museus	0,892911
Território	Pessoas	0,892877
Cultura	Avaliação	0,892741
Projetos	Museus	0,890728
Pessoas	Avaliação	0,890078
Património	Museus	0,888255
Políticas	Avaliação	0,888047
Projetos	Avaliação	0,879307
Património	Avaliação	0,871521
Território	Museus	0,863543
Cultura	Arquitetura	0,863378
Património	Arquitetura	0,856189
Políticas	Arquitetura	0,853343
Pessoas	Arquitetura	0,851408
Projetos	Arquitetura	0,848608
Território	Avaliação	0,848314
Turismo	Museus	0,844502
Turismo	Avaliação	0,838905
Território	Arquitetura	0,82271
Turismo	Arquitetura	0,816714
Museus	Arquitetura	0,801593
Avaliação	Arquitetura	0,791327

Tabela 16: Síntese do Coeficiente de Pearson do GD-SC12

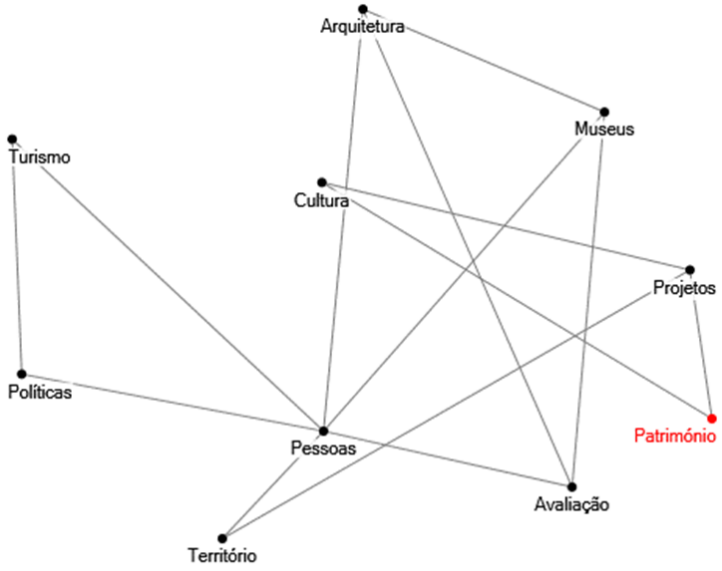

Figura 66: Esquema de Fruchterman-Reingold do GD-SC12

O dendrograma de Jaccard permite-nos perceber que o discurso com nível máximo de ligação esteve relacionado com *cultura* e *políticas*, salientando-se ainda as associações de nível 2 de projetos de património e de nível 4 de museus com pessoas. Alargando a análise às sobreposições, torna-se nítida a associação, por exemplo, das políticas culturais ao turismo, e da avaliação dos museus, eventualmente, por e para as pessoas.

Com os dados referentes ao coeficiente de Pearson, conseguimos identificar a presença de correlações particularmente fortes entre *cultura* e *património*, *políticas*, *turismo* e *projetos*. Sendo que o esquema de Fruchterman-Reingold revela a proximidade discursiva entre *políticas* e *turismo*, entre *projetos* e *património*, e entre *território*, *projetos*, *cultura* e *património*. A referência às pessoas também é digna de registo no GD-SC-12, tendo sido mesmo a palavra com que mais correlações foi possível estabelecer. Sobre as *pessoas*, o GD-SC12-08 criticou massificação turística como necessidade dos territórios para provar que o seu património cultural estava acessível a um número muito grande de pessoas e o GD-SC12-01 pegou na deixa para questionar:

> como é que nós fazemos com que a cultura mude efetivamente o nosso ser, as nossas pessoas, o nosso olhar sobre o mundo, nos torna mais flexíveis, melhores pessoas… como é que isto se faz? e isto não se faz de um dia para o outro. Portanto, é necessário também que nós consigamos, e este tempo, mais um tempo de paragem, um tempo em que não vamos ter tanta gente na rua, não vamos ter tantos eventos, pode ser um tempo de repensar esta questão das políticas culturais.

Convoquemos agora alguns dos aspetos abordados no SC12 em cada uma das quatro grandes temáticas integradas no guião.

4.6.1. Políticas Culturais desde 2015

Na abordagem retrospetiva das políticas culturais e partindo da sua experiência, o participante GD-SC12-01 começou por apresentar algumas evidências de apostas consistentes à escala local e municipal, nomeadamente no que concerne ao património imaterial, que tem muitas implicações e relações com o turismo, mas também relacionadas com o património imaterial e a criação artística contemporânea, tudo isto para realçar:

> que a qualificação da população e que esta política cultural, esta capacidade que o município pode ter de dar uma resposta nas várias artes e nas várias apostas que vai fazendo, é algo que vai engrandecer e vai melhorar a população a longo prazo, portanto, isto é uma aposta de cidadania, no novo pensamento do que é o cidadão do século XXI, uma aposta na educação e na mediação cultural, que é uma aposta muito forte (…)., portanto, temos isto muito consolidado, muito sustentado, não é feito de uma forma pontual é… é feito de uma forma sistémica, racional, consciente, portanto, há aqui este caminho que se pretende fazer.

Não obstante, o mesmo participante sublinhou que o mesmo não se observa, como um todo, à escala das EIM's pois, por exemplo, há um trabalho:

> muito bem feito, muito sistémico na área da educação e não temos na área da cultura, e por duas razões que também passo… e que… que são facilmente explicadas: a educação porque foi, no âmbito dos PDCT's, uma área considerada prioritária pelo governo, e portanto, (…) com verbas alocadas e verbas substantivas, e… também… obrigaram os municípios a andar e… e apesar de estarem em níveis muito diferentes na aposta que faziam na educação, conseguiram efetivamente dar passos muito significativos e ao nível da CIM (…), por exemplo, dizer-vos que nós partimos de pressupostos muito diferentes, em que havia municípios com… com níveis muito diferentes, e hoje não temos essa diferenciação tão grande, isto é, conseguimos esbater muitas das diferenças entre os vários municípios que é esse o objetivo das CIM's ou das áreas metropolitanas como sabem. Ao nível da cultura isto não aconteceu, portanto, na cultura (…) porque não há esta indicação tão precisa da importância de cultura.

Aproveitando a deixa do turismo, o GD-SC12-02 sublinhou que o grande problema é a ausência de uma política cultura definida, observando-se essencialmente uma relação da:

> cultura através também do turismo hum… e… e… de facto nós vamos sentindo aqui algumas dificuldades de alguma orientação estratégica (…) não se sente esta orientação a nível da cultura, de facto, conhecemos alguns projetos, todos vamos participando mas são coisas muito pouco relevante e acho que de facto há necessidade de a nível da cultura haver uma definição estratégica maior, deve haver uma maior articulação entre as regiões, de facto, a região Norte é uma região enorme e… e tem realidades muito distintas, portanto, é…é fundamental que (…) esta estratégia cultural se defina.

No que concerne ao património, referindo-se especificamente ao património imaterial, o GD-SC12-05 manifestou a sua preocupação com "uma mediatização daquilo que é o folclore e as práticas da cultura popular portuguesa, e às vezes é muito difícil dar uma leitura diferente daquela que já está… já está instituída".

Sobre a ausência de estratégias para as politicas culturais, que foi corroborado para a generalidade dos participantes, o GD-SC12-06 realçou "que deixou de haver um pouco políticas culturais estruturadas", o GD-SC12-05 referiu-se ao "pouco reflexo nas políticas culturais nacionais da cooperação entre regiões ou entre municípios" e o GD-SC12-08 relembrou que "a arquitetura esteve sempre muito deixada ao… pronto, ao lado, do que seria uma política nacional, aliás, não existe ainda nenhuma, por exemplo, nenhuma entidade onde o Estado português participe na… em arquitetura."

4.6.2. Programa Norte 2020 (com especial enfoque na dimensão cultural)

Sobre o Norte 2020, o GD-SC12-01 não hesitou em afirmar que:

> a cultura ficou um bocadinho de fora, as grandes verbas substantivas foram apanhadas por meia dúzia de projetos muito… muito específicos, que não tiveram a abrangência que nós temos, e nós temos de pensar num território, que é Portugal, que tem… valências completamente diferentes, tem o litoral, tem o interior, tem realidades completamente diferentes e portanto é preciso percebermos se esta aposta na cultura é uma aposta efetivamente para ficar, de chegar à população toda e dela ser… não ser elitista, digamos assim, não é, mas construir… contribuir para a construção do novo cidadão do século XXI.

O GD-SC12-03 alertou para um problema que já tinha sido identificado anteriormente:

> uma certa tendência de hiperpatrimonialização que se viveu nestes últimos anos, muito por força da dinâmica introduzida pelo turismo e, digamos, orientada para dar resposta a uma procura muito turística e… e… e que na sua essência é efémera, isto é, passam pelos milhões, vão passar pelos milhões todos, fazem-se muitos eventos que são exatamente isso, efémeros, e a questão que eu julgo que deve merecer alguma reflexão é: O que é que fica, de facto, no domínio do património cultural? (…)
>
> Esta questão da avaliação, monitorização, é… é… é absolutamente essencial, mas julgo que também é uma das… é algo que nunca foi plenamente realizado nas décadas passadas. Qualquer avaliação, dos projetos que foram feitos, das políticas que se tomaram, (…) tem que assentar em indicadores. Eu tive a oportunidade de, enfim, de fazer uma espécie de trabalho de casa por causa desta reunião, e fui ver… fui à CCDRN, à DRCN, aos municípios, etc., e… e… e procurei identificar nos relatórios das atividades, como é que eles próprios avaliaram a execução dos seus projetos no domínio do património cultural, e mais uma vez confrontamo-nos com a… a abordagem de pendor economicista vinculado ao turismo.

O GD-SC12-08 referiu-se à inexistência de "apoios comunitários nem… uma estratégia nacional para tratar estes acervos de arquitetura" e o GD-SC12-07 destacou três fragilidades na área do património que não foram incluídas devidamente no Norte 2020: "as matérias da conservação preventiva, as matérias do inventário e as matérias da segurança, da segurança, do património em geral e dos seus bens em particular".

4.6.3. Estratégia e Política Cultural Regional até 2030

Para o GD-SC12-02 o mais importante é que, efetivamente, haja uma estratégia nacional e regional, pois "se nós queremos uma política que funcione e que… que no fundo transmita a… a força desta região para todo o país e para o estrangeiro, é importante que essa estratégia seja definida".

O GD-SC12-04 foi mais longe, considerando que é urgente recentrar as políticas culturais:

> nas pessoas que habitam os lugares, ok?... e se calhar menos nesta lógica frenética do próprio turismo, ou seja, temos que nos recentrar em nós, o sentido de que onde estamos temos que nos sentir bem, por razões várias, se calhar a… a… a… a loucura ou… ou… ou este sentido cosmopolita que os próprios centros têm, poderão ter outros contrapontos eventualmente até mais interessantes.

O foco nas pessoas e a importância no envolvimento das comunidades também foi sublinhado por diversos intervenientes, nomeadamente o GD-SC12-06 quando se referiu à relevância "de começar a estruturar programas de educação, de sensibilização, de trabalho direto com a sua comunidade e com a sua comunidade escolar e com a sua comunidade de… de pertença". Destacando ainda as "questões da sustentabilidade, e numa visão futura daquilo que são as políticas culturais, tem que ser repensada e pensada, porque (…) nos permitam que depois todo o processo seja bem conduzido".

O GD-SC12-05 e o GD-SC12-01 relembraram a importância de, na eventual estratégia a definir, pensar nas especificidades dos territórios. O primeiro participante sublinhou os problemas associados à interioridade e, na mesma linha, o segundo convocou aspetos relativamente às escalas das políticas culturais e ao papel que todos podem e devem assumir no futuro.

> Fala-se muito em políticas culturais para Lisboa e para o Porto, portanto, é uma questão muito centralizadora muito agregadora dos grandes locais, dos… da capital a… e também do Porto, que se assume de alguma forma com alguma dimensão catalisadora, hum… se bem que estes podem ser catalisadores não podem ser cerceadores da… das liberdades de todos os outros de desenvolverem as suas próprias políticas culturais.

A este respeito, o GD-SC12-06 acrescentou ainda que "não havendo uma política nacional clara e, nomeadamente nos territórios fora de Lisboa e do Porto, da Grande Lisboa e do

Grande Porto", se torna fundamental o conhecimento "daquilo que são os projetos que têm vindo a ser desenvolvidos e que vão ganhando a… algum espaço nos territórios e começam a dar resultado (…). Esta concertação é fundamental, e isso existe como uma definição de políticas claramente".

Sobre a colaboração, as parcerias e o trabalho em rede, que, entre outros, potenciam o desenvolvimento e a concertação estratégica, o GD-SC12-08 sublinhou que "há uma falta de… de… de capacidade dessas entidades colaborarem, existe uma certa dificuldade também de estabelecer objetivos comuns, estratégias comuns".

4.6.4. Dimensão Cultural do Próximo Programa Operacional Regional do Norte

Em linha com as debilidades que identificou, o GD-SC12-08 defendeu "que os próximos fundos comunitários têm que haver esta necessidade de obrigar as entidades a colaborarem".

Foi ainda debatida a questão da adequação dos indicadores de realização e de resultado, sendo que para o GD-SC12-03 há uma componente quantitativa incontornável:

> número de ações que foram realizadas, quanto dinheiro é que se investiu nessas ações, mas eu julgo que os indicadores mais importantes e que tem que começar a… a ser valorizados são os indicadores qualitativos, naturalmente que isso (…) tem uma componente subjetiva e (…) menos fácil de se tratar. Mas é… é esse o caminho que tem que se fazer, porque é de facto, aquilo que será importante no futuro para avaliar a qualidade. Aliás, em Portugal não há tradição de avaliar nada, há uma… dificuldade enorme em avaliar aquilo que… que se foi feito… as entidades… e os promotores e os agentes e…

Sobre os indicadores, para o GD-SC12-08 o grande desafio do próximo programa operacional passa por integrar as seguintes dimensões na dimensão cultural: a capacidade de tornar o património acessível, a proximidade a novos públicos, a presença *online* e o envolvimento da comunidade local.

A este respeito, o GDSC12-01 alertou para a dificuldade de criar indicadores verdadeiramente adequados para estes projetos e para estas áreas. Os projetos culturais,

> as políticas culturais são de longo prazo, não são a um ano, não são a dois, não são a dez… e portanto, isto também tem de ser visto nos indicadores. Como é que nós fugimos desta quantificação imediata, de abrir um museu e de repente contar que estão lá cinquenta pessoas ou só estão dez, mas… que efeitos isto tem nas pessoas que visitam os museus; elas são diferentes? elas têm uma perceção diferente do mundo? elas vão a outros museus? como é que elas a partir daqui estão disponíveis para um outro tipo de… e isto é um desafio grande de pensar que não é fácil, criar indicadores para estas áreas.

4.7. Grupo de discussão SC13

A nuvem das 30 palavras mais usadas pelos 12 participantes no GD-SC13 revela, para além da forte presença de *cultura e derivadas* (0,71% do total de palavras utilizadas ao longo da sessão), a presença significativa de palavras como *património* (0,41%), *turismo* (0,36%), *pessoas* (0,28%) e *museus* e *regional* (0,21% cada).

Figura 67: Nuvem das 30 palavras mais usadas pelo GD-SC13

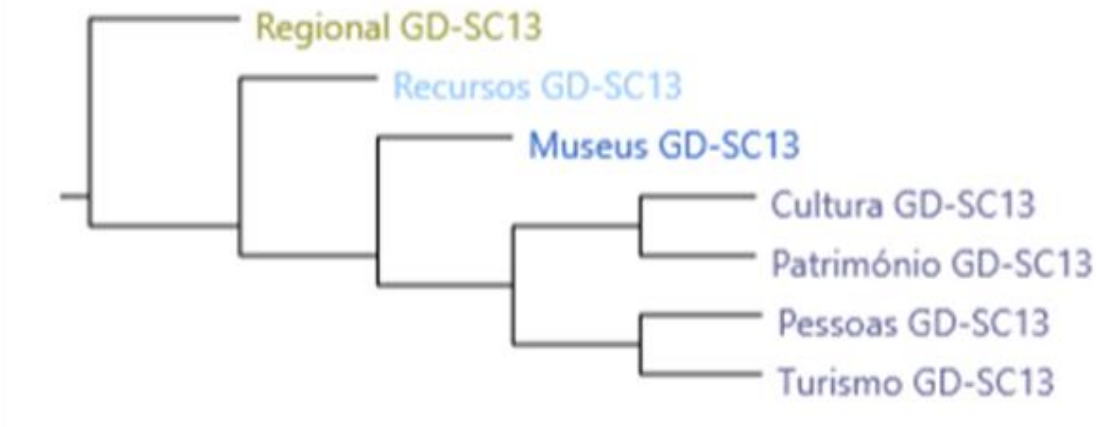

Figura 68: Dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra do GD-SC13

O dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra permite-nos perceber que o discurso com nível máximo de ligação esteve relacionado, por um lado com pessoas e turismo e, por outro lado, com cultura e património. Sendo de destacar ainda que, alargando a análise às sobreposições, se percebe a importância dos museus e dos recursos ao longo do discurso.

Nó A	Nó B	Coeficiente de correlação de Pearson
Património	Cultura	0,968208
Turismo	Cultura	0,967072
Pessoas	Cultura	0,961969
Museus	Cultura	0,960223
Regional	Cultura	0,958668
Turismo	Pessoas	0,95815
Turismo	Património	0,954436
Pessoas	Património	0,950098
Turismo	Museus	0,949511
Turismo	Regional	0,946426
Património	Museus	0,944535
Recursos	Cultura	0,941463
Recursos	Museus	0,939481
Regional	Pessoas	0,937581
Pessoas	Museus	0,937574
Regional	Património	0,936091
Recursos	Património	0,931796
Regional	Museus	0,931352
Turismo	Recursos	0,927598
Recursos	Pessoas	0,912197
Regional	Recursos	0,908118

Tabela 17: Síntese do Coeficiente de Pearson do GD-SC13

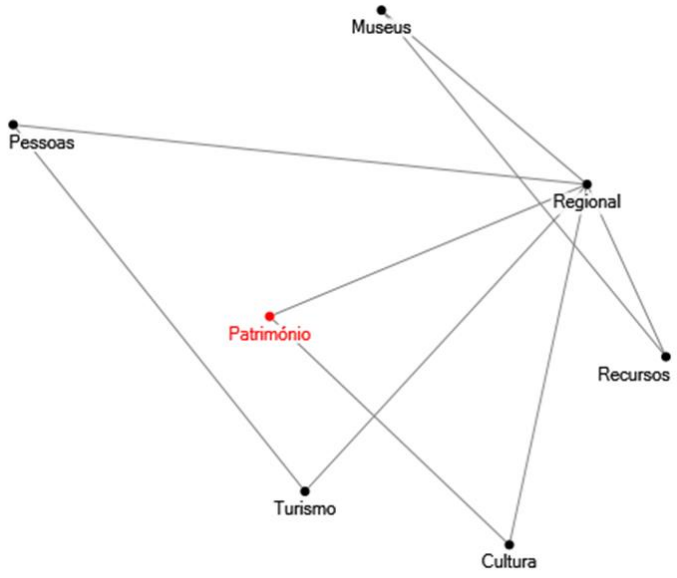

Figura 69: Esquema de Fruchterman-Reingold do GD-SC13

Com o coeficiente de Pearson e o esquema de Fruchterman-Reingold, conseguimos observar nitidamente as diferenças entre as proximidades discursivas de *cultura* e *património*, de *pessoas* e *turismo* e de *museus* e *recursos*. Outro aspeto interessante e digno de registo, está relacionado com o nó *regional* que forma um *cluster* que se liga ao cluster *cultura* e *património* e ao cluster *pessoas* e *turismo*, servindo como elo entre *museus* e *recursos* com os demais.
Antes de avançar com a apresentação de algumas de alguns dos aspetos abordados no SC13 em cada uma das quatro grandes temáticas integradas no guião, convocamos um dos contributos do GD-SC13-09 que se centra nos *recursos* afetos à cultura:

> realmente faltam recursos e falta a qualificação dos recursos, muitas vezes o que se vê quando se fazem projetos infraestruturais, aquilo que se vê, a imaterialidade acaba por ficar com as sobras e muitas vezes pensado quase *a posteriori*, já está a intervenção a terminar e só agora é que se vai começar a pensar nas imaterialidades sejam elas quais forem, na área da comunicação, na área da… sejam do que for… da animação por exemplo; e isso realmente é um… é um ponto que faz com que as coisas andam um bocadinho mais… mais devagar. E depois temos também a vertigem dos… dos números, não é?

4.7.1. Políticas Culturais desde 2015

De forma muito pragmática o GD-SC13-08 identificou a ausência:

> de uma estratégia nacional para a cultura que vem de muito atrás; (…) aquilo que realmente mais me custa é perceber que nós, tudo o que fizemos, tem por trás medidas absolutamente erráticas sob o ponto de vista da reflexão daquilo que é uma estratégia nacional para a cultura; desta forma o quê que acontece? Nós não temos uma oferta estruturada e articulada que ganha escala, quer internamente quer externamente; não temos recursos próprios e não tem sido feito o investimento na formação do pessoal e dos recursos técnicos que nos permita sustentar uma política consistente e crie mais-valias e gere conhecimento, sem esse conhecimento nós estamos permanentemente a comunicar ideias fracas.

Para o GD-SC13-07, o balanço das políticas culturais locais da região, a partir da realidade dos museus, também não foi particularmente positivo:

> se calhar diria que não se podem fazer políticas culturais (…), sem edifícios e sem pessoas, as pessoas que trabalham nos museus, sem visitantes, sem comunicação e sem financiamento e, de facto, não é…. Tem faltado um pouco de tudo isto e aqui não é culpa do Diretor Regional, é culpa das políticas nacionais e, portanto, (…) falamos muitas vezes destas coisas, discutimos, mas a verdade é que continua a faltar dinheiro para obras, continua a faltar pessoal, continua a faltar dinheiro para fazermos atividades de reconhecimento, não digo internacional, mas nacional, e… e pronto acho que isto que é o principal.

De entre as lacunas que forma sendo identificadas pelo grupo de profissionais presentes na sessão, o GD-SC13-06 destacou aspetos relacionados com os recursos humanos especializados, com a mediação cultural e com a comunicação. Sendo que o GD-SC13-05 sublinhou veemente os problemas relacionados com a comunicação:

> não existe um corpo profissional de funcionários que esteja dedicado a tempo inteiro a essa tarefa fundamental que eu diria que é quase o princípio e o fim da linha (…). Ela é o princípio porque quanto mais dermos a conhecer o património, quanto mais visibilidade o património tiver e quanto mais for percetível a importância do património, mais fácil é para nós termos acesso aos recursos (…), mais o poder político estará disponível para nos facultar aquilo que necessitámos. E é também o fim da linha, porque este facto é o fim último do património, que é comunicar; o património é na essência – não podemos esquecer isto – um suporte de memória, o suporte de identidade e para o ser, ele tem que ser conhecido e seus significados têm de ser transmitidos.

Ainda sobre a temática do património, o GD-SC13-12 abordou a relação que nos últimos anos se tem estabelecido com o turismo e os problemas provocados por não se entrar em linha de conta com:

> a capacidade de carga dos monumentos, dos sítios e das comunidades, agora, nós temos nesta equação um agente que é verdadeiramente determinante que… são as câmaras, que fazem tudo (…) para chamar mais 10 pessoas às suas terras e então confundem programação cultural com animação cultural, confundem recurso patrimonial com qualquer coisa que serve para atrair gente ao território e (…) não se analisa (…) claramente o efeito que isso (…) pode ter sobre os recursos.

E o GD-SC13-09 acrescentou a dificuldade de articulação das políticas entre as diferentes escalas, que tem concorrido para:

> regressarmos constantemente ao ponto zero. [E que] surge realmente desta falta de planificação a longo prazo e (…) faz com que quando mudam os programas do Governo mudam as áreas de intervenção, mudam de tudo, e faz com que, às vezes, as intervenções que tínhamos planeado a médio e longo prazo sejam limitadas e às vezes anuladas por causa das alterações de fundo que são provocadas. Depois também… também acho que há uma articulação muito ténue entre quem ainda assim vai definindo algumas políticas sejam elas – depois seguidas por muito tempo ou não – mas entre… entre quem define políticas que são os ministérios e depois as entidades que gerem os financiamentos comunitários?

4.7.2. Programa Norte 2020 (com especial enfoque na dimensão cultural)

Os participantes não se debruçaram de forma muito significativa sobre o funcionamento e os resultados da dimensão cultural do Norte 2020. Não obstante, à medida que a sessão foi decorrendo, conseguiram-se identificar algumas referências implícitas a aspetos

relacionados com as dificuldades burocráticas, o desajuste das prioridades definidas em função da realidade regional, a excessiva relação com o turismo, a inadequação dos indicadores utilizados e a algumas reservas no que concerne aos investimentos efetuados.

Quase em jeito de conclusão, o GD-SC13-10 relembrou que "os fundos comunitários são estruturais não funcionais, temos muitas vezes muito dinheiro para construir, (…) mas depois não temos capacidade de financiamento próprio de funcionamento para manter os gigantes ou os elefantes brancos que às vezes construímos com os fundos comunitários e isso (…) tem sido uma das coisas mais venenosas neste modelo".

4.7.3. Estratégia e Política Cultural Regional até 2030

No que concerne à estratégia e política cultural regional até 2030, o GD-SC13-04 relembrou a importância da consequência da ação pois:

> é completamente impossível pensar em objetivos e pensar em planos e ação separadas de meios e de recursos (…) e é comum de dois em dois, três em três anos, haver debates e reflexões e estabelecermos sempre objetivos fantásticos, extraordinários, mas que muitas vezes o problema é que falta a ligação entre os objetivos e o modo de os concretizar.

De entre os contributos recolhidos, destacamos agora os relacionados com a necessidade de planos. Para o GD-SC13-07 "é premente um plano nacional para a recuperação do património porque falamos todos muito no património cultural, mas (…) [os edifícios] necessitam obras urgentes e de fundo (…) se queremos (…) receber bem quem nos visita". E para o GD-SC13-10 torna-se urgente a:

> implementação de planos de manutenção do edificado, ou seja, os museus, os monumentos precisam de planos de manutenção. É preciso definir modelos de aplicação, é preciso definir a estratégia de implementação e a sua sustentabilidade, não é só investir e depois obviamente deixar cair é uma questão de continuidade, e evitaríamos muitos dissabores e muitos gastos se tivéssemos um plano de manutenção que realmente… e efetivo.

Relativamente à relação entre património cultural e turismo, o GD-SC13-05 sublinhou que "o turismo não vai parar de utilizar o património, porque o património é um recurso de base", sendo certo que "não faz muito sentido, nem nos vai levar o lado nenhum olhar para o turismo como um… como o inimigo ou com uma entidade que está contra nós, porque isso não nos leva… eles não vão parar…". Contudo, o GD-SC13-03 reiterou que deve ser efetuada uma aposta mais consistente nas comunidades locais, que não raras vezes são comunidades pequenas, uma "franja da população ao lado do nosso equipamento cultural (e) é importante chamá-los para que eles sintam que esse equipamento cultural também é seu (…). Conseguir [que] esse público veja os espaços culturais com algo que também pode ser usufruído por eles, [o] que muitas vezes não acontece".

Segundo o GD-SC13-04 há quatro palavras-chave fundamentais a ter em linha de conta na definição de políticas culturais no futuro – potencializar, valorizar, reabilitar e qualificar – que, na realidade, acabam por sintetizar muitas das preocupações e das necessidades identificadas pela maioria dos intervenientes. A título meramente ilustrativo convocamos alguns dos contributos registados:

- o GD-SC13-02 referiu-se à "necessidade efetiva de uma maior digitalização, de uma capacitação das tecnologias de informação";
- o GD-SC13-03 destacou "que também é necessário apostarmos no trabalho em rede com parceiros internacionais que neste momento nos possam também criar uma mais-valia e com parceiros nacionais";
- o GD-SC13-10 considerou pertinente apostar na "gestão cultural: mais profissionalização, com mais formação e reorganização de funcionamento, otimização da gestão de recursos, quer humanos quer materiais e financeiros", mas também "na produção científica, mais investimento, mais investigação, mais produção de conhecimento e precisamos de mais divulgação desse… desse conhecimento";
- o GD-SC13-12 assinalou a importância da mediação, nomeadamente entre os diferentes agentes no território, que "tem de ser cada vez mais eficaz, porque a valorização e a requalificação se farão muito pelo conhecimento e pelo… pelo reconhecimento que os bens patrimoniais têm; e (…) pela forma como nós vamos ser capazes de trazer para dentro do património as comunidades".

4.7.4. Dimensão Cultural do Próximo Programa Operacional Regional do Norte

Para além de mitigar os problemas diagnosticados e de responder às necessidades elencadas nas temáticas relacionadas com as políticas culturais passadas e futuras, os participantes no GD-SC13 debruçaram-se sobre a temática dos indicadores para a dimensão cultural do próximo programa operacional regional do Norte.

De forma muito sumária, podemos afirmar que para os participantes deste grupo de discussão, o ideal seria a conjugação de forma explícita de indicadores quantitativos com indicadores qualitativos e, se possível, existir uma bateria de indicadores, a partir da qual os candidatos, em sede de candidatura, pudessem identificar um conjunto mínimo de indicadores que serviriam de base à avaliação dos impactos da operação. De entre os indicadores sugeridos, destacamos, por exemplo: o grau de satisfação e de envolvimento efetivo dos destinatários, a criação de protocolos com a comunidade e as instituições de ensino superior, a implementação de projetos de valorização comunitária e o nível de investigação científica associada à operação.

4.8. Ideias-chave dos sete grupos de discussão com profissionais do setor cultural

A convocação de cada um dos sete grupos de discussão realizados com os 56 profissionais do setor cultural, a partir das *nuvens de palavras*, dos dendrogramas de Jaccard, dos coeficientes de Pearson e dos esquemas Fruchterman-Reingold, permitiu-nos identificar alguns pontos de convergência entre os diferentes grupos, mas também algumas diferenças substantivas na avaliação efetuada e nas necessidades apresentadas, normalmente associadas às especificidades de domínios culturais predominantes em cada grupo.

A agregação das transcrições referentes a estas sete sessões permite-nos identificar grandes tendências, independentemente de particularidades identificadas e provocadas pelos participantes pertencerem a determinado domínio cultural. A título meramente ilustrativo, destacam-se alguns aspetos que concorreram para as ideias-chave que encerram este capítulo:

1) o levantamento das palavras mais usadas ao longo das mais de 14 horas de reuniões, reforça a ideia de que no discurso dos profissionais do setor cultural se destacam aspetos relacionados com *política* e *património* (representando, cada uma, 0,21% do total de palavras utilizadas), bem como com *pessoas* (0,20%), *turismo* (0,18%) e *projetos* (0,16%);
2) o dendrograma de Jaccard que pode indiciar, através de uma associação de nível 1, a relevância de nos debruçarmos *agora* sobre as *políticas* e, através de uma associação de nível 2, não nos esquecermos de *falar* com as *pessoas*;
3) e com a análise de redes conseguimos identificar a intensidade da relação entre *pessoas*, *trabalho* e *turismo*, e como o *património* funciona, neste caso, como elo de ligação deste cluster.

Figura 70: Nuvem das 30 palavras mais usadas nos sete GD-SC

Figura 71: Dendrograma de Jaccard por similaridade de palavra dos sete GD-SC

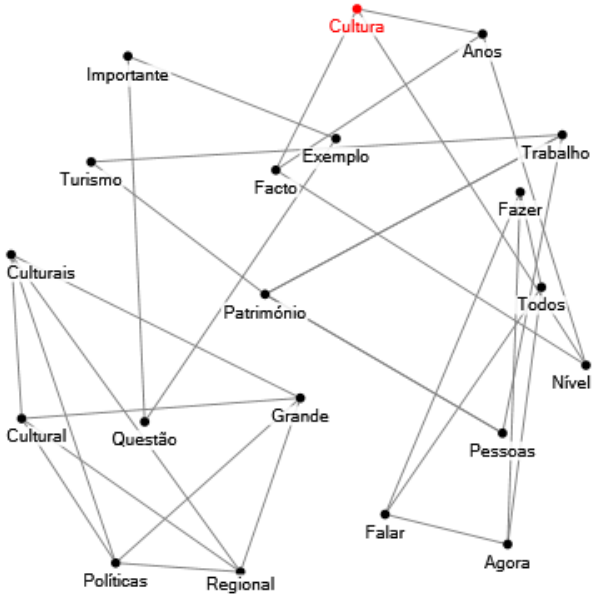

Figura 72: Esquema de Fruchterman-Reingold dos sete GD-SC

A terminar este capítulo, realça-se que com as ideias-chave de cada um dos quatro grandes temas abordados nos sete GD-SC pretendemos salientar as principais ideias identificadas, destacando aquelas que mais veementemente foram apresentadas ao longo dos discursos, não só pela repetição, mas também pela argumentação. Temos consciência de que sintetizar cada GD-SC em quatro conjuntos de ideias-chave requer prudência no uso da informação, mas considera-se que o exercício permitiu reunir contributos substantivos, que podem concorrer para a definição de grandes linhas de trabalho para as políticas culturais até 2030.

Políticas Culturais desde 2015

- **Carência de pensamento estratégico**
- **Financiamento escasso e centralizado**
- **Lacunas setoriais importantes (e.g. arquivos, bibliotecas, cinema, livros)**
- **Práticas de trabalho em rede limitadas e pouco consistentes**
- **Défice na qualificação e na capacitação dos recursos humanos**
- **Serviços de mediação cultural pouco consequentes**
- **Mediatização da cultura**

Programa Norte 2020

- **Pouco sensível às caraterísticas e necessidades do setor cultural**
- **Excesso de burocracia e prazos desajustados**
- **Presença residual da cultura**
- **Não contribui para atenuar as assimetrias regionais**
- **Revela desconhecimento da realidade cultural da região**
- **Deficiências diversas na comunicação do programa e dos projetos desenvolvidos**
- **Privilegia projetos de grande escala e com impacto mediático**

Estratégia e Política Cultural Regional até 2030

- **Desenvolver programas articulados de sensibilização e formação de públicos**
- **Integrar a dimensão cultural nas políticas de desenvolvimento sustentável**
- **Investir transversalmente nos recursos humanos**
- **Afirmar a cultura como motor do desenvolvimento local e regional**
- **Descentralizar a criação e a produção cultural**
- **Renunciar à lógica dos grandes eventos esporádicos e descontextualizados**
- **Promover a internacionalização de profissionais e organizações culturais**

Próximo Programa Operacional Regional do Norte

- **Potenciar a colaboração, as sinergias e o trabalho em rede nas diferentes escalas**
- **Incluir novos indicadores que sejam adequados à realidade cultural**
- **Democratizar o acesso à cultura através de projetos com e para a comunidade**
- **Monitorizar os impactos culturais dos investimentos**
- **Fomentar a capacitação e a empregabilidade de profissionais do setor cultural**
- **Reforçar os aspetos relacionados com a comunicação**
- **Apostar na digitalização dos diferentes domínios da cultura**

Figura 73: Síntese das ideias-chave dos sete GD-SC

Tópicos em jeito de conclusão

Quando, em fevereiro de 2020, a DRCN encomendou ao POLObs o estudo "Cultura no pós-Norte 2020", estava explícito o objetivo que se pretendia atingir: realizar um estudo multidimensional da realidade cultural da região Norte, que concorresse para a definição de uma Estratégia e Política Cultural Regional, que refletisse estruturalmente os interesses comuns e partilhados da região e, deste modo, as grandes opções de investimento a definir para os próximos 10 anos.

Na apresentação detalhada da análise dos resultados dos principais instrumentos de recolha de dados – inquérito por questionário *online* aplicado aos 86 municípios da área de influência da DRCN e 15 grupos de discussão com representantes de EIM's, municípios e organizações/profissionais do setor cultural –, pensa-se que ficou nítido que, não obstante grande parte do trabalho de recolha de dados ter sido realizado durante o período de confinamento provocado pela COVID-19, a adesão ao estudo foi particularmente relevante e que, de forma muito prática e objetiva, se compilaram centenas de contributos concretos que, no seu conjunto, respondem positivamente ao objetivo definido.

Conjugando os resultados provenientes a partir da análise documental, dos 76 questionários validados e dos 15 grupos de discussão dinamizados, seguem-se alguns tópicos que, estamos certos, podem ajudar a sublinhar os aspetos mais relevantes dos quatro objetivos específicos definidos para o estudo.

No que concerne ao diagnóstico de algumas das dimensões das políticas culturais no período 2017-2021, identificaram-se debilidades que urge mitigar, sendo por isso importante que no futuro se aposte em:

1) Robustecer os órgãos autárquicos específicos da área da cultura, sem descurar o diálogo que estes devem manter, permanente e consistentemente, com as outras áreas de ação governativa.
2) Capacitar, qualificar e aumentar os recursos humanos municipais e das EIM's específicos e afetos da área da cultura.
3) Repensar os aspetos relacionados com a comunicação organizacional e estratégica na área da cultura, designadamente no que se refere à oferta cultural e a linhas de financiamento, tornando-a verdadeiramente eficaz.
4) Criar condições que favoreçam a participação cultural das comunidades, não só através da componente de sensibilização e formação de públicos, mas também na dimensão da criação cultural.
5) Acompanhar, de forma regular e com recurso a técnicas e instrumentos de recolha de dados cientificamente validados, a evolução das práticas culturais da população.

6) Identificar, caraterizar e mapear o tecido cultural dos municípios e da região.
7) Alargar o campo de ação da cultura a domínios que estão pouco presentes, quer nas atividades promovidas pelos municípios e pelo investimento municipal, quer no associativismo e recintos culturais do território.
8) Potenciar a inclusão efetiva e consequente de agentes culturais em processos de reflexão continuada para a definição e implementação de políticas culturais nas diferentes escalas (municipal, EIM, regional, nacional).
9) Diversificar fontes de financiamento para a cultura, nomeadamente através da complementaridade entre diferentes linhas de investimento, mas também no fomento e incentivo do mecenato cultural.
10) Implicar as organizações e os profissionais do setor cultural para, sem desresponsabilizar a função do Estado, assumirem uma atitude proactiva no que concerne à sustentabilidade cultural.
11) Promover estruturalmente a articulação e o trabalho em rede no setor cultural a partir da realidade local, potenciando a racionalização e os ganhos de escala da produção e oferta culturais ao nível das EIM's e da região, mas também a internacionalização.
12) Incrementar processos de conhecimento e análise de projetos, programas ou políticas culturais, setoriais ou globais, nacionais ou internacionais para, sempre que se justificar, inspirarem processos de mudança ancorados em boas práticas. Destaca-se que, de forma deliberada, na apresentação dos resultados dos grupos de discussão se optou por não convocar nenhum caso prático que pudesse permitir a identificação da EIM, mas registamos aqui e agora que a Rota do Românico foi apresentada com alguma frequência como uma boa prática a ter em conta e a replicar noutros contextos e domínios culturais.
13) Desenvolver instrumentos de gestão específicos da área da cultura, primeiro a nível autárquico e depois ao nível das NUTS 3, que integrem um planeamento estratégico a médio prazo, que esteja assente num conhecimento profundo das realidades locais e regionais e que dialogue explicitamente com os diferentes setores de intervenção municipal, com as políticas culturais regionais e nacionais, com a Constituição da República Portuguesa e com orientações internacionais que se encontram plasmadas em documentos de referência (e.g. Agenda 21 da Cultura, Agenda 2030, Nova Agenda Europeia para Cultura).
14) Articular veementemente as políticas culturais com as políticas de educação, por representarem dois pilares fundamentais para uma cidadania plena.
15) Reforçar o papel transformador dos territórios através da cultura, designadamente no que concerne ao desenvolvimento económico, à inclusão social e no combate à desertificação e às assimetrias regionais.

A aferição de como os atores da região Norte avaliaram a dimensão cultural do Norte 2020, não deixou grandes margens para dúvidas. Retirando o impacto positivo que teve na reabilitação do património cultural imóvel classificado e no aumento do número de visitantes a alguns territórios da região, a avaliação do Norte 2020 foi, regra geral, negativa:

1) Municípios, EIM's e profissionais/organizações do setor cultural consideram que o processo de preparação do programa foi deficiente, sendo que em alguns casos, os atores se sentiram completamente ausentes de todo o processo.
2) Há a perceção de que o processo de preparação do programa não assentou em nenhuma estratégia a médio ou longo prazo para a políticas culturais regionais, concorrendo para que a presença da cultura no Norte 2020 fosse residual.
3) O "Mapeamento dos Investimento em Infraestruturas Culturais" (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, 2015) e os indicadores definidos para avaliar as operações da dimensão cultural do programa, foram apresentados como aspetos menos positivos do Norte 2020 pois, por um lado, revelou-se pouco consequente devido às disparidades entre as necessidades identificadas e o envelope financeiro disponível, e, por outro lado, não potenciaram a criação de instrumentos específicos para a verificação do cumprimento de objetivos culturais das operações.
4) A aposta na relação efetiva e consequente do Norte 2020 com as especificidades e as necessidades culturais dos territórios foi negligenciada, nomeadamente no que concerne à valorização do património cultural imaterial e à capacitação dos agentes culturais da região.
5) A iniciativa "Cultura para Todos" foi considerada por muitos como particularmente relevante na dimensão cultural do Norte 2020, contudo também foi apresentada como um exemplo da inconsistência das apostas culturais do programa e das políticas culturais, nomeadamente devido à aparente desafetação de verbas de que foi alvo na sequência das medidas apresentadas pelo Governo para fazer face aos impactos negativos da COVID-19 no setor cultural.
6) A burocracia associada ao programa foi mencionada transversalmente com uma fraqueza relevante, por tornar os processos demasiado demorados e complexos.
7) A comunicação com os agentes culturais da região, designadamente sobre o funcionamento do programa, foi outra das grandes fragilidades identificadas, provocando, por exemplo, que profissionais e organizações do setor cultural se sentissem, não raras vezes, indiferentes perante o Norte 2020.

8) A dinâmica que foi gerada com a implementação do Norte 2020 não está a concorrer para se irem definindo, verdadeiramente, estratégias para a cultura, a curto ou médio prazo, à escala local ou regional.

A visão estratégica dos atores da região Norte para as políticas culturais até 2030 foi particularmente reveladora: por um lado, foi possível identificar, a partir dos inquéritos por questionário aplicados aos municípios, 94 necessidades à escala municipal, 77 necessidades à escala regional, 73 necessidades à escala nacional e 180 objetivos estratégicos, 163 prioridades de investimento e 166 projetos prioritários à escala municipal; e, por outro lado, também foi possível perceber que as debilidades identificadas aquando da análise das políticas culturais para o período 2017-2021 se mantinham muito presentes nas linhas orientadoras para o futuro. Assim sendo, destacamos que:

1) O trabalho desenvolvido permitiu evidenciar dificuldades generalizadas na produção de uma visão estratégica mais consistente, que corresponda a transformações positivas e estruturantes do panorama das políticas culturais da região a partir da escala local.
2) As referências explícitas à articulação de estratégias, ao desenvolvimento de projetos agregadores e supramunicipais ou à definição de planos estratégicos para a cultura a curto ou médio prazo são paradoxais, pois, por um lado, raramente aparecem nas respostas quando centramos a análise dos questionários aplicados aos municípios, mas, por outro lado, figuraram com alguma veemência nos discursos quando centramos a análise nos grupos de discussão, em que os municípios também participaram.
3) As necessidades e as vantagens de promover o trabalho em rede no setor cultural são convocadas recorrentemente, contudo constata-se que, não raras vezes, ainda há uma visão muito individualista e de resolução de problemas muito particulares na identificação de necessidades setoriais (como um incremento de financiamento para as artes do espetáculo) ou de necessidades locais (como a construção ou requalificação de infraestruturas culturais, a capacitação de recursos humanos, o reforço da dotação orçamental afeta à cultura e a captação e fidelização de novos públicos para a cultura).
4) O papel da DRCN no processo de definição de uma visão estratégica para as políticas culturais regionais pode revelar-se fundamental para o sucesso da ação, tanto mais que grande parte dos envolvidos a identificam, explicita ou implicitamente, como o mais relevante agente no que concerne à estruturação e articulação das políticas culturais regionais.
5) Cientes da centralidade que o património cultural imóvel assume no trabalho desenvolvido pela DRCN, os participantes nos grupos de discussão consideraram importante sublinhar a relevância de, no futuro, a ação da DRCN

ser alargada de forma substantiva a diferentes domínios culturais, quanto mais não seja na promoção de um diálogo continuado e construtivo, com e entre os agentes públicos e privados da região.

6) A DRCN pode e deve assumir uma atitude mais proactiva no sentido de promover a aproximação e a articulação estratégica entre os agentes do território, no entanto é importante que sejam criadas condições efetivas para a mobilização e a participação qualificada, ativa e continuada dos agentes na definição e implementação das políticas culturais regionais para a próxima década.
7) Sem menosprezar as especificidades dos territórios, torna-se necessário fazer um trabalho muito grande de sensibilização dos atores da região para o alinhamento das políticas culturais até 2030 com documentos internacionais específicos do setor (e.g. Nova Agenda Europeia para a Cultura), mas também com documentos que pela sua relevância não podem ser esquecidos na definição das políticas culturais regionais (e.g. Agenda 2030).
8) As fragilidades do tecido cultural da região foram identificadas de múltiplas formas – explicitamente nas respostas aos questionários e no discurso dos participantes nos grupos de discussão, e implicitamente na forma de abordagem às temáticas e nas lacunas observadas – urge, por isso, investir de forma sistemática e estruturada na capacitação dos agentes culturais, nomeadamente como estratégia de fixação e valorização do território através das dinâmicas culturais locais.
9) Os impactos da COVID-19 no setor cultural não ficaram, como seria de esperar, de fora das discussões sobre as políticas culturais até 2030, sendo que para os participantes nos grupos de discussão, as grandes questões que se vão colocar no futuro passam, por um lado, por repensar a forma de relacionamento do público com os equipamentos culturais e, por outro lado, com a importância que os conteúdos digitais vão começar a ter em todos os domínios culturais. A tensão entre a experiência cultural ao vivo e online, revela-se como um dos grandes desafios no futuro, sendo por isso fundamental disponibilizar as infraestruturas tecnológicas que permitam implementar os processos de digitalização acessíveis com qualidade.
10) Municípios, EIM's e profissionais/organizações do setor cultural foram unânimes na defesa de que, no futuro, se deve apostar inequivocamente na cultura como um dos motores de desenvolvimento regional, não se devendo desvalorizar a importância da identidade e diversidade culturais como mais-valias para se reforçar culturalmente a região Norte nos contextos nacional e internacional.

Da análise transversal dos contributos dos atores da região Norte sobre aspetos relacionados com a dimensão cultural do programa que sucederá ao Norte 2020 (e.g. prioridades de investimento, objetivos específicos, tipologias de intervenção e de ação, indicadores de realização e de resultado), salientamos:

1) A forma como os contributos para esta dimensão do estudo foi sendo apresentada por parte de alguns dos atores ouvidos é sintomático sobre o grau de conhecimento, nomeadamente no que concerne à terminologia utilizada, de programas como o Norte 2020.
2) Com o objetivo de aproximar o próximo programa operacional dos beneficiários das operações, foi considerado fundamental a otimização dos aspetos relacionados com a comunicação, nomeadamente com a utilização eficaz das tecnologias digitais.
3) Sendo de esperar que os contributos concorressem para mitigar as críticas apresentadas ao Norte 2020, foi com alguma surpresa que se observou que, por exemplo, intervenções de valorização do património cultural imóvel ou o recurso a indicadores eminentemente quantitativos e sem atender à especificidade da dimensão cultural, continuaram a ser privilegiados pelos respondentes do questionário e participantes nos grupos de discussão.
4) A capacitação dos agentes culturais da região é encarada como uma das operações prioritárias, tanto mais que pode concorrer para potenciar e fortalecer as práticas de trabalho em rede, para qualificar os equipamentos culturais, para aumentar a oferta e a diversidade da oferta cultural e para promover a sustentabilidade.
5) A aproximação das comunidades à fruição e à produção culturais foram, sob diferentes pontos de vista, sublinhados veementemente pelos atores da região.
6) Sobre os indicadores para a dimensão cultural do próximo programa, foi avançada a necessidade de incluir uma vertente qualitativa, nem sempre fácil de operacionalizar. De entre as propostas avançadas, salienta-se a criação de uma bateria de indicadores qualitativos que incluísse, por exemplo, o grau de satisfação e de envolvimento efetivo dos destinatários, a implementação de projetos de valorização comunitária, a consistências das redes estabelecidas e o nível de investigação científica associada à operação.
7) Para o incremento e adequabilidade da dimensão cultural do próximo programa operacional, foi unânime que a DRCN deverá, depois desta auscultação do território, assumir o papel de interlocutor estratégico junto das entidades competentes.
8) Fazendo uma ponte entre os objetivos estratégicos apresentados para o próximo programa operacional regional e as linhas para as políticas culturais até 2030,

percebe-se que há uma coerência interna entre as duas componentes do estudo, sendo óbvio que para os atores há uma visão integrada das duas dimensões, em que os fundos comunitários devem estar diretamente relacionados com a implementação da política cultural regional.

Apresentados os tópicos em jeito de conclusão, enquadrados nos respetivos objetivos específicos definidos para "Cultura no pós-Norte 2020", segue-se a convocação de sete ideias-chave transversais que podem ser tidas em conta na definição de políticas culturais até 2030:

1) **A cultura deve ser encarada consistentemente como um pilar estratégico para o desenvolvimento dos territórios e da região.**
   - Clarificar o próprio conceito de cultura e perceber como ele é entendido pelos atores dos diferentes territórios que compõem a região Norte, revela-se fundamental. Assim, a convocação dos agentes dos territórios para responderem, coletivamente e a partir das suas realidades, à pergunta "De que falamos quando falamos de Cultura?", poderá permitir uma reflexão sobre a diversidade cultural dos territórios, que poderá ter consequências profundas na definição da política cultural que melhor poderá servir a região. Para o cumprimento desta primeira ideia-chave também poderá ser relevante a aplicação, ainda que adaptada, da proposta "Cultura 21: Ações".
2) **A DRCN deve assumir um papel fundamental e estruturante na definição e implementação de políticas culturais regionais, que favoreçam a articulação consequente de e com as políticas culturais municipais.**
   - Para o efeito a DRCN deve assumir uma atitude proactiva, nomeadamente através da criação de canais privilegiados de auscultação e diálogo com os agentes nos diversos territórios da região. A criação de conselhos culturais, representativos, abertos e participados, como os que existem no Brasil, poderá ser um bom ponto de partida para a implementação desta ideia-chave.
3) **As políticas culturais, municipais e regional, têm de estar ancoradas em diagnósticos profundos e participativos, que concorram para a elaboração de Planos Estratégicos para a Cultura (à escala dos municípios, das NUTS 3, da NUT 2 e da NUT 1).**
   - A definição de instrumentos de gestão específicos da área da cultura, permitiria uma maior consistência na ação e articulação efetiva entre as políticas à escala local, regional, nacional e internacional. A este respeito considera-se pertinente convocar o Plano Nacional das Artes 2019-2024, que integra a medida "Plano Estratégico Municipal Cultura-Educação", que se espera que seja implementada no maior número de municípios portugueses, nomeadamente nos da região Norte.

4) **Urge implementar programas de capacitação para profissionais do setor cultural, público e privado, nomeadamente na área da gestão cultural.**
   - A capacitação dos agentes culturais permitiria colmatar as fragilidades diagnosticadas no território e poderia ser favorecida através da criação de um curso de pós-graduação, que, funcionando maioritariamente em regime de Ensino à Distância, seria uma ferramenta importante para que os agentes atuassem no território de forma mais adequada e consequente. A ações de capacitação oferecidas pela Organização de Estados Ibero-americanos, poderia servir de inspiração para o modelo a implementar em Portugal.
5) **Sendo inegável a importância das políticas para o património cultural imóvel (classificado e não classificado), no futuro deve ser reforçada a aposta no património cultural imaterial como fator distintivo dos territórios e da região.**
   - A dinamização de experiências como a da "Biblioteca Humana", que começou a ser promovida no ano de 2000 na Dinamarca, é apenas um dos exemplos que pode ser convocado sobre outras formas de apostar no património imaterial.
6) **As práticas de trabalho em rede, em geometria variável, seguem as tendências internacionais e surgem como contextos privilegiados para promover o desenvolvimento cultural sustentável.**
   - O envolvimento efetivo dos diferentes protagonistas das redes deve ser uma preocupação constante, para que não se continue a utilizar o conceito de rede, mais por moda do que por um verdadeiro entendimento das reais potencialidades de pensar e agir em rede. Uma análise do trabalho desenvolvido por algumas das redes identificadas no âmbito do 2CN-CLab, poderá ser um bom ponto de partida para a qualificação do trabalho em rede a partir da escala local.
7) **Os processos de comunicação, entre os diferentes atores que operam no setor e dos atores com os seus destinatários, carecem de uma reformulação profunda.**
   - A criação de mecanismos por parte da DRCN, como uma plataforma online dinâmica e alimentada por organizações públicas e privadas, como webinars ou ainda como sessões de esclarecimento temáticas e descentralizadas com uma regularidade mensal, poderiam ser sinais e passos de fácil execução e que permitiriam uma maior aproximação da DRCN à diversidade de dinâmicas e problemáticas da região. A título meramente ilustrativo, convocamos a iniciativa Creativity For.Th criada no ano de 2011.

Mesmo a terminar, não podemos deixar de sublinhar que, como é evidente, a definição de políticas culturais até 2030 tem de estar alinhada com a "Visão Estratégica para o Plano de Recuperação económica de Portugal 2020-2030" (Costa e Silva, 2020), de que se destacam alguns dos aspetos explicitamente relacionados com a dimensão cultural, que, regra geral, também estão evidenciados no estudo "Cultura no pós-Norte 2020".

- A diversidade da criação e produção culturais, as indústrias culturais e criativas, e a disponibilidade dos portugueses para integração e cooperação cultural, devem ser promovidas, potenciadas e valorizadas, tanto mais que encerram um conjunto de valores acrescentados associados, que concorrem para a consolidação da imagem nacional, para o desenvolvimento económico e para a projeção de Portugal no mundo.
- As alterações estruturais na sociedade vão provocar mudanças na procura de serviços, nomeadamente no que concerne à atividade turística, onde o fator distintivo das culturas locais se revela como uma mais-valia que urge valorizar, designadamente através da estruturação e reorganização da oferta, que, sem descurar as especificidades locais ou regionais, se quer inovadora, sustentável e com uma forte aposta na digitalização.
- A digitalização, a tecnologia e a criatividade, constituem um dos eixos transversais das políticas culturais até 2030, com implicações nos processos de criação, produção e difusão artística contemporânea, mas também nos processos de pesquisa, preservação e valorização do património cultural (material e imaterial).
- No que se refere às relações internacionais, a língua e a cultura devem ser encaradas com fatores agregadores a valorizar em termos diplomáticos, afirmando-os como aspetos distintivos do papel geopolítico de Portugal no mundo, nomeadamente nos espaços lusófono e ibero-americano, designadamente através do investimento em plataformas de colaboração cultural transnacionais, no trabalho em rede e na criação e produção artística e cultural.
- Sobre a dimensão artística da cultura, destaca-se a necessidade de criar um programa de apoio mais abrangente para as artes, que concorra substantiva e sustentadamente para a emergência de novos profissionais, para uma maior aproximação entre os agentes culturais e as comunidades envolventes, para a disseminação e descentralização culturais e para o desenvolvimento de novos públicos para a cultura.
- A criação de redes de infraestruturas culturais (e.g. Arte Contemporânea, Cineclubes, Cineteatros, Residências Artísticas), com recursos humanos, técnicos e financeiros adequados à sua missão e que funcionem efetivamente em rede e como verdadeiros polos de criação e difusão artística descentralizada,

afigura-se, mais uma vez, como uma opção para, por exemplo, criar condições de atratividade à classe artística para territórios de baixa densidade.

- A aposta nas artes e ofícios tradicionais não deve ser menosprezada, promovendo, designadamente, a transferência de conhecimentos para as novas gerações, a atualização dos modelos de negócio, a introdução de processos de inovação e a valorização cultural e económica do artesanato.
- O património cultural é um domínio que carece de um olhar particular, para além da implementação de um plano nacional para integração do mesmo, que, por exemplo, permita uma aposta mais consistente e integrada na reabilitação e dinamização do património cultural, destaca-se ainda a proposta de criação de centros de incubação artística e de indústrias criativas.
- Para que a cultura possa assumir efetivamente um papel ativo e transformador da sociedade, fruto de um diálogo articulado e com impactos em diferentes áreas, destaca-se a importância de qualificar os recursos humanos, de favorecer a gestão profissional das organizações culturais, de preservar o emprego cultural, de reforçar os processos de comunicação cultural, de fomentar o acesso a novas tecnologias digitais e de promover a criatividade, ou seja, urge consolidar transversalmente o mercado de bens e serviços culturais nacional, sustentável e sustentado, através de uma política ativa de apoio à cultura.

Referências bibliográficas

André, M., Vale, I. (2014). Fundos Estruturais e Cultura no Período 2000-2020. Retirado de: https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/60180/1/2014_Rel%20Final_SEC.pdf

Bardin, L. (2007). *Análise de Conteúdo.* Lisboa: Edições 70.

Bloor, M., Frankland, J., Thomas, M. & Robson, K. (2001). *Focus groups in social research.* London: Sage.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (2020). *Programa Norte 2020: Versão oficial (abril.2020) - reprogramação referente à reafectação da reserva de desempenho.* Retirado de https://norte2020.pt/documentos/documentos-fundamentais

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (2015). *Mapeamento dos Investimentos em Infraestruturas Culturais.* Retirado de https://amp2020.amp.pt/ficheiros/Mapeamentos_NORTE2020/Mapeamento%20dos%20Investimentos%20em%20Infraestruturas%20Culturais.pdf

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (s.d.). *Estratégia Regional de Especialização Inteligente.* Retirado de: https://norte2020.pt/sites/default/files/public/uploads/documentos/norte2020_ris3.pdf

Comunidades dos Países de Língua Portuguesa. (2018*). Declaração sobre Cultura e Indústrias Criativas como sector estratégico na CPLP.* Retirado de: https://www.cplp.org/id-4211.aspx?PID=10035&M=NewsV2&Action=1&NewsId=5932&currentPage=2

Comissão Europeia. (2018). *Nova Agenda Europeia para a Cultura.* Retirado de: http://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-8-2018-0499_PT.html

Costa e Silva, A. (2020). *Visão Estratégica para o Plano de Recuperação económica de Portugal 2020-2030.* Retirado de: https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=2aed9c12-0854-4e93-a607-93080f914f5f.

Galmarino, A. (2008). *Formação e profissionalidade nas artes cénicas: interfaces das dimensões pedagógica, artística e sócio-cultural, tendências actuais em Portugal.* Tese de doutoramento não publicada, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal.

Gama, M. (2011). *Formação em teatro e formação de públicos.* Dissertação de Mestrado, Instituto Politécnico de Viana do Castelo, Portugal. Retirado de: http://repositorio.ipvc.pt/handle/20.500.11960/1531

McParland, J. L, Flowers, P. (2012). Nine lessons and recommendations from the conduct of focus group research in chronic pain samples. *British Journal of Health Psychology*, 17, 492-504. DOI:10.1111/j.2044-8287.2011.02050.x.

Morgan, D. L. (2010). Reconsidering the role of interaction in analyzing and reporting focus groups. *Qualitative Health Research*, 20 (5), 718-722.

Navarro, C. J., Clark, T. N. (2012). Cultural policy in european cities. *European Societies,* 14, 636-659. DOI: 10.1080/14616696.2012.726369

Neves, J.S. (2019). *Estudo de Públicos de Museus Nacionais - Públicos do Museu Monográfico de Conimbriga–Museu Nacional.* Retirado de: http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publication_pdfs/MMC_MN_REPORT_c.pdf

Organização das Nações Unidas. (2015). *Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável.* Retirado de: https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E

Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura. (2006). *Carta Cultural Ibero-americana.* Retirado de: http://culturasiberoamericanas.org/carta_cultural.php

República Portuguesa. (2015). *Programa do XXI Governo Constitucional.* Retirado de: https://www.portugal.gov.pt/ficheiros-geral/programa-do-governo-pdf.aspx

Sagoe, D. (2012). Precincts and prospects in the use of focus groups in social and behavioural science research. *The Qualitative Report*, (Art. 29), 1-16. Retirado de http://www.nova.edu.ssss/QR/QR17/sagoe.pdf

Sampieri, R., Collado, C. & Lúcio, P. (2006). *Metodologia de Investigação.* S. Paulo: McGraw-Hill.

Siegel, S. (1975*). Estatística Não-paramétrica Para as Ciências do Comportamento.* São Paulo: McGraw-Hill.

Silva, I. S., Veloso, A. L., & Keating, J. B. (2014). Considerações teóricas e metodológicas. *Revista Lusófona de Educação,* 26, 175-190.

Stewart, D. W., Shamdasani, P. N. & Rook, D. W. (2007). *Focus groups: Theory and practice (2nd.).* Thousand Oaks, California: Sage.

United Cities and Local Governments. (2008). *Agenda 21 for culture.* Retirado de: http://www.agenda21culture.net/sites/default/files/files/documents/multi/ag21_en.pdf

https://2cnclab.wordpress.com/links/

http://cnpc.cultura.gov.br/conselhos-de-cultura/

https://humanlibrary.org/about/

http://www.cultureforcitiesandregions.eu/culture/resources/Case-study-Thessaloniki-Creativity-for-Th-WSWE-A3RLJ7

https://www.oei.es/historico/gestionculturallocal/contenedor.php?ref=presentacion

https://www.pna.gov.pt/eixo-a/

Gama, M. (Coord.) (2020). *Cultura no pós-Norte 2020.*
Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho.

www.polobs.pt

polobs@ics.uminho.pt